

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA
NA AMÉRICA LATINA

ANO
XIX
2018

1

Cadernos Adenauer

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA AMÉRICA LATINA

EDITOR RESPONSÁVEL

Jan Woischnik

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Jorge Ramalho

Estevão de Rezende Martins

Fátima Anastasia

Humberto Dantas

José Mario Brasiliense Carneiro

Leonardo Nemer Caldeira Brant

Lúcia Avelar

Mario Monzoni

Rodrigo Perpétuo

Silvana Krause

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Reinaldo J. Themoteo

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Claudia Mendes

IMPRESSÃO

Stamppa

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer XIX (2018), nº1

Participação política feminina na América Latina

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, maio 2018.

ISBN 978-85-7504-214-4

*As opiniões externadas nesta publicação são
de exclusiva responsabilidade de seus autores.*

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo

Rio de Janeiro · RJ · 22270-060

Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil

Impresso no Brasil

Sumário

- 7 Apresentação
- 9 O Feminismo na política.
Paridade e violência política de gênero na América Latina
NÉLIDA ARCHENTI
LAURA ALBAINÉ
- 25 Nzinga Informativo: Redes comunicativas e organizacionais
na formação do feminismo negro brasileiro
FLAVIA RIOS
VIVIANE GONÇALVES FREITAS
- 47 A linguagem da regulamentação do aborto:
entre o direito e a punição
ANITA PEÑA SAAVEDRA
- 75 Ambiguidades do liberalismo político feminista:
reflexões sobre Martha Nussbaum
à luz de questões latino-americanas
SAN ROMANELLI ASSUMPÇÃO
- 93 A precariedade da velhice feminina.
O último elo da desigualdade de gênero
MACARENA HUAQUIMILLA PAREDES
NATALIA ARÉVALO
- III Convergências históricas na emergência
dos estudos sobre mulher e gênero
LÚCIA AVELAR

- 141 Ações de educação política da KAS
nas periferias de São Paulo: o recorte de gênero e
a percepção de que o problema não reside aqui
HUMBERTO DANTAS
- 161 Campos baldios: extrativismo e violências interseccionais
PATRÍCIA MUÑOZ CABRERA
- 177 Amefricanas: branqueamento, gênero e raça
BRUNA CRISTINA JAQUETTO PEREIRA
- 189 Participação política e políticas de gênero
nos governos venezuelanos de esquerda
RITA BITAR DEEB
- 211 Guinada conservadora em políticas de gênero
na América Latina: reflexões iniciais
PATRÍCIA DUARTE RANGEL

Apresentação

■ O debate sobre a participação das mulheres na política não é assunto circunscrito a um grupo político ou a uma tendência ideológica em específico, é um tema que diz respeito à sociedade como um todo. A observação de alguns dados a respeito da situação das mulheres no Brasil evidencia a necessidade de mudanças, assim como o tanto que ainda falta ser conquistado: no ano de dois mil e dezessete cerca de quinhentas e três mulheres foram agredidas a cada hora, e segundo dados da Organização Mundial de Saúde, o Brasil possui a quinta maior taxa de feminicídio do mundo. Embora as mulheres sejam mais de cinquenta por cento da população, *pouco* mais de dez por cento dos parlamentares brasileiros são mulheres conforme o ranking de participação política feminina elaborado pela *Inter-Parliamentary Union*, o que coloca o Brasil na posição cento e cinquenta e quatro, de um total de cento e noventa e três países.

A luta pela igualdade de direitos da mulher na atualidade acontece em diversas frentes e contra valores que já não são mais dessa época, englobando aspectos como cultura, leis e instituições, entre outros. De modo que hoje é muito claro que tal movimento encontra-se alinhado aos valores democráticos fundamentais, uma vez que a igualdade dos indivíduos representa fator crucial em qualquer sociedade democrática, seja no que concerne ao direito de existir, seja no Estado de Direito, que pressupõe a igualdade de todos perante a lei. Assim como em uma sociedade democrática não pode haver lugar para discriminação por causa de etnia, orientação sexual ou crença religiosa, também não pode haver lugar para discriminação quanto ao gênero. Estado e sociedade civil empreendem esforços a fim de que toda expressão de violação da dignidade humana sejam entendidos como inadmissíveis e assim combatidos, na construção de sociedades que cada vez mais respeitem as pessoas em suas singularidades, e a KAS Brasil também participa de tais esforços.

Em sua missão de fomentar os valores democráticos, a Fundação Konrad Adenauer tem desenvolvido ao longo dos anos uma série de atividades sobre a participação feminina, através da realização de cursos, seminários bem como publicações sobre política e gênero no Brasil. Com o objetivo de dar continuidade a estas discussões, apresentamos agora uma publicação dedicada à participação política feminina, com uma série de artigos sobre alguns dos principais tópicos relacionados ao tema, tanto da ótica da realidade brasileira como de outros países da América Latina, de modo a propor um debate que possa ser estabelecido não somente no âmbito local, mas também em nível regional, propiciando reflexões sobre a participação política das mulheres. Entre os temas contemplados encontram-se os seguintes tópicos: paridade e violência política de gênero, o modo como as questões de gênero e raciais estão relacionadas no Brasil, a velhice feminina e a realidade chilena, as políticas de gênero na América Latina no contexto do crescimento de partidos e movimentos de natureza conservadora, uma análise a respeito da legislação referente à interrupção da gravidez na Colômbia e no Uruguai, gênero e participação política na Venezuela, e o extrativismo na América Latina.

Este número da série Cadernos Adenauer foi organizado por Lúcia Avelar, Humberto Dantas e Patrícia Rangel, ajudando a reunir um time de pesquisadoras que trouxeram múltiplos olhares a respeito das questões de gênero. Endereços meus agradecimentos, na expectativa de que os estudos que aqui se encontram possam contribuir para os debates sobre a participação política feminina.

JAN WOISCHNIK

Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil

O Feminismo na política. Paridade e violência política de gênero na América Latina

NÉLIDA ARCHENTI
LAURA ALBAINE

RESUMO

■ A partir de uma abordagem feminista institucional, é possível analisar os avanços das mulheres na política por meio de normas orientadas para sua promoção nos processos decisórios nos diferentes níveis de governo. Nos últimos 27 anos, dois tipos de leis foram sancionados com essa orientação na América Latina: cotas de gênero e paridade de gênero; o segundo superando o primeiro. Ambas as regulamentações mostraram impactos positivos importantes, mas também encontraram obstáculos importantes em sua aplicação. Estes ocorrem, em particular, em três níveis: a) a concepção da norma em si, b) a sua aplicação pelos partidos políticos e c) nas decisões da justiça eleitoral. Juntamente com o desenvolvimento deste tipo de medidas, destaca-se a discriminação e a violência de gênero que emergem diante do empoderamento das mulheres pela aplicação de normas que abrem seu acesso a posições políticas, em contextos de desigualdade persistente. Este tipo de violência tem sido chamado de violência política de gênero, denotando sua vinculação com o poder político. Quando o uso do poder político, de qualquer forma, mesmo em omissões, viola os direitos políticos das mulheres ou os impede de exercê-los, somos confrontados com atos de violência política de gênero.

ABSTRACT

■ From an institutional feminist approach, it is possible to analyze the advances of women in politics through norms oriented to their promo-

tion in the decision-making processes at the different levels of government. In the last 27 years, two types of laws have been sanctioned with this orientation in Latin America: gender quotas and gender parity; the second surpassing the first. Both regulations showed important positive impacts, but also encountered significant obstacles in their application. These occur in particular at three levels: a) the conception of the rule per se, b) its application by political parties, and c) in electoral court decisions. Along with the development of this type of measures, gender discrimination and violence that emerge in the face of the empowerment of women is highlighted by the application of norms that open their access to political positions in contexts of persistent inequality. This type of violence has been called political gender violence, denoting its linkage with political power. When the use of political power, in any form, even in omissions, violates the political rights of women or prevents them from exercising them, we are confronted with acts of political gender violence.

I. REGULAMENTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

■ Nos últimos vinte e sete anos, foram desenvolvidas e implementadas duas medidas legais destinadas a promover a participação das mulheres como candidatas nas eleições nacionais gerais: as leis de cotas por gênero e a paridade política. Essas inovações jurídicas permitiram o acesso de mulheres, em especial às câmaras legislativas, em número superior às taxas históricas na maioria dos países latino-americanos.

No início da década de 1990, as cotas de gênero foram aprovadas e, embora em termos gerais tenham sido bem sucedidas, tanto quantitativa quanto qualitativamente, sua aplicação foi confrontada com diversos obstáculos.

Entre os efeitos positivos das leis de cotas, podemos destacar o aprofundamento do processo de democratização no interior dos Parlamentos, o reconhecimento, em nível social, político e cultural das diferenças de gênero, a promoção de um maior contato entre as mulheres que ocupam cargos representativos e as mulheres organizadas da sociedade civil, o estabelecimento de instâncias ou foros de intermediação para a representação de gênero, além de importantes impactos nas agendas legislativa e pública por meio da incorporação de novos temas (Archenti e Tula 2008, p. 13).

Embora a nossa intenção ao defender os direitos das mulheres seja destacar a importância dos fatores institucionais para promover sua inclusão nos cargos eletivos em sistemas democráticos, consideramos igualmente relevante questio-

nar as barreiras e obstáculos enfrentados por essas medidas como consequência da persistência de condições estruturais de desigualdade e violência de gênero. Os aspectos negativos devem ser analisados com o intuito de buscar os caminhos para a sua superação.

Com relação aos obstáculos à aplicação das leis de cotas, em trabalhos anteriores destacamos as condições que proporcionam ou prejudicam sua eficácia: a) certas características patriarcais da cultura política; b) características peculiares do sistema eleitoral. O estabelecimento de cotas nas listas de candidatos/as se mostrou mais favorável em distritos com grande magnitude e em listas partidárias fechadas ou bloqueadas; c) o conteúdo das normas que estabelecem a ação afirmativa. Nas normas, uma primeira limitação às cotas está vinculada à arbitrariedade com que o percentual é fixado e com a interpretação minimalista feita pelos partidos políticos, que converte o estabelecido como mínimo em um valor máximo. Outras condições se referem à inclusão de seu reconhecimento como sendo de ordem pública, à obrigatoriedade para todos os partidos políticos, ao estabelecimento de uma ordem para a posição dos candidatos nas listas e de medidas punitivas por não cumprimento. A combinação desses dispositivos condiciona a aplicação efetiva das cotas ao determinar contextos favoráveis ou desfavoráveis em cada distrito eleitoral e, por último, porém não menos importante, d) o processo de seleção de candidatos no interior dos partidos políticos (Archenti e Tula, 2008, 2010, 2014).

TABELA 1. Países latino-americanos que aprovaram normas de cotas e de paridade em nível nacional

País	Adoção de cotas	Adoção de paridade
Argentina	1991	2017
Bolívia	1997	2009
Costa Rica	1997	2009
Equador	1997	2008
Honduras	2000	2012
México	1996	2014
Nicarágua	Não adotou cotas	2010
Panamá	1997	2012*
Venezuela	1998	2005-2015**

* Panamá adotou a paridade política de gênero nas eleições internas e primárias através da Lei N° 54 (2012).

** Venezuela aplicou a paridade de gênero em nível nacional em duas oportunidades. Em 2005, através da Resolução N° 050401-179 e em 2015, mediante a Resolução N° 150. 625- 147.

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Archenti e Tula (2008), do Observatório de gênero da CEPAL e das páginas na internet dos órgãos eleitorais de cada país.

A paridade política se assemelha em alguns aspectos às leis de cotas embora seja mais rígida em suas disposições. Ela se expressa por uma norma que obriga os partidos políticos a confeccionar listas de candidatos com 50% de integrantes de cada sexo, ordenados de maneira sequencial e alternada. Assim, o percentual é o mais alto possível em termos de equidade entre os gêneros e a ordem de posição alternada (1 a 1) garante a igualdade nas probabilidades de serem eleitos.

Deste modo, as leis de paridade permitem superar muitas das dificuldades apresentadas pelas leis de cotas, entre elas, o caráter aleatório do percentual mínimo de mulheres, ao fixar o percentual de 50% e a ausência ou a imprecisão na probabilidade de eleição condicionada à posição do candidato na lista, ao estabelecer a alternância e ordem sequencial, um a um. No entanto, também enfrentam barreiras com resultados semelhantes às das cotas. A inclusão equitativa é limitada no acesso à representação quando os sistemas eleitorais apresentam listas abertas ou desbloqueadas e/ou distritos de pequena magnitude. O mesmo ocorre quando as normas não contemplam a equidade juntamente com a ordem de posição do candidato na lista, incluindo os princípios de alternância e ordem sequencial (Archenti e Tula, 2014) ou, em alguns casos, estes são incluídos, mas não regulamentados devidamente, condicionando os efeitos desses marcos regulatórios.

Notamos que os obstáculos ao cumprimento das normas de paridade, similarmente ao observado com relação às leis de cotas, ocorrem em três níveis: a) assim como acontece com as leis de cotas, há obstáculos que nascem no próprio texto da lei, b) da mesma forma, outros são produzidos durante o processo de implementação, e c) nas ações da justiça eleitoral.

a) Projeto de norma de paridade

Embora a América Latina tenha avançado em direção à paridade política, a análise de certas leis de paridade permite detectar deficiências que atentam contra o próprio objetivo destes marcos regulatórios.

A despeito de as normas de paridade serem claras ao estabelecer que as listas devem ser compostas por 50% de candidatos de cada sexo, é possível, em certos casos, detectar a fragilidade ou a ausência do mecanismo de alternância e a ordem sequencial de candidatos. Por exemplo, em Honduras, o “Regulamento de aplicação do princípio de paridade e do mecanismo de alternância na participação política das mulheres e dos homens nos processos eleitorais” (Reglamento de aplicación del principio de paridad y del mecanismo de alternancia en la partici-

pación política de las mujeres y los hombres en los procesos electorales), de 2016, estabelece como norma geral que nas listas de deputados titulares ao Congresso Nacional nos Departamentos com três ou mais deputados, a alternância é *permitida* da primeira à última posição (Art. 7, Inc. 6). Entretanto, dispõe que, para fins de inscrição, a *exigência* deste mecanismo vigora a partir da terceira, quarta ou quinta posição¹ (Art. 7, Inc. 7). Isto significa que a aplicação dos mecanismos de alternância e de ordem sequencial assume caráter mandatório a partir da terceira posição da lista, enquanto nas posições precedentes, constitui-se como mera possibilidade sob o critério arbitrário dos partidos políticos.

Considerando a lógica patriarcal que tende a nortear a montagem das listas eleitorais, existe a possibilidade de que nenhuma mulher seja incluída nas primeiras posições, ou que, caso sejam incorporadas, ocupem posições menos vantajosas de serem eleitas em comparação aos homens. Por exemplo, em um departamento que elege sete deputados, existe a possibilidade de que as três primeiras posições da lista sejam ocupadas por homens e que a alternância, em distrito desta magnitude, seja exigida apenas a partir da quarta posição.

É oportuno mencionar que em Honduras este marco regulatório funciona com um sistema eleitoral de voto preferencial que, mediante o desbloqueio da lista, permite alterar os mecanismos de alternância e de ordem sequencial determinados pela norma de paridade, por meio da preferência dos eleitores. Quando esse aspecto está associado a um cenário eleitoral fragmentado e à baixa preferência dos eleitores por eleger candidatas mulheres, as possibilidades de que uma das mulheres seja eleita é ainda mais escassa, o que restringe ainda mais a eficácia real da norma de paridade.

Por outro lado, outro aspecto a considerar é a incorporação de disposições na lei que garantam a aplicabilidade da paridade através de medidas punitivas quando de seu descumprimento. No caso da Bolívia, por exemplo, a Lei 4021 – Regime Eleitoral Transitório, de 2009, através do Art. 9, “Da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres” não previa a aplicação de medidas punitivas para os partidos políticos que não cumprissem com a paridade. Esta deficiência foi corrigida posteriormente através da Lei 026 – Regime Eleitoral, de 2010, que estabeleceu que as listas que não cumprissem os critérios de paridade e alternância não seriam aceitas (Art. 107).

1 Nestes casos fica estabelecido que a alternância deve começar com um candidato do sexo oposto ao do anterior (Art. 7, Inc. 7).

Em resumo, a concepção das normas de paridade tende a condicionar a sua eficácia, uma vez que é através suas disposições e/ou omissões que são moldadas as formas como são adotadas as competências político-eleitoras em termos de sexo. Neste sentido, a aplicabilidade da lei e sua consequente efetividade para promover o acesso igualitário aos cargos legislativos depende, principalmente, por um lado, da interpretação e da ação dos partidos políticos com relação à concepção das normas de paridade e, por outro, do papel dos órgãos da justiça eleitoral para garantir que a essência desta lei não seja alterada.

b) Aplicação da norma

A experiência de alguns países da América Latina que aplicaram a norma de paridade para eleições legislativas em nível nacional revela a persistência de uma cultura política reticente à incorporação das mulheres nos espaços de tomada de decisão política. Em face da aplicação das normas de paridade, os partidos políticos têm apelado para diversas estratégias a fim de manter uma lógica de poder masculina que tende a restringir os resultados da paridade e, conseqüentemente, o desenvolvimento de democracias inclusivas em termos de gênero.

A confecção estratégica das listas de candidatas – que tende a colocar as mulheres em posições com possibilidades menores de se elegerem – revelou as limitações da paridade vertical, fato que impulsionou o debate em direção à inclusão da dimensão horizontal da paridade política.

Na Costa Rica, a aplicação da paridade e da alternância sequencial pela primeira vez em 2014, levou a uma constrição no acesso das mulheres à Assembleia Nacional com relação aos valores alcançados em eleições anteriores, nas quais haviam sido implementadas as cotas, caindo de 38,6% (2013) para 31,6% (2014). Isso se deveu principalmente 1) à ampla oferta eleitoral nas sete províncias, 2) à dispersão dos votos entre quatro partidos – PLN, FA, PUSC e PAC – aliada à combinação de distritos médios e pequenos, que implicou em uma baixa alocação de assentos para cada força política, 3) à configuração das listas que privilegiou a liderança masculina – apenas 20% das listas apresentadas foram encabeçadas por mulheres (Archenti e Tula, 2014; Picado e Brenes, 2014) e, 4) ao sistema de alocação de assentos – listas fechadas e bloqueadas – e à vontade emitida por sufrágio popular (Picado e Benes, 2014).

A análise dos resultados da primeira implementação da paridade nesse país levou à aprovação da Resolução 3603-E8-2016 do Tribunal Superior Eleitoral, que estabeleceu a necessidade de repensar o alcance da aplicação da paridade no

encabeçamento das listas de deputados, levando à incorporação da dimensão horizontal ao estabelecer que *“a paridade das listas de candidatos a deputados não apenas obriga os partidos a constituir cada lista de província com 50% de pessoas de cada sexo (colocados de forma alternada), mas também que essa proporção seja respeitada nas listas apresentadas por cada coligação”*.

Enquanto isso, na Bolívia, a paridade foi aplicada pela primeira vez em 2009 nas eleições para a Câmara dos Deputados e alcançou um valor de 23%, o que representa aumento de 6% com relação à eleição anterior, em 2005. Nos comícios de 2009, os partidos políticos, similarmente ao caso da Costa Rica, também apelaram à montagem estratégica das listas de candidatos. Das cédulas plurinominais oficializadas para o cargo de deputado, apenas 23,88% foram encabeçadas por mulheres enquanto nas representações uninominais, esse valor foi de 19 (35%) e nas circunscrições especiais, alcançou 9 (35%). Na montagem das listas, os partidos distorceram a informação sobre o sexo de alguns candidatos – assim como fizeram quando da implementação das cotas, fato que ficou conhecido como o escândalo dos candidatos travestis – para cumprir com a alternância e sequência dos sexos conforme disposto pela Lei de Regime Eleitoral Transitório, de 2009 (Archenti e Tula 2014, Albaine 2016).

O aperfeiçoamento da norma de paridade na Bolívia se deu mediante a adoção da paridade em sua dimensão horizontal por meio da “Regulamentação da Paridade e da Alternância” (Circular TSE-PRESC-SC 007/2014), que estabeleceu que as mulheres deveriam encabeçar a lista, tanto para os cargos uninominais quanto para os cargos plurinominais, nos Departamentos em que o número de assentos eletivos fosse ímpar. A eficácia deste tipo de medida, juntamente com outras especificações incluídas por esta norma – tal como a que estabelece que a paridade nos cargos uninominais deve ser apresentada para titulares e suplentes e que no total das circunscrições, ao menos 50% dos cargos titulares devam pertencer a mulheres² –; favoreceu, em 2014, que a paridade nas normas – através de um sistema de lista fechada e bloqueada – se traduzisse em acesso paritário à Assembleia Legislativa Plurinacional.

A ação dos partidos políticos, do ponto de vista da interpretação que fazem do marco normativo paritário, coloca em evidência as persistentes resistências associadas à participação política das mulheres para além da adoção de uma norma de paridade. Este fato abre o debate sobre a necessidade de aperfeiçoar essas leis

2 Esta disposição foi feita para reafirmar o disposto pela Lei N° 026 (2010).

através da inclusão da dimensão horizontal da paridade com o objetivo de quebrantar a lógica patriarcal que impera na montagem das listas eleitorais.

c) Justiça eleitoral

Embora seja possível afirmar que está sendo construído em nível regional um novo paradigma jurídico mais favorável ao exercício igualitário dos direitos políticos entre os sexos, anda é possível detectar a dificuldade gerada em certos casos, pela ação da justiça eleitoral no avanço em direção a uma democracia paritária substancial.

A título de exemplo, na Província de Buenos Aires, o distrito eleitoral mais relevante da Argentina, a alternância e sequência entre os sexos por binômios, prevista pela norma de paridade subnacional (Lei Nº 14.848) foi violada através da Resolução Nº 114, de 2017, da Junta Eleitoral, que propôs harmonizar este mecanismo nas eleições gerais com a vontade popular resultante das eleições primárias. O resultado disso foi que no processo de formação das listas gerais a partir de duas ou mais listas que haviam concorrido nas eleições primárias, foi dada prioridade à ordem de candidatos original das cédulas, anulando a aplicação da alternância e sequência por binômios entre os sexos³ previstos na lei. A decisão da Junta Eleitoral foi baseada em que a norma de paridade ainda não havia sido regulamentada, apesar de a Lei Nº 14.848 prever mecanismos para sua aplicação no Art. 2, e que seria um *fato do príncipe* modificar a vontade popular que elegeu uma lista, a fim de respeitar a alternância e sequência de sexos estabelecidos pela lei.

Este exemplo demonstra que a interpretação e as ações levadas a cabo pelos órgãos da justiça eleitoral podem condicionar a eficácia da paridade ao flexibilizar e/ou distorcer o sentido real da lei, assim como a importância social e política constituída pelas normas que defendem a igualdade entre os sexos no exercício dos direitos políticos; fato que atenta não apenas contra os direitos de um grupo social, mas também contra a qualidade das democracias latino-americanas.

3 A Resolução Nº 114 da Junta Eleitoral da província estabeleceu que “as listas de candidatos para as eleições gerais de uma mesma coligação política ou aliança integrada por duas ou mais listas que participaram da EPAOS, deverão ser apresentadas sem alterar a ordem prevista nas listas de pré-candidatos que participaram das eleições primárias, abertas, obrigatórias e simultâneas no momento da integração”.

2. DO QUE ESTAMOS FALANDO QUANDO NOS REFERIMOS À VIOLÊNCIA POLÍTICA BASEADA EM GÊNERO?

■ A aplicação das cotas e da paridade política tende a ser acompanhada por formas de discriminação e violência de gênero que restringem e/ou anulam o exercício dos direitos políticos eleitorais e direitos humanos das mulheres. Este problema não deve ser pensado apenas como uma consequência do empoderamento político deste grupo social associado à implementação de ambas as medidas, mas deve ser associado à complexa realidade de precarização social e econômica pela qual passam as sociedades latino-americanas (Segato, 2017). Ou seja, não se trata de questionar a eficácia da paridade política com relação à sua incidência sobre o exercício da violência de gênero, mas de promover políticas públicas orientadas à proteção das mulheres no exercício de seus direitos políticos considerando o contexto sociopolítico adverso onde opera.

Como afirma Torres García (2017), “*a violência é um conceito complexo e de difícil compreensão, que tem múltiplas abordagens analíticas, assim como um sentido multifatorial e multidimensional de causas e consequências*”. A violência de gênero no âmbito político é correlacionado e justaposto a certas formas de violência a que estão sujeitas as mulheres na sociedade civil que, através das regras que regulam a relação entre governantes e governados e que são próprias das democracias modernas, se manifestam no espaço político-eleitoral. Embora não se trate de um problema recente, a novidade é que a violência de gênero no âmbito político ganhou visibilidade, reconhecimento e relevância no século XXI e foi contextualizada pelo impulso por igualdade observado na América Latina, promovido, principalmente, por meio dos consensos regionais adotados no início deste milênio (Consenso de Quito 2007, Consenso de Brasília 2010, Consenso de Santo Domingo, 2013 e a Norma Marco para consolidar a Democracia Paritária 2015).

Em nível regional, a Declaração sobre a Violência e o Assédio Político contra as Mulheres (OEA/CIM, 2015), primeiro acordo sobre a matéria, e a Lei Modelo Interamericana sobre Violência Política contra as Mulheres (OEA/CIM, 2017) constituem os avanços legais que conceituam esta problemática.

De acordo com a Lei Modelo Interamericana sobre Violência Política contra as Mulheres, “A ‘violência política contra as mulheres’ deve ser entendida como qualquer ação, conduta ou omissão realizada de forma direta ou através de terceiros que, baseada em seu gênero, cause dano ou sofrimento a uma ou a várias mulheres e cujo objetivo ou resultado seja prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos políticos. A violência política contra

as mulheres pode incluir, entre outras, violência física, sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica” (Art. 3, CIM/OEA, 2017).

A especificidade da violência política baseada em gênero se sustenta sobre as assimetrias das relações de poder entre homens e mulheres (Cerva Cerna, 2014) que configuram a lógica patriarcal do fazer político. Em termos gerais, é possível afirmar que o poder político está sustentado principalmente em; 1) capacidade de obter votos do eleitorado e o acesso a cargos decisórios, 2) capacidade de influenciar a dinâmica interna da organização partidária e adquirir disciplina partidária, 3) possibilidade de influenciar o processo de seleção de candidatos e formação das listas e, 4) disponibilidade de contar com recursos econômicos, acesso aos meios de comunicação e uso das redes sociais, sobretudo no desenvolvimento das campanhas eleitorais.

O poder político é constituído de forma diversa em termos de gênero nas instituições políticas como resultado da expressão da vontade geral através das regras que regem a competência política e de certos comportamentos político-partidários que tendem a ser desfavoráveis ao exercício real dos direitos políticos das mulheres. Em alguns casos, os elementos constitutivos do poder político são utilizados com o propósito de dificultar o acesso, o desempenho e a permanência das mulheres na política, impossibilitando o exercício real de seus direitos políticos. Deste modo, o exercício da violência política baseada em gênero aparece associado ao poder político e pode ser definido como o uso do poder político com o objetivo de violar os direitos políticos e direitos humanos das mulheres.

Deste modo, é possível detectar formas de violência política baseada em gênero em: 1) instituições políticas entendidas como regimes de gênero (Connell 1987, 1990), que tendem a institucionalizar a desigualdade estrutural entre os sexos e, 2) certas regras formais e informais que regulam a competência político-eleitoral, que privilegiam interesses predominantemente masculinos e favorecem comportamentos eleitorais adversos à participação política das mulheres. Ou seja, é possível afirmar que existe uma *violência política baseada em gênero institucionalizada* que é exercida a partir do poder político e que não respeita o espírito dos marcos regulatórios de âmbito nacional e internacional que defendem a igualdade entre os gêneros no âmbito político. Exemplos disso são a configuração das normas que dificultam o exercício dos direitos políticos e eleitorais das mulheres, a dinâmica das instituições partidárias e legislativas que são governadas por regras formais e informais baseadas em estereótipos de gênero e certas decisões em matéria eleitoral contrárias às normas que defendem a igualdade entre os sexos no exercício dos direitos políticos.

Nesse sentido, podemos afirmar que existem dois níveis de violência política baseada em gênero: 1) nível invisível – quase imperceptível, normalizado pela estrutura social e política – que emana das instituições políticas e se expressa através da *violência política institucionalizada* e, 2) nível visível constituído em certos contextos políticos e culturais pela violência física contra as mulheres políticas e que é promovido pela reprodução de padrões socioculturais adversos à participação política das mulheres através da dinâmica institucional e certas regras formais e informais que a regulam.

É fundamental confrontar a *violência política institucionalizada* uma vez que, historicamente, essa prática foi naturalizada ou normalizada constituindo uma forma de reprodução de condições de desigualdade entre homens e mulheres na arena política que, em certos contextos políticos e culturais pode resultar em *feminicídio* de mulheres políticas. Um caso emblemático, e que permanece impune, é o de Juana Quispe Apaza, conselheira do município de Ancoraimes de La Paz, Bolívia, assassinada em 2012. Segundo testemunhas, antes de ser assassinada, ela sofreu discriminação e constantes agressões verbais e físicas por parte do prefeito e dos conselheiros que ela havia denunciado por corrupção, negando-lhe, inclusive, sua participação nas sessões do conselho⁴ (Associação de Conselheiros da Bolívia (ACOBOL)⁵). O assassinato de Juana Quispe Apaza resultou na aprovação da Lei N° 243 contra o assédio e/ou a violência política baseada em gênero no contexto da fundação de um novo tipo de Estado de caráter plurinacional (Archenti e Albaine, 2013).

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

■ Do ponto de vista da abordagem feminista institucional, é possível analisar os avanços das mulheres na política através das normas voltadas à sua promoção nos processos de tomada de decisão nos diferentes níveis de governo.

Nos últimos vinte e sete anos, foram sancionados dois tipos de leis com essa orientação na América Latina: as cotas de gênero e a paridade de gênero, sendo o

4 Ver nota *Tribunal de Mulheres ameaça recorrer à Corte Interamericana de Derechos Humanos*. Agencia de noticia FIDES, 30 de noviembre de 2017. Disponible en <https://www.noticiasfides.com/nacional/seguridad/tribunal-de-las-mujeres-anuncia-que-acudira-a-la-cidh-por-casos-de-acoso-politico-y-feminicidio-383905>

5 Ver nota *Conselheira Juana Quispe Apaza: asesinada*. Instituto de Ciencia, Economía, Educación y Salud, 23 de marzo de 2012. Disponible en <http://www.icees.org.bo/2012/03/concejala-juana-quispe-apaza-asesinada/>

segundo tipo mais avançado que o primeiro. Ambas as normas tiveram impactos positivos, mas também encontraram obstáculos importantes à sua implementação. Estes, são desenvolvidos, principalmente em três níveis: a) na confecção da norma em si, b) na sua implementação pelos partidos políticos e, c) nas decisões da justiça eleitoral.

É importante notar que estas medidas foram sendo aperfeiçoadas em diferentes países ao longo do tempo para tentar superar os obstáculos que iam aparecendo. Desta forma, foi incorporada a ordem de posição para evitar que as candidatas mulheres fossem incluídas ao final da lista; as medidas foram declaradas de “ordem pública” a fim de que qualquer cidadão possa denunciar transgressões à lei; foram estabelecidas medidas punitivas para o não cumprimento de modo que os partidos políticos assumissem a obrigatoriedade da norma e, recentemente, foi estabelecida a paridade horizontal para evitar o persistente encabeçamento das listas por candidatos homens. No entanto, algumas dificuldades são de difícil solução como é o caso das tensões produzidas ao incorporar as normas de gênero ao sistema eleitoral.

Juntamente com o desenvolvimento deste tipo de medidas, destaca-se a discriminação e a violência baseadas em gênero que surgem ante o empoderamento das mulheres pela implementação de normas que abrem caminho para o seu acesso aos cargos políticos em contextos de persistente desigualdade. Este tipo de violência foi denominada violência política baseada em gênero, denotando sua vinculação com o poder político. Dois elementos são necessários para a constituição da violência política baseada em gênero: a) o uso do poder político orientado à b) violação dos direitos políticos das mulheres. Ou seja, quando o uso do poder político, de qualquer maneira, mesmo em omissão, viola os direitos políticos das mulheres ou as impedem de exercer seus direitos políticos, estamos diante de atos de violência política baseada em gênero.

A violência política de gênero foi reconhecida em documentos nacionais e internacionais através de relatórios e leis como um problema grave para a democracia. No entanto, ainda não existem projetos institucionais eficientes para sua eliminação. O único país da América Latina que adotou uma norma específica capaz de abordar esse problema é o Estado Plurinacional da Bolívia, através da lei Nº 243, de 2012, que enfrenta dificuldades em sua implementação e na resolução dos casos.

Em resumo, as normas que defendem a igualdade na participação política entre os sexos não bastam para o estabelecimento de uma democracia paritária substancial. A constituição da democracia paritária substancial requer profundas

mudanças culturais que gerem a transformação de práticas enraizadas na estrutura político-institucional com o propósito de atuar contra a violência política de gênero em todos os seus níveis e formas.

NÉLIDA ARCHENTI é socióloga e doutora em ciências sociais pela Universidade de Buenos Aires. É professora titular da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Especializou-se em estudos de gênero e política, área em que tem publicado múltiplos trabalhos.

LAURA ALBAINE é formada em Ciência Política e doutora em ciências sociais pela Universidade de Buenos Aires. Atualmente trabalha como pesquisadora no Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) e é professora regular do Curso de Ciência Política da Universidade de Buenos Aires.

BIBLIOGRAFIA

ALBAINE, Laura. *Democracia paritaria: cómo prevenir y erradicar la violencia hacia las mujeres en política*. ONU Mujeres, 2018.

_____. *Paridad de género y violencia política en Bolivia, Costa Rica y Ecuador. Un análisis testimonial*. *Revista de la Universidad Nacional de Colombia*, Volumen 11, Nº 21 (enero-junio), p. 335-362, 2016.

_____. *Obstáculos y desafíos de la paridad de género. Violencia política y sistema electoral*. *Revista Iconos de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO)*, Nº 52, p. 145-162, 2015a.

_____. *Paridad de género y violencia política. Los casos de Bolivia, Costa Rica y Ecuador*. In: CAZARÍN, Martínez, EGGLETON, Angélica M. Avila y DE LA PEÑA, R. (coords.). *Integridad y equidad electoral en América Latina*. México DF: Sociedad Mexicana de Estudios Electorales (SOMEE), 2015b. p. 172-201

_____. Acoso y violencia política en razón de género. Un estudio sobre América Latina. Nuevas normas, viejas prácticas. In: Archenti Néliida y Tula, M. Inés (comps.), *La representación política imperfecta. Logros y desafíos de las mujeres políticas*. Buenos Aires: Eudeba, 2014. p. 63-80.

ARCHENTI, Néliida. *La paridad política en América Latina y el Caribe*. Serie Mujer y Desarrollo Nº 108. Santiago de Chile: CEPAL, 2011.

ARCHENTI, Néliida y ALBAINE, Laura. *Los desafíos de la paridad de género. Tensión normativa y violencia política en Bolivia y Ecuador*. *Revista Punto Género*, Nº 3 (noviembre), p. 195-219, 2013.

_____. *La Participación de las Mujeres en los Gobiernos Locales en Argentina*. *Revista PostData* Vol. VI, Nº 2 (diciembre), p. 227-247, 2009.

ARCHENTI, Néliida y TULA, Ma. Inés. Critical Challenges of Quotas and Parity in Latin America. In: DOSEK, Tomas et al (eds.) *Women, Politics and Democracy in Latin America*, New York: Palgrave, 2017.

_____. De las cuotas a la paridad en América Latina: los casos de Bolivia, Ecuador y Costa Rica. In: Archenti, Néliida y Tula, M. Inés (comps.), *La representación política imperfecta. Logros y desafíos de las mujeres políticas*. Buenos Aires: Eudeba, 2014.

_____. *Cambios normativos y equidad de género. De las cuotas a la paridad de género. Los casos de Bolivia y Ecuador*. *América Latina hoy* Nº 66, p. 47-68, 2014.

_____. (eds.). *Mujeres y política en América Latina. Sistemas electorales y cuotas de género*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.

BALDEZ, Lisa y Patricia BRAÑEZ.. ¿Cuánto hemos avanzado las mujeres con las cuotas? El caso Boliviano. In: MAGDALENA, León (Ed.), *Nadando contra la corriente. Mujeres y cuotas políticas en los países Andinos*. Colombia: Unifem-Flacso-Universidad Nacional de Colombia, 2005.

BAREIRO, Line y SOTO, Lilian. *La hora de la igualdad sustantiva. Participación política de las mujeres en América Latina y el Caribe Hispano*. México D.F: ONU Mujeres, 2015.

BARRANCOS, Dora y ARCHENTI, Nélide. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, Eva Alterman y AVELAR, Lúcia (orgs.) *50 anos de Feminismo. Argentina, Brasil e Chile*, Ed.USP: Sao Paulo, 2017.

BIROLI, Flavia. *Political violence against women in Brazil: expressions and definitions*. *Direito & Praxis*, Vol. 7, Nº 15, p. 557-589, 2016.

CERVA CERNA, Daniela. *Participación política y violencia de género en México*. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, Nº 222 (septiembre- diciembre), p. 117-140, 2014.

CONNELL, R. W. *The state, gender and sexual politics: Theory and appraisal*. *Theory and Society*, 19: 5, p. 507- 44, 1990.

COTLER, Julio. *Descomposición política y autoritarismo en el Perú*. *Revista Sociedad*, Nº 2 (mayo), p. 33-52, 1993.

HERRERA, ESCALANTE, Ana Cecilia y MENDÉZ AGUILAR, Nineth. *Experiencias de acoso político hacia las mujeres que ocupan puestos de elección popular en el nivel local de gobierno*. San José: INAMU, 2010.

HERRERA Morena, Mitzy ARIAS y GARCÍA, Sara. *Hostilidad y violencia política: develando realidades de mujeres autoridades municipales en El Salvador*. Santo Domingo: ONU MUJERES, 2010.

HTUN, Mala y JONES, Mark. *Engendering the right to participate in decision-making: electoral quotas in women's leadership in Latin America*. In: CRASKE, Nikki y MOLINEUX, Maxine (eds.). *Gender and the politics of rights and democracy in Latin America*. Londres: Palgrave, 2002. P. 32-56.

IPU. *Sexism, harassment and violence against women parliamentarians*. S/d: IPU, 2016.

KROOK, Mona Lena y RESTREPO SANIN, Juliana. Género y violencia política en América Latina: Conceptos, debates y soluciones. *Política y Gobierno*, XXIII (1), p. 127-162, 2016.

MACHICAO, Ximena. La participación política de las mujeres ¡Un dilema lejos de resolver!. Ponencia presentada en Quito-Ecuador, Febrero 2011. *III Encuentro Latinoamericano de la Red Latinoamericana y del Caribe de Asociaciones de Mujeres Autoridades Electas de Gobiernos Locales*. RedLamugol. ONU/MUJERES, AECID, DIPUTACIÓ BARCELONA (Xarxa de Municipis), 2011.

_____. *Acoso político: un tema urgente que enfrentar*. La Paz: Asociación de Concejalas de Bolivia, 2004.

MANSILLA, Carlos. La violencia política en el Perú: un esbozo interdisciplinario de Interpretación. *Revista de Estudios Políticos*, Nº 25. Sexta Época (septiembre- diciembre); p. 77-110, 2000.

ONU. *The world's women 2015*. Nueva York: ONU, 2015.

ONU Mujeres. *Del compromiso a la acción: políticas para erradicar la violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe*. Panamá: ONU Mujeres, 2017.

PICADO LEÓN, Hugo y BRENES VILLALOBO, Luis Diego. Evaluando la paridad y alternancia. *Revista de Derecho Electoral* del TSE de Costa Rica, Nº 18 (julio- diciembre), p. 384- 414, 2014.

PNUD. *Violencia contra las Mujeres en el ejercicio de sus derechos políticos*. México DF: PNUD, 2012.

SEGATO, Rita. Una falla del pensamiento feminista es creer que la violencia de género es un problema de hombres y mujeres. In: *Conclusión*, nota del 23 de agosto, 2017. Disponible en <http://www.conclusion.com.ar/info-general/una-falla-del-pensamiento-feminista-es-creer-que-la-violencia-de-genero-es-un-problema-de-hombres-y-mujeres/08/2017/>

TORRES GARCÍA, Isabel. *Violencia contra las mujeres en política. Investigación en partidos políticos en Honduras*, NDI, 2017.

ZABALA, Ma. Lourdes. et. Al. *Estrategia para el fortalecimiento de la participación política de las mujeres en el parlamento*. La Paz: Honorable Congreso Nacional, Unión de Mujeres Parlamentarias de Bolivia (UMPABOL), USAIO, RF/SUNY/Bolivia y Programa de Apoyo a la Representatividad Congresal (PARC), 2002.

Nzinga Informativo: Redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro

FLAVIA RIOS

VIVIANE GONÇALVES FREITAS

RESUMO

■ Em um contexto de intensa mobilização em termos do imbricamento entre raça, gênero e classe nas mídias sociais do Brasil atual, parece oportuno trazer a público investigações que remontem às bases comunicacionais, sociais e organizacionais do feminismo negro brasileiro contemporâneo em vista de sua relevância histórica, cultural e política. Pouco conhecido da produção acadêmica sobre imprensa negra e sobre a imprensa feminista, porém presente na narrativa, memória e produção das intelectuais negras mais antigas, o *Nzinga Informativo*, publicado entre os anos de 1985 e 1989, é *locus* privilegiado para esse desafio, posto que revela a agenda das mulheres negras brasileiras em seu processo de formação política, no contexto da redemocratização do país. Dada a importância desse documento histórico, este artigo busca analisar como a luta dessas agentes sociais chegava às páginas do periódico, bem como as demais demandas feministas, antirracistas e populares daquele período crucial para a reconstrução da democracia brasileira.

ABSTRACT

■ In a context of intense mobilization in terms of the interrelation between race, gender and class in present-day Brazil, it seems appropriate to bring to the public investigations that trace the communication, social and organizational bases of Brazilian black feminism in view of their historical, cultural and political relevan-

ce. Little known about the academic production on the black press and on the feminist press, but present in the narrative, memory and production of the oldest black intellectuals, the *Nzinga Informativo*, published between 1985 and 1989, is a privileged *locus* for this challenge, since reveals the agenda of Brazilian black women in their process of political formation, in the context of the country's re-democratization. Given the importance of this historical document, this article seeks to analyze how the struggle of these social agents reached the pages of the journal, as well as the other feminist, antiracist and popular demands of that crucial period for the reconstruction of Brazilian democracy.

INTRODUÇÃO

■ O *Nzinga Informativo* veio a público em 1985, ano adotado oficialmente como sendo o do fim do regime militar, já que a Presidência da República – embora sem eleições diretas – passaria a ser comandada por um político civil, e não por integrantes das forças armadas, como vinha ocorrendo desde o golpe de 1964. Aquele era o ano da transição de regime político – do autoritarismo à democracia –, simbolizada pela mudança de governantes do posto mais elevado do Executivo Federal. O ano de 1985 foi também um marco decisivo para a institucionalização do feminismo brasileiro com a criação do Conselho Nacional da Mulher, ligado ao Ministério da Justiça (Santos, 2006). Além disso, para o movimento de mulheres global foi um ano singular, já que marcou o encerramento da chamada “Década da Mulher” com a Conferência de Nairóbi, ocorrida no Quênia, onde se destacou a expressiva participação de representantes de organizações não-governamentais (Ribeiro, 2008). Esse conclave mundial – assim como o Conselho Nacional – contou com a participação de Lélia Gonzalez (1935-1994) e Benedita da Silva (1942-), duas figuras fundamentais para compreensão do sentido e da articulação do feminismo negro brasileiro em sua formação civil e na sua representação parlamentar.

Durante toda essa década, as mulheres organizadas na esfera pública abriam diversos espaços para atuação política, seja na esfera estatal, seja na esfera civil ou transnacional. Na efervescente sociedade civil, o movimento de mulheres negras ganhava fôlego nas arenas dos ativismos negro e feminista, em suas formas mais ou menos institucionalizadas. Do período de abertura política até a primeira me-

1 As autoras agradecem às equipes do Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Centro Informação da Mulher (CIM), por disponibilizarem a coleção do *Nzinga Informativo*.

tade da década de 1980, os primeiros coletivos de mulheres negras autônomos emergiram na cena pública, especialmente no eixo Rio-São Paulo: Alquatune (1979), Luiza Mahin (1980), Grupo Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1982), Coletivo Mulheres Negras do Estado de São Paulo (1983), Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (1983), esta última seria a organização que fundaria aquele que talvez seja o primeiro periódico do feminismo negro no Brasil na esfera pública subalterna (Fraser, 1990), formada a partir da imprensa alternativa.

No campo das publicações acerca do tema da mulher negra – seja em termos de condições de vida, da cultura ou da organização política – foi publicado, em 1982, o artigo *A mulher negra na sociedade brasileira*, de Lélia Gonzalez, no livro *O lugar da Mulher*, editado no Rio de Janeiro, com trabalhos de várias feministas importantes no ciclo da redemocratização, entre as quais Jacqueline Pitanguy, que, mais tarde, assumiria a presidência do Conselho Nacional da Mulher. Três anos depois, o Conselho Estadual da Condição Feminina – criado na gestão Franco Montoro, em São Paulo – lançaria um livro dividido em duas partes: *A Mulher Negra*, escrita por Sueli Carneiro e Thereza Santos (1938-2012), e *Política Governamental e a Mulher*, de Albertina Costa. Essas atividades seriam expressivas das preocupações e da articulação do feminismo nos anos 1980, fosse na formação de redes políticas, fosse na produção de conhecimento, pautando a linguagem do feminismo na sociedade civil e na esfera do Estado (Rios, 2017). Tratava-se de uma *intelligentsia* feminista, que discutia diversos assuntos pertinentes à condição de desigualdades das mulheres brasileiras, bem como os enfrentamentos para o estabelecimento do feminismo no país e o horizonte da ação coletiva com vistas à construção de uma agenda política referente aos direitos das mulheres.

As formas de participação política dessas lideranças na sociedade civil eram diversas; o lema daquele momento era “organizar-se”. No jornal *Nêgo*, periódico da imprensa negra, publicado em Salvador, Bahia, desde 1981, pelo Movimento Negro Unificado (MNU), por exemplo, chamava seu público para o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, que ocorreria nos dias 24 a 26 de outubro daquele ano². Em 1983, foi realizado, na capital fluminense, o I Encontro de Mulheres de Favela e da Periferia, e antes houve o Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Assim, foram vários encontros que aconteceram no decorrer da democratização até culminar no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, que teve a participação de mais de quatro centenas de mulheres originárias

2 *Jornal Nêgo*, n.11, pág. 3. Localizado no acervo da Fireston Library, em Princeton University, New Jersey, EUA.

das cinco regiões do Brasil, sendo que nem todas as participantes vinham de organizações declaradamente feministas. Joselina da Silva, uma das organizadoras do evento, ao descrevê-lo afirma:

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras foi resultado de uma ampla articulação em 18 estados da Federação, que congregou cerca de quatro centenas de mulheres na cidade de Valença (RJ) em dezembro de 1988. O conclave deu bases para uma extensa construção coletiva nacional. O sistema de participação era por representação, com delegadas eleitas nos respectivos estados. O processo de escolha deveria ocorrer por meio de uma reunião, seminário ou encontro público e com abrangência estadual. (Silva, 2014, p. 28).

Dos encontros nacionais aos transnacionais e vice-versa, houve a retroalimentação da mobilização política das mulheres negras no meio da luta feminista e antirracista, nos extratos médios e populares, ainda que as formas de organização ainda fossem pouco institucionalizadas naquela década, a se notar pelo uso dos termos *coletivo* ou *grupo* para se referir às formas organizacionais mais fluidas e horizontais – e, em termos econômicos, mais frágeis – das mulheres negras brasileiras. Ressalte-se, contudo, a relevância desses laços de solidariedade social, forjados pela identidade coletiva construída pela categoria política mulheres negras, que historicamente já se apresentava no final da década de 1970³. Porém, apenas no decorrer da década que marcou os anos dourados dos movimentos sociais brasileiros na era da democratização, tornou-se *movimento social* – entendido aqui como rede de solidariedade com objetivos políticos (Melucci, 1989).

A fim de enfatizar as dimensões raciais da opressão das mulheres, as feministas negras concentraram-se em temáticas como o controle da natalidade e da saúde reprodutiva. Uma preocupação importante era com as taxas de esterilização entre as mulheres pobres, que, em sua maioria, também eram negras, chamando a atenção para a tríplice opressão de raça, gênero e classe. Outro ponto que não era considerado pelo feminismo liberal referia-se à divisão racial do trabalho. Cadwell (2000, p. 99), citando Lélia Gonzalez e Luiza Bairros, frisa que “a liberação aparente de feministas brancas era relacionada à subordinação continuada de mulheres negras”.

3 É preciso notar que em outros momentos históricos de democratização do Brasil, registram-se mulheres negras em coletividades organizadas politicamente. A esse respeito, ver Schumacher; Brazil (2007);

A emergência do *Nzinga Informativo* só pode ser entendida nesse contexto de forte mobilização política da década de 1980 em favor da democratização das instituições e da cultura brasileira. Nesse sentido, trata-se de um periódico que aparece na cena pública no processo de formação do feminismo negro brasileiro, resultante do adensamento das redes feministas no âmbito regional, nacional e global, bem como das articulações e organizações dos movimentos negros e dos movimentos portadores do discurso de liberalização sexual no interior do campo progressista, atuantes no ciclo político da retomada da democracia no país.

Sob essa perspectiva, no presente artigo, analisaremos detidamente o *Nzinga Informativo* – talvez o primeiro periódico da história do feminismo negro brasileiro enquanto movimento autônomo –, inserindo-o em seu contexto histórico, político e na estrutura sociocultural do país. Para tanto, a estrutura deste artigo está dividida em quatro seções, sendo a primeira delas esta introdução, seguida de uma segunda seção voltada para a imprensa alternativa do período da abertura democrática, e, principalmente, da redemocratização, com destaque para a imprensa negra e feminista. Na sequência, por meio de análise de conteúdo, trabalharemos os principais temas e a linguagem do *Nzinga Informativo*, perfazendo, assim, as linhas da terceira seção do artigo. Por fim, na última seção, sublinharemos a relevância do *Nzinga Informativo* seja por seu valor histórico, seja pela atualidade de seus temas, que ainda parecem encontrar eco no debate público contemporâneo.

IN BETWEEN: IMPRENSA NEGRA E FEMINISTA

■ A imprensa alternativa é um dos *loci* privilegiados para realizar uma análise compreensiva das redes, as agendas e os temas dos movimentos sociais no Brasil. Entendida aqui como uma esfera pública alternativa, a miríade de jornais de diferentes matizes se fez notar como formas públicas de contestação à ditadura militar, mas também como espaços de articulação e visibilidade políticas durante a redemocratização do Brasil. Era uma produção de jornais ligados a movimentos sociais, sindicais, profissionais, culturais, educativos, a grupos religiosos, a associações de bairro, a vertentes partidárias entre outros. Certamente, a imprensa alternativa pode ser considerada um forte indicador da densa produção dos agentes civis desejosos da transformação social por vias democráticas. A esmagadora maioria dos periódicos tinha vida curta é fato, mas havia intensa solidariedade entre eles e, por isso, forte circulação de informação, referenciais, pessoas e formas de agir na política. Por essa razão, as mulheres negras não estavam completamen-

te ausentes nas representações e nas produções dessa imprensa, muito embora suas imagens fossem rarefeitas e suas vozes menos audíveis nesses meios.

Apesar de ser, em sua expressiva maioria, defensora da democracia, esse guarda-chuva ideológico não chegava a ofuscar a heterogeneidade dos periódicos, e trazia até perspectivas antagônicas quando se tratava de temas como machismo, racismo, feminismo, aborto, liberação sexual – para ficar na agenda relativa a essa investigação acadêmica. Para se ter uma ideia do quão díspares poderia ser a abordagem da imprensa alternativa a depender do periódico ou do jornalista, nos anos 1970, época de maior produção e circulações desses jornais, um periódico como o *Bondinho*, dedicado à cultura, publicou uma longa reportagem, em 1971, sobre a atriz e ativista Thereza Santos, que quase uma década depois seria uma personagem importante para a conformação da pauta pública para as mulheres negras enquanto coletividade política organizada. Naquela ocasião, a reportagem “A Consciência Negra de Thereza Santos” abordava seu ativismo nas comunidades negras e de periferia da cidade de São Paulo e, sobretudo, seu engajamento e protagonismo na recondução do teatro negro na capital, por meio da peça *E agora falamos nós*, a qual dividia a autoria com Eduardo de Oliveira e Oliveira⁴. Do outro lado do espectro, era também possível encontrar um notável jornal satírico que tratou do racismo em uma de suas edições de 1978, em que trazia, na capa, a seguinte expressão referente a uma entrevista de Abdias do Nascimento: “os negros tomarão o poder no peito”. Abaixo da frase, vinha estampada uma imagem grotesca: uma mulher negra, supostamente mãe, seminua, com os “peitos de fora” e “pernas abertas”, sorrindo, com dois bebês negros nos braços, ambos simultaneamente sugavam cada um de seus seios. Enfim, uma montagem de chacota, com vista a forçar o contraste entre a fala do ativista e intelectual negro e a realidade nua e crua da população negra, em sua versão feminina e pobre⁵.

Alguns jornais, entretanto, não traziam os temas do racismo e sexismo de maneira caricata ou mesmo episódica. Esse era o caso do *Versus*, mídia de esquerda voltada para o tema da política e da cultura. Nele, em junho de 1977, apareceu o artigo Mulher Negra, de autoria de Neusa Santos, egressa do curso de jornalismo, não tinha laços com a rede feminista da época, mas fez sua voz ecoar de for-

4 Para o conhecimento mais detalhado de Eduardo de Oliveira e Oliveira, consultar o trabalho de Rafael Petry Trapp, intitulado *Elefante Negro: Eduardo Oliveira, raça e pensamento social* (São Paulo, década de 1970), História/UFF, 2018.

5 Ver *Pasquim*, 21/09/1978.

ma contundente num jornal com boa amplitude para aquele contexto⁶. Tratava-se de um jornal de esquerda, criativo esteticamente e com forte permeabilidade para projetar temas políticos não exclusivamente restritos a classes. Era aberto ao anticolonialismo e recebeu de forma positiva a participação de intelectuais negros e feministas⁷. Saíram das páginas de *Versus* importantes reportagens sobre o pensamento feminista de segunda onda e da nova geração do movimento negro brasileiro⁸. Do local de produção do jornal, emergiu o *Nós Mulheres* (1976-1978) e a Coluna Afro-latino-América (1977-1979), dois periódicos fundamentais para a compreensão do fenômeno da imprensa feminista e negra no Brasil durante o regime militar.

A questão da mulher negra também seria debatida em outros periódicos, como o O jornal carioca da imprensa negra *SINBA* (1977-1980), com forte teor anticolonial, com reportagem frequentes sobre eventos e processos políticos dos países africanos, além das referências biográficas a lideranças revolucionárias desses país. *SINBA* publicou, em 1977, o artigo “A omissão da Mulher Negra”, sem autoria definida, o qual cobrava atuação das mulheres negras no interior do movimento negro brasileiro, com participação e voz, “sem o paternalismo dos homens”⁹. Reflexões como essa passaram a ser bem frequentes nos demais periódicos da imprensa negra em todo o país, especialmente, à medida que o movimento mulheres negras ganhava força.

Da mesma forma, vemos esse tema aparecer e crescer na imprensa feminista e gay. O jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), em seu número 4, trouxe a cobertura do congresso feminista no Rio de Janeiro, em que destacava com riqueza de detalhes a participação e as reflexões das mulheres negras no que toca a sua experiência com o racismo, o classismo e eurocentrismo das mulheres brancas¹⁰. Já o periódico *Mulherio* (1981-1988), contou com participação de Lélia Gonzalez no conselho editorial, além de textos seus bem provocativos como “E a trabalha-

6 Ver o depoimento da autora em: <http://marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira.html>. Consulta realizada em 07/10/2017.

7 Para mais detalhes sobre o jornal e seu vínculo com a imprensa negra, ver Rios, Flavia. Black and Red: o debate sobre raça e classe nas páginas do jornal socialista *Versus*. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19 n. 34, p. 114-125, jan./jun. 2015.

8 Sobre o vínculo entre o *Nós Mulheres* e o jornal *Versus*, consultar o depoimento da jornalista Rachel Moreno, disponível em <http://marcosfaerman.jor.br/7_RachelMoreno.html>. Consulta realizada em 07/10/2017.

9 Trata-se do número n.1, Rio de Janeiro, p. 3. A reportagem também é citada num comentário de Suzete, do grupo Aqualtune, no *Nzinga Informativo*, n.3, fev./mar. 1986, p. 3.

10 Ver *Lampião da Esquina*, n. 11, abr. 1979. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>

dora negra, cumé que fica?”¹¹. Nesse cenário, em que se forma um novo regime de visibilidade das mulheres negras com vistas a superação de estereótipos coloniais e enfrentamento público das desigualdades nos círculos políticos mobilizados, é que emerge o *Nzinga Informativo*, ora sob análise¹².

NZINGA INFORMATIVO:

AS VOZES DE MULHERES NEGRAS NA IMPRENSA

■ Em sua edição inaugural, *Nzinga Informativo* apresentou-se como um jornal que tinha por objetivo “divulgar as questões específicas das mulheres negras”. Contudo, originalmente o jornal não visava como público apenas esse setor feminino e negro da sociedade¹³. Em sua capa de apresentação, informava:

É *nosso* propósito fazer desse espaço um veículo que alcance um número sempre maior de mulheres e homens, brancos e negros que estejam preocupados com as mesmas questões que esse informativo se propõe a abordar. (Apresentação, *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 1, grifo nosso).

11 Ver *Mulherio*, São Paulo, n. 7, maio/jun. 1982, p. 4.

12 De acordo com levantamento feito para elaboração deste artigo, foram identificadas seis autoras que trabalharam com o *Nzinga Informativo*, seja como fonte de dados históricos seja como objeto de pesquisa: Matilde Ribeiro (artigo *Mulheres negras brasileiras: de Bertioaga a Beijing*, Estudos Feministas, 1995, fonte); Rosaália de Oliveira Lemos (dissertação *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*, Mestrado em Psicologia, UFRJ, 1997, fonte); Elizabeth Cardoso (dissertação *Imprensa feminista brasileira pós-1974*, Mestrado em Ciências da Comunicação, USP, 2004, objeto de pesquisa); Elizabeth do Espírito Santo Viana (dissertação *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*, Mestrado em História, UFRJ, 2006, fonte); Joselina da Silva (capítulo *I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980*, no livro *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*, 2014, fonte); e Viviane Gonçalves Freitas (tese *De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, das décadas de 1970 a 2010*, Doutorado em Ciência Política, UnB, 2017, objeto de pesquisa).

13 Foram publicados cinco números do *Nzinga Informativo*: junho/1985, julho/1985, fevereiro-março/1986, julho-agosto/1988 e março/1989. Cada número tinha de seis a oito páginas, sendo que a maioria dos textos não era assinada. Entretanto, a edição n. 5 se difere das anteriores pelo tamanho – sendo publicada em 16 páginas – além de trazer a cobertura do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (ocorrido em dezembro de 1988, em Valença, RJ), com textos-depoimento assinados por representantes de diversos coletivos de mulheres negras de vários estados brasileiros, o que demonstra a ramificação atingida pelo informativo e o diálogo existente entre os grupos em atuação naquele momento.

Longe do sectário político ou do exclusivismo identitário, *Nzinga Informativo* fora idealizado para se comunicar com setores amplos da sociedade, independentemente de cor ou raça e do gênero. Não era, portanto, um jornal de mulheres negras para mulheres negras, embora fossem elas as protagonistas no agendamento do que seria abordado pelo periódico e a partir de sua perspectiva¹⁴. Ao que parece, o veículo tinha firme intenção de tirar da invisibilidade pública a situação de subordinação das mulheres negras. Sendo assim, tão importante como dialogar com o público feminino e negro estaria o diálogo com o público masculino e branco. A particularidade seria o componente de ênfase às especificidades do segmento político norteador da identidade do jornal. O classismo também circundava as discussões do grupo – principalmente porque o coletivo foi formado a partir da associação de mulheres representantes dos movimentos negro, de bairros e de favelas. Entretanto, o grupo percebia que todas as mulheres negras, independentemente a qual classe socioeconômica pertencessem, eram discriminadas pelo racismo e pelo sexismo, por isso a ênfase nessa dupla opressão (Freitas, 2017).

O periódico foi criado pelo Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, grupo fundado dois anos antes da publicação. A fundação da organização, em 16 de junho de 1983, ocorreu em meio à efervescência da retomada dos movimentos sociais na arena pública brasileira dos anos 1980 e da aproximação entre os movimentos negro e de favelas. A Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro, foi escolhida para sediar o coletivo, no momento em que se ampliava a intervenção dos grupos organizados de mulheres negras no cenário político nacional (Gonzalez, 1985). Em suas próprias palavras o Coletivo se definia assim:

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a[s] questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que

14 Embora seja provável que não tenha havido homens como redatores da publicação, devido à agenda proposta e a partir da formação do grupo responsável pela publicação do jornal, com sua identificação no expediente e relatos de algumas das participantes, houve, por duas vezes – nos números 1 e 5 –, a reprodução de trabalhos (poema e ilustração extraída de livro de sua autoria) de Oubi Inaê Kibuko (nome africano do escritor paulistano Aparecido Tadeu dos Santos).

passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral. (Editorial, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2).

O nome do coletivo vincula-se à preocupação em resgatar um passado histórico, homenageando a rainha africana homônima e sua luta para enfrentar o colonialismo português em Angola. Além disso, as referências simbólicas continuam nas cores da logomarca, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. Segundo Gonzalez, o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina, na tradição nagô (Gonzalez, 1985). O nome foi uma sugestão de Lélia Gonzalez, a primeira coordenadora do coletivo, a partir de pesquisas que realizou sobre a história das mulheres africanas e o poder exercido por elas (Viana, 2006).

Lemos (1997) destaca que o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras alcançou uma significativa expressão, chegando a outras partes do país. Em 1984, representantes do coletivo participaram do I Encontro de Mulheres Negras e da I Conferencia de la Mujer de las Américas, na Costa Rica, e do African-American Women's Political Caucus, em Baltimore-Maryland. Em 1986, foi a vez do Maranhão – estado com forte ativismo negro organizado em torno do Centro de Cultura Negra, organização criada em 1979 – convidar as militantes para apresentarem reflexões sobre o movimento de mulheres negras, na época, considerado em construção ou em consolidação nestes estados. Segundo a autora, foram importantes momentos de troca de experiências, uma vez que o grupo já desenvolvia atividades com o movimento de escolas e creches comunitárias, com o movimento negro, com o movimento feminista e com outros setores da sociedade. Aliás, tal experiência colaborou no fortalecimento da primeira organização feminista de mulheres negras em São Luís, o coletivo Mãe Andresa, que seria criado naquele mesmo ano e vigente, com forte atuação política, até os dias de hoje.

Para editar o seu jornal de título homônimo, o coletivo Nzinga valeu-se do financiamento que recebera da instituição estadunidense Global Ministries (agência especializada da United Methodist Church), por meio da aprovação do

projeto *História contemporânea das lutas das mulheres negras*¹⁵. Com esse projeto, o objetivo principal do jornal – a se notar pelo tom de seu primeiro editorial – era resgatar a história de participação política e social da mulher negra na sociedade brasileira, tendo como perspectiva a “articulação entre racismo e sexismo”¹⁶, mesmo com periodicidade bastante irregular e poucas edições, como se observa pelos meses de circulação das edições, característica comum à imprensa alternativa da época (Kucinski, 1991).

Na agenda política e cultural que o jornal divulgava a cada número, vinha uma lista de atividades relacionadas aos projetos e ideais desse ativismo político. Divulgava-se lançamentos de livros de destacados intelectuais negros e feministas, como o caso de Joel Rufino (1941-2015) e Rose Marie Muraro (1930-1914), respectivamente¹⁷; noticiava-se reuniões em organizações negras mais antigas, como o Instituto de Cultura Negra (IPCN), e também de coletivos mais jovens ou em processo de formação, especialmente no que toca à organização de coletivos de negras, como as da Baixada Santista ou mesmo as de São Luís do Maranhão, no nordeste brasileiro. Encontros e festas em casas culturais, que se tornaram celeiros dos símbolos relacionados à cultura negra e sua estética afropop, como é o caso do Renascença Clube, com seus lendários bailes *black*. Destaque-se a forte desconcentração territorial dos eventos divulgados: da Zona Sul à Zona Norte carioca, das universidades (Cândido Mendes, UERJ, UFF) e da Câmara dos Vereadores (especialmente por meio do mandato da vereadora Benedita da Silva) aos morros; das quadras de samba aos institutos religiosos católicos, passando pelos clubes recreativos e teatros.

Não era, no entanto, uma circulação restrita à cidade do Rio de Janeiro, somente na segunda edição do jornal, vários eventos fora da capital fluminense são noticiados, como a atuação do Movimento Negro Unificado (MNU) na Bahia, junto às “comunidades periféricas”; ou CECUN (Centro de Cultura Negra de Vitória, ES), ou mesmo as atividades nas periferias de São Paulo, organizadas pelo Instituto FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), que atuavam na formação de jovens e adultos por meio de atividades de “conscientização política”, ou mesmo a divulgação do jornal *Porantim*, que dava visibilidade à causa indígena, no Distrito Federal. Além disso, era a constante referência e

15 O coletivo Nzinga utilizou o aporte de US\$ 40 mil tanto para o jornal, como para outras atividades ligadas ao ativismo de mulheres negras.

16 Nas duas últimas edições, é ressaltada também a colaboração do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro.

17 Ver *Nzinga Informativo*, n. 2, 1985, p.6.

notícias sobre o continente africano nas edições dos jornais, seja quanto à cultura, às manifestações religiosas ou à política do *apartheid*¹⁸.

Os campos discursivos em termos ênicos eram: “a cultura negra”; “educação popular”, “o feminismo” e “discriminações e desigualdades raciais”, que podem ser entendidos, no sentido de Sader (1989), como matrizes discursivas enunciadas de diferentes lugares, sendo os centrais os terreiros de Candomblé e Umbanda, a Igreja Católica via a Teologia da Libertação, da universidade (via Ciências Humanas) e das organizações políticas feministas e negras, por meio dos movimentos e organizações políticas.

O caráter formativo e popular do *Nzinga Informativo* pode ser flagrado desde os territórios por onde suas ativistas vinham e circulavam, mas também pelo tipo de literatura divulgada pelo periódico. Na seção “Lendo e aprendendo”, as editoras lançavam mão dos materiais disponíveis para a formação política de seu público. Por esse viés, é possível conhecer, em partes, o tipo de produção que circulava no interior do ativismo e suas recomendações de leitura. Em geral, eram escritos mais acessíveis ao grande público; muitos eram (e alguns ainda são) temas-tabu, a exemplo dos livros da coleção Primeiros Passos – *O que é racismo*; *O que é feminismo* –; ou mesmo a circulação do texto mimeografado sobre o aborto.

Dos repertórios de ação, destacam-se os cursos de formação, as reuniões de coletivos, seminários, lançamentos de livros, as festas religiosas e os bailes negros. Toda essa diversidade de atividades é indicadora dos laços de solidariedade entre o ativismo em questão, mas também parece expressar o padrão mais geral das formas de agir e de lazer de integrantes dos movimentos sociais durante a redemocratização. É notável o forte empenho para o enraizamento social e as tentativas de capilarização do ativismo, o qual pode ser notado na multiplicidade de espaços e organizações por onde circulavam as ativistas do Nzinga.

O destaque no pensamento do grupo para essa dupla subjugação das mulheres negras era tamanho que um dos poucos textos assinados dos quatro primeiros números da publicação, e que ocupou duas páginas inteiras, foi o artigo *Racismo e machismo*, escrito por Pedrina de Deus, então membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, publicado no número 4, de julho/agosto de 1988. Os “aparelhos ideológicos do Estado”¹⁹ (escola, religião, família, meio de comunicação, entre outros), foram apontados como responsáveis por difundir a

18 Esse perfil pode ser encontrado também no jornal *Versus*, *SINBA*, *Nego*, *Tiçã* e *Jornal do Akomabu*, dentre outros jornais da imprensa negra.

19 Pedrina de Deus usa a expressão “aparelhos ideológicos do Estado”, em clara referência a Althusser, apesar de não mencionar o autor.

ideia de que a população seria explorada por ser incapaz de agir por seus próprios méritos, em razão de ser inferior aos brancos. O mito da democracia racial seria outra vertente dessa aculturação da população negra, em favor do padrão hegemônico. Às mulheres negras caberia o peso maior, já que a colonização racista as reduziu a “promotoras de prazer sexual e gastronômico do homem”. Além disso, a insuficiência salarial para que os homens trabalhadores arcassem com as despesas de subsistência fazia com que as mulheres assumissem o trabalho que o patrão não quisera pagar.

Porque nasceu mulher, a mulher negra já cresce numa situação de desvantagem em relação a qualquer outro membro da sociedade. Ela vai recebendo desde pequena a informação de que a servidão está na sua natureza de mulher e de negra. E, à medida que ela vai se convencendo de que sua posição é de dependência em relação ao homem e em relação aos brancos, ela se torna um ser passivo diante da sociedade. (Deus, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 4-5).

Essa reflexão de Pedrina de Deus vincula-se também aos sérios embates que as mulheres negras vivenciaram dentro do próprio movimento negro, no sentido de muitos ativistas entenderem que a força em favor da luta contra o racismo não poderia ser dividida com reivindicações específicas, como era o caso da agenda das mulheres negras. “Fora de nossas casas os homens negros pensam que a luta contra o racismo está avançando. Mas nenhuma luta avança quando uma parcela desse grupo estiver oprimida e explorada” (Deus, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 5). O racismo não terminará, portanto, enquanto as mulheres negras estiverem “passivas, escravizadas e ignorantes” – o que vale tanto para homens negros e brancos quanto para mulheres brancas.

É interessante perceber que a luta contra as diversas formas cotidianas de racismo, como ações policiais que incriminam e matam negros em sua maioria, colocações menosprezadas no mercado de trabalho e o mito do negro violento, atingem não apenas os homens negros, mas também as mulheres negras, que veem seus pais, irmãos, filhos, companheiros sendo humilhados pelo simples fato de terem nascido com a cor da pele não branca. Além disso, como o elemento dominador é branco e homem, a mulher negra é considerada duplamente inferior. O que se procura mostrar no jornal, portanto, é que o impedimento da ocupação de melhores posições no mercado de trabalho e, conseqüentemente, em meio à sociedade, de fato, se dá não por incapacidade devido à raça, mas, sim, pela restrição de acesso à educação formal e à saúde de qualidade. Dessa forma, estariam

expostos com mais frequência a doenças, à subnutrição, para que continuem sem forças para querer além da sobrevivência; à falta de moradia digna, que é destinada apenas aos que são os capacitados a ter no mercado melhores salários e melhores condições de consumo, o que os tornariam, novamente, mais cidadãos do que os demais.

A imagem das mulheres negras apenas como “instrumento de trabalho” (empregadas domésticas, serventes, babás, faxineiras etc.) ou como “instrumento de prazer” (as mulatas), “para saciar apetites, recalques e taras sexuais masculinas” (A Mulher..., *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 3) também estava entre as bandeiras combativas do coletivo. Em resposta a esses estereótipos atribuídos às mulheres negras e naturalizados pelo mito da democracia racial, a mesma edição do jornal reproduziu o poema *As mulheres da minha raça*, de Oubi Inaé Kibuko, publicado originalmente em *Cadernos Negros*²⁰, n. 5: “[...] As mulheres da minha raça/não são animais de carga/simples bestas selvagens/que após serem domadas marcadas/registradas e enjauladas/são transformadas em cadelas no cio [...]”. O poema, assim como a referência do texto anterior, traz para o debate a objetificação das mulheres negras, extremamente sexualizadas, que é mais um contraste com a agenda do feminismo do norte-global, branco, proprietário e heteronormativo, que busca retirar da mulher o estigma de donzela para o casamento, a qual, posteriormente, se tornaria a boa mãe.

Dessa forma, a justificação para a existência do periódico era a busca de um reconhecimento social da figura da mulher negra: ou seja, a luta por respeito e dignidade humana. Tratava-se de uma luta de caráter ambivalente, nos termos de Nancy Fraser (1995): envolvia tanto o problema do reconhecer-se enquanto sujeitas como de lutar por melhores condições materiais de vida. A primeira dimensão exemplifica-se no fragmento retirado do poema supracitado. No excerto, imagens violentas da experiência da escravidão e da dominação colonial servem para problematizar a desumanização (racismo) e a coisificação da mulher (sexismo), seja na forma de exploração laboral ou da satisfação sexual.

No sentido contrário à movimentação de mulheres negras, no Centenário da Abolição da Escravatura (1888-1988), entre os membros do movimento negro, que naquele momento era “reconhecido nacional e internacionalmente como força política emergente”, segundo elas, havia aqueles – sem citar nomes – que iam

20 *Cadernos Negros* é uma publicação periódica do movimento literário que busca a produção, circulação, distribuição e formação de público leitor da chamada literatura negra. Escritoras e escritoras negras começaram suas carreiras escrevendo nesse periódico literário, que trabalha com poesia e contos.

a público com o propósito de menosprezar o discurso das mulheres negras, a fim de que não desenvolvessem “uma luta à parte”. O Nzinga acreditava que a defesa da tese de que a luta de classes era a questão prioritária – invisibilizando, assim, os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia²¹ –, consistia, fundamentalmente, na “manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza”. Dessa forma, o coletivo entendia como imprescindíveis as organizações de mulheres a fim de que sensibilizassem setores nacionais para que fossem formuladas políticas públicas em prol da redução das desigualdades entre homens e mulheres: “[...] quanto mais organizadas as mulheres, maior o atendimento as suas reivindicações” (Editorial, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2).

Ao perceber a agenda das mulheres negras como uma agenda política, o coletivo entendia ser necessário, nos primeiros passos do país após a redemocratização, também haver uma mobilização da população negra para que seus direitos fossem incorporados ao debate constitucional, que começava a ganhar expressividade nos anos de 1985 e 1986. Utilizando-se de palavras simples e de tom didático, o editorial do número 3, de fevereiro/março de 1986, buscava ressaltar a importância de se refletir sobre a representação política na Constituinte²². Cabe ressaltar que o coletivo Nzinga não estava se referindo à mera presença representativa, mas também ao aspecto da representatividade²³, já que defendia que a presença de homens e mulheres negros nas decisões da reformulação constitucional. Elas entendiam que suas restrições e acesso desigual a oportunidades fossem consideradas na reformulação de um país que se pretendia redemocratizado, o que reforça o fato de a política institucional também ser um dos temas mais frequentes no periódico (Freitas, 2017). Desse modo, era importante que a parcela da população, distante dos meandros da política de gabinetes se sentisse responsável por fazer diferente, por contestar a reafirmação do pressuposto da supremacia da elite branca. Para aquelas mulheres negras, a Constituinte deveria ir muito além daquelas salas e

21 O debate sobre a ecologia citado no quarto número do jornal vincula-se, de certa maneira, à posição dos movimentos negros e pós-coloniais contemporâneos.

22 Principalmente pelo fato de, a princípio, não haver entre os indicados pelo presidente José Sarney (a “Comissão dos Notáveis”) nenhum representante da comunidade negra. Meses depois, esse fato foi “corrigido” com a entrada de Hélio Santos, então presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo.

23 Anne Phillips (2001) faz consideração semelhante ao destacar que, para que haja uma representação democrática de fato, é necessário que a população esteja representada nas casas legislativas tanto pelas ideias (agenda de reivindicação) quanto pela presença (pessoas pertencentes aos diversos grupos, raças, etnias, credos, classes, gêneros etc.) dos diferentes segmentos que compõem as sociedades.

corredores; deveria ser discutida em todos os lugares – “em casa, no trabalho, na escola, no samba, no pagode”.

A participação política da qual falava o Nzinga não se limitava às fronteiras nacionais. Foi com base no vínculo histórico-cultural com o continente africano e na compreensão de que o rastro de opressão deixado pelo racismo e pelo sexismo ultrapassam limites geográficos que o grupo dedicou toda a segunda edição, de julho de 1985, em apoio ao povo negro sul-africano, que sofria o *apartheid* (O Nzinga..., *Nzinga Informativo*, n. 2, jul. 1985, p. 3). Nas páginas do informativo, chamava-se à reflexão sobre o genocídio da população negra na África do Sul, devido à supremacia da minoria branca daquele país. Além disso, as mulheres, as maiores vítimas pela tripla opressão, também eram as que mais sofriam com a política segregacionista. Como salienta Freitas (2017), ao mesmo tempo em que critica e apresenta os absurdos cometidos contra os direitos humanos na África do Sul, a publicação ressalta a necessidade de se atentar para a opressão sofrida pelas mulheres, principalmente as negras, em lugares distintos do planeta.

O Nzinga compreendia que, para as sul-africanas, era a “divisão capitalista do trabalho” que relegava às mulheres negras “o único direito de reproduzir a mão de obra africana, aquela utilizada pela economia oficial para fazer a África do Sul a potência econômica que é [era]”, com a riqueza concentrada nas mãos da minoria branca. No caso das brasileiras, o jornal entendia que era a divisão sexual e racial do trabalho que abria as portas do mercado para as mulheres negras atuarem como babás, cozinheiras, empregadas domésticas, passadeiras – de preferência, escondidas e com baixa remuneração –, enquanto outras mulheres (brancas) e homens (brancos), mercadologicamente qualificados, ocupavam as melhores posições no mundo público.

O questionamento do coletivo e do jornal, conseqüentemente, sobre a divisão sexual do trabalho e as outras opressões sofridas pelas mulheres é pautado na percepção de que tudo que foi ensinado às mulheres como natural da condição feminina é resultado de fatores socioculturais que deveriam, portanto, ser entendidos como questões de natureza política. A percepção de fatores como agressões e estupros sofridos maciçamente, mortes de milhões de mulheres pobres em decorrência de abortos improvisados, menor remuneração delas e os homens serem considerados por leis como chefes das famílias – mesmo em países com mais de 50% dos lares tendo as mulheres como provedoras – fez com que surgissem os processos de organização e tomada de decisão das mulheres sobre seus problemas específicos. Segundo o coletivo carioca, o que estava em discussão de fato era o espaço no qual cada grupo desejava atuar.

Autoras como Hazel Carby (2012) e Angela Davis (2016) destacam que o protagonismo das mulheres negras em suas comunidades africanas nada se assemelhava à subjugação que são submetidas desde os tempos coloniais nas novas terras para onde foram levadas ou nasceram como descendentes africanas. Assim, personagens como a rainha angolana Nzinga, as ativistas sul-africanas contra o *apartheid* Winnie e Zinzi Mandela e a então vereadora do Rio de Janeiro Benedita da Silva são apresentadas no jornal, por meio de suas histórias de vida, como “mulheres negras e guerreiras”, porque essa era a forma como esse pensamento político rejeitava representações da fragilidade como constitutivas do feminino. Cabe ressaltar também que o sentido de “família” que perpassa os textos do periódico não está apenas atrelado ao núcleo composto por genitores e filhos, mas a um sentido ampliado – “sua gente”²⁴.

Assim, um dos legados das discussões empreendidas pelo Coletivo e Jornal Nzinga foi mostrar o pensamento político do feminismo negro em sua formação, e seu entendimento de que a busca por direitos não se restringe à opressão de gênero, até porque é substantiva a opressão entre as próprias mulheres. Portanto,, o *Nzinga Informativo* deixa uma reflexão importante quanto ao respeito e à valorização das diferentes vivências entre as mulheres, marcadas por desigualdades históricas de natureza racial e de classe. Sendo o enfrentamento dessas desigualdades articuladas condição para a garantia da cidadania plena em uma democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ Essa investigação acompanha os esforços voltados para a compreensão da trajetória, do pensamento e das formas organizacionais do feminismo negro brasileiro, seguindo, assim, a produção de autoras como Roland (2000), Carneiro (2003), Caldwell (2007), entre outras. No que se refere às análises sobre imprensa negra e feminista, percebemos que quase sempre acompanham ou os estudos gênero, em sua vertente sobre a análise do feminismo, ou os estudos sobre relações raciais, que abordam a imprensa negra e a mobilização do ativismo negro. No Brasil, são dois campos de estudos que andam em linhas paralelas, com raríssimos pontos de diálogo. O estudo do *Nzinga Informativo* demanda outras rotas analíticas, mais afeitas à complexidade da vida social. Foi preciso andar no entremeio,

24 O que pode ser localizado na narrativa do periódico sobre a memória coletiva sobre a Rainha Nzinga. Ver (Mulheres..., *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 3).

nas vias abertas entre os feminismos e o antirracismo, de onde se fez emergir o feminismo negro como organização política e autônoma no Brasil.

É fato que o tema das mulheres negras já aparecia nos periódicos da imprensa alternativa, quando estas estavam inseridas nas organizações semi-clandestinas de esquerda, do movimento negro, feministas e nas eclesiais de base, nas organizações partidárias, associações de bairro e de favelas, além das redações da imprensa alternativa. Contudo, as reportagens e produções sobre ou dessas mulheres ainda carecem de sistematização e investigação mais aprofundada. Para efeito deste trabalho, procuramos contextualizar e mostrar o campo discursivo sobre o qual emergia e se movia o tema das mulheres negras nos círculos mais politizados, antes e durante o aparecimento do periódico analisado.

No que se refere particularmente ao *Nzinga Informativo*, o discurso que constitui a identidade coletiva do periódico aparece para nomear uma perspectiva de mundo orientada por uma posição sócio-histórica com vistas à superação de uma inferioridade internalizada pela condição racial e sexual, que teria gerado uma rígida desigualdade de classe. Essa inferiorização era entendida como legado duradouro da estrutura de relações coloniais, sendo uma interpretação resultante da leitura fanoniana, marcante na vertente desse pensamento negro e feminista. Para as editoras do jornal, as particularidades das mulheres negras referem-se a seu modo de vida: suas formas de sentir, pensar e perceber a realidade social. Portanto, não se trata de defender um ponto de vista baseado exclusivamente na diferença, mas sobretudo nas desigualdades que geraram as diferenciações e hierarquizações sociais.

O coletivo colocava-se em defesa das mulheres negras, na conquista de seus direitos, numa perspectiva democrática e visando à justiça social, a fim de colaborar para que a realidade delas se transformasse. Para tal, o informativo apresentava-se como um veículo de divulgação da luta das mulheres negras entre os diferentes movimentos sociais, buscando articular cada vez mais as próprias organizações de mulheres negras e os demais segmentos da sociedade, no intuito de fortalecer a mobilização quanto aos problemas sociais e políticos do país. Além do sexismo, a luta contra a discriminação racial, justificava uma ação coletiva com diretrizes distintas da agenda feminista das mulheres brancas²⁵. A importância da organização do movimento de mulheres negras sob outras vertentes que não as do feminismo eurocêntrico, branco, liberal e heteronormativo foi recorrente em

25 O que é o Nzinga?, *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 2.

todas edições da publicação, visto que também era o direcionamento que conduzia o próprio coletivo.

Em suma, num contexto de intensa mobilização em termos do imbricamento entre raça, gênero e classe na atualidade, parece oportuno trazer a público investigações que remontem às bases sociais, comunicacionais e organizacionais do feminismo negro brasileiro contemporâneo em vista da sua relevância histórica, cultural e política. Ademais, parece pertinente se deter com mais vagar nessa tradição do pensamento político em sua feição pública e fortemente organizada como experiência, de base social e popular, envolvida e comprometida com valores e concepções democráticas inclusivas no Brasil.

FLAVIA RIOS · Professora de Sociologia da Universidade Federal Fluminense.

VIVIANE GONÇALVES Freitas · Pós-doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (PDJ/CNPq). Doutora em Ciência Política (UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê/IPOL/UnB), do Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (DCP/UFMG) e da Rede de Pesquisas em Feminismos e Política. A pesquisa de doutoramento, ponto de partida deste artigo, foi desenvolvida com bolsa Demanda Social, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de 2013 a 2017, no Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Flávia Biroli.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça*: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. 2005. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91-109, 2000.
- CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 1, p. 53-69, 2. sem. 2007.
- CARBY, Hazel V. Mujeres blancas, ¡escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos negros: una analogía*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 209-243.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza; COSTA, Albertina G. de Oliveira. *Mulher Negra/ Política Governamental e a Mulher*. São Paulo: Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRASER, Nancy. Recognition or redistribution? A critical Reading of Iris Young's *Justice and the politics of difference*. *The Journal of Political Philosophy*, v. 3, n. 3, p. 166-180, 1995.
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80, 1990.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. *De qual feminismo estamos falando?* Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Brasília.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (ed.). *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. *Afrodíspora*, Brasília, v. 6 e 7, n. 19, p. 94-106, 1985.
- KUCINSKI, B. (1991). *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo, Ed. página aberta.
- LEMOS, Rosália de Oliveira. *Feminismo negro em construção*: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987-1004, 2008.
- RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. p. 227-253.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo. Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Yumi Garcia dos Santos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, jul./dez. 2006.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SILVA, da Joselina. I encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas na década de 1980. In: SILVA, Joselina. PEREIRA, Amauri Mendes (Org.). *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-39.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*. 2006. Dissertação de Mestrado em História/UERJ.

A linguagem da regulamentação do aborto: entre o direito e a punição

ANITA PEÑA SAAVEDRA

RESUMO

■ O objetivo deste estudo é responder que tipos de linguagens e instituições afetam a prestação de serviços de aborto na Colômbia e no Uruguai. Ele baseia-se na análise de discursos sobre regulamentação de políticas de aborto e de decisões de tribunais. A Colômbia e o Uruguai são usados como exemplos porque, de acordo com suas leis, o aborto é considerado legal apenas em três casos: risco de vida da mãe, inviabilidade do feto e estupro. No entanto, esses países ainda penalizam o aborto no artigo 122 (Colômbia) e no artigo 325 (Uruguai) do Código Penal. Argumentarei que a aplicabilidade da prestação de serviços de aborto depende, entre outros fatores, da aceitabilidade da linguagem do aborto como política social e como direito da mulher nas instituições médicas e legais. A interpretação do aborto se traduz em serviços públicos por agentes estatais e prestadores de serviços que estão criando uma linha de frente entre o direito e a saúde da mulher. Na sequência, o artigo sustentará isso através da teoria do poder e da análise biopolítica sobre a produção de sujeitos e, finalmente, demonstrará que, embora o aborto tenha se tornado uma política social, no discurso do agente institucional o aborto continua sendo uma ação criminosa, o que limita o exercício dos direitos das mulheres.

ABSTRACT

■ The purpose of this study is to answer what types of languages and institutions affect the provision of abortion services in Colombia and Uruguay. It is

based on the analysis of discourses on abortion policy regulation and court decisions. Colombia and Uruguay are used as examples because, according to their laws, abortion is considered legal only in three cases: mother's life risk, fetal unfeasibility and rape. However, these countries still penalize abortion in Article 122 (Colombia) and Article 325 (Uruguay) of the Penal Code. I will argue that the applicability of the provision of abortion services depends, among other factors, on the acceptability of the language of abortion as social policy and as the right of women in medical and legal institutions. The interpretation of abortion translates into public services by state agents and service providers that are creating a front line between women's rights and health. The article will then support this through the theory of power and biopolitical analysis on the production of subjects and, finally, demonstrate that, although abortion has become a social policy, in the discourse of the institutional agent abortion remains a criminal action, which limits the exercise of women's rights.

INTRODUÇÃO

■ Mainumby, de dez anos de idade, foi estuprada por seu padrasto. Sua mãe (CEF) queixou-se às autoridades competentes, mas não foi levada a sério. Em janeiro de 2015, depois que sofreu dores de estômago, Mainumby foi levada para dois centros de saúde públicos diferentes, que a diagnosticaram com uma infecção parasitária. Um ultrassom realizado num hospital particular revelou que ela estava grávida de 20 a 21 semanas. Depois que este caso teve cobertura da mídia, grupos religiosos e políticos começaram a aplicar pressão constante sobre CEF para evitar a interrupção da gravidez de Mainumby. Em 23 de abril, o promotor público de plantão ordenou que Mainumby fosse internada no hospital privado Rainha Sofia, acompanhada por sua mãe, e que, por enquanto, deixasse de frequentar a escola. Quatro dias depois, eles separaram Mainumby de CEF e emitiram uma ordem de detenção contra CEF, sob a acusação de não ter cumprido seu dever materno e de cumplicidade no abuso da filha, embora ela tivesse relatado anteriormente suas suspeitas sobre o abuso. O estuprador de Mainumby permaneceu em liberdade. A prisão ocorreu no mesmo dia em que foi solicitada a interrupção da gravidez de Mainumby, para evitar riscos à sua vida e saúde. Não obstante, o aborto não aconteceu e Mainumby deu à luz por cesariana em 13 de agosto de 2015. (Anistia Internacional, 2016, p. 30-31).

Este é um dos casos que o recente relatório da Anistia Internacional destaca em relação ao acesso à prestação de serviços de aborto na América Latina e no

Caribe. Esse caso, ocorrido no Paraguai, como os outros ilustrados no relatório, mostra o Estado como um catalisador da violência contra as mulheres. Além disso, revela a defasagem entre o direito ao aborto e os atos de agentes estatais por meio dos quais o Estado restringe o acesso ao aborto legal. Isso fica claramente demonstrado pelo caso de Mainumby, que aponta para a negligência e a violência resultantes dos poderes judiciários e dos provedores de saúde, que interromperam seu acesso à justiça e aos serviços de assistência médica.

Desse modo, o exercício do direito ao aborto não depende somente de sua legalização, mas também da intervenção de um leque de atores que têm suas próprias ideias e interpretações a respeito dessa questão. Como destaca Schmidt, “as ideias mudam necessariamente as estruturas de poder e o poder da posição” (Schmidt, 2011, p. 121). Nesse sentido, Marta Lamas (2001) argumenta que os estereótipos de gênero, que representam as mulheres como mães, se chocam com a implementação dos serviços de aborto porque o comportamento e as crenças dos agentes do Estado são fortemente influenciados por papéis de gênero. Portanto, os agentes estatais atuam como guardiões da maternidade e protetores da cultura patriarcal. Meu objetivo nesta pesquisa é analisar esse ciclo destrutivo e responder à esta pergunta: que tipos de discursos influenciam a regulamentação da prestação de serviços de aborto na Colômbia e no Uruguai?

As possíveis respostas a essa pergunta podem ser encontradas na abordagem do “institucionalismo discursivo”, que tem uma compreensão dinâmica da mudança e da continuidade no processo institucional. Como aponta Schmidt, o institucionalismo discursivo focaliza as “ideias substantivas desenvolvidas e transmitidas por agentes ‘sencientes’ nas interações discursivas que informam suas ações orientadas para políticas que, por sua vez, servem para alterar (ou manter) instituições” Schmidt, 2011, p. 215).

A complexidade de analisar o institucionalismo discursivo no caso do aborto é multifacetada. Isso porque, em primeiro lugar, ele está relacionado com narrativas normativas da família heterossexual como base da sociedade; em segundo lugar, porque é reforçado por legados históricos, como crenças religiosas; em terceiro lugar, devido às racionalidades econômicas, a família é situada como uma unidade de produção em que o trabalho reprodutivo é um dever exclusivo da mulher (Mann, 1994, pp. 90-94). Todos esses temas sociais são mantidos por meio de interações discursivas entre agentes “sencientes”, como juízes e médicos. Assim, a abordagem do institucionalismo discursivo enfoca “os processos interativos por meio dos quais as ideias são geradas e comunicadas” (Schmidt, 2011, p. 107), e destaca a questão de como e por que as ideias são produzidas dentro

dos contextos institucionais. Ele pergunta *como* é produzido o mecanismo de interação discursiva com o qual os agentes “articulam e comunicam suas ideias” (Schmidt, 2011, p. 115), e *por que* é mediado por “ideias e discursos dos próprios agentes sobre como eles estratificam, reinterpretem ou convertem [suas] instituições” (Schmidt, 2011, p. 108).

Esse enquadramento sugere que a linguagem é uma questão fundamental entre a formulação e a implementação de políticas no interior da política social (Seckinelgin, 2008, pp. 126-145). Argumentarei que a abordagem da linguagem influencia a direcionalidade da implementação da política sobre aborto. Os provedores e as instituições reguladoras produzem discursos como conhecimento, ou “um conjunto de representações” (Seckinelgin, 2008, p. 127) sobre o direito ao aborto das mulheres, o que afeta a legibilidade (Scott, 1998) das mulheres como sujeitos de direitos (Bourgeois, 2014).

Desse modo, sustentarei que as maneiras pelas quais os agentes institucionais enquadram o discurso do aborto afetaram a prestação de serviços e a agência¹ das mulheres (Mann, 1994, p. 91). Por exemplo, quando o aborto é enquadrado na linguagem das “condições terapêuticas”, a aceitabilidade do risco de vida da mãe ou da inviabilidade do feto é decidida pela escolha discursiva do médico ou médica. Isso porque, por um lado, ele ou ela tem a formação legítima do conhecimento médico (Gonzalez de Leon-Aguirre, 1995) e, por outro, porque age dentro da lei. Portanto, a subjetividade e a agência de uma mulher são mediadas por fatores externos – legais e médicos – em sua vida; ela está presa em um mecanismo biopolítico (Foucault, 2008).

Esse mecanismo biopolítico pôde ser observado na experiência de Mainumby. Apesar de a lei paraguaia garantir o direito de abortar em caso de risco da saúde da mãe (art. 352 do Código Penal 1998), as regulações discursivas de prestadores de serviços, tribunais, autoridades políticas e grupos religiosos, que fazem parte do maquinário do poder formativo (Butler, 1997), limitaram o direito ao aborto. Em contextos em que o aborto é regulamentado e restringido pela força, a linguagem é usada no interior das relações entre o Estado e os prestadores de serviços e é mediada por estigmas de gênero. Em consequência, isso pode forçar as mulheres a procurar ajuda fora do ambiente médico (abortos inseguros) e também mantém as mulheres que abortam “em silêncio” e sob o risco de não tomar os cuidados adequados pós-aborto (O’Rourke, 2016, p. 44). O estigma e a falta de

1 Em ciências sociais, *agência* é a capacidade dos indivíduos de agir com independência e fazer suas escolhas com liberdade. (N.T.)

acesso à prestação de serviços de aborto fazem parte das causas do aborto inseguro em todo o mundo (Sedgh, et al., 2016) (Baum, et al., 2014). Com efeito, cerca de 19-20 milhões de abortos inseguros ocorrem a cada ano e, por causa disso, 68 mil mulheres morrem a cada ano em todo o mundo (Grimes, et al., 2006, p.1908) e 97% dessas mortes acontecem em países em desenvolvimento (Instituto Guttmacher, 2016).

Para desenvolver minha argumentação, este artigo será dividido em três capítulos. No primeiro, apresento o marco teórico que me possibilita discutir criticamente como agentes “sencientes” (Schmidt, 2011), tais como médicos e juízes, instrumentalizam sua linguagem no processo de implementação do aborto. Eles exercitam um discurso regulador que interpola as mulheres como sujeitos criminosos incapazes de tomar uma decisão vital sobre seus próprios corpos. No segundo capítulo, apresentarei uma análise qualitativa de um caso de objeção de consciência no Uruguai e de prestação de serviços de aborto na Colômbia. Esses países estão localizados na América do Sul, que é a região com a maior taxa de abortos inseguros – 4,6 milhões por ano (Sedgh, et al., 2016). Ambos os países são usados como exemplo porque, de acordo com a lei deles, o aborto é considerado legal apenas em três casos: risco de vida da mãe, inviabilidade do feto e estupro. Isso demonstra que a opinião da mulher sobre o assunto não é sequer considerada. O contexto dos dois países é relevante porque ambos são democracias liberais com forte presença da Igreja Católica. Por fim, o terceiro capítulo apresenta uma conclusão com uma visão geral do argumento e da ideia de que juízes e médicos interpretaram e implementaram políticas de aborto sob a sombra do Código Penal, o que significa que embora o aborto se torne uma política social, o discurso do agente institucional continua a tratar o aborto como ação criminosa.

I. ENTRE DIREITOS E O CONTROLE DOS CORPOS DOS CIDADÃOS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

■ Muitos estudiosos concordam que, através da implementação de políticas sociais, é possível modificar o comportamento dos indivíduos (Foucault, 1979) (King, 1999). Mas, o trabalho atual sugere que, para modificar o comportamento das pessoas, é necessário não só introduzir o controle ideológico, mas também introduzir disciplina e punição (Foucault, 1979). Isso fica demonstrado pelo discurso do planejamento familiar que se encontra por trás das políticas sobre aborto nos países em desenvolvimento, especificamente na região da América Latina e do Caribe. Por esse motivo, o primeiro foco deste capítulo recai sobre o controle

biopolítico que surge dentro das políticas de planejamento familiar e sua influência na direcionalidade econômica dos direitos sexuais e reprodutivos. Trata-se de um ponto fundamental para entender que a aceitabilidade de um discurso depende da racionalidade econômica que se baseia no crescimento econômico como “a única e verdadeira política social fundamental” (Brown, 2015, p. 63). Assim, este enfoque dá origem a um tipo de discurso que afeta a implementação do aborto que é enquadrado pela linguagem econômica do desenvolvimento.

No segundo ponto, aprofundo a análise da teoria do discurso, especificamente o poder formativo do discurso (Butler, 1997) (Foucault, 2000) e o papel da linguagem. No terceiro ponto, analiso o impacto do poder formativo do discurso no desenvolvimento da agência das mulheres e no discurso dos direitos. Neste capítulo concluirei que a linguagem do direito não é suficiente para garantir o acesso das mulheres à prestação de serviços, ao passo que a linguagem dos atores econômicos estabelecida pelos prestadores de serviços e a regulamentação judicial pelos juízes é uma maquinaria biopolítica de poder formativo que produz sujeitos e direciona a política do aborto.

a. História das políticas de planejamento familiar como expressão da governabilidade liberal e da biopolítica; atores e discursos.

■ Seltzer destaca que três atores principais estiveram envolvidos no desenvolvimento de uma política global de planejamento familiar nos países em desenvolvimento: fundações norte-americanas, agências de desenvolvimento internacional e governos de países em desenvolvimento. Todos eles “compartilhavam temores a respeito das possíveis consequências do rápido crescimento populacional e da alta fertilidade” (Seltzer, 2002, p. xii), tais como efeitos negativos sobre a economia dos países em desenvolvimento (Seltzer, 2002, pp. 2-3), limitações dos produtos nacionais brutos e a diminuição comprovada do nível de bem-estar da população à medida que ela cresce (Seltzer, 2002).

A consciência dessas questões levou os atores internacionais a se unirem para interferir nos problemas demográficos dos países em desenvolvimento através da introdução de políticas de aborto e contraceptivos, mas isso trouxe outro grave problema de saúde na década de 1960: a mortalidade materna.

Com efeito, em 1968, a fundação Rockefeller investiu em “unidades de planejamento familiar”² para pesquisa e ensino universitário em universidades dos

2 Referência em: <https://www.rockefellerfoundation.org/about-us/our-history/>

EUA³ e em outras três universidades de países em desenvolvimento: Universidade do Chile, Universidade del Valle, na Colômbia, e Universidade Hacettepe, na Turquia. A Fundação Ford também se interessou em ajudar nessa causa e promoveu programas de pesquisa, campanhas e movimentos de defesa nos países em desenvolvimento (Robinson & Ross, 2007). Todas essas universidades se concentraram na criação de programas de planejamento familiar relacionados ao uso de métodos contraceptivos e aborto seguro, a fim de evitar a superpopulação e a mortalidade materna.

Naquele momento, a ajuda internacional concentrou-se na criação de programas sexuais e reprodutivos, fazendo deles uma parte do processo de formulação de políticas globais para obter crescimento econômico e um elemento chave nas políticas de controle do crescimento populacional. Essa racionalidade econômica foi notoriamente impulsionada pela famosa Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), responsável por 66% da ajuda internacional em 1968 (Seltzer, 2002, p. 41). Um discurso que mostrava essa racionalidade foi pronunciado por Leona Baumgartner, uma funcionária de alto nível da USAID. Ela destacou que o objetivo do planejamento familiar era

não somente menos pessoas. É dar uma oportunidade maior a todos para ter uma vida mais plena – uma chance de se libertar da fome, da doença, da ignorância e da pobreza, para o desenvolvimento de suas próprias capacidades inatas e para ajudar seus filhos. Muitas pessoas querem famílias menores a fim de atingir essas metas (Baumgartner, 1966, p. 294).

Este discurso realçava ideias fortes em termos de desenvolvimento de “capacidades individuais inatas” e o desejo de ter “famílias menores” para criar um ambiente sem fome, doença, ignorância e pobreza. Essa ideia liberal lembra as noções de Foucault sobre a necessidade dos Estados de reduzir seu excesso de governo por meio da facilitação da liberdade das pessoas de escolher e satisfazer por si mesmas suas necessidades, ou seja, criar uma sociedade conforme o modelo de mercado (Foucault, 2008, p. 141-153). Foucault assinalou que as políticas sociais atuam em termos de “contrapeso a um processo econômico desenfreado” ou pela introdução de “elementos de consumo” (Foucault, 2008, p. 142). Alguns exemplos desses elementos são o consumo médico para tratar doenças ou o consumo

3 As universidades americanas eram: Baylor University, Cornell University, University of Chicago, University of North Carolina, Case Western Reserve University, Tulane University e University of Washington.

de alimentos para combater a fome. A política social também atua por meio de um mecanismo de “privatização” (Foucault, 2008, p. 144). Isso significa promover que cada indivíduo tenha de gerar renda e economizar sua renda para se assegurar “contra riscos existentes, ou o risco de vida, a inevitabilidade da velhice e da morte” (idem *op. cit.*).

De acordo com esses argumentos, a declaração de Baumgartner tem conexões com a ideia de privatização da política social. Cada indivíduo que desenvolve suas “próprias capacidades inatas” pode obter uma renda que lhe permita satisfazer suas necessidades e ser capaz de acessar “a capitalização familiar com a qual absorver riscos” (Foucault, c. 2008, p. 144). A ideia da individualização da política social promovida por políticas de privatização é obter crescimento econômico. Isso mostra a “armadura original do neoliberalismo” (Foucault, 2008, p. 145) e a relação entre racionalidade econômica e estrutura da política social que tem um papel regulador governamental para promover a competitividade e a “regulação geral da sociedade pelo mercado” (Foucault, c2008, pp. 145-146). Essa relação entre governo e mercado abriu espaço para a criação da “sociedade empresarial” na qual os cidadãos são criados como *homo oeconomicus* (Foucault, c2008).

Em palavras simples, Foucault explicou que o *homo oeconomicus* é um “homem de empresa e produção” (Foucault, 2008, p. 147), o que significa um homem cuja existência é influenciada pela racionalidade econômica ou é formada por “valores, práticas e métricas econômicas em todas as dimensões da vida humana” (Brown, 2015, p. 30). Essa análise capta a forte relação entre o neoliberalismo e a biopolítica. O neoliberalismo que põe em marcha “mercados, sujeitos e ações racionais” (Brown, 2015, p. 70) atua como um imperativo da razão normativa e permeia a racionalidade governamental com o “modelo do mercado” (Brown, 2015, p. 31), modificando o comportamento das pessoas para que sejam “atores de mercado”, ou produtores, comerciantes, empresários, consumidores e investidores (Brown, 2015, p. 31-32).

No entanto, nem todos os membros da sociedade têm o mesmo privilégio do modelo de mercado. Como destaca o discurso dos atores da USAID, apenas as famílias pobres precisam reduzir seu tamanho. Essa linguagem do planejamento familiar faz parte do “poder formativo da sociedade” (Foucault, 2008, p. 148) que é moldado pela ideia de que o controle demográfico pode causar um impacto positivo no crescimento econômico e reforça a proliferação de leis e instituições para garantir essa ordem econômica e, portanto, a ordem social. Como resultado dessa linguagem, em determinados países, as políticas de planejamento familiar financiadas pela USAID (Caceres, et al., 2008, p. 44) e pelo Fundo de População das

Nações Unidas (Newswire, 2002) tinham por alvo indígenas e mulheres de cor. Políticas injustas de planejamento familiar podem acontecer, como a esterilização forçada de mulheres indígenas peruanas, ou mulheres indígenas mexicanas, ou mulheres afro-americanas porto-riquenhas, ilustrando desse modo que agentes envolvidos na regulamentação seguem a racionalidade econômica, mas também têm o potencial de seguir direcionalidades racistas envolvidas na relação entre padrões coloniais e neoliberais (Shapiro, 1985, p. 87-109).

Com efeito, durante o governo de Fujimori, foram feitas mais de trezentas mil esterilizações forçadas em mulheres indígenas, entre os anos de 1995 e 2000. Elas foram financiadas. Em consequência dessa política brutal, a “taxa de fertilidade entre as mulheres rurais pobres passou de 6,2 em 1992 para 4,3⁴ em 2000” (Cáceres, et al., 2008, pp. 43-44). Essas políticas objetivavam o desenvolvimento econômico através da eliminação da população pobre potencial, mas se revelaram um exemplo do exercício da violência institucional sobre corpos vulneráveis e, portanto, ilustram o poder da regulação controlada pelo agente estatal e a legitimação desse poder por organizações internacionais.

Toda essa estrutura ajuda a entender que o mecanismo biopolítico é um componente essencial da política social que visa a modificação do comportamento das pessoas. Além disso, esse mecanismo é influenciado por racionalidades históricas, legais e neoliberais. Ambos fazem parte da história do planejamento familiar e, portanto, fazem parte da direcionalidade das políticas sobre aborto, que é enquadrada pela linguagem do desenvolvimento econômico que visa os pobres. Essa linguagem penetra nas políticas e é um dispositivo formativo do corpo, especificamente do corpo das mulheres e, acima de tudo, “do sujeito” (Brown, 2015, p. 36).

b. O exercício do poder através da crença religiosa

■ Na história da sexualidade, muitos estudiosos (Federici, 2004) (Lamas, 2001) (Rabinow, 1986) apontam a relação entre o poder e a constituição do conhecimento. Foucault, sobretudo, indica que, para entender o poder, precisamos entender a arquitetura do conhecimento, ou como o conhecimento foi construído e modificado através da história e da política (Rabinow 1984, p. 31-120). Esses elementos explicam que o discurso surge como verdade em certos contextos históricos e sob certas ideologias políticas. Por exemplo, as políticas de planejam-

4 A taxa de fertilidade representa o número médio de filhos por mulher em um ano.

to familiar baseiam-se na “verdade” de que, através da redução do tamanho da família, é possível obter desenvolvimento econômico, ou através de políticas de reprodução, é possível disciplinar o comportamento sexual da família (Fausto-Sterling, 2000, p. 198).

Portanto, a verdade funciona através de uma estrutura de conhecimento que é mantida ou contestada por discursos e práticas de disciplina e punição. O discurso da disciplina é ilustrado pela crença religiosa e, concretamente, pelo discurso desenvolvido pelo Papa Paulo VI na encíclica *Humanae Vitae* de 1968. Esse documento reforçou o dogmatismo religioso quanto ao planejamento familiar, proibindo o uso de contraceptivos e o aborto (Intereconomics, 1968, p. 257). Essa concepção moral sobre sexualidade e reprodução – do Vaticano como ator global – foi efetivamente comunicada por meio das igrejas católicas locais. Um exemplo disso é a participação da Igreja nos debates sobre aborto em todos os países da América Latina (Blofield, 2006, p. 17).

Essa linguagem, promovida pelo Vaticano, é tomada como verdade por muitos Estados. A ideia de que o aborto é um pecado foi instrumentalizada pelas atuais leis de criminalização do aborto em Suriname, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Haiti e República Dominicana, e também pelas de constituições de países latino-americanos que estabelecem como verdade a personalidade de um feto. Por exemplo, a Constituição chilena de 1980, no artigo 19, número 1, afirma que a lei protege a vida do feto, e o artigo 1 da Constituição de El Salvador afirma que a vida humana começa no momento da concepção (Constituição, 1999, p. 1). Esse marco legal definiu o cenário e restringiu os debates sobre o aborto e também o controle da vida das mulheres. Com efeito, em El Salvador, entre 2000 e 2011, 129 mulheres foram processadas devido a problemas relacionados à gravidez e dezessete mulheres foram sentenciadas a até quarenta anos de prisão após complicações relacionadas à gravidez (Anistia Internacional, 2015).

A crença religiosa que estabelece a criminalização do aborto cria um castigo efetivo para as mulheres que rejeitam o dever de maternidade. Essa crença católica, que iguala a mulher a um feto, é o fundamento dessas culturas punitivas (O’Rourke, 2016) (Gonzalez de León-Aguirre, 1995) (Cohen & Parry, 1981) (Wenz, 1992). Por outro lado, em um contexto no qual a legislação nacional faz uma distinção entre direito e moral religiosa, ainda ocorrem controvérsias. Por exemplo, O’Rourke ressalta que, embora os oponentes do projeto de lei de aborto na Austrália não tenham conseguido impedir a descriminalização do aborto, “a linguagem deles consegue ajudar a manter silenciosas as mulheres que abortam e, ao fazê-lo, mantém o estigma associado ao aborto” (O’Rourke, 2016,

p. 44). Essa operação mostra que a linguagem, e até mesmo a falta de uso de uma linguagem, pode funcionar como um mecanismo para controlar as pessoas. Embora a lei permita o aborto, a linguagem patriarcal é eficaz na criação de uma sanção social que se revela através do silêncio e do estigma existente, que resulta em um aborto clandestino ou inseguro.

Como demonstrei até agora, depois da linguagem global do desenvolvimento econômico, a América Latina está enfrentando a linguagem da crença religiosa que decorre da compreensão do aborto como um pecado. Este quadro criou a regulação do que é “falável” em termos de aborto e introduz o estigma e a criminalização do aborto como uma linha de frente do direito das mulheres de decidir.

c. Linguagem de direitos e agência de sujeitos nas políticas sobre aborto

■ A linguagem tem pelo menos uma função para regular o falável, para criar significados a fim de fazer sujeitos legíveis e para conduzir políticas sexuais e reprodutivas. Como resultado dessa operação, os dispositivos de bio-poder reforçam o poder e podem ser vistos na proibição através da punição ou em certa aceitabilidade através da lei do aborto. São dois exemplos que fazem parte do maquinário que manobra a constituição do sujeito e, portanto, influencia sua agência.

A agência das mulheres submetidas a políticas de aborto é fortemente definida pela “relação entre a agência maternal da mulher e as formas de agência exercidas de modo mais geral por homens e mulheres na criação e manutenção do parentesco e das conexões comunitárias” (Mann, 1994, p. 94). Essa conceitualização foi denominada de *agência interpessoal* (idem op. cit.), o que traz à tona as motivações que as mulheres têm de ser ou não ser mãe, as responsabilidades que constituem tradicionalmente o papel de gênero nas esferas pública e privada, e o reconhecimento de que no relacionamento com outras pessoas, as mulheres se erguem para reafirmar sua autonomia e seus direitos (Mann, 1994, p. 90-94). Todas essas dimensões de agência são mediadas por raça, sexo, sexualidade e classe. Se lembrarmos o exemplo de Mainumby, ela foi forçada a ser mãe por atores institucionais; desse modo, a fonte da violação de seus direitos veio do Estado.

Portanto, estruturas de discriminação e controle estatal entram em ação na decisão vital sobre Mainumby. Embora todos os padrões internacionais sinalizem a responsabilidade do Estado sobre os direitos do aborto (Seltzer, 2002)

(Abracinskas, et al., 2014), isso não parece ser verdadeiro quando uma garota precisa de proteção e de exercer sua capacidade de evolução.

Wendy Brown ressalta que a definição de um direito e sua regulamentação podem ser um instrumento de subordinação (Brown, 1995, p. 98), por meio do qual os direitos são um dispositivo de bio-poder. Os direitos são estabelecidos para identidades específicas, que devem ser legíveis pelo Estado para serem consideradas legítimas. Trata-se de um paradoxo, pelo qual a autorização a direitos é a legibilidade que “nos aprisiona nas posições de sujeito” (Brown, 1995, p. 120) definidas com o propósito de proteger o Estado. De acordo com essa linha de raciocínio, o Estado controla e subordina por meio dos direitos. Por exemplo, o direito de abortar subordina as mulheres a possibilidades que o Estado definiu como aceitáveis para interromper a gravidez, mas, ao mesmo tempo, esse direito concede a possibilidade de abortar sob certas circunstâncias sem punição legal. Esse paradoxo estabelece um resultado duplo para as políticas sociais: inclusão social ou injustiça. Por um lado, estabelece condições seguras para fazer o aborto, mas, por outro lado, subordina as mulheres à revisão médica e legal e, devido à exclusão, empurra as mulheres na direção de abortos inseguros.

É o que ocorre em muitos países da América Latina. Por exemplo, na Colômbia, 400.400 abortos induzidos acontecem a cada ano, mas a política sobre o aborto tem como alvo menos de 1% desses casos. “A partir de 2008, apenas em torno de 322 (0,08%) desses abortos foram relatados como procedimentos legais” (Prada, et al., 2011, p. 7). Portanto, em torno de 99% deles foram feitos fora dos regulamentos estatais. Por sua vez, no Uruguai, 8.500 abortos são registrados nos sistemas de saúde (MSP, 2015),⁵ em comparação com cerca de sessentas mil abortos ilegais que acontecem todos os anos (Pousadela, 2015, p. 129). Assim, sob a consideração de que a mulher é um sujeito “produzido patentemente através do discurso regulador” (Brown, 1995, p. 100) as possibilidades de ser incorporada como sujeito “emancipado” (Brown, 1995, p. 106) estão longe de ser apenas um resultado de direitos legais. Como Brown aponta, “os direitos que empoderam aquelas que estão numa situação ou estrato social podem desempoderar aquelas que estão em outro” (Brown, 1995, p. 98).

A agência das mulheres está constantemente sob revisão sistemática. Essa revisão é discursiva e material. É constituída por meio da linguagem e do papel da jurisprudência. Regulamentos que decidem o que é falável definem a linguagem do que é “verdadeiramente” correto e constroem políticas sociais

5 <http://www.msp.gub.uy/noticia/interrupti%C3%B3n-voluntaria-de-embarazo>

que regulam a agência das mulheres. Como afirma Susan Ehrlich, “a lei é institucionalmente coercitiva, gera definições e categorias que regulam discursivamente e controlam a vida social, filtrando histórias, detalhes e pessoas” (citado em Andrus 2011, p. 590). Nesse sentido, as mulheres e sua agência discursiva no tribunal poderiam ser filtradas e até mesmo silenciadas pelo discurso coercitivo institucional. Entretanto, como sugere Butler, o discurso regulador ou o que não é dito, como a censura, *produz* discurso (Butler, 1997, p. 128). Assim, no exercício de filtrar a agência das mulheres, ele está tentando despolitizar o aborto, deixando de fora sua história, sua raça, sua classe. Essa tentativa de “purificar a esfera pública” (Butler, 1997, p. 129) através da regulação do discurso das mulheres não é eficaz. Ela nega o aborto fora da instituição reguladora, mas ainda mantém efetivamente a “consciência religiosa do Estado” (Brown, 1995, p. 107). A dimensão cristã da regulamentação do aborto e a permissão para a objeção de consciência pelos médicos põem em risco a *agência interpessoal* das mulheres (Mann, 1994, p. 94).

Nesse sentido, a próxima seção analisará o discurso dos agentes que fazem parte do conflito na prestação do serviço de aborto, especificamente no caso do Uruguai e da Colômbia, em relação a como resolvem os pedidos de aborto. Isso será mostrado através de um caso que envolve a interpretação de sentenças nos tribunais da Colômbia e do Uruguai porque, nesses casos, eles utilizaram o discurso regulador para influir no processo de implementação.

2. INTERAÇÃO DISCURSIVA NAS POLÍTICAS SOBRE ABORTO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: COLÔMBIA E URUGUAI

■ Os estudiosos que analisam a política de implementação do aborto destacam que um grande desafio que a aplicabilidade desse serviço enfrenta é a reprodução do discurso estigmatizado sobre o aborto (O’Rourke, 2016) e a objeção de consciência dos médicos (Roa, 2008). Ambas são barreiras culturais e econômicas que, apesar de serem regulamentadas por lei, estão presentes na prática médica (Faúndes, et al., 2013). A objeção de consciência é particularmente definida como o “direito legítimo dos médicos de rejeitar a prática de ações que violam seus princípios éticos ou morais” (Faúndes, et al., 2013, p. 58). Esse direito legítimo é controverso no marco da legalização do aborto porque tem sido usado por grupos religiosos para interromper o serviço de aborto em muitos países da América Latina. Com efeito, o Comitê contra a Tortura sustentou que o “Estado deve assegurar que o exercício da objeção de consciência não impeça os indivíduos de

ter acesso a serviços aos quais eles legalmente têm direito” (Committee against Torture, 2013, p. 8).

No âmbito internacional, a legitimidade da objeção de consciência é expressa na linguagem da liberdade de consciência e de religião (Centre for Reproductive Rights, 2013). Não obstante, os padrões internacionais de direitos humanos afirmam que esse direito só pode ser aplicável sob certas circunstâncias, desde que não infrinja o acesso das mulheres aos serviços de aborto (CEDAW, 1999). Assim, a objeção de consciência não é um direito absoluto de um médico, mas um objeto de discussão.

Um caso ilustrativo dessa questão é o Uruguai. A partir de 2012, o país legalizou o aborto nos casos de risco para a saúde e para a vida das mulheres, da não viabilidade do feto fora do útero e de estupro, até a 12^a. semana.⁶ De acordo com cada caso, para obter acesso a esse serviço, a mulher precisa ser avaliada por uma comissão interdisciplinar, constituída por um ginecologista, um psicólogo e um assistente social. No entanto, essa disposição é preocupante porque vinte ginecologistas que representam 100% dos ginecologistas do Departamento de Salto declararam objeção de consciência. A petição deles foi aceita pelo Tribunal do Contencioso Administrativo, que decidiu abolir artigos centrais do estatuto regulatório para a implementação do serviço de aborto, com base no fato de que esse regulamento constitui uma “restrição ilegal do direito dos ginecologistas à objeção de consciência”⁷ (Tribunal de lo Contencioso Administrativo, 2015, p. 1)

Essa decisão afetou sete artigos importantes do estatuto regulador da implementação da política do aborto. O foco deste artigo não é examinar todos eles, mas apenas dois artigos e o efeito deles no desempenho dos médicos e no que significa saúde da mulher ou risco de vida. Em primeiro lugar, a lei estabelece que deve haver um mínimo de cinco dias obrigatórios para que a mulher pense sobre sua decisão. Após esse período, o médico deve agir no prazo máximo de dois dias. O estatuto regulatório declarava que a deliberação de uma mulher começa no primeiro ou no dia seguinte à sua consulta médica. No entanto, os ginecologistas que fizeram uma petição ao tribunal reclamaram que o estabelecimento desse ponto de partida vai contra a prática médica, pois a avaliação deveria acontecer diante de todos os membros da comissão interdisciplinar. O tribunal incluiu essa exigência, e as mulheres passaram a depender da disponibilidade

6 Nos casos em que a vida da mulher está em risco, a lei não estabelece limite de semanas porque depende da avaliação de comissão médica, tal como estipulado no Artigo 4 da lei nº. 18.436.

7 Tradução para o inglês feita pela autora do original em espanhol.

da comissão médica para tomar a decisão por elas. Isso pode ter repercussões muito negativas, porque o prazo legal para a realização de um aborto poderia se esgotar se a mulher que está em sua 11ª semana de gravidez, por exemplo, fosse forçada a esperar muito tempo pela avaliação de toda a comissão. Portanto, as mulheres são forçadas permanecer grávidas ou a encontrar outras maneiras – ilegais – de induzir o aborto.

Em segundo lugar, o estatuto regulatório declara que a saúde e o risco de vida de uma mulher são determinados por circunstâncias biológicas, psicológicas e sociais. No entanto, os ginecologistas alegaram que esse artigo ampliava o conceito de saúde e inflacionava o número de casos em que as mulheres podiam legitimamente solicitar um aborto. Assim, o tribunal decidiu revogar o conceito de risco biopsicossocial e afirmou que a interpretação da saúde da mulher e do risco de vida depende da discricção do médico, com base em provas médicas.

Através da interação exclusiva de juízes e ginecologistas, o discurso médico e legal tornou-se o marco dominante. Ambos se complementam sob o consenso de criar limites para o que se pode falar e executar (Butler, 1997). No entanto, ambos concordam implicitamente em não reconhecer o sujeito visado por essa política sobre aborto. Na decisão do Tribunal, os direitos reprodutivos das mulheres não estão presentes e os juízes destacam que seu discurso é inspirado por uma preocupação em seguir a lei. Nesse caso, juízes e médicos tornam-se sujeitos do processo de comunicação e as mulheres tornam-se um objeto a ser disciplinado pela lei.

A manobra discursiva que os juízes usam para legitimar suas ações, em vez de usar a própria lei, decorre de um desejo de proteger a ideia original da lei que foi supostamente declarada pelo “legislador”. Em todos os artigos abolidos no Uruguai, eles apontam que o regulamento enfraquece o objetivo do “legislador”⁸ ou o regulamento não segue o espírito do “legislador” (Tribunal de lo Contencioso Administrativo, 2015, p. 2,3,4,7, 12,13,15,16,18,20,26). Por meio dessa escolha de linguagem e da palavra “legislador”, ocultam-se vários atores envolvidos na política sobre aborto, como o governo de Mujica e o movimento feminista. Através da frase “a regulamentação tem de seguir o espírito do legislador”, vem à tona o uso biopolítico de um “discurso performativo” (Butler, 2015). Através do “legislador”, os juízes fazem uma abstração de múltiplos atores. Eles reduzem e simplificam em uma palavra a interação política dentro do processo de formulação de políticas. Desse modo, os juízes veem a figura do “legislador”

8 Tradução para o inglês feita pela autora do original em espanhol.

como deslocalizada, fora do cenário político do processo de formulação de políticas. Portanto, trata-se de uma manobra de despolitização para limitar a acessibilidade aos serviços de aborto.

Em outra declaração do tribunal, pode-se ver um “excesso de governo” (Foucault, 2008). Um membro do tribunal salienta que: “o estatuto regulamentador excedeu a lei” (Tribunal de lo Contencioso Administrativo, 2015, p. 16).⁹ Poder-se-ia argumentar que esse julgamento critica a regulamentação detalhada feita pelo Ministério da Saúde no período do presidente Mujica (2010-2015). Ele põe em destaque a disputa entre o governo e os tribunais quando se trata de interpretar a lei. O movimento feminista no Uruguai refletiu essa disputa através dos meios de comunicação social,¹⁰ buscando estabelecer uma conexão entre a decisão do tribunal e a agenda do atual presidente Tabaré Vázquez (2015-2020), que é bem conhecido por suas declarações contra o aborto.¹¹ Com efeito, embora a lei sexual e reprodutiva tenha sido discutida em seu primeiro governo (2005-2010), ele destacou que “ao invés de facilitar o aborto, o governo deve envolver as mulheres indefesas com redes de segurança”.¹²

Essa linguagem patriarcal no interior das instituições do Estado põe em ação um modelo discursivo de sociedade e maternidade que é usado para rejeitar políticas de aborto. Estudiosos do institucionalismo feminista apontam que essas instituições se tornam estruturas de “coerção, poder e dominação” (Chappell, et al., 2010, p. 574), por meio das quais apresentam relações de gênero hierárquicas. Assim, uma “instituição é de gênero” quando “construções de masculinidade e feminilidade estão interligadas na vida cotidiana ou na lógica das instituições políticas” (Chappell, et al., 2010, p. 580). Nesse sentido, a suposição histórica de que o poder estatal é masculino e o doméstico é feminino cria uma divisão simbólica, mas forte, entre as esferas pública e privada. Assim, a esfera pública é para o domínio discursivo masculino e a privada, para a agência feminina.

Embora as pessoas que são contra o aborto não tenham conseguido limitar sua legalização, elas foram muito eficazes em penetrar no processo de implementação e colocar limites na prestação do serviço de aborto. Após a decisão do tribunal, o atual governo instruiu o Ministério da Saúde a redigir uma nova

9 Tradução para o inglês feita pela autora do original em espanhol.

10 Essa opinião está publicada em: <http://especiales.univision.com/desigualdad/genero/articulo/la-objecion-de-conciencia-entorpece-el-derecho-al-aborto-en-uruguay/3296>

11 Verem: <https://www.gutmacher.org/article/2008/11/uruguays-president-vetoes-bill-liberalize-abortion-access>

12 Tradução para o inglês feita pela autora do original em espanhol. Referência: <http://www.hazteoir.org/noticia/impresionante-declaracion-presidente-uruguay-15519>

regulamentação – que até agora não foi publicada – e adotou a medida de “levar um ginecologista de Montevideu (a 502 quilômetros de distância) uma vez por semana para prestar serviços de aborto nas clínicas do setor público e privado do Departamento [de Salto]” (Anistia Internacional, 2016, p. 56-57).

Até agora, este artigo demonstrou que a linguagem da objeção de consciência atua por meio de três dimensões biopolíticas: em primeiro lugar, interpela (Althusser, 2008) as mulheres como sujeitos cujo exercício dos direitos depende da crença dos praticantes da medicina, o que significa que as mulheres se tornam um objeto a ser disciplinado dentro dos sistemas de saúde. Em segundo lugar, interpela os praticantes da medicina como tomadores de decisão legítimos sobre a questão da maternidade. Assim, os médicos tornam-se parte do “panóptico” (Foucault, 1979, p. 203), o que significa que se tornam parte de um sistema de vigilância e exame permanente da saúde das mulheres. Em terceiro lugar, demonstra o discurso como “poder formativo” (Butler, 1997) que reforça os “sistemas conceituais” (Clark, 2012, p. 8-10), como a objeção de consciência, que reproduz certas “instituições sociais” (Scott, 1986, p. 1068), como a família, e “imaginários socioculturais” (Oyěwùmí, 2011, p. 213-214), como a maternidade. Ou seja, o discurso constitui e produz o sujeito como um “objeto nas mãos do governo” (Foucault, 2000, p. 216-217). Essas três dimensões constituem um “modelo compacto de mecanismo disciplinar” (Foucault, 1979, p. 197) que afeta a vida das mulheres.

Outro caso que ilustra esse modelo compacto e o funcionamento e interpretação da interação discursiva é o da Corte Constitucional da Colômbia. No entanto, ao contrário do Uruguai, esse tribunal colombiano define o aborto como um direito fundamental. A sentença número 585 de 22 de julho de 2010 da Corte Constitucional é o resultado de uma arbitragem entre uma mulher (AA) de 24 anos – que tinha uma gravidez de alto risco e um histórico de abortos – e um prestador de serviços que lhe negou o serviço de aborto porque considerou que essa gravidez não se enquadrava na definição legal de saúde da mulher e risco de vida. AA fez dois apelos por proteção, primeiro ao Tribunal de Villavicencio e depois à Corte Constitucional. A primeira decisão tomada pelo Tribunal Penal de Villavicencio foi problemática porque negou o serviço de aborto, argumentando que ela não provava ter um risco para a saúde, e fez uma interpelação moral de AA:

É difícil entender por que AA, que tem consciência de ter tido problemas para engravidar de forma saudável, ainda persevera em alcançar condições normais de gravi-

dez, em vez de tentar a esterilização e, portanto, limitar o risco à sua saúde¹³ (citado em Corte Constitucional, 2010, p. 39)

Isso é problemático porque o discurso do juiz é um espelho que projeta a experiência da mulher como punição da negligência dela. Essa imagem interpela AA como um sujeito subjugado pela regra de um juiz e pela regra de um médico que aponta: “você tem que suportar a gravidez”¹⁴ (citado na Corte Constitucional, 2010, p.14). Desse modo, a maternidade torna-se uma obrigação e qualquer sofrimento faz parte do castigo da mulher irresponsável. Nesse caso, o aborto está relacionado com um alívio que AA não merece. Esse preconceito é legitimado pelo tribunal de Villavicencio e pelo Hospital de Villavicencio. Ambas as instituições deixam AA de fora do serviço de aborto e não lhe deixam outra escolha senão fazer um aborto inseguro. Portanto, o estigma do aborto é reproduzido e cria e fortalece as restrições legais ao aborto, “silencia as mulheres e representa uma barreira para o acesso ao atendimento do aborto” (Baum, et al., 2014, p. 1).

No entanto, para resolver a decisão do tribunal de Villavicencio, a Corte Constitucional, salienta:

Para esta Corte é inconcebível que uma mulher grávida com um risco para a saúde e, como tal, alguém que está sujeito a uma proteção constitucional especial, tenha sido posta em risco pela segunda vez, neste caso por uma autoridade judicial. Ela foi vítima de julgamentos morais e seu direito fundamental à autodeterminação reprodutiva foi negado¹⁵ (Corte Constitucional, 2010, p. 40).

Assim, na primeira decisão judicial, as mulheres são interpeladas pela linguagem da punição e da pecaminosidade. Porém, na segunda instância, são interpeladas como sujeitos de direitos, onde suas vidas e saúde física e mental estão protegidas constitucionalmente (Corte Constitucional, 2006).

Em oposição à decisão de Villavicencio, o aborto como direito fundamental é o conteúdo principal destacado na decisão constitucional (Nº. 585). Com efeito, essa decisão constituiu o primeiro reconhecimento de que o aborto é um direito das mulheres garantido na Constituição colombiana, o qual se baseia na dignidade humana, na liberdade de desenvolver a personalidade, na vida, na

13 Tradução para o inglês feita pela autora do original em espanhol.

14 Tradução para o inglês feita pela autora do original em espanhol.

15 Tradução para o inglês feita pela autora do original em espanhol.

saúde física e mental e nos direitos reprodutivos. (Corte Constitucional, 2010, p. 31).¹⁶ No entanto, essa decisão chegou atrasada e AA fez um aborto ilegal. Ao contrário do discurso do procurador nacional, AA não foi punida. Com efeito, as decisões constitucionais produzem efeitos na regulamentação porque introduzem a obrigação de criar um protocolo de diagnóstico diligente em todas as instituições de saúde, privadas ou públicas, seculares ou confessionais, em todo o país.

Essa sentença faz parte do discurso fundamental para defender o direito ao aborto na Colômbia. Na verdade, o procurador Alejandro Ordóñez, conhecido por ser contra o aborto, apresentou um pedido de revogação da sentença N.º. 585. No entanto, os ministros da Corte Constitucional reforçaram sua declaração de que o aborto é um direito fundamental das mulheres e acabaram rejeitando o pedido de Ordóñez (Corte Constitucional, 2012).

Desse modo, esses casos no Uruguai e na Colômbia sugerem que a aplicabilidade da política social do aborto nesses contextos é afetada por discursos médicos e legais sobre o aborto, cujo domínio é constantemente mediado por mecanismos “biopolíticos” (Foucault, 2008). Isso é representado através da mistura da interpretação que juízes e médicos fazem da lei e suas suposições sobre uma regulação verdadeira e legítima. Nas decisões dos tribunais do Uruguai e de Villavicencio, o aborto é enquadrado como crime e como “proibição” (Foucault, 1979). Essa ideia de aborto como crime constitui uma noção forte dentro das instituições judiciárias. Portanto, reproduz o estigma do aborto e interpela a mulher como sujeito cujo discurso é falso, porque a experiência dela ou sua reivindicação carecem de legitimidade quando se chocam com a avaliação médica e o conhecimento médico (Fausto-Sterling, 2000). De acordo com isso, a teoria de Butler sobre a constituição do sujeito surge para explicar que a subjetividade das mulheres é afetada pelo poder formativo do discurso (Butler, 1997 e 2015). O discurso produz categorias como crime, pecado e proibição, por meio das quais a experiência do aborto é subjugada.

Em consequência dessa subjugação, as mulheres não têm *agência interpessoal* (Mann, 1994) em dois aspectos: primeiro, em termos de reconhecimento de direitos, quando vão ao provedor do Estado e ele nega o serviço, e; segundo, em termos de sua autodeterminação, quando um tribunal local faz julgamentos morais que reforçam a ideia da responsabilidade das mulheres, o que restringe sua capacidade de rejeitar a maternidade. Esse evento discursivo materializa a

16 Tradução para o inglês feita pela autora do original em espanhol.

validação do discurso médico e invalida a experiência da mulher. Como salienta Andrus, a linguagem jurídica “determina quais versões dos eventos serão consideradas verdadeiras e quem pode ser o autor dos relatos ‘verdadeiros’” (Andrus, 2012, p. 590).

Portanto, os discursos médicos e legais são eficazes na medida em que fazem parte da ideia de verdade, isto é, os critérios para interpretar a lei reconhecem que determinado conteúdo é verdadeiro. No caso do Uruguai, a interpretação enquadra a ideia de que “o legislador” estabelece critérios médicos para regulamentar a lei. No caso da Colômbia, a interpretação é de “proibição” no primeiro tribunal. No entanto, na Corte Constitucional, a interpretação é “extensiva” porque vai além do regulamento e ressalta a ideia do aborto como direito constitucional.

Além disso, as decisões da Corte Constitucional destacam que a instituição judiciária não tem um discurso estático: ela produz uma linguagem que introduz outras disposições na implementação do aborto, tais como os direitos das mulheres terem reconhecimento constitucional. Isso mostra que as interpretações feitas dentro das instituições judiciárias não seguem padrões estáticos. A interpretação “extensiva” desses tribunais traz à tona o fato de que a interação discursiva tem um lugar, um contexto e o sujeito. Portanto, cria disposições que conduzem a subjetividade das mulheres à linguagem do direito. Nesse sentido, a dimensão paradoxal do direito é ilustrada porque, por um lado, os direitos são dispositivos para forçar a subordinação (Brown, 1995) e a exclusão (Laclau & Mouffe, 1985) e, por outro, são dispositivos para estabelecer o aborto como aceitável no discurso. Butler, 1997).

Como demonstrado, a implementação de políticas sobre aborto no Uruguai e na Colômbia é afetada pela aceitabilidade de discursos sobre os direitos das mulheres e de discursos sobre a desconstrução de papéis de gênero, especificamente a maternidade. Nesse sentido, os agentes que dirigem o discurso (Schmidt, 2011) são atores sencientes que podem limitar ou possibilitar o exercício do direito de escolha das mulheres.

3. CONCLUSÕES

■ O objetivo deste estudo foi analisar a linguagem produzida por provedores de serviços e instituições reguladoras na implementação de políticas sobre aborto na Colômbia e no Uruguai. Sua argumentação baseou-se, em primeiro lugar, na ideia de que a política social é uma ferramenta biopolítica pela qual a subjetivida-

de das mulheres é mediada, especificamente seu direito de escolher. Em segundo lugar, na compreensão de que o discurso do agente senciente define a direcionalidade da prestação de serviços de aborto. Em terceiro, no reconhecimento de que o discurso que circula entre as instituições reguladoras reproduz certas representações das mulheres e da maternidade.

Ambos os marcos estão ligados ao poder formativo do discurso, que permite a construção de conexões conceituais relacionadas à produção do sujeito do direito e da agência das mulheres. Essas produções ocorrem onde juízes e profissionais de saúde exercem um discurso regulador que interpela as mulheres como objeto, impossibilitando-as de tomar uma decisão vital sobre seus próprios corpos. Através de brechas legais, no caso de objeção de consciência no Uruguai, e da prestação de serviços de aborto na Colômbia, mostro a ambiguidade generalizada da regulação que define o que é entendido como saúde da mulher e risco à vida. A partir desse vazio discursivo, demonstro que os médicos e juízes são os agentes sencientes que delimitam a extensão desses casos de aborto, provando que o conhecimento médico tem mais ressonância do que os direitos e necessidades das mulheres.

Utilizo uma análise histórica para elucidar como a racionalidade macro do crescimento econômico influenciou as políticas de planejamento familiar na América Latina. Embora essa análise combine com a teoria da biopolítica de Foucault, os casos selecionados da Colômbia e do Uruguai contestam esse arcabouço teórico ao expor a racionalidade micro dos juízes e médicos que intervêm na implementação da política do aborto. Esses microdiscursos que emergem das racionalidades liberais e de gênero dos “agentes sencientes” (Schmidt, 2011) mostram-se mais predominantes do que a racionalidade macro do “modelo de mercado” ou *homo oeconomicus* (Foucault, 2008). Por isso, prevejo que os agentes sencientes imponham seu direito à liberdade de crença moral para reproduzir as noções convencionais do modelo “aceitável” da maternidade.

Portanto, a lei democrática do aborto no Uruguai e a decisão da Corte Constitucional da Colômbia parecem estar atrasadas para desmontar a manobra discursiva unilateral dos “agentes sencientes” (Schmidt, 2011). Por meio desses exemplos, observei que a maternidade forçada é uma realidade que atravessa a experiência das mulheres. Minha análise sugere que a regulação estatal faz parte do mecanismo que reproduz o estigma do aborto. Além disso, essa posição moral é instrumentalizada através da linguagem das instituições reguladoras e dos provedores de serviços. Desse modo, enquanto essa estrutura de poder persistir nas instituições reguladoras, o direito ao aborto das mulheres continuará a ser

subjugado por meio do processo de implementação. Isso ressoa as alegações feministas de que “enquanto eles (homens) estabelecem as condições, nós (mulheres) pomos nossos corpos em risco” (Pousadela, 2015, p. 139).

ANITA-PEÑA SAAVEDRA · Mestre em Políticas Sociais e Desenvolvimento pela London School of Economics and Political Science (LSE). Mestrado em Estudos de Gênero e Cultura Latino-Americana na Universidade do Chile. Graduada em Administração Pública pela Universidade de Valparaíso. É professora de Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais e Comunicação da Universidade Santo Tomás, no Chile. É consultora em monitoramento e avaliação de projetos para a Fundação do Instituto da Mulher. É bolsista do Atlantic Fellows Program for Social and Economic Equity no International Inequalities Institute of LSE. Ela é ativista do movimento de mulheres e feminista no Chile. Realiza advocacy pelos sexuais e reprodutivos das mulheres e da comunidade LGBT. Foi assessora de políticas de gênero no Ministério da Saúde e no Ministério da Mulher e Equidade de Gênero no segundo mandato do governo da presidente Michelle Bachelet.

BIBLIOGRAFIA

- ABRACINSKAS, L., CORRÊA, S., GALLI, B. & GARITA, A. The 'unexpected' Montevideo Consensus. *Global Public Health*, 9(6), p. 631-638, 2014.
- ALLEN, D. R. *Managing motherhood, managing risk : fertility and danger in West Central Tanzania*. First ed. Michigan: University of Michigan Press, 2002.
- ALTHUSSER, L. 1.-1. *On ideology*. First ed. Londres: Verso, 2008.
- AMNESTY INTERNATIONAL. *Public Statement: Amnesty International calls on El Salvador to decriminalize abortion and immediately release all women imprisoned for pregnancy-related complications*, Londres: Amnesty International, AMR 29/1254/2015, 2015.
- AMNESTY INTERNATIONAL. *The state as a catalyst for violence against women and torture or other ill-treatment in the context of sexual and reproductive health in Latin America and the Caribbean*, Londres: Amnesty International Publications, 2016.
- ANDRUS, J. Language ideology, fractal recursivity, and discursive agency in the legal construction of linguistic evidence. *Language in Society*, 41(05), p. 589-614, 2012.
- ATHANASIOU, A. *ÒPrecarious Intensities: Gendered Bodies in the Streets and Squares of Greece*. *Signs*, 40(1), p. 1-9, 2014.
- BACCHI, C. & RÖNNBLÖM, M. Feminist Discursive Institutionalism—A Poststructural Alternative. *NORA – Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 22(3), p. 170-186, 2014.
- BAEHR, N. *Abortion without apology: a radical history for the 1990s*. First ed. Boston: South End Press, 1990.
- BAUMGARTNER, L. Family planning around the world. In: BERELSON, B. et. al. edits. *Family planning and population programs: A review of world developments*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, p. 277-294, 1966.
- BAUM, S. et al. Role of service-delivery organizations in reducing abortion stigma: a qualitative study. *Contraception*, 90(3), p. 298-298, 2014.
- BAXTER, P. & JACK, S. Qualitative Case Study Methodology: Study Design and Implementation for Novice Researchers. *The Qualitative Report*, 13(4), p. 544-559, 2008.
- BELAND, D. The Politics of Social Policy Language. *Social Policy & Administration*, 45(1), p. 1-18, 2011.
- BLOFIELD, M. *The politics of moral sin, Abortion and Divorce in Spain, Chile and Argentina*. First ed. Nova York & Londres: Routledge, 2006.
- BOHORQUEZ, V. & Ana, G. Case study on Colombia: judicial standards on abortion to advance the agenda of the Cairo programme of action. *Sur – International Journal of Human Rights*, 10(19), p. 192-207, 2013.
- BOURGEOIS, S.. *Our Bodies Are Our Own: Connecting abortion and social policy*. *Canadian Review of Social Policy*, p. 22-33, 2014.
- BROWN, W.. *State of injury: power and freedom in late modernity*. First ed. Princeton: Princeton University Press, 1995.

BROWN, W. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. First ed. Nova York: Zone Books, 2015.

BUTLER, J. *Excitable speech: a politics of the performative*. First ed. Nova York & London: Routledge, 1997.

BUTLER, J. *Notes toward a performative theory of assembly*. First ed. Cambridge & Londres: Harvard University Press, 2015.

CACERES, C. Cueto, M. & Palomino, N. Policies around sexual and reproductive health and rights in Peru: Conflict, biases and silence. *Global Public Health*, 3(S2), p. 39-57, 2008.

CEDAW. *General Recommendation No. 21: Equality in Marriage and Family Relations*, s.l.: UN Committee on the Elimination of Discrimination Against Women (CEDAW), 1994.

CEDAW. *General Recommendation No. 24: Article 12 of the Convention (Women and Health)*, Contained in Document A/54/38/Rev.1, chap. I: UN-Twentieth Session of the Committee, 1999.

CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS. *Conscientious objection and reproductive rights*, *International Human Rights Standards*, Nova York: Center for reproductive rights, 2013.

CEPAL. *Informe de la XII Conferencia regional sobre la mujer de America Latina y El Caribe*, Santo Domingo: Naciones Unidas CEPAL, 2014.

CHAPPELL, L., KENNY, M. & MACKAY, F.,. New Institutionalism through a Gender Lens: Towards a Feminist Institutionalism?. *International Political Science Review*, 31(5), p. 573-588, 2010.

CLARK, J. *Language, sex and social structure: analysing discourses of sexuality*. First ed. UK: Palgrave Macmillan, 2012.

CLINICAL OPINION. A statement on abortion by 100 professors of obstetrics: 40 years later. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, 209(3), p. 193-199, 2013.

COHEN, M. & PARRY, J. Abortion on demand: Policy and implementation. *Health and Social Work*, 6(1), p. 65-72, 1981.

COMMITTEE AGAINST TORTURE. *Concluding observations on the combined fifth and sixth periodic reports of Poland*, Polónia: United Nations, 2013.

CONSTITUTION, *Constitution*, El Salvador: Government, 1999.

CONSTITUTIONAL COURT. *Sentencia No 038: Solicitud de nulidad de la sentencia T- 585 de 2010 impetrada por el Procurador General de la Nación*. , Bogotá: Corte Constitucional de Colombia, 2012.

CONSTITUTIONAL COURT. *Sentencia C-355: Demandas de inconstitucionalidad contra los Arts. 122, 123 (parcial), 124, modificados por el Art. 14 de la Ley 890 de 2004, y 32, numeral 7, de la ley 599 de 2000 Código Penal*, Bogotá: Corte Constitucional de Colombia, 2006.

CONSTITUTIONAL COURT. *Sentencia T-585*, s.l.: s.n., 2010.

CONSTITUTIONAL COURT. *Sentencia T-585: Acción de tutela instaurada por AA contra el Hospital Departamental de Villavicencio E.S.E*, Bogotá: Corte Constitucional de Colombia, 2010.

COOPER, T. Race, Class and abortion: how liberation theory Enhances the demand for reproductive justice. *Feminist Theology*, 24(3), p. 226-244, 2016.

DAHRENDORF, R. *Essays in the Theory of Society*. First ed. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1968.

DRISKILL, Q.-L., Finley, C., Gilley, B. J. & Morgensen, S. L. *Queer indigenous studies: critical intervention in theory, politics and literature*. First ed. Arizona: The University of Arizona Press, 2011.

ENGELS, F. *The origin of the family, private property and the state*. Londres: Lawrence and Wishart Ltd., 1942.

EVANS, D. *Sexual citizenship: The material construction of sexualities*. First ed. Londres: Routledge, 1993.

FAÚNDES, A., ALVES, G. & DUARTE, M. J. Conscientious objection or fear of social stigma and unawareness of ethical obligations. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, 123(3), p. 57-59, 2013.

FAUSTO-STERLING, A. *Sexing the body : gender politics and the construction of sexuality*. First ed. Nova York: Basic Books, 2000.

FEDERICI, S. The Great Caliban: The struggle against the rebel body. *Capitalism Nature Socialism*, 15(2), p. 7-16, 2004.

FOUCAULT, M. *Discipline and Punish: The birth of the prison*. Londres: Harmondsworth: Penguin Books, 1979.

FOUCAULT, M. *Power, Michel Foucault 1926-1984. James D. Faubion 1957*. Nova York: New Press, 2000.

FOUCAULT, M. *The birth of biopolitics: lectures at the College of France, 1978-1979*. First ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

FOUCAULT, M. *The birth of biopolitics: lectures at the College of France, 1978-1979*. First ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

GONZALEZ DE LEON-AGUIRRE, D. Los medicos y el aborto. *Salud Publica*, Volumen 37, p. 248-255, 1995.

GRIMES, D. A. et al. Unsafe abortion: the preventable pandemic. *The Lancet*, 368(9550), p. 1908-1919, 2006.

GUTTMACHER INSTITUTE. *Abortion in Latin America And the Caribbean*, Nova York: Guttmacher Institute, 2016.

HUNTINGTON, S. *Political order in changing societies*. First ed. United States: New Haven: Yale University Press, 2006.

INTERECONOMICS. Papal verdict. *Intereconomics*, July, 3(9), p. 257-257, 1968.

- KING, D. S. *In the name of liberalism, Illiberal social policy in the USA and Britain*. Nova York: Oxford University Press, 1999.
- KRISTIN, L. *Abortion and the politics of motherhood*. First ed. Berkeley; Londres : University of California Press, 1984.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics..* Oxford: Blackwell, 1985.
- LAMAS, M. *Política y reproducción: aborto, la frontera del derecho a decidir*. México D. F.: Plaza y Janés, 2001.
- LIPMAN-BLUMEN, J. & BERNARD, J. *Sex roles and social policy: a complex social science equation*. First ed. Londres & California: SAGE Studies in International Sociology, 1979.
- LOREY, I. *State of insecurity: government of the precarious*. First ed. Londres: Verso, 2015.
- MANN, P. *Micro-Politics: agency in a postfeminist era*. First ed. Minneapolis: University of Minnesota, 1994.
- MANTHIS, S. M. Disobedient Daughters? Changing Women's Roles in Rural Households in KwaZulu-Natal. *Journal of Southern African Studies*, 37(4), p. 831-848, 2011.
- MOLYNEUX, M., REUTERSWARD, C., THAPAR-BJORKERT, S. & ZETTERBERG, P. Abortion Law Reforms in Colombia and Nicaragua: Issue Networks and Opportunity Context. *Development and Change*, 42(3), pp. 805-831, 2011.
- MONSALVE, V. Case study on Colombia: judicial standards on abortion to advance the agenda of the cairo programme of action. *Sur International Journal of Human Rights*, 10(19), p. 192-192, 2013.
- MOUFFE, C. & LACLAU, E. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. First ed. Londres: Verso, 1985.
- MSP. *Informe: Interrupcion Voluntaria de Embarazo*, Montevideo: Ministerio de Salud Publica de la Republica Oriental de Uruguay, 2015.
- NEWSWIRE, P. UNFPA Supported Forced Sterilization in Peru; PRI Applauds Peruvian Commission's Findings. *PR Newswire*, 22 July, p. 1, 2002.
- ORENSTEIN, M. A. The New Pension Reform as Global Policy. *Global Social Policy*, Volumen 5, p. 175-202, 2005.
- O'ROURKE, A. The discourse of abortion law debate in Australia: Caringmother or mother of convenience.. *Women's Studies International Forum*, Issue 56, pp. 37-44, 2016.
- OYE WU MI, O. *Gender Epistemologies in Africa Gendering Traditions, Spaces, Social Institutions, and Identities*. First ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.
- PAREDES, J. *Hilando Fino desde el Feminismo Comunitario*. 1ª ed. La Paz: Comunidad de Mujeres creando Comunidad y CEDEC, 2008.
- PATEMAN, C. *The sexual contract*. Cambridge: Polity, 1988.
- PHILLIPS, J. Agencement/Assemblage. *Theory, Culture & Society*, 23(2-3), p. 108-109, 2006.

- PINHEIRO, P. The rule of law and the underprivileged in Latin America: Introduction. En: J. Mendez, G. O' Donnell & P. Pinheiro, edits. *The (Un) Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*. Indiana: University of Notre Dame Press, pp. 1-15, 1999.
- POUSADELA, I. Social Mobilization and Political Representation: The Women's Movement's Struggle for Legal Abortion in Uruguay. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 27(1), p. 125-145, 2015.
- PRADA, E., Maddow-Zimet, I. & Juarez, F. The Cost of Post-abortion Care and Legal Abortion In Colombia. *International Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 39(3), p. 114-123, 2013.
- PRADA, E., SINGH, S., REMEZ, L. & VILLARREAL, C. *Unintended Pregnancy and Induced Abortion in Colombia: Causes and Consequences*, Nova York: Guttmacher Institute, 2011.
- PRECIADO, P. B. *Manifeste contra-sexuel Paris*. First ed. Paris: Balland, 2000.
- RABINOW, P., 1986. *The Foucault reader, Michel Foucault 1926-1984*. First ed. Londres: Penguin .
- REPLOGLE, J. Abortion debate heats up in Latin America. *The Lancet*, 370(9584), p. 305-306, 2007.
- ROA, M. From Constitutional Court Success to Reality: Issues and Challenges in the Implementation of the New Abortion Law in Colombia. *IDS Bulletin*, 39(3), pp. 83-87, 2008.
- ROBERTS, D. E. *Killing the black body: race, reproduction, and the meaning of liberty*. First ed. Nova York: Vintage, 1997.
- ROBINSON, W. C. & ROSS, J. A. *The Global Family Planning Revolution: Three Decades of Population Policies and Programs*. First ed. Washington DC: World Bank, 2007.
- RUBIN, G. The traffic in women: notes on the "Political economy" of sex. En: R. Reiter, ed. *Toward an Anthropology of Women*. Nova York: Monthly Review Press, p. 157-210, 1975.
- SCHMIDT, V. A. Speaking of change: why discourse is key to the dynamics of policy transformation. *Critical Policy Studies*, 5(2), p. 106-126, 2011.
- SCOTT, J., 1998. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New York: Yale University Press.
- SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), p. 1053-1075, 1986.
- SECKINELGIN, H. *International Politics of HIV/AIDS: Global Disease – Local Pain*. First ed. Nova York: Routledge, 2008.
- SEDGH, G. y otros. Abortion incidence between 1990 and 2014: global, regional, and sub-regional levels and trends. *The Lancet*, Volumen Published Online, pp. 1-10, 2016.
- SELTZER, J. R. *The origins and evolution of family planning programs in developing countries*. First ed. Arlington and Pittsburgh: RAND, 2002.

SHAPIRO, T. *Population control politics: women, sterilization and reproductive choice*. First ed. Filadélfia: Temple University Press, 1985.

STYCOS, J. M. *Ideology, Faith and Family Planning in Latin America: Studies in public and private opinion on fertility control*. First ed. Nova York: McGraw-Hill Book Company, 1971.

TRIBUNAL DE LO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. *Decretero de Sentencias No.586*, Montevideú: Poder Judicial, 2015.

VAN DIJK, T. A. Ideology and discourse analysis. *Journal of Political Ideologies*, 11(2), p. 115-140, 2006.

Fontes Online

GuttmacherInstitute: <https://www.guttmacher.org/article/2008/11/uruguays-president-vetoes-bill-liberalize-abortion-access>

Hazteoir: www.hazteoir.org/noticia/impresionante-declaracion-presidente-uruguay-15519

Ministerio Salud Publica de Uruguay: <http://www.msp.gub.uy/noticia/interrupci%C3%B3n-voluntaria-de-embarazo>

Rockefeller Foundation: <https://www.rockefellerfoundation.org/about-us/our-history/>

Univision: especiales.univision.com/desigualdad/genero/article/la-objecion-de-conciencia-entorpece-el-derecho-al-aborto-en-uruguay/3296

Ambiguidades do liberalismo político feminista: reflexões sobre Martha Nussbaum à luz de questões latino-americanas

SAN ROMANELLI ASSUMPÇÃO

RESUMO

■ Vivemos uma realidade completamente constituída e trespassada de gênero, em tempos em que se processam e consolidam diversas mudanças de gênero nos mais diversos âmbitos da vida social: institucional estatal, institucional extra-estatal, econômicos e cultural. A articulação entre estes diversos planos se dá, inescapavelmente, em relação com o pluralismo moral das sociedades contemporâneas. O presente artigo versa sobre como o liberalismo político feminista pensa o pluralismo moral frente as construções sociais de igualdade e liberdade para as mulheres, focando especificamente o liberalismo internacionalista de Martha Nussbaum. O horizonte teórico é universalista, mas o ponto de partida é a reflexão sobre o contexto das desigualdades de gênero na América Latina.

ABSTRACT

■ We live a completely constituted and gender-biased reality, at a time when various gender changes are being processed and consolidated in the most diverse spheres of social life: state institutional, extra-state institutional, economic and cultural. The articulation between these various plans occurs inescapably in relation to the moral pluralism of contemporary societies. This article discusses how feminist political liberalism thinks of moral pluralism in the face of social constructions of equality and freedom for women, focusing specifically on Martha Nussbaum's internationalist liberalism. The theoretical horizon is universalist,

but the starting point is the reflection on the context of gender inequalities in Latin America.

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA NO MUNDO

■ Como todo o mundo, a América Latina passou por grandes mudanças culturais ao longo das últimas décadas e parte considerável dessas transformações são indissociáveis de concepções de gênero profundamente arraigadas em todas as dimensões da vida cotidiana de mulheres e homens. Podemos considerar que a afirmação de Martha Nussbaum de que, hoje, ideias feministas existem em todas as sociedades¹, aplica-se aos países latino-americanos, o que pode ser verificado na existência de movimentos de mulheres e movimentos feministas em todos eles. As grandes mudanças em nossos sistemas de crenças sobre gênero foram acompanhadas de mudanças institucionais estatais expressas em importantes leis e políticas públicas que atingem diretamente os direitos, liberdades e bem-estar das mulheres. Ao mesmo tempo, nossas sociedades engendram profundas continuidades sociais e estatais que expressam e reproduzem desigualdades de gênero violadoras de mulheres e crianças. Vejamos brevemente algumas dessas transformações e permanências que dizem respeito, diretamente, ao problema das articulações entre leis e políticas estatais e o pluralismo moral. Ou, em outras palavras, vejamos brevemente alguns pontos em que instituições estatais e as múltiplas concepções particulares de bem que convivem sob elas interagem criando ou dificultando possibilidades de equidade de liberdades e bem-estar para mulheres e homens.

Como afirma Jane Jaquette, nos diversos países da América Latina,

The issues that mobilized women over the past few decades— equality in family law and violence against women— have been addressed by constitutional reforms and new laws in virtually every country, but the new laws are rarely adequately implemented. Women’s issues are now institutionalized in government ministries, but these often remain underfunded and lack strong connections to women’s organizations. Women’s political representation has been promoted by quotas that require political parties to nominate women, but the laws are often evaded or ignored. Social norms have shifted markedly in favor of women’s rights and toward equality for women; rural women have asserted demands for property rights (Deere

1 Nussbaum, 2001.

and León 2001); and rising indigenous movements have produced powerful women leaders. But persistent machismo and the opposition of the Catholic Church and of other conservative sectors of society have made it difficult to change laws regarding sexual preference or women's reproductive rights.²

As dificuldades apontadas por Jaquette se referem a todas as áreas de enfrentamento da desigualdade de gênero e, em particular, às da política democrática eleitoral, em que são decididas leis e políticas que afetam indelevelmente as liberdades e qualidade de vida das mulheres.

Vejam, em particular, uma das muitas transformações institucionais feministas que convivem com uma cultura política machista que freia seus avanços. Segundo Marx, Borner & Caminotti, doze países latino-americanos adotaram cotas para mulheres candidatas ao Legislativo: Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru adotaram legislações nos anos 1990; Venezuela e Colômbia aprovaram leis de cotas para mulheres para o Congresso que caíram judicialmente por inconstitucionalidade³. Essas legislações aumentaram o número de mulheres eleitas para o Congresso em todos os países, com diferentes graus de sucesso, de acordo com especificidades institucionais de cada sistema de ação afirmativa e com particularidades culturais locais⁴. Segundo revisão bibliográfica realizada pelas autoras, sistemas de representação proporcional são mais favoráveis à eleição de mulheres do que sistemas mistos e majoritários; bem como listas fechadas (com especificação de mínimo de mulheres bem-posicionadas na lista) aumentam o número de mulheres eleitas mais do que listas abertas. O que mostra que, na articulação entre regras eleitorais (instituições) e crenças culturais sobre gênero, quando há mais espaço para partidos e eleitores se expressarem livremente conforme suas crenças políticas, as leis de cotas para as mulheres são menos eficazes, pois partidos e eleitores tendem a decidir favorecer candidatos homens.

Ao mesmo tempo, se a cultura política local conserva traços sexistas que se expressam nessa articulação, dos 33 países da região, sete já elegeram mulheres para seu cargo eletivo máximo, a presidência: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Nicarágua, Guiana e Panamá; sendo que a Argentina elegeu duas mulheres presidentes. Outros três países, Bolívia, Equador e Haiti tiveram presidentes mulheres interinas. A América Latina chegou a ter três mulheres presidentes si-

2 Jaquette, 2009, Locais do Kindle 130-137.

3 Marx Borner & Caminotti, 2009, Locais do Kindle 1219-1223.

4 Marx, Borner & Caminotti, 2009.

multaneamente: Bachelet no Chile (2006-2010 e 2014-2017), Cristina Kirchner na Argentina (2007-2015) e Dilma Rousseff no Brasil (2011-2016). Em retrocesso, com a saída de Bachelet, a região vive um momento sem uma única mulher presidente.

Como afirmam Marx, Borner & Caminotti, a presença das mulheres em cargos eletivos é importante por duas razões: por ser questão de justiça e porque mulheres em posições de construção de decisões políticas colocam na agenda pública políticas voltadas para os interesses, os direitos e qualidade de vida das mulheres⁵. Isso é especialmente importante porque predominam, em todas as culturas políticas, valores machistas, distribuídos ao longo das mais diversas concepções de bem, o que pode ser visto pela vasta presença de congressistas com posições políticas contra direitos reprodutivos das mulheres, contra legislações de punição à violência de gênero e contra um sistema educacional e currículo que construam maior igualdade de gênero. Assim, quando a Ministério da Saúde de Bachelet tentou realizar uma política de contracepção de emergência para adolescentes e mulheres a partir de quatorze anos, políticos ligados à Igreja Católica se mobilizaram intensamente contra a política; ou hoje, no Brasil, temos uma bancada religiosa no Congresso Nacional fortemente mobilizada para que a educação pública brasileira não afirme curricularmente a igualdade entre mulheres e homens, LGBTs e heterossexuais.

Esses pequenos apontamentos mostram uma ponta de iceberg do problema da relação entre a vasta diversidade de crenças sexistas existente no pluralismo moral contemporâneo e seus impactos sobre as tentativas de construção de políticas feministas. No cerne desse problema estão questões fundamentais da relação normativa entre igualdade e liberdade, individualismo ético, universalismo moral e particularidades culturais. A questão normativa que se coloca é: como pensar as tensões entre as demandas políticas feministas por igualdade de gênero, liberdade para as mulheres e qualidade de vida para as mulheres e o valor da diversidade cultural, do pertencimento comunitário e do respeito ao pluralismo moral? Dentro do liberalismo, que afirma a existência de um rol de direitos e liberdades iguais para todos (mulheres e homens), a vertente que lida com o respeito e tolerância à diversidade cultural e ao pertencimento comunitário é o chamado “liberalismo político”. Dentro do feminismo liberal, a principal proposta feminista que visa pensar o direitos e liberdades das mulheres de todos os países do mundo, dentro

5 Marx, Borner & Caminotti, 2009, Local no Kindle 909.

da perspectiva do liberalismo político, é a de Martha Nussbaum em *Women and human development: the capabilities approach*.

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA TEÓRICO-NORMATIVO

■ Em *Women and human development: the capabilities approach*⁶, Martha Nussbaum constrói um modelo teórico-normativo para lidar cosmopolitamente com a desigualdade de gênero e os problemas que esta causa nas vidas das mulheres de todo o mundo. Na compreensão que a autora tem de sua própria teoria, este modelo é uma proposta simultaneamente feminista, universalista, cosmopolita, individualista ética, liberal, de um liberalismo especificamente “político”, dentro do enfoque das capacidades, mas compatível com a linguagem de direitos, estabelecendo capacidades que devem ser constitucionalizadas em todos os países. A junção de tudo isso, de acordo com a própria Nussbaum, seria uma combinação de elementos normativos kantianos, aristotélicos e marxistas.

Ainda segundo a própria Martha Nussbaum, o seu projeto teórico neste livro provê uma fundamentação normativa para princípios básicos que devem ser constitucionalizados em todos os países, pois constituem um patamar mínimo de respeito à dignidade humana de que as mulheres são tão portadoras quanto os demais humanos. Como princípios que devem ser constitucionalizados, são passíveis de expressão na forma de direitos, mas são dados pelo enfoque das capacidades e compõem uma lista cosmopolita de “capacidades humanas centrais”. Esta lista comporia um “liberalismo político”, sendo isenta de pressupostos “metafísicos” e objeto de um “consenso sobreposto” entre pessoas que possuem concepções abrangentes de bem distintas. Este modelo expressa uma concepção individualista ética kantiana, em que todas as pessoas devem ser tratadas como livres e iguais e como fins em si mesmas.

O projeto filosófico de Nussbaum em *Women and human development: the capabilities approach* é a proposta teórica mais acabada, coerente e sistemática de se pensar um modo normativo de acessar o problema da desigualdade de gênero internacionalmente, de maneira universalista, individualista, liberal e voltada para a defesa de mudanças estatais defensáveis em todos os Estados do mundo.

Dada essa enorme relevância, neste pequeno artigo, exporemos o modelo teórico proposto por Martha Nussbaum, situando-o nos campos de debate

6 Nussbaum, 2001.

normativo (a) sobre a moralidade política adequada para se pensar a realidade internacional, (b) sobre qual liberalismo é defensável internacionalmente, (c) sobre qual feminismo é defensável internacionalmente e (d) sobre se recursos ou capacidades são o *equalisandum* mais apropriado para enfrentar desigualdades em geral e a desigualdade de gênero em particular. Depois disso discutiremos o modo como (1) seu universalismo moral, (2) seu liberalismo, (3) sua crítica aos enfoques recursistas lidam com o pluralismo moral existente globalmente.

COSMOPOLITISMO, UNIVERSALISMO MORAL E INDIVIDUALISMO ÉTICO EM MARTHA NUSSBAUM

■ Conforme anunciamos nos dois primeiros parágrafos, o modelo teórico proposto por Nussbaum é cosmopolita, universalista e individualista ético, dentro de uma perspectiva kantiana. Vejamos o que isso significa.

O individualismo ético é a perspectiva ética para a qual os indivíduos são, universalmente, unidade última de preocupação moral e fins em si mesmos, não podendo ser instrumentalizados em nome de outros fins. Para Nussbaum, essa perspectiva é importante para o feminismo, porque “women have too often been treated as the supporters of the ends of others, rather than as ends in their own right”⁷. Como diz a autora, existe uma dimensão em que, mesmo sendo seres sociais, somos irredutivelmente individuais: a comida que alimenta o corpo de A, não nutre o corpo de B e o prazer sentido por C não alivia a dor sofrida por D, de modo que a felicidade, bem-estar e liberdade de uns, não compensa a falta de felicidade, bem-estar e liberdade de outros⁸. Assim, precisamos procurar fórmulas que compatibilizem e permitam a felicidade, bem-estar e liberdade de cada um, universalmente: “the account we search for should preserve liberties and opportunities for each and every person, taken one by one, respecting each of them as an end, rather than simply as the agent and supporter of the ends of others”⁹. Como todo indivíduo deve ser entendido como fim em si mesmo e unidade última de preocupação moral, o individualismo ético é sempre universalismo moral. E, como individualismo ético e universalismo moral se referem a indivíduos homens e indivíduos mulheres como iguais, todo individualismo ético e universalismo moral bem compreendidos são feministas e indissociáveis dentro

7 Nussbaum, 2001.

8 Nussbaum, 2001, pp. 55-56.

9 Nussbaum, 2001, p. 55.

do pensamento de Nussbaum e de toda feminista kantiana. Para ela, é inequívoco e evidente que as mulheres de todo o globo, independentemente de seus pertencimentos comunitários particulares e países de nascimento, são unidades últimas de preocupação moral, livres e iguais e devem possuir acesso a um rol amplo de liberdade e formas de bem-estar expressos em vastas “capacidades”. Aqui, avançamos mais uma camada nas articulações construídas por sua teoria: individualismo ético, indissociável de universalismo moral, que é inerentemente feminista, em um horizonte de reflexão moral cosmopolita.

Nos próprios termos postos por Nussbaum, o cosmopolita é o ideal antigo de “person whose allegiance is to the worldwide community of human beings”¹⁰. Isso justifica suas preocupações teóricas sempre referentes a pessoas de todo o mundo. Mas, no presente artigo, chamo atenção para sua vinculação ao cosmopolitismo nos termos postos por Kok-Chor Tan, para quem “cosmopolitanism, as a normative idea, takes the individual to be the ultimate unit of moral concern and to be entitled to equal consideration regardless of nationality and citizenship”¹¹.

O cosmopolitismo, em teoria normativa, pode ser “cosmopolitismo moral” ou “cosmopolitismo institucional ou político”. O primeiro é a aplicação do individualismo ético ao âmbito global sem traduzir esse valor em implicações e recomendações institucionais específicas. O cosmopolitismo institucional ou político, por sua vez, pensa proposições institucionais a partir do individualismo ético. Como veremos, Martha Nussbaum propõe um cosmopolitismo relativo às liberdades das mulheres que faz recomendações institucionais e que desenvolve um esboço de cosmopolitismo político a partir de seu cosmopolitismo moral.

Acresce-se a isso outra diferenciação entre cosmopolitismos: a amplitude de valores abrangidos pelo cosmopolitismo. Há autores que formulam concepções de justiça cosmopolita que pensam justiça distributiva global em termos altamente exigentes, como são os da justiça social liberal igualitária interna aos países. Bem como há autores que pensam que, aplicado ao plano mundial, o individualismo ético prescreve apenas um patamar mínimo de direitos e liberdades devidos a todos, cosmopolitamente. Segundo Nussbaum, seu modelo não propõe uma concepção completa de justiça para o plano internacional, mas apenas um “mínimo social básico” e um “patamar mínimo de capacidades” devidas a cada pessoa

10 Nussbaum, 2002, p. 4.

11 Tan, 2004, p. 1.

em todos os países, que expressam uma “teoria parcial da justiça”¹² e que devem ser constitucionalizados em todos os países.

LIBERALISMO POLÍTICO E LIBERALISMO PERFECCIONISTA SEGUNDO MARTHA NUSSBAUM

■ De acordo com Martha Nussbaum, o liberalismo defensável para o “pluralismo moral” existente na realidade internacional é um “liberalismo político” que expressa um “consenso sobreposto” de categorias que podem ser razoavelmente consideradas universalmente compartilhadas. Vejamos o que tudo isso significa.

“Pluralismo moral” é o termo de teoria política normativa para se referir ao fato de que, em sociedade, convivem diversas concepções de bem ou, em termos rawlsianos, “ideais sociais”¹³ e “doutrinas abrangentes de bem”¹⁴, que prescrevem o dever das mais diversas dimensões da vida humana (família, religião, arte etc.) e não apenas da dimensão da justiça, que é aquela própria dos valores que podem ser impressos nas instituições estatais, de acordo com a perspectiva liberal rawlsiana e de outros “liberalismos políticos”.

“Liberalismos políticos”, em conceito que Nussbaum remonta a Charles Larmore¹⁵ e John Rawls¹⁶, são liberalismos que concebem que, em contextos de livre uso da razão, desacordos morais persistirão, de modo que a transposição da totalidade de valores de uma concepção abrangente de bem para os princípios políticos seria a imposição dos valores de uns sobre outros. Sendo assim, deve-se buscar quais valores são passíveis de serem aceitos por todos os cidadãos, entendidos como livres e iguais. Esses valores comuns comporiam, em termos rawlsianos, uma “categoria do político”¹⁷, compostas por valores políticos dissociáveis da totalidade do valores socialmente afirmados ambiente de pluralismo moral e que se manteriam “*free standing*”¹⁸, em um “consenso sobreposto”¹⁹ formado exclusivamente por valores compartilháveis por pessoas que se veem como livres e iguais

12 Nussbaum, 2001, pp. 5-6.

13 Termo usado em *Uma teoria da justiça* (Rawls, 2008).

14 Termo usado em *O liberalismo político* (Rawls, 2011).

15 Larmore, 1999.

16 Rawls, 2011.

17 Rawls, 2011.

18 Termo e significado comuns às formulações de Larmore (1999) e Rawls (2011), ambas incorporadas por Nussbaum.

19 Rawls, 2011.

e, portanto, dentro de normas de “razoabilidade”²⁰, consideram “políticos”²¹ os valores passíveis de aceitação por todas as pessoas razoáveis e doutrinas razoáveis.

Uma doutrina abrangente ou concepção de bem é razoável quando não requer que o poder coercitivo estatal seja exercido a seu favor e conforme seus valores não-políticos (isto é, pertencentes a outras esferas da vida, como a religiosa, por exemplo). Valores “políticos” são aqueles compartilhados por todas as doutrinas e pessoas razoáveis. Assim, a razoabilidade implica tolerância o suficiente para que seja possível o convívio respeitoso com diferenças com as quais não se concorda.

O liberalismo de *Women and human development: the capabilities approach* é, segundo sua autora, é um liberalismo político e constrói uma lista de capacidades humanas centrais que é compatível com um consenso sobreposto mundial.

Nem todos os liberalismos são políticos no sentido acima. Nos termos de Larmore²² recuperados por Nussbaum²³, há liberalismos que são “perfeccionistas”. Estes últimos transpõem valores que pertencem apenas a concepções particulares de bem para o rol de princípios que regem a vida comum de pessoas que não compartilham a mesma concepção de bem. Nas palavras de Nussbaum,

As I define perfectionist liberalism, following Larmore, it is a species of a genus of liberal views that might be called “comprehensive liberalisms,” liberalisms that base political principles on some comprehensive doctrine about human life that covers not only the political domain but also the domain of human conduct generally.

Most forms of comprehensive liberalism are perfectionist, involving a doctrine about the good life and the nature of value. But a doctrine can be comprehensive without being perfectionist. Some comprehensive doctrines that have had great influence in the past have been deterministic or fatalistic, thus closing off the space for striving toward a specific ideal of the good life²⁴.

Nussbaum pretende que seu liberalismo feminista cosmopolita não seja nem abrangente, nem perfeccionista.

20 Termo e significados comuns às formulações de Larmore (1999) e Rawls (2011), ambas incorporadas por Nussbaum.

21 Termo e significados comuns às formulações de Larmore (1999) e Rawls (2011), ambas incorporadas por Nussbaum.

22 Larmore, 1999.

23 Nussbaum, 2011.

24 Nussbaum, 2011, p. 5.

A JUNÇÃO DE ENFOQUE DAS CAPACIDADES E LINGUAGEM DOS DIREITOS EM MARTHA NUSSBAUM

■ Nussbaum é filiada ao enfoque das capacidades, inicialmente formulado por Amartya Sen e hoje vastamente praticado por inúmeros autores, dentre as quais, uma das mais proeminentes é a própria Nussbaum.

O enfoque de das capacidades é elaborado primeiramente por Sen em sua crítica ao recursismo. Segundo ele, para a qualidade de vida e bem-estar, o mais importante não são bens e recursos em si, mas estados e atividades valiosos aos quais as pessoas chegam a partir dos bens e recursos. Isso porque pessoas distintas, dadas suas heterogeneidades pessoais e ambientais, convertem diferentemente bens e recursos em bem-estar e exercício de liberdades. Assim, uma mesma quantidade de renda, uma mesma quantidade e qualidade de comida, um mesmo direito jurídico, um mesmo remédio e tratamento de saúde ou um mesmo método educacional são convertidos, de acordo com especificidades de gênero, sexualidade, raça, etnia, cultura, habilidades mentais, habilidades corporais, costumes e tradições, em diferentes exercícios de liberdades e diferentes fruições de bem-estar²⁵.

Assim, o que permite melhor acessar normativamente e interpretativamente a qualidade de vida, o bem-estar e o exercício de liberdades em comparações interpessoais não são as quantidades de recursos em si, mas os estados e atividades valiosos que estes permitem às pessoas, denominados por Sen “funcionamentos”. Em suas palavras,

O conceito de “funcionamentos” (...) reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio²⁶.

Além dos funcionamentos efetivados e realizado por cada pessoa, importam as possibilidades de combinações de “funcionamentos” cujos exercícios são acessíveis a cada um. Isso é teorizados no conceito de “capacidade”. “Capacidade” é a liberdade efetiva de alcançar ou realizar bem-estar e de escolher entre diferentes

25 Sen, 2001, pp. 90-95.

26 Sen, 2001, p. 95.

tipos de vida expressos em diversas combinações de “funcionamentos”. Nos termos de Sen,

A “capacidade” (...) de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível com ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos)²⁷.

Nussbaum opta teoricamente pelo arcabouço teórico do enfoque das capacidades, com seus conceitos de funcionamentos e capacidades, porque incorpora a crítica de Sen ao enfoque recursista, que pensa a igualdade em termos de distribuição de recursos. Essa crítica faz com que, para ela, a construção de “escolhas não contrangidas” e “escolhas genuínas” seja garantida para as mulheres e homens por um rol de capacidades assegurados a todos e não por um rol de recursos distribuídos igualmente a todos.

Amartya Sen, ao construir o enfoque das capacidades e teorizar sistematicamente dentro dele, nunca elaborou uma lista de funcionamentos e capacidades que deveriam ser acessíveis a todos. Martha Nussbaum, diferentemente, constrói uma lista, a justifica e defende que compõe um patamar mínimo que deve ser assegurado a todas as pessoas – mulheres e homens – em todos os países do mundo. Veremos essa lista a seguir.

Amartya Sen, ao formular o enfoque das capacidades, recusa a linguagem dos direitos, pois, para ele, direitos são recursos convertíveis em níveis distintos de funcionamentos e capacidades. Nussbaum, diferentemente, concebe que sua lista de capacidades humanas funcionais centrais é passível de tradução em direitos que devem ser constitucionalizados pelos Estados de todos os países do mundo.

A lista de “capacidades humanas funcionais centrais” de Martha Nussbaum

A lista cosmopolita de “capacidades humanas funcionais centrais” de Nussbaum é composta por:

1. “vida”: ser e estar apto a viver uma vida de longevidade normal;
2. “saúde física”: ser e estar apto a viver em boa saúde, livre de doenças facilmente evitáveis, adequadamente nutrido, adequadamente abrigado e com saúde reprodutiva;

27 Sen, 2001, p. 95.

3. “integridade física”: ser e estar apto a livre movimento (ir e vir), ser soberano sobre seu próprio corpo, livre de violência, abuso e ameaças e desfrutando de liberdades reprodutivas e oportunidades de satisfação sexual;
4. “sensorialidade, sensibilidade, imaginação e pensamento”: ser e estar apto ao uso dos sentidos, dos sentimentos, da imaginação e da razão em um modo “verdadeiramente humano”, informado e cultivado pela educação, pelo letramento e desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas, pelo treinamento científico e artístico, pela autoexpressão, pela religião, ela livre consciência e pela livre experiência;
5. “emoções”: ser e estar apto a estabelecer vínculos com pessoas e coisas, para amar, viver o luto, sentimentos fortes, a gratidão e a indignação justificada, não tendo seu desenvolvimento emocional tolhido e conformado por medo, ansiedade, abuso, negligência e eventos traumáticos;
6. “razão prática”: ser e estar apto a construir concepções de bem e refletir criticamente sobre formas e planos de vida;
7. “afiliação”: (A) ser e estar apto a viver com outros, preocupar-se com outros, cuidar e ser cuidado por outros, reconhecer outros, interagir socialmente de diversas maneiras, se por no lugar do outro, sentir compaixão, desenvolver senso de justiça e amizade; (B) possuir bases sociais de autorrespeito e não-humilhação, ser e estar apto a ser tratado como pessoa valiosa, livre e igual, sem ser discriminado por gênero, sexualidade, religião, raça, etnia, casta e nacionalidade e, no trabalho, ser apto a trabalhar “como um ser humano”, exercendo razão prática e relações significativas de reconhecimento mútuo com os outros trabalhadores;
8. “outras espécies”: ser e estar apto a conviver com animais, plantas e natureza;
9. “play”: ser e estar apto a rir, divertir-se, exercer ludicidade, jogos, lazer e atividades recreativas;
10. “controle sobre seu próprio ambiente”: (A) político: ser e estar apto a participar efetivamente de escolhas políticas que governem sua vida, participando politicamente, com livre expressão e associação; (B) material: ser e estar apto a possuir propriedade (terra, moradia e bens móveis), com direitos de propriedade e oportunidades de propriedade iguais às dos demais²⁸.

28 Nussbaum, 2001, pp. 78-80.

Estas capacidades são entendidas pela autora como separadas e detentoras de qualidades e substâncias próprias e distintas umas das outras, não havendo prioridade léxica entre elas²⁹.

Para Nussbaum, esta lista compõe um “mínimo social básico” e um “patamar mínimo de capacidades” devido a cada um, constituindo uma “teoria parcial da justiça” e não uma “teoria completa da justiça social”³⁰. Dado esse caráter “mínimo”, é passível de ser objeto de um “consenso sobreposto” global capaz de respeitar o “pluralismo moral” mundial, dentro de uma perspectiva própria ao campo do “liberalismo político”.

○ LIBERALISMO FEMINISTA E COSMOPOLITA DE MARTHA NUSSBAUM: POLÍTICO OU PERFECCIONISTA?

■ Retomando com o propósito de enfatizar, a lista de capacidades acima deve ser base de princípios constitucionais, pois constitui um “mínimo social básico” e um “patamar mínimo de capacidades”, próprio de uma “teoria parcial da justiça” e não uma concepção completa de justiça social³¹. Este caráter “mínimo” faz dessa lista pertencente a um “liberalismo político” e passível de ser afirmada por um “consenso sobreposto” global.

Para além de todas as potencialidades e virtudes da teoria de Nussbaum, que são inegáveis e ficaram evidentes por tudo o que expusemos acima, tudo pode ser questionado na articulação de conceitos do parágrafo anterior.

Começamos pela ideia de que a lista de Nussbaum refletiria um “consenso sobreposto” mundial e seria própria de um “liberalismo político”.

Nas palavras da própria autora, as capacidades que compõem sua lista são as adequadas a uma concepção de natureza humana que bebe em Aristóteles e Marx e que serve à formulação do que é necessário para uma “vida verdadeiramente humana” e para “escolhas genuínas” (não constrangidas, autônomas). Citando Nussbaum,

The intuitive idea behind the approach is twofold: first, that certain functions are particularly central in human life, in the sense that their presence or absence in typically understood to be a mark of the presence or absence of human life; and second

29 Nussbaum, 2001, p. 81.

30 Nussbaum, 2001, pp. 5-6.

31 Nussbaum, 2001, pp. 5-6.

– this is what Marx found in Aristotle – that there is something that it is to do these functions in a truly human way, not a merely animal way³².

E, adiante,

The core idea is that of the human being as a dignified free being who shapes his or her own life in cooperation and reciprocity with others, rather than being passively shaped or pushed around by the world in the manner of a “flock” or “herd” animal. A life that is really human is one that is shaped throughout by these human powers of practical reason and sociability.

This idea of human dignity has broad cross-cultural resonance and intuitive power. We can think of it as the idea that lies at the heart of tragic artworks, in whatever culture³³.

Uma teoria normativa que parte desta concepção de dignidade e vida verdadeiramente humanas e que, a partir delas, formula uma extensa lista de capacidades que devem ser universalmente constitucionalizadas, é mais do que uma teoria da justiça parcial, é mais até do que uma teoria da justiça social completa, é um “ideal social” ou uma “doutrina abrangente de bem”. Definitivamente, está mais próxima de um “liberalismo abrangente” do que de um “liberalismo político”, de modo que não poderia ser objeto de um “consenso sobreposto” de uma sociedade liberal e, menos ainda, de um “consenso sobreposto” intercultural mundial, isto é, no plano de maior pluralismo moral existente e possível.

A lista de capacidades humanas funcionais centrais intuitivamente elaborada por Nussbaum é muito extensa e contém itens que não são compartilhados por um rol grande de doutrinas abrangentes existentes no pluralismo moral global, como, para citar alguns exemplos, as relações de trabalho que ela descreve, as capacidades de controle sobre o ambiente político e material, a igualdade de oportunidades de satisfação sexual, treinamento científico, autoexpressão musical etc.. Esses valores, por mais defensáveis que sejam, não são próprios de uma “categoria do político” cosmopolita, que seria *free standing* frente às doutrinas abrangentes e comporiam “consenso sobreposto” cosmopolita, que poderiam ser corretamente chamados de “liberalismo político”.

32 Nussbaum, 2001, pp. 71-72.

33 Nussbaum, 2001, p. 72.

Martha Nussbaum pensa que sua lista compõe um “consenso sobreposto” mundial pró-igualdade de gênero justamente por pensar a ideia de “consenso sobreposto” de modo bastante distinto do rawlsiano. Diferentemente de John Rawls, sua ideia de “consenso sobreposto” não exige uma cultura comum liberal de fundo em que é possível construir uma “categoria do político” a partir de elementos já existentes nas diversas “doutrinas abrangentes de bem”, que são razoáveis. O plano internacional para o qual olha Nussbaum não possui uma cultura política comum e é repleto de doutrinas abrangentes que não são razoáveis. De modo que a autora elabora um consenso sobreposto que opera não pela ideia de “sobreposição” que constrói uma “categoria do político”, mas por uma seleção intuitiva de traços e noções de diversas doutrinas abrangentes que são unidas pela reflexão da autora em um agrupamento de valores compatíveis com a sua concepção de “vida verdadeiramente humana”, o que em nada se assemelha a “categoria do político” própria de um “liberalismo político”. Assim, ao contrário do que Nussbaum pensa, ela seria porta-voz de um “liberalismo abrangente” ou até mesmo de um “liberalismo perfeccionista”, isto é, de uma doutrina que é liberal por comportar uma tolerância grande ao pluralismo moral (desde que este permita escolhas não constrangidas), mas que traz implícito uma concepção de bem forte.

LIBERALISMOS POLÍTICO DIANTE DAS CONCEPÇÕES DE BEM ANTI-FEMINISTAS

■ O liberalismo político, ao procurar um *core* de valores que seja *free-standing* frente às diversas concepções de bem, pode ser feminista ou anti-feminista, dependendo de como for concebido. Se os valores *free-standing* forem aqueles compartilhados pelas doutrinas abrangentes de bem existentes nas sociedades reais, o consenso sobreposto nos levará a um rol de valores políticos que não incluem liberdades e qualidade de vida iguais para mulheres e homens, pois as doutrinas abrangentes empiricamente encontradas são fundamentalmente sexistas³⁴. Se os valores *free-standing* forem aqueles aceitáveis por indivíduos ideais (hipotéticos) razoáveis que se veem como livres e iguais, os valores políticos aceitáveis por todos são aqueles conforme a igualdade de liberdades, direitos e qualidade de vida de mulheres e homens e sexo é considerado uma arbitrariedade moral (isto é, algo que não deve determinar os direitos e possibilidades de vida acessíveis a cada um). Do ponto de vista de um feminismo liberal igualitário, apenas essa última

34 Esse problema já foi apontado e discutido por Okin, 1994.

concepção de liberalismo político constitui um “liberalismo político feminista”. No entanto, ela coloca o seguinte problema para o ativismo feminista: a defesa de um rol de valores que está longe de ser aceito pela maioria das comunidades, culturas e tradições, o que exige a luta por transformações em sistemas de crenças e em instituições estatais, simultaneamente. Mesmo aceitando esse desafio, resta a indagação: não seria a lista proposta Nussbaum extensa demais para caber num liberalismo político feminista adequado ao pluralismo moral mundial (ou latino-americano)?

SAN ROMANELLI ASSUMPÇÃO é graduada em ciências sociais e mestre e doutora em ciência política pela USP. Desde 2014 é pós-doutoranda PNPd-CAPES do IESP-UERJ. Em 2013 e 2014 foi assessora da Comissão Nacional da Verdade, onde foi pesquisadora dentro do Grupos de Trabalho “Ditadura e Gênero”, dentre outras atividades. Pesquisa teoria política contemporânea, nas áreas de justiça, tolerância, direitos humanos e gênero,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JAQUETTE, Jane. "Introduction." In JAQUETTE, Jane. *Feminist agendas and democracy in Latin America*. Durham/London, Duke University Press, 2009.
- LARMORE, Charles. "The moral basis of political liberalism." *The Journal of Philosophy*, Vol. 96, No. 12 (1999), pp. 599-625.
- MARX, Jutta, Jutta Borner & Mariana Caminotti. "Gender quotas, candidate selection, and electoral campaigns: comparing Argentina and Brazil." In JAQUETTE, Jane. *Feminist agendas and democracy in Latin America*. Durham/London, Duke University Press, 2009.
- NUSSBAUM, Martha. *Women and human development: the capabilities approach*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- NUSSBAUM, Martha. "Patriotism and cosmopolitanism." In COHEN, Joshua (ed.). *For love of country?* Boston, Beacon Press, 2002, pp. 3-20.
- NUSSBAUM, Martha. "Perfectionist Liberalism and Political Liberalism." *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 39, No. 1 (2011), pp. 3-45.
- OKIN, Susan. "Political liberalism, justice, and gender." *Ethics*, Vol. 105, No. 1 (Oct., 1994), pp. 23-43.
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. São Paulo, Martins Fontes, 2011.
- RÍOS Tobar, Marcela. "Feminist politics in contemporary Chile: from the democratic transition to Bachelet." In JAQUETTE, Jane. *Feminist agendas and democracy in Latin America*. Durham/London, Duke University Press, 2009.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- TAN, Kok-Chor. *Justice without borders. Cosmopolitanism, nationalism and patriotism*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

A precariedade da velhice feminina. O último elo da desigualdade de gênero

MACARENA HUAQUIMILLA PAREDES
NATALIA ARÉVALO

*Eu queria escrever sobre tudo,
sobre a vida que estamos vivendo e
sobre as vidas que poderíamos ter vivido.*
Virginia Woolf

RESUMO

■ O artigo aborda a velhice das mulheres como último elo nas desigualdades de gênero por meio do relato de experiências de vida de mulheres em Santiago, no Chile, nas quais são destacados temas como autonomia, solidão, trabalho de cuidado e saúde.

ABSTRACT

■ The article addresses women's old age as the last link in gender inequalities through the account of life experiences of women in Santiago, Chile, in which topics such as autonomy, solitude, care work and health are highlighted.

I. A VELHICE FEMININA: RESULTADO DO ACÚMULO DE DESIGUALDADES

■ No Chile, a população idosa chega a 11,4% da população total segundo o censo realizado em 2017. Este dado varia um pouco com relação ao estipulado pela pesquisa CASEN¹, de 2015, que indicava um total de 17,5% de idosos no total

1 A Pesquisa de Caracterização Socioeconômica Social (Encuesta de Caracterización Socioeconómica Social – CASEN), é uma pesquisa de alcance nacional com periodicidade bienal e trienal que determina as condições socioeconômicas dos lares chilenos.

populacional. No entanto, em que pesem as diferenças que podem existir entre as fontes de dados, é certo que todos os estudos demográficos têm uma coisa em comum: a maior proporção de mulheres com relação a homens, inclusive no caso da população idosa. De acordo com a CASEN, as mulheres representam 57,2% do total da população de idosos.

Este cenário de acelerado envelhecimento populacional supõe uma série de consequências, muitas vezes problematizadas, para os Estados, tais como o crescimento de uma população economicamente inativa do ponto de vista trabalhista ou mais necessidade de cobertura pelos serviços de saúde. No entanto, um assunto que é interessante destacar é a situação precária dos idosos, especificamente, das mulheres.

Sabemos que as pessoas idosas envelhecem em condições complexas, porém as mulheres são o grupo mais exposto a isso, refletindo, assim, a reprodução de desigualdades a que são submetidas ao longo da vida e que são acentuadas com a chegada da velhice. De acordo com González (2016), dada a longevidade da população, é possível destacar “as desigualdades existentes no país, que se manifestam, por um lado, no acesso diferenciado aos recursos de acordo com o nível socioeconômico, o gênero, a localização geográfica e a idade das pessoas e, por outro, amparadas implícita ou explicitamente pelo marco regulatório (moral e jurídico) em que esse fenômeno está situado” (p. 173). Com base na mesma autora (2016), é possível salientar que as mulheres “ao longo de sua vida, encontram-se divididas entre a aderência aos valores culturais predominantes sobre a feminilidade, o cuidado e os laços familiares, e o desejo de alcançar sua autonomia e interesses” (Aronson, 1992, citado em González, 2016, p. 7-8).

Ao revisarmos brevemente algumas características sócio-demográficas da população idosa, observamos que as mulheres são mais afetadas em termos econômicos, uma vez que os dados existentes sobre pensões indicam que 74,2% das mulheres recebe valor de pensão abaixo da linha da pobreza (em comparação a 45,6% de homens). Ainda com relação ao mesmo ponto, segundo Cannobbio e Jeri (2008), as mulheres dependem principalmente da renda que conseguiram economizar em seus empregos e pensões e do que o Estado lhes atribui (de acordo com sua situação socioeconômica), enquanto os homens possuem outras fontes de renda que lhes permitem contar com mais recursos econômicos. Com relação à saúde, aspecto essencial na vida dos idosos, “a população feminina é maioria nos grupos A e B (menor renda) entre 60 e 79 anos de idade, porém destaca-se em todos os grupos (A,B,C e D) a partir dos 80 anos de idade” (González, 2016).

O exposto acima pode estar relacionado a uma dimensão que cruza todas as desigualdades já destacadas, isto é, a da posição social, que permite manter aquela diferença – binária – relacionada à forma como mulheres e homens se situam na vida social. As mulheres, ao serem relegadas à esfera privada, permanecem invisíveis durante sua vida, assim como suas necessidades. Isto é ampliado na velhice, uma vez que, na maioria dos casos, nessa etapa da vida, as redes de apoio e os recursos se tornam mais escassos. Deste modo, naqueles espaços onde as mulheres foram se envolvendo na esfera pública através do trabalho ou das lutas feministas no marco da sociedade civil, também vão ficando à deriva certas demandas e formas de considera-las como iguais, mas diferentes; Todas as mulheres têm filhas ou filhos que poderiam cuidar delas na velhice?

No caso chileno, uma das mais conhecidas medidas tomadas pela presidente Michelle Bachelet é a do “Abono por filho nascido”². Este abono consiste no acréscimo de um determinado valor à pensão recebida por mulheres-mães ao se aposentarem, ou, no caso de que não tenham tido emprego formal durante suas etapas ativas, no momento em que passa a vigorar a pensão básica solidária³. A pergunta óbvia, aqui, é o que ocorre com as mulheres idosas que não são mães, mas que dedicaram sua vida a cuidar de pais, mães e/ou irmãs e irmãos? A velhice caracteriza-se por ser um fenômeno heterogêneo no qual convergem todas as experiências prévias e, por isso, deparamo-nos com uma diversidade de casos possíveis.

Por questões como as anteriores, ao estudar a velhice, é essencial fazê-lo do ponto de vista de gênero, com base em premissas fundamentais como a expectativa de vida, que no caso das mulheres é superior à dos homens (no Chile, a expectativa de vida das mulheres é de 85 anos, contra 80 anos para os homens) e no fato de que a população feminina idosa é superior à masculina. Por sua vez, algumas pesquisadoras, tais como Andes (1992), sugerem estudar o gênero a partir da classe, uma vez que esta categoria permite reforçar a ideia sobre como posições de menor status são conjugadas para mulheres, o que se estende à velhice.

Outro ponto a destacar refere-se à convergência de certos estereótipos da velhice e das mulheres idosas. Conforme dito anteriormente, não todas as mulheres são mães, do mesmo modo como a velhice não é necessariamente uma etapa de decadência e declínio, questão que parece ser característica dessa etapa da vida.

2 Consiste em um benefício estipulado pela lei nº22.255 que incrementa o valor da pensão das mulheres através de um bônus por cada filho nascido vivo ou adotado.

3 É um benefício monetário mensal estabelecido pela lei nº22.255, ao que podem ter direito todas as pessoas que não tenham direito a uma pensão em algum regime previdenciário.

A intenção deste artigo é revisar algumas experiências femininas relacionadas à velhice, especialmente observando como mulheres com diferentes vivências e estilos de vida experimentam o passar do tempo na última etapa do ciclo de vida, enfrentam a precariedade e o iminente acúmulo de desigualdades acentuadas de gênero e a tentativa de resistir a elas.

O material utilizado refere-se a um projeto de pesquisa para a dissertação de mestrado de uma das autoras desta publicação, que participa de uma bolsa do Projeto Fondecyt nº1160683, sob responsabilidade da Dra. Herminia González⁴. A análise corresponde aos resultados parciais do referido projeto de tese, utilizando as informações coletadas na etapa de trabalho de campo.

II. EXPERIÊNCIAS DE VELHICE EM MULHERES IDOSAS NO CHILE

■ A seguir, apresentamos um resumo de três experiências de mulheres idosas que moram na capital do Chile. Suas vivências, assim como seus relatos, manifestam esses desafios e lutas pessoais – e sociais – cotidianas. As informações foram coletadas entre os meses de julho e outubro de 2017 através de entrevistas individuais.

Autonomia versus solidão. A velhice de Cecilia

■ Cecilia representa uma mulher que não se encaixa nos estereótipos de pessoa idosa. Não se veem nela evidências de grande desgaste físico ou social. Estar em constante atividade e ser independente são suas características.

O caso de Cecilia demonstra claramente como a velhice é heterogênea. Embora sua vida e sua experiência de vida em geral sejam poderosas, em Cecilia não se vê o estereótipo de mulher idosa. Aos 74 anos, ela continua trabalhando e é casada, mas, segundo ela, vive uma vida independente de seu marido e pai de seus filhos. Cecilia é extrovertida e sincera. Com relação a sua experiência com a idade, que está em harmonia com sua aparência, Cecilia se diz vivaz. Isto se dá especificamente devido ao fato de se manter trabalhando ativamente, uma vez que ela não tem poupança e só contar com o seu salário (embora não receba sempre o mesmo valor, pois trabalha de maneira autônoma), que lhe permite não depender de ninguém ou de nenhum tipo de pensão. Nesse sentido, ela mesma declara que seu trabalho é parte central de sua vida e de sua experiência com a velhice. O

4 Agradecemos ao Projeto Fondecyt nº1160683 e à professora responsável por ele previamente mencionada no artigo.

trabalho lhe traz bem-estar, pois ela não apenas tira dele seu sustento, como está relacionado com a independência que ela tanto preza, permitindo-lhe não depender de nenhum homem e manter-se atualizada:

“Isso e meu trabalho. Meu trabalho, eu não sei o que eu estaria fazendo se não estivesse trabalhando, pois, como falei, comecei a trabalhar muito jovem, trabalho desde que era uma menina. E, agora, sou feliz, primeiramente, porque não me falta grana⁵, as despesas da casa são divididas entre mim e meu marido, mas sou eu quem administra o lar. Quando falta algo, sou eu que vou comprar. E o valor da aposentadoria não seria suficiente para nada...” (Cecília, 74 anos).

Além disso, o trabalho lhe permitiu manter amizades para a vida. Seus principais círculos sociais foram constituídos a partir de seu trabalho como cabeleireira. Fazem parte de seu círculo social suas clientes e sua sócia, com quem compartilha o cotidiano. De modo geral, são também mulheres mais velhas, que acabam fazendo companhia uma à outra. Esta atividade também lhe trouxe visão de mundo e de outras realidades. Através dos vínculos que construiu ela pode refletir acerca do que é a velhice em geral e de como é a sua própria. Ao se comparar a outras mulheres, sente-se agradecida. Ela percebe que a velhice de outras mulheres está associada a doenças, ao esquecimento, à perda de independência. Mas esse não é o seu caso, pois sente-se cheia de vida:

“O que eu digo (sobre a velhice) é que se trata de um acúmulo de juventude, pois eu não me sinto como uma pessoa de idade avançada. Eu poderia dizer que me sinto como se tivesse 40 anos. Se eu pudesse ir dançar todos os sábados, eu iria” (Cecília, 74 anos).

Em outras palavras, para Cecília, a velhice, na qualidade de acúmulo de juventude, é uma experiência que, em nível pessoal, passa a ser mais uma etapa do ciclo vital. Embora ela esteja ciente de que é, inevitavelmente, a última etapa da vida e que a morte será iminente em um determinado momento, ela se esforça para que nesse momento e na fase anterior, a autonomia e a auto-prevalência estejam presentes. É por isso que Cecília relata que não quer ficar quieta e que o trabalho é a oportunidade que tem para se manter engajada na vida e maneira

5 O termo “grana” refere-se a dinheiro.

ativa, uma vez que o levantar-se pela manhã todos os dias e ter muitos afazeres, fazem com que se sinta bem.

De qualquer forma, e apesar da energia com a qual Cecilia conta para trabalhar seis dias por semana em seu salão de beleza, sua narrativa denota um espaço para a solidão. Ela tem a intenção de realizar atividades, mas não conta com companhia suficiente para isso. É por esse motivo que recorda com nostalgia como saía para dançar com suas irmãs há poucos anos e hoje não o faz mais. No entanto, não especifica explicitamente por quê:

“Claro, íamos dançar a diferentes lugares e saíamos porque somos várias irmãs, então saíamos, comíamos algo e nos divertíamos. Dançávamos entre nós mesmas sem problemas. Tenho uma irmã, além de Haydée [a quem conheço do clube de mulheres mais velhas], que tem uma caminhonete, então ela levava todas. Depois, íamos à sua casa” (Cecilia, 74 anos).

Um dia comum para Cecilia consiste em acordar muito cedo para deslocar-se do bairro de Independência ao de Providencia⁶, permanecer em seu salão durante o horário comercial (de 9h às 18h) e logo voltar para casa. Segundo ela, ao chegar, arruma um pouco a casa e prepara algo para levar de almoço no dia seguinte. Nesse sentido, é ela quem realiza o trabalho doméstico, pois embora seja casada, seu marido, como ela mesma diz, é desorganizado e não contribui para o cuidado da casa. Em Cecilia, como na maioria dos casos de mulheres idosas, existe o fenômeno da dupla presença, em que, além de trabalhar fora, tem que se encarregar das tarefas domésticas. A partir da identificação dessa situação, em diversos momentos da entrevista, pergunto se ela se sente cansada por ter que realizar tantas tarefas. No entanto, sua resposta é sempre a mesma:

“Não, não. Tenho muita vontade de trabalhar, vontade de sair e não me canso. Não me canso nem tenho dores nas pernas. Como te digo, sinto-me bem” (Cecilia, 74 anos).

Quanto à extensão do núcleo familiar de Cecilia, isto é, com relação a seus dois filhos e netos/a, de certo modo, repete a forma de se relacionar que tem com o marido: não há maior comunicação ou vida cotidiana, pois seus filhos moram na zona leste da Grande Santiago, ou seja, no outro extremo de onde está Cecilia. De qualquer forma e indicando uma maternidade poderosa, são os filhos e ne-

6 Independencia e Providencia são comunas (setores) de Santiago.

tos/a de Cecília, o vínculo mais estimulante para ela. Essa relação é tão central em sua vida que o significado de bem-estar para ela se traduz no bem-estar de seus filhos. Uma particularidade desse vínculo é que, para ela, a sensação de ser um estorvo está presente e é um dos medos ou sensações mais profundos de sua experiência com a velhice. Ela se coloca como mãe presente para quando seus filhos precisarem dela, mas de um lugar invisível por medo de ser impertinente ou inconveniente:

“Sim, mas como te disse, não quero incomodá-los nem quero que suas companheiras⁷ pensem que os quero só para mim. Não. Tento ser..., ou seja, vou visita-los e tento não ser notada, como se não estivesse ali...” (Cecília, 74 anos).

O acima exposto constitui um ponto de virada na interpretação positiva dada por Cecília para a velhice, que está relacionada com o seu trabalho. Por outro lado, há este temor de incomodar seus filhos, o que, por sua vez, traduz como ela viveu a maternidade desde o princípio: sendo uma mãe muito preocupada e apreensiva, mas com pouco tempo:

“Claro, eu não poderia dar-lhes o que tenho, economicamente também não poderia ajudá-los, eu não poderia. Mas, eu gostaria que ainda fossem crianças para aproveitá-los, porque eu nunca pude fazê-lo. Sempre chegava tarde, saía cedo. E eu te contei como eu ia deitar tarde para poder estar com eles às terças e domingos. Então, por isso, eu não exijo que eles venham me visitar em casa. Se eles não podem, não tem importância, mas eu vou visita-los” (Cecília, 74 anos).

Finalmente, para concluir o caso de Cecília, é pertinente indicar alguns nós críticos de sua vivência da velhice, como a satisfação com o trabalho versus a sensação de solidão e ausência de vínculos e como se combinam e a fazem valorizar os elementos que são mais positivos para ela.

Além do mais, seu caso demonstra que a velhice é heterogênea e está vinculada às outras etapas da vida. Com relação a isso e a como ela interpreta a velhice, observo que no seu caso, a idade biológica não condiz com a idade social, uma vez que, para Cecília, uma pessoa de 40 anos é uma pessoa ativa e, por isso, ela não se sente como uma pessoa de 74 anos. Sendo uma pessoa ativa, ela não se reconhece como uma mulher idosa e sua imagem não corresponde à de alguém com sua

7 A entrevistada refere-se às esposas de seus filhos.

idade biológica. É possível, também, verificar que suas expectativas de bem-estar se reduzem a poder contar com a tranquilidade de que precisa e a contar com um pouco mais de colaboração para realizar os trabalhos domésticos, ou seja, que a sua velhice ativa se reflita em uma velhice ativa daqueles que a rodeiam, mas que, atualmente, não o são. Nesse sentido, a disponibilidade de atividades a seu alcance, ou ao menos nas proximidades dos locais por onde se desloca diariamente, não estão completamente de acordo com seus interesses pessoais. Cecília, ao ser uma mulher dinâmica, gostaria de poder contar com espaços que lhe permitissem gastar sua energia e onde pudesse encontrar pessoas com interesses comuns para poder cultivar relacionamentos e ampliar seu círculo social, porque em seu relato não demonstra a intenção de realizar atividades sozinha. Deste modo, a reflexão me permite considerar que, definitivamente, está interessada em fazer planos na companhia de outras pessoas. Outra razão que provavelmente a impede de realizar suas motivações é uma possível falta de informação acerca de panoramas, bem como falta de confiança para ousar executá-las.

Sofía: o esforço de uma avó

■ Sofia é uma avó “convencional”. Vive sua velhice nesse papel e sente que esse é o seu lugar. No entanto, esse compromisso que ela mantém com os netos, a quem ela cria, é o retrato fiel de como ela tem sido durante sua vida: esforçada. Sofia trabalhou desde os 9 anos de idade com tecelagem. O tecido foi o que lhe permitiu ter casa própria, um de seus maiores orgulhos. Do mesmo modo, apesar dos percalços econômicos pelos quais está passando, relata que tem o apoio dos filhos, que a ajudam embora ela insista em dizer que não gosta de receber dinheiro deles.

Quando conheci Sofia e começamos a conversar, um dos temas recorrentes foi a sua saúde. Sofia sofre de várias doenças e esta seria a origem de sua visão bastante negativa sobre sua experiência com a velhice. Na realidade, isto é o incansável trabalho como cuidadora que ela realiza: desde criança teve que se dedicar ao lar e, inclusive, trabalhar fora em algumas fábricas de confecção de roupas.

É por isso que um tema central na vida de Sofia são os cuidados. Sofia é mãe de seis filhos. Duas mulheres, que faleceram há vários anos e quatro homens, que estão casados e/ou divorciados e que a tornaram avó de várias netas e netos, outra de suas grandes satisfações. Os inesgotáveis cuidados que Sofia presta fazem com que carregue grande carga física, mas também emocional. O árduo trabalho que implica em realizar todos os afazeres domésticos se traduz em ações tais como ir à feira buscar frutas e verduras, ir ao supermercado, limpar, cozinhar e arrumar.

Além disso, segundo seu relato, estas tarefas são realizadas exclusiva e individualmente por ela, uma vez que seus netos não a ajudam em nada disso, o que se transforma em cansaço emocional.

“É... olhe, eu, acredito que tudo poderá mudar quando eles terminarem os estudos, porque, do contrário, seria uma falta de vergonha na cara continuar aqui a meu lado, por que, até quando vão me explorar? Até eles terminarem. Depois, não importa que eu fique sozinha, porque, a mim, meu velho me acompanha. Eu peço a meu velho que me acompanhe por que vou cobrar sozinha o pagamento⁸ e lhe peço, “velhinho, venha comigo”. (Sofia, 85 anos)

De modo geral, a vida de Sofia sempre foi assim: criar filhas e filhos e depois os netos. E trabalhar. Quando ela se casou, aos 29 anos (depois de ter trabalhado com confecção desde os 9 anos de idade), começou rapidamente a ter filhos e, desde então, sua vida tem sido dedicada ao trabalho maternal, seja como mãe ou avó. No entanto, com o objetivo de contribuir economicamente em casa, desde o início, dedicou-se a fazer tecidos por encomenda para algumas lojas do centro da cidade, recebendo dinheiro que conseguiu poupar e investir na compra e posterior reforma de sua casa. Em sua vida, tudo requer esforço, uma vez que, além de ser uma cuidadora incansável, também teve uma infância triste e solitária, que a fez entrar muito cedo no mercado de trabalho. De toda essa experiência, a que ela resgata com mais entusiasmo é a maternidade, devido a todos os sacrifícios que teve que fazer para poder criar seus filhos e filhas de modo a que não passassem pelas mesmas dificuldades econômicas pelas quais ela passou quando jovem. Teve que se desgastar muito, tanto na criação das crianças quanto em trabalhos informais que lhe permitiam ter uma renda extra para contribuir em casa.

“Eu vivi em situação de pobreza extrema. Tomava chá pela manhã, às 11h e depois às 18h, pois não havia para mais que isso... meu pai bebia, bebia, bebia, igual ao marido da Clara, então só bebia e o vício do vinho é o pior, é a pior das drogas. Então eu não queria voltar para casa... eu, quando casei, eu disse a mim mesma, não sei se você lembra que eu lhe contei, “se eu tiver filhos, nunca passarão pelo que eu passei”, e assim foi. Arrumando minha casa, comprei minha casa, juntei meu dinheirinho, tudo o que ele [seu marido] ganhava, ele me dava para termos o que comer”. (Sofia, 85 anos)

8 Refere-se a ir cobrar sua pensão.

Há, em suas palavras, muito afeto pelo seus filhos e ao mesmo tempo um pouco de superproteção sobre como é o relacionamento com eles e com seus netos. Esse carinho desmedido de uma avó dedicada a leva a omitir suas próprias necessidades e é, por isso, que mediante seu parco orçamento, prefere manter silêncio e não pedir apoio a suas redes familiares.

“Porque eu não gosto de contar isso a meus filhos, chorar, dizer “*uh...* tem sido ruim”. Estes têm sido meses muito difíceis para mim, por este gás, pelo gás da estufa, a cozinha, de todos os lugares. Falta, não conto a meus filhos, não, eu dou um jeito, sozinha, seja como for. Eles querem me ajudar, mas eu não, e digo, “dinheiro, não”. Se eles querem trazer alguma coisinha, sim. Sabe por quê? Há motivos muito claros: todos têm filhos e eles estão estudando carreiras caras como por exemplo, a carreira de enfermeira é cara e longa”. (Sofia, 85 anos)

O acima exposto também demonstra que, de acordo com Sofia, os recursos econômicos são um problema para ela, que tenta de todas as formas, resolver o problema de maneira independente, por mais difícil que isso seja. Sofia vive de sua pensão e da pensão que recebe por ser viúva há poucos anos. Além disso, como disse, o fato de ter trabalhado por toda a vida, permitiu-lhe economizar um pouco para esta etapa da vida.

“Consegui porque trabalhei desde que era uma criança. Então, tudo o que ganhei desde que era criança até os 29 anos, guardei na caderneta⁹ para quando me aposentasse e me aposentei, aposentei com, com... até sobrou um pouco de dinheiro, eu recebi. Até sobrou dinheiro.” (Sofia, 85 anos)

Em suma, Sofia vive de um pequena pensão. Ela não indica um valor exato, mas por seus comentários, conclui-se que se trata da pensão básica no Chile. Ela também é economicamente responsável pelo cuidado com os netos, posto que, como diz, eles recebem uma ajuda eventual de seu pai, que tem uma nova mulher e não parece estar muito preocupado com os jovens.

Os afazeres domésticos de criação de filhos, que lhe traziam satisfação quando era mais jovem, também são, hoje, a principal causa de seus males e de seu inconformismo com a vida. Para ela, esses males são as doenças de que padece. Embora não se aprofunde em descrever essas doenças, fala reiteradamente sobre

9 O termo se refere a uma conta de poupança que a entrevistada tinha quando era jovem.

um mal-estar biológico que ela identifica como doenças que fariam parte da experiência natural do envelhecimento:

“Eu vivo bem. É difícil falar sobre ter uma boa vida a esta altura. Já não é possível, porque as dores vêm, porque estamos velhos e muito velhos, eu sou 10 anos mais velha que ela (referindo-se a uma amiga do clube que é mais jovem)...” (Sofia, 85 anos)

Estas *dores*, que é como Sofia se refere a suas doenças, são principalmente duas: osteoporose e artrose. Porém, além disso e apesar de não estar diagnosticada ou não fazer uma referência específica, percebem-se rasgos de uma personalidade depressiva. Ambas as doenças, que, para ela, representam uma dor corporal generalizada, somadas ao cansaço pelo trabalho doméstico e como cuidadora, provocam-lhe um posicionamento de desengano perante a vida. Sofia é repetitiva em indicar que está cansada e que gostaria de ter mais tempo para estar tranquila, sem precisar continuar se submetendo a esses trabalhos associados ao lar e que parecem ser mais um dever e pressão moral do que uma decisão tomada com liberdade.

“Não. Não tenho disposição para fazer nada, não tenho forças. Há dias em que limpo o quanto posso e outros dias em que o frio não me permite, então há grandes mudanças. Com a velhice, há grandes mudanças. Tem dias em que não queremos nada, e me dizem “tem uma festinha, uma *once*”¹⁰ e eu não, não tenho vontade e prefiro tomar minha xícara de chá, meu pãozinho e pronto, sem tanta *once* e tanta coisa (ela ri). É isso, eu me apaguei.” (Sofia, 85 anos)

Provavelmente, porém, um dos temas mais cruciais na experiência de Sofia é a viuvez. Seu marido faleceu há aproximadamente três anos. Morreu repentinamente de um acidente vascular cerebral que, em dez dias, levou a seu óbito. Sofia, em seu relato, relembra várias vezes de seu marido morto e declara que sente muito a sua falta. Mas, quando comenta sobre como era sua relação como casal, a resposta não é necessariamente positiva. Ao que parece, seu marido tinha uma personalidade complexa e não havia uma relação amorosa entre eles, mas para Sofia, representava companhia e proteção.

10 No contexto chileno “la once” corresponde a uma merenda ou hora do chá.

“Claro, meu velho me faz falta. Com meu velho, ninguém... com marido, nenhuma mulher é passada para trás e mesmo ele sendo amigo dos amigos e mesmo ele tendo uma personalidade terrível, eu sinto sua falta. Eu já estava acostumada aos gritos. Uma semana antes de morrer me disse “eu queria ser a primeira” e abria os olhos assim (rindo, fez o gesto indicando que seu marido abriu muito os olhos)... isso me fazia rir. Como ele estava bem velhinho, queria aumentar os olhos mas continuavam pequenos, já não era o mesmo, já não abria os olhos como antes (risos).”
(Sofía, 85 anos)

“Do céu ao purgatório”. A saúde de Clara

■ A história de Clara é uma história difícil. Ela é uma mulher alegre, cômica e animada. No entanto, sua vida não é fácil. Falta-lhe saúde; já quase não consegue se mover de maneira autônoma, usa um “burrinho”¹¹ e precisa pedir ajuda à sua filha e netos para atividades básicas como se vestir ou deslocar. E sua situação econômica não ajuda. Usa o serviço público, tem uma casa da qual, por questões familiares, não pode se desfazer e conta com recursos mínimos para poder viver. Apesar de tudo isso, é feliz e não perde a vaidade.

Ao menos na aparência, Clara parece cansada e desgastada. Todas as terças-feiras chega ao ateliê com grande dificuldade, apoiada em sua bengala, visivelmente exausta e dolorida. Atualmente, a história de Clara está focada na doença, ou mais especificamente em todos os tipos de necessidades e carências: econômicas, de apoio e de carinho. Embora ela não declare que se sente sozinha, aparentemente, todos os efeitos de suas doenças a fazem sofrer de diferentes carências que tornam suas doenças ainda mais complexas ou, exceto pela companhia de uma de suas filhas, não há aspectos que tornem seus problemas de saúde mais suportáveis. Na vida de Clara, a precariedade está completamente presente.

No âmbito da saúde, Clara ressalta que sua vida é determinada por esses problemas, que a impedem de levar uma vida normal, posto que está limitada por essas dores. A propósito, são várias as doenças de que sofre, como ela mesma conta, referindo-se a este tema como se fosse uma extensa lista:

11 Este termo se refere a um apoio físico usado para se deslocar quando há dificuldade de mobilidade física.

“Bom. Vamos começar pelas chamadas doenças catastróficas¹². Eh... o diabetes, hipertensão, artrose, artrite, tenho gordura no fígado, tenho... como se chama mesmo? Essa coisa pequena... como é chamada?... (refere-se a cálculos na vesícula)”. (Clara, 75 anos)

Clara explica que essas doenças surgiram nos últimos anos e que nunca foi uma mulher doente, muito pelo contrário, era muito ativa e gozava de boa saúde. Sua personalidade continua sendo animada apesar das doenças, o que faz com que o seu relato não tenha um caráter de lamento e sofrimento, mas traz em si um tom alegre já que Clara é capaz de rir de suas próprias desgraças:

“Paulatinamente, claro. Diziam para tomar isto ou aquilo. Até agora me dizem para tomar isto, tomar aquilo, mas os médicos não dizem nada, fizeram outros exames, inclusive os particulares¹³... encontraram líquido aqui (aponta para suas costas), que tinha os tendões médios afetados e tinha um ossinho quase em cima do outro, por isso é que digo que eu subo ao céu e vou ao inferno e ao purgatório (risos), você me entende?, então, por isso, é isso que me dói.... Ai!” (Clara, 75 anos)

De fato, em outros momentos, fora da entrevista, Clara disse que espera há muito tempo para ser operada das pernas uma vez que no serviço público o tratamento é lento, porém é a única opção de que dispõe sem ter que pagar.

Clara também conta com algumas escassas redes de apoio, principalmente familiares. Uma de suas filhas, com a qual mora e seus dois netos, um adolescente e uma criança de sete ou oito anos que são a fonte de suas principais alegrias. Mas, Clara tem mais filhos além da que aparece no relato, mas os outros são mais ausentes como comenta, uma vez que ou estão casados ou se distanciaram dela por situações que ela não conta com profundidade. A partir disso, quando pergunto, no contexto da entrevista, quem são suas redes familiares atuais, ela apenas indica uma filha, porém com a qual não compartilha uma vida cotidiana:

“Sim, conto com elas às vezes porque os maridos, você sabe que os maridos são os maridos. Uma delas me liga às vezes, todos os dias, outras vezes, dia sim dia não ou duas vezes por semana”. (Clara, 75 anos)

12 As doenças catastróficas no Chile são aquelas nas quais o paciente precisa de tratamento contínuo para viver.

13 Os “particulares” são os médicos do sistema privado (pago) de saúde no Chile.

Sobre os filhos mais distantes, apesar de não dar ênfase a essas relações, demonstra emoção ao falar deles e da atual situação em que não existe proximidade nem apoio por parte deles. Com relação a isso, muito emocionada, ela conta um episódio que ocorreu com um de seus filhos:

“Ah... sim, pois. Eu digo que não sei, acredito que aconteça com ela também (refere-se a uma de suas colegas que está no mesmo local durante a entrevista), eu acho que nós nos deprimimos um pouco porque ela nunca teve seus filhos por perto. Tenho um filho que faz dois anos que não me diz nem ‘alô’ (indicando uma chamada telefônica), nada... Outro dia, por coisas que Deus quis, não sei, e era um telefone que não uso, mas digo ‘alô’ e ele disse ‘seu eu, mamãe’ e eu perguntei, ‘por quê?’ ‘quem te deu este número?’ e ele me disse ‘viu? Talvez seja Deus que queira que eu fale com você, então qualquer dia destes vou chama-la para sair e almoçar, lanchar e vamos conversar’”. (Clara, 75 anos)

Além da precariedade emocional, Clara também sofre com a evidente carência material. Sua única renda, além da contribuição da família para as despesas domésticas (da qual ela não dá detalhes), é a pensão básica e a pensão por viuvez, como já foi mencionado. Clara não teve uma experiência de emprego formal. Segundo ela, era seu marido quem provia o básico, mesmo que precariamente. É por isso que ela teve algumas experiências esporádicas de trabalho, mesmo que não formal, para poder ajudar com as despesas familiares, deixando uma das filhas responsável pelo cuidado da casa:

“Não, se eu tivesse que trabalhar. Por que, com ele (seu falecido marido), é feio dizer, mas não tive uma cama, lençóis, não tive nada com ele. Por isso, lamentavelmente, tive que sair para trabalhar. E quando minha filha mais velha tinha 10 anos, ia completar 10 anos, eu tive que pegar um lápis e começar a procurar emprego, então eu disse a ela, “pronto, você vai sair a tal hora, deixa tudo comprado ou eu deixo comprado na noite anterior se eu chegar a tempo e você faz o almoço. E você faz assim, vai colocando e... é assim que faz o almoço. Eu ia ensinando”. (Clara, 75 anos)

É por isso que o relato de Clara deixa evidente a sua vulnerabilidade. Com relação a suas experiências de vida, nas quais narra sua entrada, por necessidade, no mundo do trabalho informal ou suas atuais e variadas doenças, também se nota sua angústia com o que acontece em seu lar. Clara comenta que, apesar de ser a proprietária da casa na que mora atualmente, ela não tem autonomia para

usa-la deliberadamente devido a um problema de herança que envolve terceiros e que a obriga a conviver com seu cunhado. Parte de sua história se transforma nessa situação, uma vez que sua casa foi herdada de seus pais e uma irmã falecida deixou seu marido (cunhado de Clara) instalado nela.

Sobre a infraestrutura de sua casa, ela relata:

“Meus cômodos são de barro, minha querida, e o teto é de barro com tábuas. É dessas antigas e as paredes são de tijolo baiano, mas eu digo “tantas questões, mas resistiram aos terremotos, os de 7, 8, e não vieram abaixo. Eu quase diria, bom, graças a Deus que minha casa é como é, mas não chove. Por outro lado, se quero ir ao banheiro, tenho que ir lá fora, tenho que sair também para lavar a louça. Então, tudo...” (Clara, 75 anos)

Com base nessa contextualização, nota-se uma experiência difícil de velhice para Clara. Apesar disso, ela não desanima, mas a velhice é equiparada a uma condição negativa de saúde. Para ela, este seria o detonador que inicia esta etapa de sua vida:

“Claro. Não, eu passei dos 50 anos e ainda não era velha. Não me considerava jovem, verdade, mas eu considerava que, enquanto pudesse fazer as coisas, ainda era jovem, isso me diziam e, bom, as questões virão, mas não, eu às vezes choro”. (Clara, 75 anos)

Apesar de tudo, Clara tenta manter uma atitude positiva perante a vida. Ela é uma mulher que mantém o interesse por conversar com outras pessoas, cultivar amizades e realizar atividades na medida em que seus problemas de saúde permitem. Em suas palavras é possível vislumbrar a intenção de aproveitar as atividades das quais consegue desfrutar e o clube simboliza essa vontade de passar bem o tempo e de “não se abandonar” como ela mesma diz.

No entanto, de acordo com o relato de Clara, o que realmente parece lhe causar tristeza ou dificuldade são as mudanças no corpo que já não são apenas estéticas, mas representam problemas de mobilidade e funcionalidade de seu organismo:

“O podólogo me diz, ‘se a senhora, ,d. Clara não fosse... a senhora não cuida dos pés.’ Mas, agora, não consigo nem vestir a calcinha ou as calças, cheguei a esse extremo, perceba. Então tento vestir a calcinha assim e depois com o outro pé, com um

palito e consigo vesti-la. Às vezes, com as calças, precisei pedir ajuda a meu neto ou à *chicoca*¹⁴. A chicoca reclama mais, e eu lhe digo ‘escuta, por favor, venha, não quero te incomodar’. Mas, que é divertido ver que consigo calçar uma meia e não a outra. Mas, sabe que cheguei a esse extremo... e isso é o que buuuu..”. (Clara, 75 anos)

Finalmente, com relação ao que denota o relato de Clara, sua vida, segundo ela mesma conta, gira em torno de seus problemas de saúde, mas ela tenta manter um estado de ânimo positivo e estar tranquila, tentando sofrer o menos possível dessas doenças que lhe tiraram a mobilidade e principalmente a autonomia.

III. RESISTÊNCIA INDIVIDUAL VERSUS TRANSFORMAÇÃO COLETIVA

■ Com base nas histórias apresentadas na seção anterior, concluiremos este capítulo comentando algumas questões gerais que estão relacionadas com os principais nós críticos extraídos dos relatos para em seguida concluir com alguns comentários globais acerca do contexto das mulheres idosas no Chile.

A relação entre independência e trabalho representa uma liberdade que Cecilia não vivencia em seu espaço mais íntimo, onde ainda se vê obrigada a ser a única que assume as tarefas domésticas mantendo um estereótipo passivo da velhice que não condiz com a sua vida pública. Da mesma forma, a relação com seus filhos mantém um caráter assimétrico no qual apenas ela é útil a a eles.

Por seu lado, o relato de Sofia demonstra que o fardo do cuidado e as injustiças são mantidas até a última etapa da vida da mulher. Sendo a pobreza e a obrigação de cuidar dos outros, fatores que acentuam os problemas sobre o corpo feminino. O mesmo é observado na história de Clara, que, da mesma forma e similarmente a outras, é cuidada por sua filha mulher, sem estar isenta dos efeitos patrimoniais e emocionais da desigualdade.

A resistência individual não é suficiente para transformar a sociedade, apenas a resistência coletiva nos permitirá alcançar uma transformação social.

A partir do feminismo é necessário convidar as novas gerações para a inclusão e reivindicação da velhice, sobretudo da velhice feminina, uma vez que, até pouco tempo atrás, o tema não era objeto de estudo das ciências sociais nem do feminismo. Embora na década de 1970, Simone de Beauvoir tenha estabelecido um importante precedente para o estudo da velhice, as gerações posteriores ficaram devendo este importante legado e a última etapa do ciclo da vida foi estudada

14 A entrevistada refere-se à sua neta mais nova.

de maneira parcelada, focando a atenção em temas como a saúde, sistema previdenciário ou o acesso a serviços básicos. Porém, isto é insuficiente uma vez que a feminização da velhice é um fenômeno presente em nossos dias.

Por sua vez, a população idosa e, especificamente, as mulheres das quais trata este artigo, demonstram uma urgência por serem incluídas em planos e programas de políticas públicas que não enfoquem apenas em cobrir suas necessidades básicas para alcançar condições mínimas de vida, mas também clamam por atenção para o que ocorre em suas vidas cotidianas, com as redes de apoio que as sustentam, tanto familiares como de grupos sociais e com a necessidade de se integrar à sociedade com o pleno exercício de seus direitos como sujeito das mesmas garantias a que tem direito o restante da população.

Cecilia, Sofía e Clara precisam de mais acesso à informação para poder continuar se desenvolvendo e precisam que seja determinado um espaço em nossa sociedade que contemple seus interesses e motivações pessoais.

MACARENA HUAQUIMILLA PAREDES · Socióloga, graduada em Estudos de Gênero e candidata ao Mestrado em Sociologia na Universidade Alberto Hurtado.

NATALIA ARÉVALO ARÉVALO · Advogada e graduada em Estudos de Gênero e Direito Internacional dos Direitos Humanos da Universidade do Chile.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES, N. Social Class and Gender: An empirical evaluation of Occupational Stratification. *Gender & Society* 6, p.321, 1992.

CANNOBBIO, L. y JERI, T. *Estadísticas sobre las personas Adultas Mayores: Un análisis de género*, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. Censo de População e Moradias, 2017.

GONZÁLVEZ, H. Ser mujer mayor en Santiago de Chile: feminización de los cuidados en la vejez y desigualdades acumuladas”. In: VERA, A. (ed.). *Malestar social y desigualdades en el Chile actual* (p.173-194). Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2016.

MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Pesquisa Casen 2015.

Convergências históricas na emergência dos estudos sobre mulher e gênero

LÚCIA AVELAR

RESUMO

■ O objetivo deste artigo é apresentar um quadro sintético acerca de acontecimentos históricos que engendraram a emergência dos ativismos das mulheres, a construção de uma nova área de estudos e pesquisas – os estudos sobre mulher e gênero –, assim como os avanços alcançados nas políticas de promoção de igualdade de gênero.

ABSTRACT

■ The aim of this article is to present a summary of historical events that have generated the emergence of women's activism, the construction of a new area of studies and research – studies on women and gender – as well as the advances made in the promotion policies of gender equality.

■ O desafio a que me propus neste trabalho foi o de apresentar um quadro sintético dos acontecimentos históricos que propiciaram a emergência dos ativismos das mulheres, a construção de uma nova área de estudos e pesquisas – os estudos sobre mulher e gênero –, assim como os avanços alcançados nas políticas de promoção de igualdade de gênero¹. Sabemos que o esforço de discutir o ocorrido nas

1 O presente texto é parte de uma pesquisa em andamento sobre os primeiros núcleos de estudos sobre as mulheres na América Latina. Os dados para os demais países além do Brasil ainda são poucos. No entanto, importante assinalar, que muitos dos núcleos pioneiros contam ainda com suas primeiras investigadoras, algumas das quais estamos em contato. Na (cont.)

últimas cinco décadas deixa de lado a riqueza das experiências vivenciadas durante gerações, como os primeiros trabalhos, debates e conferências, e os inúmeros conflitos na construção de um edifício que é um misto de ativismos, disciplinas acadêmicas das mais diversas, visões de mundo que se recriaram e se recriam conforme as especificidades das culturas regionais e locais (Woodward & Woodward, 2010). Destacando o caso brasileiro, permiti-me, em algumas passagens, fazer referência a outros países da América Latina, embora alguma contribuição virá apenas de uma indicação bibliográfica inicial.

Em uma breve apresentação chamamos a atenção, em primeiro lugar, do período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a Europa dividiu com os Estados Unidos sua hegemonia econômica e cultural no continente latino-americano (Dezalay & Garth, 2002). Após 1945, os norte-americanos desdobraram-se em novas estratégias para ampliar seu poderio militar, econômico e cultural, embora internamente sofresse com os levantes da população afro-americana que, principalmente na década de 1960, protestava por direitos civis, pelo envio de tropas para as guerras imperialistas, em especial a guerra do Vietnã, em um período politicamente convulsionado especialmente pelo assassinato do então presidente John F. Kennedy. Concomitantemente, as fundações filantrópicas norte-americanas, enriquecidas com a expansão da indústria bélica e do consumo das classes médias, direcionavam seus lucros para as organizações civis na luta pela igualdade de direitos, ao mesmo tempo que se tornavam o braço direito de uma política externa voltada para a hegemonia norte-americana. Um dos casos proeminentes foi o da Fundação Ford, como mostraremos adiante.

Da Europa, o continente latino-americano recebia os ecos dos movimentos da juventude que culminaram nas chamadas “barricadas de 1968”, quando uma nova geração foi para as ruas para exigir direitos iguais tanto para mulheres quanto para outras minorias que não se viam privilegiadas pelo Estado de Bem-estar. Mas, igualmente, expandiam seus investimentos nos países da periferia do mundo capitalista, como nas instituições universitárias, políticas e de defesa dos direitos humanos, dando continuidade à influência secular europeia na América Latina.

Em segundo lugar, destacarei o período das ditaduras, quando governos de exceção tomaram lugar de governos eleitos democraticamente com o objetivo de controlar os conflitos sociais e políticos decorrentes das desigualdades sociais ex-

(cont.) maioria dos casos, as pioneiras vivenciaram as ditaduras militares de seus países, exilaram-se e receberam apoio financeiro de entidades europeias e norte-americanas.

tremas. Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Equador, Paraguai e Peru, particularmente a partir dos anos 1960, contavam com as fundações de financiamento dos países ricos que acolhiam os presos políticos exilados, inclusive as mulheres que tomaram conhecimento dos movimentos feministas dos países do centro assim como dos “estudos sobre mulher” promovidos por departamentos de importantes universidades.

Registramos, também que, nessa mesma época, na década de 1960, as universidades latino-americanas expandiam os cursos de pós-graduação nas ciências humanas, como foi o exemplo da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), no Chile, que recebia estudantes do continente sul-americano e docentes europeus e norte-americanos². Dada a recente experiência da industrialização e urbanização intensa, esses países contavam, em escala crescente, com mulheres nos cursos de graduação e de pós-graduação, profissionalizando-as e mudando seu perfil educacional. Em consequência, mudava-se também seu horizonte político.

Em terceiro lugar, relacionarei o ativismo das mulheres, principalmente à época das ditaduras, e a abertura dos estudos sobre mulher e gênero que acompanhavam o fenômeno. Uma breve digressão sobre numerosos grupos de socialização política e de educação popular que já atuavam desde as décadas de 1950 e 1960, abrangendo tanto as mulheres das classes populares quanto mulheres de classe média. Ao se incorporarem nas lutas contra as ditaduras quando um grande número de mulheres foi exilado, refletiram sobre a desigualdade de poder nas organizações de esquerda ao lado de seus companheiros, assim como na forma peculiar em que eram tratadas nas prisões. Foi o que as levaria à descoberta dos movimentos feministas (Barrancos, 2018, no prelo).

Os estudos acadêmicos acompanharam o novo ativismo das mulheres, registrando suas experiências e introduzindo temáticas até então não contemplada nas Ciências Sociais. Temas como violência contra a mulher, assédio sexual, direitos reprodutivos, desigualdade de gênero, justiça racial e de gênero e direitos quanto à orientação sexual nasceram da observação da realidade daqueles movimentos.

2 Fábio Wanderley Reis registra os inícios daqueles anos na FLACSO e o contato com correntes teóricas e metodológicas diversas daquelas que predominavam nas Ciências Sociais. A forte influência francesa foi substituída pela orientação norte-americana. Mais tarde, aqueles estudantes pós-graduados se encaminharam para as universidades dos Estados Unidos com o apoio da Fundação Ford. Ver em: <www.cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/fabio_wanderley/trascrica>. Acesso em abr. 2018.

Histórias marginalizadas que se tornaram parte do *mainstream* de um outro campo de estudos e pesquisas (Shayne, 2012).

Teria sido possível se as instituições de financiamento dos países desenvolvidos não investissem naqueles estudos até então não contemplados na investigação acadêmica? Esta é uma discussão que traz elementos de enorme ambivalência no campo argumentativo. Além disso, por quais razões os centros de estudos sobre mulher e gênero na América Latina hoje invocam sua autonomia em relação aos paradigmas firmados nos centros desenvolvidos? Após cinquenta anos, as latino-americanas não mostram hoje sua vitalidade e particularidades que as colocam como paradigmáticas a partir do próprio continente e reverenciadas pelos estudiosos dos países centrais?

Por fim, este texto traz breves apontamentos sobre o que foi alcançado no plano governamental e nas políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero.

I. O PÓS-GUERRA, OS MOVIMENTOS POR DIREITOS E AS FUNDAÇÕES DE FINANCIAMENTO

■ Após a Segunda Guerra Mundial, em especial na década de 1950, os norte-americanos experimentaram um enorme crescimento da riqueza devido à expansão da industrialização³. Inúmeras fundações ligadas às indústrias acumularam recursos para investir nas artes, no financiamento de movimentos pró direitos civis, nas entidades voltadas à pesquisa sobre mulheres, negros, minorias, competindo assim com a hegemonia europeia no campo das *rule of law* (Levy, 1996). Internamente, os movimentos afro-americanos lutavam por direitos civis; os movimentos de mulheres reclamavam por oportunidades iguais na profissão, na política e na sociedade, organizando ações coletivas que até as décadas anteriores eram pontuais e sem lastro territorial. Emergiu, então, uma nova era dos movimentos de mulheres e feministas que ganhava adeptos crescentes e legitimidade aos olhos da sociedade.

Durante o período da Guerra Fria, com tensões e conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética, o império americano procurava adeptos para fortalecer sua posição hegemônica no Ocidente. Suas agências governamentais financiavam os golpes na América Latina, enquanto algumas fundações investiam em

3 Ver o estudo de W. Korey sobre o crescimento da indústria automobilística norte-americana e as razões pelas quais a Fundação Ford tornou-se uma das principais entidades dos estudos pós-graduados e da área dos estudos sobre a mulher.

curso de pós-graduação, nos movimentos sociais e entidades ligadas aos direitos humanos. A principal fundação a investir nos cursos de pós-graduação foi a Fundação Ford – além da Rockefeller, United Nation Procurement Division, Sirec Community Trust Inc., OXFAM NOVIB, Neumann, Fundação Mediterrânea. Em plena Guerra Fria, a questão era como neutralizar os nacionalismos e correntes de esquerda nos movimentos de enfrentamento às ditaduras⁴.

Em alguns casos, as ditaduras foram implantadas ao longo de um processo, com deposições de presidentes e diversos conflitos, mas é possível afirmar que a primeira foi na Guatemala em 1954. No Paraguai, a ditadura foi uma das mais longas, entre 1954 e 1989. No Brasil, entre 1964 e 1985; na Bolívia, em 1964; na Argentina, em 1976; no Uruguai, entre 1973 e 1985; no Chile, entre 1973 e 1988; no Peru, em 1968; na República Dominicana, em 1978; e na Nicarágua, em 1979. O México foi governado por um partido único, o Partido Revolucionario Institucional (PRI), entre 1929 e 2000, ou seja, durante 71 anos. O PRI, acusado de corrupção e crime organizado, praticava uma regra de escolha do futuro presidente pelo presidente de plantão⁵.

Tanto o Chile quanto Argentina, México e Brasil receberam enormes investimentos nas áreas das Ciências Sociais e nas organizações dos direitos humanos. No Chile, o golpe militar, em setembro de 1975, liderado por Augusto Pinochet, logo seria visto como um dos focos de violação de direitos entre os prisioneiros políticos. Ali, organizações da Igreja católica começaram a funcionar, e os cardeais católicos ganharam a confiança de outras fundações internacionais para defender as vítimas, além de organizações de defesa dos direitos que contavam com profissionais liberais, como médicos, advogados e assistentes sociais que documentavam as torturas, mortes, desaparecimentos, levando a uma onda de imigração entre os países e depois para o exterior. A Fundação Ford investiu milhares de dólares também na Argentina. Considerada uma das ditaduras mais sangrentas, muitos recursos foram direcionados aos intelectuais presos e exilados, às Madres de la Plaza de Mayo, uma organização que teve grande impacto internacional, além de fundos para educação dos filhos dos milhares de desaparecidos políticos.

4 Apenas no Brasil, cerca de cem mil dólares foram investidos em pesquisa sobre educação e trabalho. Em 1975, quinhentos mil dólares foram para organizações não governamentais de direitos humanos (Korey, 2007; Dezalay & Garth, 2002)

5 A bibliografia é numerosa. Uma indicação inicial para a América Latina: Dezalay & Garth, “O imperialismo da virtude”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, 1º maio 2000. Para o caso do Brasil, ver: Miceli, 1993; Forjaz, 1997; Santos Rocha, 2017; Canedo, 2016, entre outros.

As suspeitas sobre as fundações estrangeiras – principalmente as norte-americanas – eram correntes nos países latino-americanos. Se os norte-americanos financiavam os golpes no continente, forneciam equipamentos e crédito aos governos militares, estariam também as fundações de pesquisa aliadas a essa política? Segundo os dados de W. Korey, ao longo das décadas seguintes, uma parcela dos executivos da Fundação Ford sofreria pressões de seu governo dentro do próprio *staff* por apoiar movimentos contra as ditaduras. Contudo, a liberdade intelectual dos financiados sempre fora garantida. Segundo relatos de pesquisadores dos respectivos países, era preciso diferenciar agências norte-americanas de governo e fundações de financiamento de pesquisa.

Se antes predominavam os recursos para as pesquisas demográficas – como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), 1973-1978 –, que tinham como objetivo o controle populacional no país, em seguida ganharam importância os direitos das mulheres, em vista do seu crescente ativismo. Desde 1973, os reclamos das mulheres eram ouvidos no próprio *staff* da Fundação Ford devido à situação de inferioridade feminina na instituição e suas dificuldades para se alçarem aos cargos mais altos da organização. No México, a Ford deu prioridade ao tema das mulheres, assim como no Brasil, nos movimentos das mulheres afro-brasileiras, indígenas e mulheres da floresta. Não sem razão, as décadas de 1980 e 1990 foram testemunhas de como as mulheres se tornaram novos atores políticos e democráticos nos países da América Latina (Montaño, 2015).

2. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA, MOVIMENTOS E DITADURAS MILITARES: O CASO DO BRASIL⁶

■ No Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, diversas instituições promoviam a conscientização política, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), movimentos de base socialista, a Igreja católica de esquerda e de inspiração francesa, associando estudantes, universitários, agricultores, trabalhadores de fábricas e prestadores de serviços, organizando os primeiros movimentos rurais e os de periferias urbanas, que recebiam populações migrantes principalmente dos estados

6 Uma breve indicação sobre os autores que estudaram as ditaduras da América Latina: Stepan, 1973; O'Donnell, 1973; Linz, 2000; Pereira, 2010; Souza, 2003; Quadrat, 2010. Sobre a ditadura no Brasil, o período, paradoxalmente, estimulou um grande número de publicações. Entre muitos ver, O'Donnell e Reis, 1988; D'Araújo e Soares, 1994-1995; Santos, 2003. Ver também os relatórios publicados pela Comissão Nacional da Verdade.

mais pobres⁷. Um denso período de educação popular no Brasil se deu entre 1958 e 1964 (Soares e Fávero, MEC, UNESCO).

Uma instituição de impacto foi a Igreja católica, com as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, as CEBs, criadas por padres e bispos e arcebispos. Eram pequenas comunidades centradas em uma paróquia com atividades de catequese, alfabetização de adultos, formação de educadores populares e sindicalistas oferecendo cursos de história, formação de líderes e relacionamento com o poder público. Constituíram uma grande rede de agentes pastorais que se preocupavam em formar militantes. Recebiam vendedores ambulantes, donas de casa, pessoas que viviam sem cobertura nos serviços essenciais básicos, isto é, sem iluminação das ruas, água encanada, postos de saúde nem coleta de lixo. Não há exatidão quanto ao número de CEBs, mas calcula-se que eram perto de 80 mil na década de 1980, segundo Frei Betto (1985). Grande parte dos padres que trabalhavam nas CEBs eram estrangeiros de formação socialista da igreja francesa. Calcula-se também que as mulheres eram 62% das participantes das CEBs e trabalhavam nas comunidades e serviços subordinados aos clérigos (Franco dos Santos, 2006). Mais tarde, a intersecção entre movimentos de esquerda, Igreja católica e movimentos feministas levaria a impasses principalmente no campo dos direitos reprodutivos, em particular, na luta pelo aborto legal.

Teses e dissertações, principalmente das áreas de Educação e História, dão conta de como as mulheres participaram das CEBs desde as décadas de 1960 e 1970, a maioria delas hoje com 70 e 80 anos, conforme os registros encontrados e entrevistas. Por meio da militância, tomavam consciência dos seus direitos e encontravam o feminismo com o passar do tempo. As mulheres da periferia lutavam pelos direitos básicos, e as feministas de classe média reivindicavam direitos civis e distribuição de poder na família e na sociedade. A trajetória de ambos os grupos quase sempre foi a mesma, primeiro elas entraram na política pelos movimentos populares e políticos e depois pelo feminismo.

Importante destacar a efervescência cultural e política da década de 1960 no mundo ocidental, com jovens partindo para novas experiências existenciais e pelo enfrentamento de códigos e valores conservadores embebidos pela literatura e o cinema, música e artes plásticas, particularmente nos países de mais alto nível de bem-estar social. Lembremos os movimentos da juventude francesa em

7 Ex-militantes do PCB e depois feministas, o PCB atrasou o feminismo porque absorveu mulheres líderes.

1968, os *hippies*, os movimentos de contracultura. A América do Sul vivia, a seu modo, a revolução cultural que ocorria nos países centrais da Europa ocidental e dos Estados Unidos, em grande parte devida às elevadas taxas de urbanização e à maior exposição aos meios de comunicação, uma revolução que se expressou nas propostas de vida anticapitalistas, nos nacionalismos, nas críticas às guerras imperialistas, na literatura existencialista, nas artes e humanidades. Os regimes autoritários instalados na América Latina tentavam esvaziar os movimentos sociais radicais que queriam a mudança do sistema político dominado pelas elites tradicionais (Hagopian, 1996).

Os militares firmaram-se como os guardiões de uma “nova industrialização”, concentrada em polos geográficos caracterizados por grande modernidade tecnológica e de um mercado de trabalho de impacto nacional, levando a transformações estruturais como urbanização, crescimento eleitoral, maior escolaridade e menor taxa de fertilidade e a incorporação de populações de origem rural na força de trabalho, criando novas estratégias de sobrevivência familiar.

Os movimentos sociais e partidos de esquerda foram reprimidos, levando os grupos à situação de clandestinidade, e ali estavam as mulheres nos grupos armados e de guerrilha enfrentando prisões, censuras, exílios e mortes. D’Alambert (1988), Ridenti (1990), Wolff (2007), Bastos (1987), Franco dos Santos (2006), Telles e Santacruz (2013), Souza Bastos, Garcia, P. Gonçalves (2007); Goldemberg⁸. Além disso, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desenvolveu uma linha de pesquisa no programa de pós-graduação em História, intitulada “Histórias entrecruzadas de subjetividades, gênero e poder”, que acabou se tornando um dos maiores acervos sobre a participação feminina nas ditaduras do Cone Sul⁹.

A grande maioria das camadas médias intelectualizadas de estudantes e professoras, acima de 75%, ingressava nos movimentos estudantis das mais variadas correntes ideológicas ou nas alas dos partidos de esquerda. Descobrimos a insur-

8 Antes de mais nada, é preciso destacar que o ativismo das mulheres na época da ditadura é um capítulo à parte. Os estudos sobre o período continuam sendo objeto de interesse dos pesquisadores. Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, desde a possibilidade do acesso público, tornaram-se uma fonte de dados do período. Foram ouvidas quase 300 mulheres, a maioria do Sudeste do país. É preciso notar a importância dos acervos como espaços de memória e resistência. Ver também o *Jornal Brasil Mulher* (1975-1980) e jornal *Nós Mulheres* (1976-1978).

9 Ver Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, “Nosotras e círculo de mulheres brasileiras: feminismo tropical em Paris”, *ArtCultura*, v. 9, n. 14, p. 55-69, 2007. O artigo oferece excelente bibliografia sobre o tema.

gência, o projeto dessas mulheres não era apenas derrubar o regime, mas também revolucionar os costumes, os valores e as relações sociais de gênero profundamente desiguais. Guiavam-se por novos comportamentos afetivos e sexuais, métodos anticoncepcionais e recursos às terapias, tal como pode ser lido em Costa (1986, p. 34).

Foi aí que se abriram oportunidades para militâncias de resistência, grupos políticos e culturais, dentre eles as mulheres se aglutinando em novos movimentos. Segundo numerosa bibliografia publicada nas últimas décadas, o exílio foi uma das grandes escolas para o feminismo, mulheres que vinham da militância e descobriam os estudos e o ativismo no exterior.

Alguns exemplos de trajetórias ilustram as origens e caminhos percorridos por algumas das mulheres de organizações de esquerda que foram exiladas, afirmando que foi no exterior, após o fracasso da luta armada durante a ditadura militar brasileira, que descobriram o feminismo, ao constatarem o machismo dentro das próprias organizações políticas (Costa, 1970; Abreu, Maira; Larissa Correa; Ayla Camargo). No livro de Wolff, Faveri e Ramos, *Leitura em rede: gênero e preconceito*, publicado em 2007, as autoras apresentam, a partir de documentos localizados na Bibliothèque de Documentation Contemporaine, de Paris, o início, em meados de 1960, seguindo o que ocorria nos Estados Unidos e na França, da participação nos grupos de consciência. O exemplo de Danda Prado, que foi para a França em meados de 1970, após a prisão de seu pai Caio Prado Júnior. Simone de Beauvoir havia se hospedado com Danda Prado quando veio ao Brasil. Ao procura-la em Paris, Simone a indicou para um grupo introdutório de discussão sobre o feminismo, pois a exiladas falavam apenas de revolução e nada sobre as mulheres, patriarcado, dominação¹⁰.

Dois grupos se destacaram: o Círculo de Mulheres de Paris (1976-1979) e o Grupo Latino-americano de Mulheres (1972-1976) – este último o que publicou o jornal *Nosotras*, de 1974 a 1976, em português e espanhol. O encontro de exiladas dos países que viveram as ditaduras na América Latina fez com que desenvolvessem laços de solidariedade por meio da reflexão. Apesar das diferenças de classe, nacionalidade, faixa etária, no fundo, as vivências de opressão das mulheres eram as mesmas. Juntas, discutiam sobre os símbolos do feminismo, como o Espelho de Vênus, e firmavam seus objetivos políticos e objetivos feministas (Abreu, 2010).

10 Sobre a trajetória de Danda Prado, ver Maíra Abreu: *Feminismos latino-americanos na Europa: diásporas, diversidades, deslocamentos*, 2010. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/reposit/28166711/Abreu Maira M pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/reposit/28166711/Abreu%20Maira%20M.pdf)>.

Essas mulheres não se reconheciam feministas, até porque nas atividades políticas que refletiam avanços na sua condição feminina, nas organizações clandestinas continuavam ocupando posições submissas e realizando tarefas próprias da condição doméstica. O exílio foi a grande escola do feminismo, pela situação familiar desamparada, aprendendo na prática e nos debates sobre a desigual situação das mulheres. O livro de Costa *et al.*, intitulado *Memórias das mulheres do exílio*, resultou de uma pesquisa financiada pela Fundação Ford. Vários depoimentos reafirmam que a insurgência das mulheres contra a ditadura foi mais do que um comportamento político transgressor, mas uma tentativa de virar às avessas o destino traçado para a vida doméstica. Segundo Ridenti (1990), a especificidade do feminismo brasileiro é que foi iniciado nas camadas médias, nos movimentos de mulheres, e expandiu-se e articulou-se com as camadas populares e organizações de bairros. Alguns desdobramentos dos movimentos de mulheres ocorreram à medida que os interesses se concentravam em demandas específicas. Citemos o exemplo do feminismo negro, um dos primeiros a se autonomizar. Do ponto de vista da interseccionalidade, é um movimento que converge em uma luta contra o racismo e o sexismo. Lélia Gonzalez, militante da década de 1970, uma das pioneiras, mostra a discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e sua situação na educação e na saúde (Rios, 2016).

Ocorreram muitos conflitos com o próprio Movimento Negro, com os movimentos sociais de base, com o movimento feminista e com a integração à esfera política. Mas são inegáveis as conquistas no nível interno de suas organizações, na construção de redes de solidariedade com outros movimentos, nas representações municipal, estadual e federal, como sua participação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em conferências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), na criação da SPM e SEPPIR em 2003, e com acadêmicas construindo a ponte entre os movimentos e sua legitimação no campo dos estudos multiculturais e multirraciais. Da mesma maneira, outros movimentos foram se organizando a partir de suas especificidades: as mulheres trabalhadoras da terra, do campo e da floresta.

Nos trabalhos da Constituinte em 1988, as ONGs feministas e redes de articulação profissionalizaram-se, entre outras a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) (1994), o braço brasileiro da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) (2000)¹¹ e a União Brasileira de Mulheres (UBM) (1988). Sua gênese foi influen-

11 A MMM tem um comitê internacional com dois representantes por região do mundo, além dos comitês estaduais e incentivo aos comitês locais.

ciada pela grande mobilização das organizações feministas no contexto pós-Conferência Mundial de Pequim (1995). Naquele momento, redes e organizações foram massivamente convocadas para os debates preparatórios da conferência das Nações Unidas, e saíram fortalecidas do processo (Rangel, 2012; 2016).

As principais atividades exercidas pelas redes foram e ainda são acompanhamento das agendas governamentais, *advocacy* no Executivo e Legislativo; articulação política, comunicação política, educação e formação política, formação profissional, capacitação, produção de conhecimento, elaboração e difusão de material informativo, gestão institucional, ações públicas, reuniões nacionais e estaduais, debates, assembleias, cursos e seminários, ações junto a outros movimentos e execução de projetos, pressionar e dialogar com o Estado.

3. COMO OS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS TORNARAM-SE O MAINSTREAM DE UMA NOVA ÁREA DE ESTUDOS E PESQUISA: O PAPEL DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

■ A exemplo do que havia ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1965, quando a Fundação Ford financiou o Departamento de Ciência Política (DCP) para a implantação do curso de mestrado em Ciência Política; em 1969, quando deu suporte para a fundação do Cebrap; e em 1967, quando financiou o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1974, iniciou os financiamentos para os estudos sobre a mulher no Brasil, e a Fundação Carlos Chagas (FCC) foi a instituição escolhida, dado o prestígio nas pesquisas sobre educação além de uma equipe que mantinha intercâmbio de ideias entre a Europa e os Estados Unidos no campo dos *Women's Studies* (Canedo, 2009).

Tal suporte financeiro se deu com enormes controvérsias. Tanto no DCP/UFMG quanto na Fundação Carlos Chagas, o financiamento da Ford em pleno regime militar foi motivo de enormes desconfianças. Na UFMG, houve fortes manifestações dos alunos contra aquilo que seria um instrumento do imperialismo estadunidense (Reis, 2014). Na Fundação Carlos Chagas, a equipe sofria os mesmos constrangimentos relatados por Reis, devidos à participação do órgão de inteligência dos Estados Unidos, a CIA, no golpe de 1964. Confundiam-se agências de governo norte-americano com instituição de financiamento, cujos representantes eram, no geral, indivíduos graduados nas melhores universidades e bem informados quanto ao contexto nacional, o que levantava suspeitas de espionagem e cooptação das lideranças no meio da exploração capitalista (Costa, Barroso & Sarti, 1985).

Por que financiar coisas do feminismo que, afinal, eram coisas da mulher burguesa? Financiar o tema da mulher e sua proximidade com os movimentos de mulheres não teria como objetivo esvaziar a luta mais ampla pela conquista dos direitos contra um Estado elitizado e oligarquizado?

A Fundação Carlos Chagas foi fundada em 1964 na cidade de São Paulo com o objetivo de prestar serviços e elaborar pesquisas sobre a educação. Logo firmaria seu prestígio em especial por oferecer pesquisas empíricas e subsídios à gestão pública. Em meados da década de 1970, reuniu um grupo com forte empenho na pesquisa sobre uma área até então inexistente no país: a área de estudos sobre as mulheres. As pesquisadoras ali organizadas apresentavam uma produção sistemática, crítica, e acompanhavam a experiência europeia dos estudos feministas e do *Women's Studies* nos Estados Unidos. A Fundação Ford se interessou pela nova área proposta pela Carlos Chagas. Com o financiamento, foi iniciado em 1978 um Programa de Dotação de Pesquisa sobre a Mulher, com chamadas nacionais e seleção que levava em conta a representação regional. Assim, o programa teve acesso à produção disseminada no país das pesquisadoras isoladas, sem apoio financeiro e de baixo reconhecimento.

Foram realizados oito concursos entre 1978 e 1998 – ou seja, durante duas décadas –, cujos resultados podem ser avaliados em numerosos artigos dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas e em livros publicados no período e posterior a ele. O primeiro concurso, divulgado em 1977 e iniciado em 1978, optou por uma metodologia inovadora na seleção, acolhendo projetos de temas e áreas disciplinares diversas, como Sociologia, História e Antropologia. As pesquisas eram monitoradas pela equipe, com debates em seminários com o objetivo de avançar na reflexão teórica e nos procedimentos da pesquisa que incluía um leque de estratégias como entrevistas, história oral, fontes históricas, dados secundários, fotos, vídeos etc. Os concursos acabaram se tornando a espinha dorsal dos estudos sobre a mulher no Brasil.

Pela dificuldade de nos reportarmos ao conjunto da obra, concentramos a coleta de informações sobre a FCC em alguns artigos, a maioria deles generosamente apontada por Albertina de Oliveira Costa, pesquisadora fundadora da equipe da fundação.

No artigo “Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”, de 1985, Albertina de Oliveira Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti, publicado no número 54 dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, as autoras oferecem um minucioso levantamento da produção científica que resultou da experiência do grupo com os concursos realizados até aquela data, além da vivência

junto aos movimentos de mulheres àquela altura vibrante e multifacetado. Em 1985, a equipe da Fundação Carlos Chagas já havia promovido pelo menos três concursos de dotação, o que lhe permitia ter em mãos um quadro das principais temáticas dos estudos, da origem disciplinar e regional das pesquisadoras, suas referências teóricas e empíricas, a qualidade das propostas.

Apesar do curto período analisado, as autoras propõem uma periodização para avaliar os desdobramentos que o impacto do feminismo e do movimento organizado de mulheres produziu, afirmando que o corte histórico que separa o antes e o depois dos estudos sobre a mulher na produção das Ciências Sociais é a existência do movimento organizado de mulheres, do movimento social e dos elos da produção acadêmica com os movimentos. Mostram como se dera até ali a sua expansão, com a incorporação do tema nas associações científicas e seminários nacionais e internacionais. Notam que a expansão da pós-graduação, a partir dos anos 1970, estimulou um maior número de pesquisadoras a abraçar o tema da mulher¹².

Antes de 1970, afirmam, os raros estudos sobre a mulher encontravam-se em um verdadeiro limbo. Entre 1970 e 1975 ainda é pré-história, tais como os primeiros estudos acadêmicos de Heleieth Saffioti, com o livro *A mulher na sociedade de classes*, e Eva Blay, que estudou a mulher na força de trabalho industrial. Outros temas como a saúde da mulher emergiam e, em especial, os temas do aborto e contracepção, a violência contra a mulher, a sexualidade, educação sexual, comportamento político. Outro destaque foi a emergência da imprensa feminista na segunda metade da década de 1970 com os jornais *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres* (Cruz Leite, 2003).

A ONU, ao declarar 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e promovendo a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher na Cidade do México, fortaleceu e encorajou a investigação sobre o tema. As conferências internacionais que se seguiram, como a de Nairobi em 1985, e a de Pequim em 1995, foram os acontecimentos que mais chamaram a atenção por mobilizarem mulheres de todo o mundo.

Foi nos desdobramentos dos concursos da FCC, afirmam Costa, Barroso e Sarti (1985), que a investigação sobre a temática da mulher passou a apresentar maior rigor teórico. Os contornos daquela nova área de estudos e pesquisa se diferenciava da produção tradicional das Ciências Sociais, mas sem uma definição clara do espaço institucional que ocupava. Estudos sobre mulher, afinal, o que é isto? As pesquisadoras viviam sob fogo cruzado: são pesquisadoras ou militan-

12 Ver também Goldberg, 1989; Heilborn & Sorj, 1999.

tes? O fogo cruzado também abrangia a questão do financiamento pelo suporte da Fundação Ford, acusada de imperialismo, mas que acabou sendo o suporte institucional da pesquisa sobre a mulher que a FCC organizava e implementava conforme os parâmetros das pesquisadoras da casa. A ambição era de constituir uma produção acadêmica cujo objeto era a mulher, sua participação na sociedade e na política e em diálogo com os movimentos sociais e reconstituindo a presença destas na história, procurando mostrar que suas ações foram neutralizadas pelas abordagens tradicionais.

Como a maioria dos estudos eram empíricos, eles sofriam, de um lado, a acusação negativa de recorte do objeto sem implicações generalizantes¹³. No entanto, foi tal empenho que jogou luz em novas áreas de pesquisa e propiciou uma *accountability* horizontal, devido à dinâmica do acompanhamento.

Costa, Barroso e Sarti (1985) também empreendem um profícuo debate sobre as dotações fragmentadas para pesquisas individuais. A FCC apresentava uma produção sistemática, como a série publicada nos *Cadernos de Pesquisa*, bibliografias anotadas, cursos e seminários. No decorrer dos vinte anos do concurso, foram financiados um total de 170 projetos, sendo 94% de autoras mulheres¹⁴. No livro organizado por Costa e Bruschini de 1992, encontramos artigos sobre feminismo, movimentos sociais, gênero e classe social, balanço sobre a mulher no mercado de trabalho, além de debates sobre teoria e métodos nos estudos feministas e sobre o uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre as relações de gênero.

No livro organizado por Bruschini e Unbehaum, em 2002, há uma coletânea de artigos sobre os vinte anos de concurso. Bruschini declara como aquele trabalho foi parte da vida de toda a equipe. Mais de 90% das pesquisas foram concluídas e depois publicadas em livros, artigos, inspirou a criação de uma revista de inserção internacional, núcleos de estudos de gênero, estimulando e formando militantes, profissionais de ONGs e de conselhos estaduais e municipais, além de assessoras para as Nações Unidas, um Centro de Documentação, estimulando a pesquisa nas várias regiões do país. Em síntese, a Fundação Carlos Chagas ao longo do Programa de Dotações foi a instituição que implantou os estudos de mulher e gênero no Brasil, com equipe meritória, crítica, de acompanhamento e

13 Por outro lado, como nos artigos direcionados à Ciência Política, como os de Gláucio Soares, Fábio W. Reis, Otávio Amorim e Reis, postulavam-se a necessidade de estudos empíricos na ciência política e uma avaliação qualitativa da produção recente, o que se aplicaria também aos estudos sobre mulher e gênero, acusando a área de ensaísmo e de qualidade duvidosa.

14 Para uma leitura sobre os concursos da FCC, ver Bruschini & Unbehaum, 2002, e Costa *et al.*, 1992.

avaliação do que mereceria crédito na pesquisa. O que demonstra que, tal como o Departamento de Ciência Política da UFMG foi o grupo que trouxe a Ciência Política para o Brasil, assim também foi a Fundação Carlos Chagas que inaugurou a área de estudos sobre a mulher no Brasil.

Nas palavras de Stolcke (2014), os elos estabelecidos entre a pesquisa sobre a mulher e os movimentos de mulheres foram alguns dos motivos pelos quais a FCC desempenhou um papel crucial na formação do campo de estudos sobre a mulher e gênero no país. Como instituição autônoma e distante da censura militar direta, o trabalho fluiria sem intervenções externas à instituição.

Aos poucos, as associações científicas acolheram as pesquisadoras. Primeiro a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), depois a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação de Sociólogos do Estado de São Paulo e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O primeiro grupo GT ANPOCS sobre mulheres foi uma iniciativa de Fanny Tabak. Já as conferências internacionais eram espaços de discussão, de diálogo acadêmico e ativista para além das fronteiras regionais e disciplinares, além da Latin America Studies Association, uma instituição que logo acolheu os *papers* e grupos de trabalho sobre as mulheres.

A *Revista Estudos Feministas*, um dos periódicos feministas de maior prestígio do Brasil, editado pela Universidade Federal de Santa Catarina, como mostram Bruschini e Unbehaum (2002, p. 52), foi uma iniciativa de ex-bolsistas da FCC, a partir de um seminário de avaliação dos concursos da FCC, realizado em 1990 em São Roque (SP), projetou-se a revista a partir da afluência dos trabalhos na área. Mais tarde lançaram o Seminário Fazendo Gênero, hoje o maior seminário feminista internacional realizado no país, e para o qual acorrem os estudiosos latino-americanos além de europeus e norte-americanos. Iniciado em novembro de 1994, uma iniciativa do Programa de Pós-graduação em Literatura da UFSC.

A partir de 1980, foram fundados os primeiros núcleos estudos sobre mulher e gênero, em torno de vinte núcleos entre 1980 e 1990 – Núcleo de estudos sobre a mulher PUC-RJ (1980); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher UFC (1981); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher NEIM/UFBa (1983); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher UFRS (1984); Núcleo de Estudos sobre a Mulher NEPEM/UFMG e Núcleo de Estudos sobre Gênero UFSC (1984); Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero NEMGE/USP (1985); Núcleo de Estudos Contemporâneos CIEC/UFRJ, Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher NEPEM/UnB e Núcleo de Assistência ao Autocuidado da Mulher NAAM/USP (1986); Grupo

de Trabalho Sexo e Relações de gênero/Núcleo de Documentação e Informação (1987); Grupo de Estudos da História da Educação da Mulher GEHEM/UFMG (1988); Núcleo Temático Mulher e Cidadania NTMC/UFAL (1989); Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisa e Políticas sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero, NEPAM/UFRG, Gênero e Sociedade IUPERJ, Pagu Centro de Estudos do Gênero UNICAMP, Núcleo de Estudos sobre Gênero e Afetividade NEGA/UFMG, Grupo de Estudos de Educação e Relações Sociais de Gênero GEERGE/UFRGS e Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina NETMAL/IMS (1990).

Após 1990, as mulheres se organizaram em novas formas de ativismo. As pesquisadoras acompanharam as mudanças e propuseram novas formas interpretativas. Uma época em que os movimentos mostraram seu aprendizado durante os anos da ditadura, e ganharam espaço no Estado, propondo sua agenda por meio da representação em secretarias, ministérios, conselhos e comissões. “A intensa circulação de especialistas por diferentes espaços de atuação acadêmica – administração pública, ONGs e representação política – tem sido apontada como a principal razão dos sucessos alcançados pelos estudos de Mulher e Gênero” (Costa, 1994). Em estudo publicado por Avelar & Rangel (2017), mostrou-se tal circuito de representação extraparlamentar, um conceito que explica os ganhos das mulheres tanto no campo do avanço de leis quanto de políticas direcionadas à promoção da igualdade de gênero.

Nos demais países latino-americanos a história se repetiu. Em Largo (2017) e Barrancos e Archenti (2017), podemos ler o início dos ativismos e dos estudos sobre a mulher na Argentina e no Chile.

Na Argentina, desde o início do século XX, as mulheres “letradas” se organizaram para a conquista do voto, aprovado em 1932. Na primeira metade do século XX, mulheres socialistas, radicais, católicas liberais, anarquistas, se mobilizaram para a conquista da autonomia feminina. Com a chegada de Eva Perón ao poder, uma líder não feminista, inaugurou uma fundação com seu nome para atender mulheres e crianças. Foi no período ditatorial (1976-1983), com o desaparecimento de familiares, perseguidos e exilados, é que as mulheres se tornaram protagonistas das “Mãe da Praça de Maio”. Com a redemocratização o feminismo se realizou nas várias organizações que enfatizavam duas grandes pautas: a violência doméstica e o reconhecimento político. Uma das maiores vitórias do movimento feminista e que se tornou referência para toda a América Latina foi a do projeto de reforma da legislação eleitoral iniciada em 1989, propondo um piso mínimo de mulheres nas listas eleitorais em lugares de destaque nas listas fechadas de

modo que possibilitasse sua eleição e garantindo assentos nas câmaras legislativas. Em um encontro suprapartidário em 1990 com representantes de partidos da União Cívica Radical, do Partido do Justicialista, do Movimento de Integração e Desenvolvimento, entre outros, conseguiram a assinatura da maioria dos senadores, e sua aprovação veio no final de 1991. Os movimentos continuaram atuando até que, em 2000, a lei foi declarada de ordem pública (Barrancos e Archenti, 2017). Hoje, segundo as autoras citadas, existem numerosos círculos de mulheres nas diferentes regiões do país. Ademais, o país é um dos que mais acumulam os departamentos de estudos sobre as mulheres e gênero, recebem pesquisadoras de todo o mundo, abrangendo temáticas variadas e integrando os esforços para o conhecimento. Na Argentina, em 1985, foi lançado a primeira Especialização dos Estudos sobre a Mulher na Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (Barrancos, em mensagem pessoal, fevereiro de 2018). O grupo pioneiro contava com Mabel Burin, Irene Meller e Gloria Bouder.

No Chile, como mostra Eliana Largo (2014 e 2017), o Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile (MEMCH), de 1935 a 1953, apenas conquistaria o direito ao voto. Só em 1980 teve início um movimento feminista como resposta às duas décadas de ditadura (1973-1989). Desde a década de 1970, vários grupos de mulheres – como o Hojas, Grupo de Reflexión, Asuma – se uniram para criar o Círculo de Estudios de la Condición de la Mujer, uma organização que promoveu enorme impacto na sociedade chilena, tanto que, em 1983, o jornal *El Mercurio* publicou uma nota paga pela Fiducia – Família, Tradição e Propriedade chilena –, chamando suas integrantes de pornô-revolucionárias. Mais tarde, organizaram o Centro de Estudios de la Mujer (CEM) e a Casa de la Mujer La Morada. Eliana Largo em *Calles Caminadas, Anverso y Reverso*, publicado em 2014, e em artigo resumido em 2017 (Blay & Avelar, 2017), nos oferece uma visão da importância do La Morada como espaço de formação de feministas e políticas por meio de atividades como cursos de capacitação, debates, informativos, rádios, juntamente com os protestos contra a ditadura. A primeira saída pública ocorreu em Santiago em 1983, sob a seguinte bandeira: Democracia Agora. Movimento Feminista. Os movimentos e ONGs multiplicaram-se a partir de 1983, assim como as reuniões regionais que se desdobrariam nas primeiras redes latino-americanas em oposição à violência contra a mulher e pela saúde das mulheres.

Importante mencionar que no primeiro governo da transição democrática criou-se um órgão denominado Servicio Nacional de la Mujer (SERNAM), em seguida fortemente criticado pelas feministas, em parte porque empregava fun-

cionários do governo Pinochet dos anos da ditadura, e em parte porque sua atuação era “familista” e destoante da autonomia pregada pelas organizações de mulheres. Uma polarização entre as “autônomas” e entre as “institucionais” quebrou o diálogo entre todas as vertentes e instalou-se a animadversão. As conquistas vieram brechando o ritmo das conquistas, mas foi restabelecido após alguns anos, particularmente com a eleição de Michelle Bachelet para a Presidência.

4. ATIVISMO, TEORIA E MÉTODOS: UM DESAFIO AOS POSTULADOS METODOLÓGICOS CLÁSSICOS? E EM QUE MEDIDA PODEMOS FALAR DE UMA AUTONOMIA TEÓRICA E METODOLÓGICA DOS ESTUDOS SOBRE MULHER E GÊNERO?

■ Já em 1985, Costa, Barroso e Sarti propunham as seguintes questões para o debate sobre a natureza dos estudos sobre mulher: quais suas fronteiras? Seria um terreno de convergência entre diferentes disciplinas ou terra de ninguém? Qual o grau de elaboração dos estudos na construção do objeto? Qual era a sua identidade? Qual seria sua capacidade de institucionalização? O que seria desejável enquanto produção científica¹⁵? Seria possível “a construção de um *corpus* consistente de conceitos de mais alto grau de generalização e de adequação à realidade”? (Costa, Barroso e Sarti, 1985, p. 15).

Apontam ainda que a ausência de conexão entre pesquisa e ensino é um dos fatores que influenciava negativamente a reflexão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos na área (ver Zerilli, 2006), além da fragmentação de dotações e a não institucionalização que impossibilitam a formação de equipes estáveis, com o objetivo de garantir continuidade e aperfeiçoamento na metodologia adotada, são alguns dos fatores que impossibilitam resultados acumulativos de excelência com aprofundamento teórico e metodológico. Embora os financiamentos isolados sejam meritórios, a experiência aponta para a constituição de projetos temáticos e cujas equipes possam avaliar seus resultados e apontar insuficiências (Sorj & Heilborn, 1999; Goldberg, 1989).

Já em trabalho recente (Woodward & Woodward, 2015), as autoras reafirmam as questões postas na década de 1980, que a atual área dos estudos de gênero é um desdobramento dos estudos sobre as mulheres e da política feminista que emergiu do ativismo dos anos 1970 e 1980/1990. E, do ponto de vista metodo-

15 Observam que, se as pesquisadoras formavam um gueto, isso teve algumas vantagens, como a formação de uma rede de solidariedade entre elas quando a área de estudos ainda sofria um déficit de reconhecimento.

lógico, o desafio de agir e explicar, teoria e prática, é parte de um mesmo projeto cujo objetivo foi e continua sendo a conquista de direitos diante das desigualdades estruturais das mulheres e de grupos de opção sexual diversa.

Se diferentes tradições teóricas disputam o espaço nas abordagens adotadas, tais como os princípios do liberalismo e do socialismo, os conflitos continuam frequentes e reforçados pelo seu caráter interdisciplinar dadas as especificidades das disciplinas que atuam juntas, como a Sociologia e a História, Antropologia e Ciência Política, Filosofia e Ética, Economia Política. Segundo Zerilli (2006), as críticas feministas criaram um diálogo a partir de um lugar de *outsiderness* (1991), permeado por discordâncias internas, mas, sobretudo, crítico aos autores canônicos. Os métodos adotados são o resultado de conversas entre os campos diversos, tanto do lado empírico a partir das experiências vividas quanto do diálogo intelectual que se firmou internacionalmente na medida em que crescia a área de estudos, um edifício construindo-se *ad hoc*, mas que atravessou gerações.

As abordagens qualitativas são predominantes, tais como aproximações, métodos e técnicas etnográficas, entrevistas, observação participante (Denzin & Lincoln, 2012), devido à necessidade de acumular experiências de tal modo que fosse possível avaliar em que medida as incidências coincidiam com as desigualdades estruturais de cada sociedade (Woodward & Woodward, 2015)¹⁶.

Para Harding (1986), a questão é como os valores feministas podem informar a pesquisa empírica? Se a metodologia é uma teoria e análise de como a pesquisa deve proceder, conforme a estrutura teórica de referência, é por essa via que serão decididos os procedimentos a serem adotados. Quanto à epistemologia feminista, ela não é um domínio estável, segundo Harding (1986), é de contestações e críticas. Denzin e Lincoln, em seu *Manual de investigações qualitativas* (2012), apontam o feminismo como um momento de teorização epistemológica, junto com a hermenêutica, o estruturalismo, a semiótica, a fenomenologia e os estudos da cultura. E, segundo Butler (1990), a teoria feminista contém muitos sujeitos, o que deve ser interpretado como um sinal de que retroceder aos cânones tradicionais é também tomar como referência teórica apenas a mulher, deixando de lado os universos paralelos dos gêneros excluídos do conjunto do conhecimento. Mesmo após os anos 1990, com o uso consensual do termo Estudos de Gênero, o feminismo continua sendo a perspectiva de referência, devido ao fato de que a área teve sua origem na identificação das mulheres como um grupo sub-represen-

16 Ver, em especial, as duas pesquisas do tipo *survey* em 2000 e 2011, coordenadas por Venturi e Godinho nas quais as questões incluídas no questionário abrangem os temas da violência, mercado de trabalho, atitudes e preconceitos (Venturi & Godinho, 2013).

tado. O que é válido para todas as categorias do Gênero. Daí que as publicações recentes dão conta do corpo conceitual que se tornou o centro dos estudos sobre mulher e gênero e cujas categorias são tomadas de forma ampla para incluir a diversidade que abarcam (Pilcher & Whelehan, 2016).

Um debate recente tem apontado como as ricas experiências latino-americanas vêm promovendo novas formas de colaboração e ativismo não contempladas nos países centrais. Em consequência, as críticas ao feminismo do Norte têm sido postas e sugerindo alterar as perspectivas adotadas. Thayer (2009) investigou a peculiaridade do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do sertão do Nordeste brasileiro em sua relação com a ONG urbana e de classe média fundada ainda na década de 1970 e inspirada no feminismo norte-americano. A sua conclusão é que suas peculiaridades jogam luz a outras formas de ativismo, o que leva a concepções não encontradas nos estudos fora da região. Como afirmam Costa (2013) e Matos (2010), as demandas das feministas do Sul são diferentes das feministas do Norte, que desfrutaram de proteção social do Estado ou de níveis de riqueza muito mais alto. O mesmo ocorre com feminismo da nova geração, que vem mudando as agendas e promovendo novos temas, “ampliando o escopo das mensagens feministas com críticas ao feminismo tradicional”.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: ALGUNS RESULTADOS¹⁷

■ O que se alcançou a partir do quadro de convergências históricas delineadas anteriormente? Um dos resultados foi a eleição de três mulheres para a Presidência na América do Sul: Cristina Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil) e Michelle Bachelet (Chile). Ademais, em todos os países do continente foram criados organismos de políticas para as mulheres, apostando na promoção da igualdade e no desenvolvimento social e cultural (Avelar & Rangel, 2018).

No Brasil, em 2003, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), uma unidade ministerial vinculada às demandas feministas. Suas ministras vieram de diversas áreas de militância e seu corpo de assessoria incluía mulheres do feminismo acadêmico, de antigos e novos movimentos, de ONGs feministas. As Conferências de Políticas para Mulheres (2004, 2007, 2011), se notabilizaram por um intercâmbio entre sociedade e

17 Aqui um breve resumo da pesquisa desenvolvida por Avelar & Rangel a ser publicada no livro: *Justiça de Gênero e Políticas Públicas*, São Paulo, Edusp, no prelo.

Estado. Dessas conferências foi elaborado entre 2013 e 2015 o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Outro avanço foi a conquista do “Orçamento Mulher”, incorporado na agenda dos movimentos e redes feministas com o objetivo de pressionar os governos para destinar recursos para as políticas de igualdade de gênero. Desde os primeiros estudos sobre política fiscal e orçamentos sensíveis ao gênero (Sharp e Ray, 1990), ficaria evidente o olhar androcêntrico na formulação dos orçamentos públicos. Sem a influência das ONGs feministas sobre a burocracia estatal e representantes políticos, o Orçamento Mulher jamais chegaria à pauta da agenda pública.

Podemos reunir em quatro grandes categorias as Políticas Públicas de Gênero que foram implantadas entre os anos 2002 e 2016: a) as políticas relacionadas à Saúde Integral das Mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, assim como as políticas de enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher; b) as políticas ligadas ao direito à autonomia e igualdade econômica e no mundo do trabalho tanto no campo como na cidade; c) as políticas ao direito de Participação e Representação; d) as políticas públicas relacionadas à economia do cuidado, à reprodução social (como o Bolsa Família).

Tais políticas foram implementadas graças à parceria da SPM com a SEPPPIR e vários ministérios, em especial o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e algumas áreas do Ministério da Saúde.

a) Nas políticas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e saúde integral da mulher, e as políticas de enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher estavam incluídas: o Plano Integral de Saúde da Mulher (PAIM), para mulheres do campo e da cidade. A expansão de equipamentos da saúde; ampliação do atendimento clínico-ginecológico, distribuição de contraceptivos e atendimento à contracepção de emergência; o atendimento à interrupção da gravidez conforme os termos da legislação.

As políticas de Enfrentamento de todas as formas de violência, com um leque de políticas que envolveu mudança legislativa, envolvimento de ministérios, como o da Saúde e da Justiça, uma área com relação forte com as mulheres, que recebeu dotação orçamentária importante para o aumento do número de abrigos e de centros de atendimento às mulheres vítimas de violência no campo, na floresta, na cidade, notificação compulsória dos atendimentos e mudança nos parâmetros do atendimento, atendimento de saúde. Notar que as ONGs ampliaram o enfrentamento da violência contra membros da comunidade de lésbicas, gays,

bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). Ampliou-se a rede de combate à violência contra as mulheres do campo e da floresta em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

b) As políticas que abrangem as ações para a conquista da autonomia e da igualdade econômica foram as seguintes: cursos profissionais voltados ao aumento da escolaridade (para todos, mas as mulheres compareceram em maior proporção); políticas de valorização do trabalho doméstico, incluindo o aumento real do salário mínimo; a construção de creches e pré-escolas; políticas para o trabalho das mulheres rurais e trabalhadoras da terra, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, promovendo a organização produtiva, a produção e distribuição. Aqui também se inclui a valorização do salário mínimo sendo que a legislação regulamentando o trabalho das domésticas foi aprovada em 2010. As políticas de enfrentamento do trabalho infantil doméstico. A construção de creches e pré-escolas para mães trabalhadoras.

c) As políticas para a democratização do poder com cursos de formação política para as mulheres, gestões junto aos corpos legislativos para o incremento de cotas que garantam assentos efetivos na representação substituindo as cotas para candidaturas nos partidos políticos.

d) Políticas relacionadas à economia do cuidado e reprodução social: aqui se incluem o Bolsa Família, cesta básica, Rede Cegonha, Brasil Carinhoso.

Em entrevista com participantes dos governos do período 2002 a 2016, e em especial com Tatau Godinho, assessora da Secretaria de Política para as Mulheres durante 12 anos, coletamos informações sobre as principais políticas de gênero que foram as mais bem-sucedidas no período examinado.

1. Uma das mais exitosas e que compreendeu uma verdadeira rede de política, envolvendo vários ministérios, foi a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Segundo Godinho, instalou-se uma gama estruturada de políticas que compõem uma rede da política: mudança legislativa, envolvimento do Ministério da Justiça, a polícia, o setor de defesa, o Ministério da Saúde, o atendimento de saúde, e que durante todo o tempo manteve uma relação forte com as organizações de mulheres. (Entrevista de Tatau à autora e Patrícia Rangel, 2016, p. 11)

2. Outra política exitosa foi a das Conferências de Políticas para as Mulheres (2004, 2007, 2011), um empreendimento institucional, que reforçava a relação da SPM com os movimentos e ONGs de mulheres em níveis muito diversos, do nacional ao municipal, “o que funcionava como uma saudável pressão sobre o governo” (Godinho, 2017) e também sobre os governos municipais. A participação ficava no mínimo em torno de 3.300 mulheres (Bandeira, 2016).
3. Uma das mais importantes políticas para as mulheres foi voltada para as trabalhadoras rurais e mulheres da floresta, resultado de uma parceria entre a SPM e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que teve uma área forte de política para mulheres, com incentivos a novos métodos de organização. Gerou a Marcha das Margaridas, que trazia uma pauta diversificada das mulheres rurais.
4. A aprovação da legislação para as trabalhadoras domésticas é considerada a principal lei trabalhista dos governos democráticos.
5. A reformulação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres que ampliou a representação das mulheres no Estado, dando assento às representantes dos movimentos, ONGs e entidades da sociedade civil.

As políticas públicas de gênero são políticas de governo. A máquina estatal irá implantá-las dependendo do governo de plantão. A criação de um ministério que funcionou durante 14 anos não foi suficiente para sedimentar uma visão feminista das instituições estatais. Por isso, as políticas de gênero não sobreviveram à mudança de governo em 2016.

Já no caso do Chile, no governo de Michelle Bachelet, uma grande conquista foi a reforma dos regimes de pensões: a presidenta organizou uma comissão, em 2006, para revisar o sistema privado de pensões e sugerir alterações a ele¹⁸. Como parte desse processo, foi aprovada a *Pensión Básica Solidaria* (PBS), que garante pensões para mulheres (dezoito meses de contribuição por criança) e aposentadoria para todos os cidadãos com mais de 65 anos, independentemente de terem trabalhado formalmente ao longo da vida – o que foi especialmente benéfico para as mulheres chilenas, particularmente as idosas, já que, por conta da maternidade, ingressaram tardiamente no mercado de trabalho. Ademais, vale lembrar que a reforma do sistema de pensões, assim como do sistema educacional, teve suas ações dificultadas pela concorrência e por interesses do capital privado implantado por

18 Comissão presidencial, comitê interministerial, projeto de lei submetido ao Congresso.

volta de 1981 sob o governo militar. A inserção do Chile nos mercados globais, explica Staab (2014), uma particularidade do governo chileno naquela década, faria com que fortes pressões recaíssem sobre os políticos no governo Bachelet contra a reforma no sistema de pensões.

Igualmente, no seu governo ampliou-se o número de creches, um pilar fundamental na agenda de proteção social. Estendeu a proteção a lactantes com filhos de até 2 anos e iniciou o programa Chile Crece Contigo, voltado para a atenção a crianças desde o nascimento até os 6 anos de idade. O programa busca garantir acesso à creche e à pré-escola gratuitamente para crianças de famílias pobres. Tais políticas vieram do Executivo sob a coordenação do Servicio Nacional de las Mujeres (SERNAM), modificado com a presença de assessoras que vieram do ativismo feminista (Staab, 2014).

No momento em que Bachelet assumiu a Presidência da República, o Chile possuía um dos índices mais baixos de emprego feminino da América Latina (32%). Em 2012, a taxa de emprego das mulheres já havia subido para 50%, segundo dados da Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), 2015.

Bachelet compôs um quadro de assessoras que vieram do ativismo feminista, nomeou uma mulher, Helia Molina, para o Ministerio de Salud¹⁹ e fez consultas constantes às organizações de mulheres para estabelecer as prioridades das políticas. Tudo que não requeria aprovação legislativa foi tomado como frente de programas da saúde da mulher, como a humanização do parto e a proteção à amamentação de crianças de até 2 anos de idade em espaços públicos. A grande exceção foi o tema do aborto, que não avançou, embora um dos eixos estratégicos no programa para a equidade de gênero fosse a autonomia na sexualidade e nas decisões reprodutivas.

Com o suporte do Consejo Consultivo de Mujeres e dos movimentos, implantou na rede hospitalar medidas de contracepção de emergência nos centros de saúde pública e garantiu acesso a contraceptivos de emergência para meninas com mais de 14 anos, medida polêmica que enfrentou a resistência da Igreja católica.

Apoiou um projeto de lei de combate à violência de gênero e ampliou o número de abrigos para vítimas de violência doméstica. A lei do feminicídio estabeleceu uma divisão policial especial para investigar com maior rigor casos de abuso e violência doméstica. A presidenta destinou o dobro de recursos para o orçamen-

19 Uma companheira de trabalho dos anos 1990 quando a própria Bachelet ainda ocupava esse cargo (Staab, 2014).

to desses organismos que seu predecessor, presidente Ricardo Lagos. Ela também fortaleceu uma lei anterior para combater o assédio sexual no ambiente de trabalho, oferecendo os recursos humanos necessários à implementação da norma.

O mandato de Bachelet também aprovou uma lei, em 2008, que garante salário mínimo aos trabalhadores domésticos – categoria composta majoritariamente por mão de obra feminina. Por outro lado, encontrou resistência em aprovar leis para reduzir a discriminação de gênero no mercado de trabalho. Conseguiu avançar, contudo, em 2009, quando uma emenda no Código del Trabajo incluiu a necessidade de reduzir a lacuna salarial entre mulheres e homens (que, segundo militantes feministas, não contém nenhum mecanismo de garantia de cumprimento de tal intenção).

Na Argentina, o programa AUH marcou uma nova etapa das políticas sociais. Criado em 2009 por decreto presidencial de Néstor Kirchner, ele providenciava inicialmente pouco mais de 50 pesos argentinos mensais por cada criança (até o máximo de cinco crianças), com a condição de manter as crianças frequentando a escola, com vacinas e atendimento médico em dia. Em 2011, a presidenta Cristina expandiu o programa, incluindo crianças de pais desempregados ou de baixa renda, mulheres grávidas e pessoas com deficiência, de qualquer idade. Em junho de 2014, a cobertura era de mais de 3.414.759 meninas e meninos, 82.531 mulheres grávidas e um total de 1.887.920 famílias. Em junho de 2015, houve um aumento, pagando-se por cada criança 837 pesos argentinos (Di Marco *et al.*, 2015). Graças a AUH, a pobreza extrema no país caiu de 6,9% para 2,8% (Tielemans, 2014, *apud* Jalalzai, 2015). Para alguns entrevistados (Jalalzai, 2015), essas medidas que enfocam as mulheres pobres seriam mais um traço populista do peronismo do que uma resposta aos grupos organizados de mulheres.

No campo das políticas sociais, atenção especial foi dada aos desempregados a partir do governo de Néstor Kirchner. Em 2002, foi instituído o Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados. Em de 2003, havia 2 milhões de beneficiários, dos quais 67% eram mulheres. Os fundos vinham da Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES) e eram aplicados pelo Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. Foi uma política com descentralização dos municípios em coordenação com as províncias, utilizando órgãos consultivos colegiados ou Consejos Consultivos provinciais, municipais e até representantes de bairros, com representantes governamentais e não governamentais.

Na Argentina, aponta-se como os grandes sucessos do primeiro mandato da presidenta Cristina Kirchner: 1) implementação de subsídio mensal para crianças; 2) modificações no Código Penal que introduzem a figura do feminicídio

(2012); 3) a legalização do matrimônio igualitário, que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo (a Argentina foi o segundo país nas Américas e o primeiro na América Latina a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, nos mesmos termos – direitos e deveres – que o matrimônio de casais heterossexuais, incluindo a possibilidade de adotar crianças); 4) a lei de identidade de gênero, uma das legislações de gênero mais liberais do mundo, por permitir que as pessoas mudem seu gênero em documentos oficiais sem a exigência de um diagnóstico de disforia e sem haver se submetido à cirurgia de readequação sexual (além de tornar obrigatório que médicos realizem terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual). Em 2008, baixou-se a lei para a Prohibición del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo Adolescente. Em 2009, foi aprovada a equiparação de idade para contrair matrimônio. Em 2012, lei de prevenção e sanção para tráfico de pessoas e assistência a suas vítimas (Di Marco *et al.*, 2015).

LÚCIA AVELAR é graduada em Sociologia e Política pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Fez mestrado e doutorado em Ciências Sociais (Política) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou Pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da Universidade de Yale (EUA). Foi bolsista Fernand Braudel no European University Institute. Professora na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade de Brasília. Atualmente é pesquisadora associada no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, MAIRA. Feminismo no Exílio e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2010.
- ARCHENTI, N. Entrevista à autora, junho de 2017.
- AVRITZER, L.; MILANI, C. & SOCORRO BRAGA, M. *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. São Paulo, Editora FGV, 2016.
- BARRANCOS, D. “Violência não excepcional em contextos excepcionais: a violência sob o terrorismo de Estado. Argentina: 1976-1983”. In: BLAY, E.; AVELAR, L. & RANGEL, P. (orgs.). *Justiça de gênero e políticas públicas*. São Paulo, Edusp, no prelo.
- BARRANCOS, D. & ARCHENTI, N. “Feminismos y derechos de las mujeres en la Argentina. História y situación actual”. In: BLAY, E. & AVELAR, L. (orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, Edusp, 2017.
- BASTOS, N. *Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro*. Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?*. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)
- BLAY, E. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978.
- BLAY, E. “Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas”. In: BLAY, Eva & AVELAR, Lúcia (orgs.). *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, Edusp, 2017.
- BLAY, Eva. & AVELAR, Lúcia (orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, Edusp, 2017.
- BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.
- BUTLER, J. *Bodies that Matter*. Nova York, Routledge, 1993.
- CANEDO, L. A Fundação Ford e as Ciências Sociais no Brasil: o papel dos programas of-ficers e dos beneficiários brasileiros para a construção de novos programas científicos, 2016. Apresentado em *Social Sciences and Humanities in the Changing North-South*, Córdoba, 2015.
- CARROLL, S. J.; ZERILLI, L. Feminist challenges to Political Science. In: FINIFTER, A. W. (org.). *Political Science: The State of the Discipline II*. Washington (DC), APSA, 1993.
- COSTA, A. O. “É viável o feminismo nos trópicos?”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 66, p. 63-69, ago. 1988.
- COSTA, A. O. “Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. especial, 1994.

- COSTA, A. O. “Movimento feminista e estado: demandas, conquistas e desafios”. Trabalho preparado para o *Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis, UFSC, 2013. (mimeo.)
- COSTA, A.; BARROSO, C. & SARTI, C. “Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 54, pp. 5-15, ago. 1985.
- COSTA, A.; MORAES, M. T.; MARZOLA, N. & ROCHA LIMA, V. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- CRUZ, Rosalinda. “Imprensa feminista”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2003.
- D’ALAMBERT, Z. Introdução. In: *Os comunistas e a questão da Mulher: Igualdade, Emancipação, Libertação*. Novos Rumos, 1988.
- DENZIN, N. & LINCOLN, Y. *El campo de la Investigación Cualitativa*. Barcelona, Gedisa, 2012.
- DEZALAY, Y. & GARTH. *The Internalization of Global Palace Wars. Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin America States*. Chicago/London, The University of Chicago Press, 2002.
- EM BUSCA DE IARA. Documentário, 2013, Direção Flávio Frederico.
- FRANCO DOS SANTOS, I. *Luta e perspectiva da Teologia da Libertação. 1980-2000*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.
- FORJAZ, M. C. S. A emergência da ciência política acadêmica no Brasil. *RBCS*, vol. 12, n. 35, out. 1997.
- GODINHO, Tatau. Entrevista dada a Lúcia Avelar e Patrícia Rangel. 2016.
- GOLDBERG, A. “Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político”. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 28, pp. 42-70, 1989.
- HARDING, S. *Feminism and Methodology in Social Sciences*. Indiana, Indiana University Press, 1988.
- HEILBORN, M. L. & SORJ, B. “Estudos de Gênero no Brasil: 1975-1985”. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo. Editora Sumaré, 1999.
- JALAZAY, F. *Women Presidents of Latin America: Beyond families ties*. 2015. New York. Routledge Press.
- KOREY, W. *Taking on the world repressive regimes: the FORD’s Foundations International Human Rights*. Palgrave Macmillan US, 2007.
- LARGO, ELIANA. 50 Anos de feminismo no Chile, texto e contexto. In: BLAY, E. e AVELAR, L. *50 anos de feminismo. Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, Edusp, 2017.
- LEVY, D. *Building the Third Sector: Latin America’s Private Research Center and NonProfit Development*. Pittsburgh, University of Pittsburgh, 1996.
- LINZ, J. *Totalitarian and authoritarian regimes*. Boulder, Boulder Rienner, 2000.

- MATOS, M. “Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, pp. 67-92, 2010.
- MATOS, M. “A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira”. In: AVRITZER, L.; MILANI, C. & SOCORRO BRAGA, M. (orgs.). *A ciência política no Brasil. 1960-2015*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2016.
- MATOS, M. & MARQUES, D. “Caminhos das discussões acadêmicas sobre o tema de gênero, mulheres e política: em que momento estamos?”. *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, 2010.
- MAIER, E.; LEBON, N. & ALVAREZ, S. *Women’s activism in Latina America and Caribbean: engendering social justice, democratizing citizenship*. Nova Jersey, Rutgers University Press, 2010.
- MAKLOUF DE CARVALHO, L. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro, Globo, 1998.
- MICELI, S. *A Fundação Ford no Brasil*. Sumaré, FAPESP, 1993.
- MILANI, C. & SOCORRO BRAGA, M. (orgs.). *A ciência política no Brasil. 1960-2015*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2016.
- MONTANO, SONIA. Que tipo de Estado? Que tipo de Igualdade?. *XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe*, 2015. Nações Unidas e Secretaria de Política para as Mulheres. Brasília.
- PEDRO, J. M. & WOLFF, C. (orgs.). *Feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina, Editora Mulheres, 2010.
- PEREIRA, A. Ditadura e repressão o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e Argentina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010.
- PILCHER, J. & WHELEHAM, I. *50 concepts in gender studies*. Londres, Sage Publications, 2004.
- O’DONNELL, G. *Modernization and bureaucratic authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley: Institute of International Studies. University of California. 1973.
- RANGEL, P. *Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil*. Tese de doutorado. Brasília, Universidade de Brasília, 2012.
- RANGEL, Patrícia. *A Câmara das Deputadas: um Panorama da Representação Parlamentar Feminina em Argentina, Brasil e Uruguai*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2008.
- REIS, F. W. “*Huis clos* no Chile e ciência política no Brasil”. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; SOCORRO BRAGA, M: *A Ciência Política no Brasil- 1960-2015*. Ed. FGV. 2016.
- RIDENTI, M. “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”. *Tempo Social*, São Paulo, n. 2, v. 2, 1990.
- RIOS, FLÁVIA & RATTS, A. *Lélia Gonzalez*. São Paulo, Summus, 2017.

- SAFFIOTI, H. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. 3. ed. São Paulo, Expressão Popular, 1997.
- SANTOS, W. G. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte, EDUFMG, 2003.
- SARTI, C. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970. Revisitando uma trajetória”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12, v. 2, maio-ago. 2004.
- SHAYNE, J. *Taking Risks: Activism and Research in the American Gender Society*, nov. 2014.
- SOARES, L.; Fávero, O. (orgs.). *Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009.
- SHARP, R. e RAY, B. Women and governments budget. *Australian Journal of Social Issues*. V. 25, n. 1, 1990, p-1-14.
- STAAB, S. & WEYLAN, G. *Gender, Institutionalism and Change in Bachelet's Chile*. Salamanca, ECPR, 2015.
- STEPAN, A. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven/Londres, University Press, 1973.
- _____. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- SOOLCKE, V. Que tem a ver o Gênero com o parentesco? *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. V. 14; n. 151, 2014.
- THAYER, M. Making Transnational Feminism: Rural Women, NGO Activists, and Northern Donors in Brazil. Nova York, Routledge, 2009.
- VENTURI, G. & GODINHO, T. (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc, 2013.
- WAYLEN, G. “Informal Institutions, Institutional Change, and Gender Equality”. *Political Research Quarterly*, v. 67, n. 1, p. 212-223, 2014.
- WOLFF, C. “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparadas no Cone Sul”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54. 2007.
- WOODWARD, K. & WOODWARD, S. Gender Studies and Interdisciplinarity. *Palgrave Communications*, 2015.
- ZERILLI, L. Feminist theory and the canon of political thought. In: DRYZEK, J.; HONIG, B. & PHILLIPS, A. *The Oxford Handbook on political theory*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Ações de educação política da KAS nas periferias de São Paulo: o recorte de gênero e a percepção de que o problema não reside aqui

HUMBERTO DANTAS

RESUMO

■ O ambiente político no Brasil, a exemplo do que ocorre em muitos países do mundo, é visto como extremamente masculinizado e machista. Limites à entrada no rol de candidatos e eleitos de diversos partidos são realidades indesejadas, porém comuns, que abarcam características associadas ao nível de educação, aspectos étnicos, etários e, sobretudo, de gênero. No Brasil, mais da metade do eleitorado é feminino, cerca de 40% das filiações partidárias no país são de mulheres, mas pouco mais de 30% das candidaturas em eleições proporcionais são femininas e menos de 15% é o volume das eleitas. O que ocorre para que assistamos a esse cenário? O principal objetivo desse artigo é contribuir com parte desse debate. A resposta para tal pergunta será procurada entre jovens de 16 a 18 anos que participaram de cursos de Iniciação Política da Fundação Konrad Adenauer nas periferias de São Paulo entre 2011 e 2017. Com base na percepção dos respondentes sobre aspectos da política o intuito é compreender se existem, já nos primeiros anos do eleitor brasileiro alguma diferença na visão sobre política. Parte-se da hipótese de que entre os estudantes pesquisados não há alteração de percepção sobre a política entre meninos e meninas. Assim, sob um viés otimista, as novas gerações estariam prontas para arrefecer barreiras de gênero na política. Já pelo viés pessimista seria possível imaginar que em algum instante a barreira se apresentará. Seriam os partidos políticos? Seria o passar dos anos que separariam homens e mulheres em relação ao envolvimento com a política? Essa agenda e as respostas a tais inquietações não serão investigados,

mas será possível notar que não há distância entre as percepções políticas com base no público pesquisado.

ABSTRACT

■ The political environment in Brazil, as in many countries around the world, is seen as extremely masculinized and sexist. Limits to entering the ranks of candidates and elected representatives of various parties are unwanted, but common, realities that encompass characteristics associated with education, ethnic, age and, above all, gender. In Brazil, more than half of the electorate is female, about 40% of the party's membership in the country are women, but slightly more than 30% of the proportional elections are women, and less than 15% is the electorate. What happens to us to watch this scenario? The main objective of this article is to contribute with part of this debate. The answer to this question will be sought among 16- to 18-year-olds who participated in the Konrad Adenauer Foundation's Political Initiation courses in the outskirts of São Paulo between 2011 and 2017. Based on respondents' perceptions of policy aspects, the aim is to understand in the early years of the Brazilian voter if there is some difference in the view on politics. It is based on the hypothesis that among the students studied there is no change in perception about the politics between boys and girls. Thus, under an optimistic bias, the new generations would be ready to cool down gender barriers in politics. Already by the pessimistic bias one could imagine that at some moment the barrier will appear. Were the political parties? Was it the passing of the years that would separate men and women from involvement in politics? This agenda and the responses to such concerns will not be investigated, but it will be possible to note that there is no distance between political perceptions based on the public surveyed.

■ Escrevo esse artigo num tom pouco usual aos trabalhos acadêmicos da área em que me formei – a Ciência Política. Comecei a aprender que a academia precisa de um mínimo de sentimento depois de sete anos trabalhando no Centro Universitário São Camilo, entre 2002 e 2008. Achava estranho assistir às apresentações em PowerPoint de meus colegas da área da saúde que terminavam sempre com uma mensagem romantizada inserida numa fotografia ou num desenho bonito. O tempo me mostrou que as ciências médicas exigem a humanização como medida psicológica de sobrevivência de parte expressiva de seus pesquisadores.

No fim de meu ciclo camiliano defendi meu doutorado em Ciência Política na USP, imerso na frieza da carreira que escolhi. Sem reclamar.

Foi quando em minha banca de doutorado minha orientadora, Maria D'Alva Kinzo, em seus últimos dias de vida, fez um relato emocionado, chorou, e pediu desculpas aos poucos presentes. Foi carinhosamente advertida por Gláucio Soares, que fez questão de enfatizar o quanto perdemos quando engolimos nossos sentimentos verdadeiros e não trazemos para a vida aquilo que por vezes mastigamos, engolimos e nos faz tão mal. Foram lições que a vida me ensinou e que precisam ser registradas de alguma forma. Aqui está.

A organização desse caderno começou num simpático almoço do conselho editorial da Konrad Adenauer no Rio de Janeiro em agosto de 2017. Desde 2014 faço questão de me envolver diretamente na organização de, ao menos, um volume da revista da fundação por ano. Desde então foram: Justiça Eleitoral (2014); Juventudes no Brasil (2015); um segundo volume de Educação Política (2016), o primeiro eu ajudei a construir em 2010 e; Poder Legislativo (2017). Diversas ideias foram colocadas à mesa, mas o tema da Mulher chamou minha atenção por três razões marcantes.

A primeira porque se trata de uma causa fortemente abraçada pela KAS faz anos, levada adiante por uma mulher que para além de contar sempre comigo em formações para políticas, é um exemplo de luta incessante pela vida contra uma doença que por vezes não parece lhe dar sossego. Aline Bruno Soares é dessas pessoas inspiradoras, que transforma seu sofrimento em luz para nos mostrar o quanto é possível encarar desafios com fé.

A segunda porque trabalhar com Lúcia Avelar é sonho antigo, e para além dos poucos encontros anuais que temos na Fundação, faz alguns anos que eu gostaria de ficar ao seu lado e registrar academicamente algo que tenha essa mulher na organização. Construimos ao longo desses anos uma cumplicidade de quem aparenta ter muitos mais do que algumas horas juntos. Sua capacidade extraordinária de ouvir, de admirar de transmitir valores dão a qualquer amigo um conforto extraordinário, que espero sinceramente retribuir a altura. Lúcia impressiona pela simplicidade, pela humildade, pela vontade de conhecer e ensinar, pelas longas e deliciosas, apesar de poucas, conversas. Fico com a sensação plena de que esse volume registra e concretiza algo muito especial para minha carreira de pesquisador e ser humano. O almoço do Rio me deu essa oportunidade.

Por fim, a terceira porque ler, organizar e pensar um volume desse tipo me coloca diante dos desafios das mulheres. Pessoalmente essa temática não é fácil, pois crer na indecente fragilidade imposta às mulheres descontrói tudo o que

tive em minha vida até hoje. Sou filho único de uma mãe solteira, que colocou o companheiro para fora de casa cedo, superou doenças assombrosas nos anos 80, e manteve a casa com a mais absoluta dignidade e respeito. Ser filho de quem sou oferece-me o sentimento do símbolo maior de força da mulher. Essa realidade não é nova e tampouco rara: sou filho de uma família monoparental chefiada por uma mulher forte. Termino essa passagem destacando que a vida não poderia me levar a um casamento menos emblemático. Minha companheira cozinha desde criança, vendendo doces na escola para garantir sua mesada. E ainda muito jovem, diante de sucessivas crises econômicas vividas no país, segurou uma casa com pais e três irmãos promovendo eventos em um buffet instalado na cozinha da própria casa. Foi capaz de servir a milhares de pessoas e sobreviver dignamente, terminando tardiamente sua faculdade de gastronomia. Os exemplos são múltiplos na sociedade, mas o machismo insiste em abafar histórias com violências de todo tipo. Até quando?

A tentativa de resposta a essa pergunta me faz escrever esse artigo, e ele será construído sob o formato de um relatório de pesquisa, descrevendo dados colhidos nas experiências da Fundação. Não posso deixar de fazê-lo com base em alguns pontos essenciais. Se a mulher é um tema que me encanta academicamente, no caso desse volume a pergunta inicial precisava ser feita num café para pensarmos essa obra: “Lúcia e Patrícia, vocês acham mesmo adequado que eu escreva em um volume sobre mulheres, escrito exclusivamente por pesquisadoras?” A resposta foi positiva, e isso me deixa extremamente honrado.

Dias depois dessa aprovação, em 08 de março, mediei um debate sobre os desafios das mulheres no mercado de trabalho na Câmara Municipal de São Paulo. Por conta de um imprevisto ocupei a mesa no lugar de uma diretora da Escola do Parlamento, que eu presidia à época, e no final da atividade ouvi uma afirmação feita em tom respeitoso, mas duro: “acho que seu lugar não é aí, numa data tão simbólica e representativa para nós mulheres”. Entendi perfeitamente. Fui defendido por algumas, mas a afirmação foi reforçada por outras. Respeitosamente entendo que a causa da mulher na sociedade precisa de adeptos de todos os gêneros. Nessa causa aprendo demais, e já alterei inúmeros comportamentos. Entendo perfeitamente a situação, as críticas e consigo facilmente concordar com a discordância.

O mesmo se repete aqui nesse volume: recusar em nome do espaço ou aceitar à luz de pontos que, como colocados, podem soar como egoístas? Pois bem: aceitei por uma razão maior e, a partir de agora, mais científica: posso contribuir de alguma maneira. E a única forma está associada à Ciência Política. Nesse caso, em

especial, aos cursos de Iniciação Política que a Fundação Konrad Adenauer organiza nas periferias de São Paulo faz dez anos. Por meio de questionários aplicados aos participantes dessas atividades, seria possível notar algum tipo de interesse distinto promovendo um recorte de gênero à análise? Já apresentei resultados preliminares desse ensaio em cursos realizados pela KAS às mulheres do PSDB. O intuito aqui é tornar essas percepções mais consistentes. Parto da hipótese central de que na faixa etária dos 16 aos 18 anos o interesse por política dos jovens é muito parecido entre mulheres e homens, com tendência a um interesse discretamente maior por parte desse primeiro grupo. As constatações nos levarão a uma conclusão repleta de questões e possíveis agendas de pesquisa para desdobramentos desse ensaio. Mais uma vez: trata-se mais de um relatório descritivo de achados para contribuir com um debate amplo e essencial.

AS MULHERES NA POLÍTICA – DIMENSIONAMENTO BASILAR DO FENÔMENO

■ O Brasil tinha no início de 2018 aproximadamente 148 milhões de eleitores registrados na Justiça Eleitoral. Desse total, aproximadamente 52% eram mulheres e 48% homens. Entre os filiados aos 35 partidos políticos nacionais tínhamos cerca de 15 milhões de brasileiros, o que representa mais de 10% do eleitorado nacional. Há bastante controvérsia nesses dados. Pesquisas de opinião pública sobre engajamento político raramente mostram mais de 5% dos entrevistados afirmando que são filiados, e líderes partidários deboçam desse total quando algum estudo se pauta nele pra tratar do “desejo deliberado de um cidadão se filiar a uma legenda”. Isso significa dizer que muitos brasileiros filiados a algum partido sequer sabem que estão nessa condição. As razões para esse fenômeno são as mais diferentes possíveis, mas corromper a lógica do que se pretende em termos de representação e escolha partidária permeia praticamente todo tipo de explicação possível.

Desse total de filiados cerca de 40% eram mulheres, e aqui é possível notar a primeira quebra expressiva. Existe uma distância bastante representativa entre o percentual de eleitoras e o percentual de filiadas no Brasil. Mas a situação ainda pode se tornar mais grave: tendo em vista as eleições proporcionais, é de pouco mais de 30%, desde 2012, o percentual de mulheres candidatas aos cargos de deputada federal, deputada estadual, deputada distrital e vereadora no país. Desde o citado ano a justiça eleitoral vem insistindo com maior rigor no cumprimento daquilo que se convencionou chamar de “lei de cotas para candidatas”, o que na

verdade é uma lei para a garantia de proporcionalidade entre gêneros numa dada lista de candidatos em pleitos proporcionais. Isso significa que a lei nunca permitirá, da forma como está redigida, uma chapa proporcional formada por 100% de mulheres – tampouco apenas por homens. A despeito das discussões geradas a partir daqui, é fato que se assiste a um distanciamento gradual da representatividade feminina na sociedade até chegar às candidaturas em eleições proporcionais, modelo adotado pelo Brasil para o preenchimento de espaço nos parlamentos, organismos plurais comumente utilizados para a medição de representatividade política de distintas características das mais diferentes sociedades.

Falta, no entanto, perceber o percentual de mulheres eleitas. E aqui a mais abrupta das quebras pode ser verificada. As mulheres não conquistam sequer 15% das vagas de vereadoras e deputadas no Brasil. Assim, o total de filiadas é três quartos da representatividade feminina na sociedade, o de candidatas é menos de três quintos e o de eleitas pouco mais de um quarto. Diante de tal fenômeno o intuito maior desse artigo está em perceber se a variável gênero serve, de alguma maneira, como explicação para o interesse de jovens estudantes das periferias de São Paulo sobre o tema.

Desde 2008 a Fundação Konrad Adenauer realiza cursos de iniciação política nas franjas da Região Metropolitana de São Paulo. A partir de 2011 essas atividades foram levadas quase que exclusivamente para jovens de escolas públicas de ensino médio, e em 2013 a projetos sociais destinados a tal público. Ao longo das atividades foram aplicados questionários de percepção política e avaliação das atividades para os jovens. Se concentrarmos a análise aqui proposta, desde 2013 até 2017 nos estudantes de 16 a 18 anos, será possível verificar padrões distintos de percepção sobre a política entre as mulheres e os homens? A pesquisa aqui não tem qualquer rigor amostral, e tampouco representará o país como um todo, e nem sequer o universo da Grande São Paulo. Mas o intuito maior é compreender se existe, desde cedo, algum tipo de barreira que estabelece um distanciamento da mulher em relação à política e uma aproximação maior do homem com ela.

○ INTERESSE DAS JOVENS PELO TEMA – EXISTE DIFERENÇA?

■ A pesquisa começa com uma amostra de 182 jovens de 16 a 18 anos em 2013, atinge 163 em 2014, e por conta da ampliação das ações da KAS nas periferias chega a 393 jovens em 2015, 545 em 2016 e 743 em 2017. Nos dois primeiros anos aqui abordados eram realizadas 10 turmas do curso, entre 2015 e 2016 foram 20

turmas e em 2017 chegou a 30 turmas anuais. Como as ações de 2013 e 2014 tinham apenas questionários de avaliação final do curso, e não formulários iniciais para diagnosticar a percepção política dos jovens, a análise aqui será dividida em dois blocos: avaliação final, de 2013 a 2017 e; avaliação inicial, de 2015 a 2017.

Começaremos por esse primeiro bloco de dados. No que diz respeito à avaliação final é importante destacar as características desses jovens. Para facilitar, o Quadro 1 carrega alguns pontos relevantes.

QUADRO 1. Características dos jovens dos cursos de Iniciação Política – questionários finais

	2013	2014	2015	2016	2017
Total de jovens	182	163	393	545	743
% de mulheres	56%	71%	59%	57%	58%
Média de idade total	16,5	16,6	16,8	16,8	16,8
% no ensino médio	86%	85%	87%	92%	88%

Há uma distorção inexplicável no percentual de mulheres em 2014, mas em linhas gerais o índice das estudantes está na faixa entre 55% e 60%, a média de idade é praticamente a mesma entre os anos analisados e o percentual que está no ensino médio supera 80 pontos em todo o período. Importante lembrar aqui que os questionários avaliados nessa etapa dizem respeito aos jovens que completaram o curso de política oferecido pela KAS. Ademais, também merece atenção o fato de os questionários de 2013 e 2014 serem menos densos que as versões mais recentes. Assim, as análises estarão concentradas apenas nas questões comuns a todos os cinco anos (com raras exceções), o que permitirá uma análise mais ampla em termos temporais, a despeito da perda de informações que será compensada na etapa seguinte desse artigo. Por fim, destaca-se que serão realizadas apenas avaliações descritivas, de forma pouco sofisticada do ponto de vista estatístico. Entende-se que a simples visualização dessas informações permitirá provocações relevantes. A análise será efetuada por ano.

Em 2013, aos estudantes eram apresentados nove canais de informação sobre política e eles podiam marcar livremente aqueles que utilizavam, ao menos uma vez por semana, para a obtenção de algum tipo de informação. O destaque absoluto ficou para a televisão, com média de 91%, sendo 94% entre os homens e 88% entre as mulheres. Sites e redes sociais atingiam 50% e 46% respectivamente, com predomínio do interesse médio dos meninos. Em média, os meios disponibilizados atingiram 47% de utilização pelos homens e 44% pelas mulheres.

O interesse pouco inferior das mulheres apontado em 2013 no que diz respeito ao noticiário se inverte de maneira expressiva quando o assunto são os partidos políticos. Um total de 23 mulheres afirmou ter simpatia por alguma legenda (13%) enquanto apenas 12 homens (7%) fizeram algum apontamento dessa natureza.

Em relação à utilização do conteúdo do curso, interessante notar como o reconhecimento das relevâncias para o ensino médio, para o ENEM e como eleitor é semelhante no que diz respeito ao gênero. Aqui, no entanto, uma nova distinção: enquanto 28% das meninas afirmam que utilizarão os ensinamentos da atividade para ações de natureza comunitária, apenas 16% dos meninos o fazem. Em contrapartida, 38% dos homens indicam que podem usar tais conteúdos profissionalmente e 49% na faculdade, enquanto entre as mulheres esses percentuais caem, respectivamente, para 27% e 40%. Por fim, nesse ponto da utilização do curso, chama a atenção que 16% dos rapazes dizem que podem utilizar tais aspectos algum dia como futuros candidatos, enquanto entre as moças o indicador sobe para 19%.

Fica a sensação, se somado o interesse pelos partidos, o uso de conhecimento em ações comunitárias e a possibilidade de uma candidatura com base no curso de política, que o interesse feminino pela política formal é discretamente maior. Em contrapartida, a busca por informação e a utilização em ações profissionais e de qualificação fica mais evidente entre os homens, mesmo que de forma bastante discreta.

Sobre a avaliação dos cursos existiam oito sentenças associadas ao grau de concordância com pontos ligados à atividade desenvolvida em sala de aula. Se somadas as médias das concordâncias dos dois gêneros, será possível obter uma média de 8,6 pontos para ambos, ou seja, rigorosamente empatados. Os rapazes tendem a concordar mais com o fato de que o formato da atividade ajuda a entender mais a política, que os professores não defendem aspectos ideológicos em sala e que o formato da atividade é adequado. As moças, por sua vez, tendem a concordar mais com o fato de que o curso trouxe muitos conhecimentos novos e que as atividades devem continuar a ser realizadas naquele local, para mais pessoas. As distâncias aqui são todas discretas, e cabe ressaltar o equilíbrio que gera o empate nas médias de concordância das sentenças.

Por fim, merece atenção o grau de concordância com um conjunto de nove sentenças atrelado ao modo como os jovens enxergam aspectos de nossa política. As maiores distâncias entre os gêneros ficam numa sensação maior das mulheres de que a corrupção é o maior problema do país – 68% contra 62% dos homens

– e a sensação de que é necessária a aproximação com os partidos políticos para se resolver problemas da realidade – 65% contra 60% dos homens, o que corrobora a aproximação e simpatia destacada em questão anterior analisada no penúltimo parágrafo anterior. No que diz respeito aos maiores percentuais de concordâncias dos homens em relação às mulheres, destacam-se: o sentimento de que a imprensa informa bem – 54% entre eles, contra 48% – e a percepção de que todos os políticos são corruptos – 55% entre eles e 53% entre elas. Tais distanciamentos, mais uma vez, são símbolos levemente diferentes, cabendo observar tais fenômenos ao longo do tempo.

Em 2014, aos estudantes foram novamente apresentados nove meios de comunicação com o objetivo de compreender onde buscavam informações sobre política. Mais uma vez a média dos homens superou aquela registrada entre as mulheres: 45% contra 41%. Há queda nos dois grupos em relação ao ano anterior, o que a despeito das eleições pode ser atribuído ao fato de 2013 ter sido um ano de grande efervescência social no país, envolvendo relevantes parcelas de jovens. Entre as meninas se destaca a TV, com 86% contra 81% dos meninos, enquanto as redes sociais e a internet têm neles 53% e 60%, contra 39% e 45% delas.

No que diz respeito à simpatia pelos partidos políticos há inversão do resultado obtido em 2013: mais de 23% dos rapazes indicam uma legenda como sua predileta, o que entre as moças ficou em 15%. Curiosamente o cenário feminino se manteve praticamente inalterado, pois em 2013 o índice apontava 13%. O que aumentou de forma expressiva foi a posição masculina, que saiu de 7% e atingiu 23%, o que muito provavelmente está atrelado ao ano eleitoral.

Em relação à utilização do conteúdo do curso não existem registros de diferenças significativas associadas ao conteúdo atrelado ao ensino médio, bem como aos trabalhos comunitários e ao uso profissional – esses dois últimos se mostraram diferentes em termos de gênero na pesquisa de 2013. Entre as mulheres, 2014 mostra uma utilização mais acentuada como eleitora – 82% contra 64% dos homens – e para o ENEM – 52% contra 38% dos rapazes. Já entre eles, mais uma vez destaque para o uso na faculdade – 47% contra 37% – e, dessa vez, como futuro candidato – 28% para eles contra 18% para elas.

Algumas percepções mudam entre os anos, o que pode ser símbolo de problemas amostrais, ou mesmo de certa instabilidade etária sobre assuntos complexos para esse instante da vida. Os homens, em 2014, aderem mais aos partidos e declaram com mais incidência a possibilidade de utilização do curso para fins de candidaturas futuras. Isso, no entanto, é algo extremamente discreto que não per-

mite qualquer afirmação de distanciamento ligado ao gênero quando o assunto é a política.

Em relação às oito frases de avaliação do curso, curiosamente as mulheres registraram índices de concordância maior que os dos homens para praticamente todas elas, com destaque para seis, dentre as quais se destacam: os professores são ideologicamente neutros e o formato da atividade é adequado. Assim, se somadas as médias dos graus de concordância do conjunto de afirmações e divididos os resultados por gênero, sobre uma nota de 0 a 10 as mulheres indicaram média 8,9 e os homens 8,6. As diferenças, assim, são muito discretas e mostram que ambos os grupos mostram respeito e percepção da relevância de ações de educação política que lhes ofertem tais conteúdos. Pelo segundo ano consecutivo é possível notar a inexistência de diferenças que mostrem um interesse maior dos homens por esse tipo de conteúdo, o que é muito importante de ser observado aqui.

Por fim, mais uma vez é possível finalizar a análise de um ano observando o grau de concordância dos jovens com nove sentenças padronizadas. Nesse ano as respostas se mostraram mais distantes em relação à questão do gênero. Apenas em relação à frase “a educação política deve estar presente nas escolas”, com 92% de concordância entre elas e 90% entre eles existe convergência mais significativa. Quando o assunto, por exemplo, está ligado a “políticos devem fazer favores aos seus eleitores” as meninas registram 49% de aceitação contra 57% dos meninos. Em contrapartida, eles são mais críticos à mídia, com 36% de aceitação à afirmação de que “a imprensa informa bem os cidadãos”, contra 45% delas. O movimento em relação à aproximação com os partidos políticos se inverte em relação a 2013, e a concordância das mulheres cai de 65% para 60% enquanto entre os homens vai de 60% para 71%. A pesquisa de 2014 mostra os rapazes mais próximos de aspectos formais da política, e tal transformação pode ser resultado dos manifestos de 2013 e de um distanciamento mais expressivo, ou mais bem percebido, dos jovens em relação à política.

Em 2015, houve aumento significativo na amostra de jovens, pois os cursos foram estendidos em relação à abrangência e total de turmas formadas. E novamente foram apresentados nove meios de comunicação aos jovens para que aponhassem o quanto se informam sobre política. Pela primeira vez a média feminina superou a masculina, com 52% contra 45%. Isso representa uma busca mais intensiva de informações por parte das meninas em todos os canais apresentados, com destaque para a televisão – 93% contra 85% – e os sites e redes sociais, que no caso delas ficaram, respectivamente com 68% e 64%, e entre eles com 56% e 62%.

Sobre os partidos políticos, é importante salientar a redução de simpatia em relação ao ano anterior. Entre os homens o índice cai de pouco mais de 23% para 13% – maior que aquele registrado em 2013 – enquanto entre as mulheres a redução vai de 15% para 9%, atingindo seu patamar mais baixo.

Tendo em vista a utilização dos cursos, o aumento da amostra pode ter trazido uma estabilidade mais elevada em relação às sensações sobre a atividade. Há equilíbrio de gênero nas percepções de que os conteúdos são úteis para a atuação enquanto eleitor, no ensino médio, na faculdade, em trabalhos comunitários e no cotidiano profissional. O desequilíbrio ocorre apenas em relação ao ENEM, com 52% das mulheres entendendo a utilidade dos conteúdos nessa etapa contra 41% dos homens, e na possibilidade de um dia, no futuro, ocorrer uma candidatura eleitoral, com 24% entre as meninas e 18% entre os meninos, o que mais uma vez reforça a ideia de que nessa fase da vida não parecem existir diferenças capazes de explicar as distâncias encontradas entre os gêneros no universo da política formal.

No que diz respeito às oito sentenças de avaliação dos cursos, mais uma vez as meninas valorizam mais as atividades, mesmo que de forma discreta. Sobre uma nota que podia chegar a 10, pautada em grau de concordância com sentenças associadas ao curso, a média das moças atingiu 9,0 e a dos rapazes 8,6 pelo terceiro ano consecutivo. As quatro sentenças onde existem as maiores diferenças estão relacionadas a uma percepção mais positiva das mulheres sobre a ideia de que o formato da atividade é adequado, o curso trouxe mais informações, a atividade ajudou na forma de entender a política e os professores respeitam diferenças ideológicas. Tais aspectos são relevantes, pois indicam em alguns dos casos, um apego maior das meninas pelo conteúdo ministrado, reforçando a ideia de que não existem severas diferenças que coloquem o homem como o agente maior da política.

No conjunto final de sentenças, os rapazes ainda se mostram mais afeitos à ideia de que políticos devem fazer favores aos eleitores, assim como indicam com maior incidência que a educação pública prepara os estudantes para a cidadania. As meninas, por sua vez, apontam que tendem a concordar mais com a importância da educação política nas escolas – 91% contra 87% dos meninos – e que devemos nos aproximar dos partidos para a solução de problemas políticos – 73% contra 69% deles. Importante, mais uma vez salientar, que as diferenças são discretas e mostram posições relativamente semelhantes entre os gêneros no que diz respeito a aspectos de ordem política.

Em 2016, o total de meios de comunicação arrolados para adesão e apontamento de utilização subiu de nove para onze, e pelo segundo ano seguido as mulheres demonstraram maior interesse. O percentual de uso dos canais entre

elas atinge 37% contra 33% deles. O destaque continua sendo a televisão – 89% contra 82% – bem como a internet e os sites (63% contra 54%) e as redes sociais (64% contra 57%). Merece também uma menção especial o papel da escola. Enquanto 44% indicam que se trata de um canal onde elas se informam sobre política, esse percentual cai para 31% entre eles.

Sobre os partidos políticos, curiosamente há nova alternância em relação à questão da simpatia. O percentual de moças que afirmam ter afeição a uma dada legenda atinge 14%, enquanto entre os rapazes se estabelece em 10%. A despeito das mudanças entre os anos, entre os jovens pesquisados as legendas passam longe de serem entendidas como organizações mais masculinas no que diz respeito à simpatia.

Sobre o uso dos conteúdos apreendidos ao longo do curso a relação de alternativas foi substituída em 2016. Mas ainda percebe-se adesão maior à questão da utilização enquanto eleitor – com 87% entre elas e 82% entre eles. Uma nova questão, a partir desse ano, no entanto, permite complementar um dado importante sobre candidaturas. A questão estava associada ao futuro na política e aos jovens era perguntado: “em relação à política, você entende que no futuro será”. E as alternativas eram: apenas um eleitor, posso me filiar a um partido e posso me candidatar um dia. Talvez sem saber que para candidatar-se é necessária a filiação, os jovens aderem mais à terceira alternativa que à segunda – apontando que a primeira opção captou quase 80% dos posicionamentos. Entre as mulheres 11% afirmam que um dia podem se candidatar e 5% que podem se filiar a uma legenda. Já entre os homens, 14% podem ser candidatos um dia e 10% podem se filiar. A distância de possível adesão às legendas não combina com o que é verificado no caso da simpatia com algum partido – e isso parecem fenômenos possíveis de serem vistos de formas diferentes – e o resultado mostra um primeiro sinal claro de posicionamento que coloca os meninos mais próximos de um organismo político. Isso, no entanto, parece pouco em relação a tantas outras variáveis que não diferenciam gênero ou que colocam as mulheres em condições mais próximas da política.

Em relação às oito sentenças de avaliação do curso, com base em uma média que podia variar até 10 as meninas, mais uma vez, avaliaram de forma mais positiva as atividades: 8,9 contra 8,7 dos meninos. A diferença é discreta, mas em sete pontos a avaliação feminina é mais positiva, com destaque para “o curso mudou minha forma de entender a política” e “os professores respeitam diferenças ideológicas em sala de aula”. Entre os rapazes uma percepção discretamente mais clara de que “os professores dominam os conteúdos ministrados”.

Finalizando a análise de 2016, importante destacar os graus de concordância com as sentenças partindo da ideia que apenas cinco delas permaneceram nos formulários desse ano. Ainda assim, destaque para o fato de os homens concordarem mais com questões relacionadas “aos políticos serem todos corruptos” e “a corrupção ser (é) o maior problema do Brasil”. Já as mulheres aderem mais ao fato de “a imprensa informar bem a sociedade” e “a educação política ser (é) necessária nas escolas” – aqui o grau feminino de concordância atinge 90% e o masculino 88%.

Em 2017, foram novamente apresentados onze meios de comunicação aos jovens. O quadro de dois anos consecutivos das mulheres a frente dos homens se inverteu, com 32% de adesão média deles e 31% delas. A diferença é absolutamente discreta e existe uma redução sensível de adesão aos meios apresentados em relação ao ano anterior. O ponto que mais chama a atenção é a televisão, que atinge 82% entre os rapazes e 79% entre as moças – em 2013 a média geral da TV era de 91%. Merece atenção também o universo virtual, com 61% de índice de utilização dos sites entre as mulheres, contra 59% dos homens, e 56% de uso das redes sociais por eles, contra 54% delas – em 2013 a média das redes sociais era de 46%. Salientam-se novamente as distâncias discretas entre os gêneros no que diz respeito à busca por informação política, sendo que a única diferença aguda se dá pelo uso do You Tube: 33% entre eles e 20% entre elas.

Em relação aos partidos políticos, nova queda. Apenas 9% das mulheres e igual percentual de homens afirmam alguma simpatia em relação a uma legenda. O ano não eleitoral poderia ser utilizado como justificativa, mas para além disso existe uma ausência preocupante de legitimidade política. O único ponto positivo aqui é, mais uma vez, a inexistência de algum tipo de posicionamento que distingue de maneira expressiva os gêneros. Aqui cabe considerar a análise da variável que surge em 2016 e permite uma percepção acerca da possibilidade de o jovem um dia se enxergar filiado ou, até mesmo, candidato. Nesse caso, existe um distanciamento de gênero conforme verificado anteriormente. Em relação à possibilidade de se filiar, 9% dos rapazes afirmam que um dia poderiam fazê-lo, enquanto 8% das moças fazem a mesma afirmação. Esse equilíbrio desfaz a distorção de 2016, que agora se aloca na distância entre os 15% de meninos que indicam que um dia poderiam se candidatar contra 9% das meninas. Os resultados mostram fragilidades amostrais? Apontam uma aleatoriedade de um público pouco acostumado com tais perguntas? Pode ser, mas é importante ofertar atenção a tais aspectos.

Em relação ao uso do conteúdo curso, é importante destacar uma queda acentuada nos percentuais de utilização como eleitor. O fenômeno pode ter sido

impactado pelo ano eleitoral – da casa de mais de 80 pontos no ano anterior para 74% entre elas e 73% entre eles. Em praticamente todas as seis variáveis as distâncias foram muito discretas em termos de percepção da utilidade da atividade de educação política, mas tal afirmação se arrefece quando o assunto é o vestibular: 72% entre as meninas e 54% entre os meninos, o que pode refletir o interesse e o ingresso mais acentuado das mulheres no ensino superior.

No que diz respeito às oitos sentenças de avaliação do curso, em 2017 foi adicionada uma nona afirmação atrelada à capacidade de a atividade estimular a lógica da tolerância política. Em todas as sentenças as meninas fizeram avaliações mais positivas em relação ao curso, com exceção de “os professores explicam bem o conteúdo”. Nos demais casos, apenas a nova afirmação registrou um desequilíbrio de gênero menos discreto: é de 71% o grau de concordância das meninas com o fato de o curso estimular a tolerância e de 65% entre os rapazes. No geral a média de concordância com aspectos positivos de avaliação do curso ficou em 89% entre as moças e 87% entre os rapazes, mostrando bastante equilíbrio no reconhecimento acerca de ações dessa natureza.

Finalizando a análise desse último ano, é importante salientar que mais uma vez apenas cinco sentenças foram mantidas no questionário de 2017, assim como em 2016. As meninas tendem a concordar mais com o fato de que os políticos são todos corruptos, e que a educação política deve estar presente nas escolas – aqui os índices atingem 91% entre elas e 86% entre eles. Já em relação aos meninos, eles concordam mais com o fato de a imprensa informar bem o cidadão, a educação pública não formar os cidadãos e a corrupção ser o maior problema do Brasil.

No Quadro 2 é possível analisar resumidamente alguns dos pontos destacados anualmente nos questionários de encerramentos dos cursos analisados até aqui. Nota-se que não existem diferenças profundas e persistentes em algumas das variáveis acatadas para a análise. Existe bastante oscilação em boa parte delas, mas nenhuma coloca a mulher em situação que demonstre menos interesse, mais afastamento, maior resistência e qualquer aspecto agudo desse tipo em relação à política e seus conteúdos ministrados, atitudes testadas e demandas por informação. Mesmo que de forma discreta, é relevante salientar os poucos pontos persistentes: em todos os anos as meninas concordam mais que a educação política deve estar presente nas escolas, bem como são constantes as melhores avaliações dos cursos por elas. Com relação à busca por informação há alternância, mas chama a atenção negativamente que entre 2016 e 2017 há queda generalizada nas médias dos canais ofertados. Por mais que o total de fontes tenha sido elevado, e isso pode distorcer o cálculo, curiosamente 2015 atingiu o ápice das médias e 2016, em

queda, ficou acima de um ano de 2017 preocupante. Por fim, se tomadas as duas questões sobre simpatia por partido e aspectos atrelados a candidaturas, na primeira variável a média dos resultados anuais das mulheres é de 12%, idêntico ao revelado pelos homens. No quesito seguinte, associado às candidaturas, a média feminina é de 16% e a masculina de 18%, não sendo possível destacar qualquer fenômeno que aponte distância expressiva entre gêneros.

QUADRO 2. Resumo das percepções sobre curso de Iniciação Política por gênero

	2013		2014		2015		2016*		2017**	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
% médio de utilização dos canais de informação	44%	47%	41%	45%	52%	45%	37%	33%	31%	32%
% de declaração de simpatia por algum partido	13%	7%	15%	23%	9%	13%	14%	10%	9%	9%
% de possível uso do curso em futura candidatura	19%	16%	18%	28%	24%	18%	11%	14%	9%	15%
% de concordância com boa avaliação do curso	86%	86%	89%	86%	90%	86%	89%	87%	89%	87%
% de concordância com educação política na escola	86%	85%	92%	90%	91%	87%	90%	88%	91%	86%

* A partir de 2016 houve aumento de nove para onze nos meios de comunicação testados, o que altera o cálculo da média. Além disso, no percentual de futura candidatura, a pergunta passou a ser feita de forma diferente. Não mais atrelada ao USO do curso, mas sim com o objetivo de entender se em algum momento os respondentes se viam como candidato no futuro.

** A partir de 2017 foi adicionada uma variável, passando a nove, o total de indicadores de avaliação do curso.

Findada a análise desse bloco de dados, atrelado às avaliações finais de aspectos políticos atrelados ao posicionamento dos jovens que passaram por cursos de Iniciação Política da Fundação Konrad Adenauer nas periferias de São Paulo, o intuito agora é compreender como os estudantes se posicionam ANTES de receberem conteúdos formais de política. Tais formulários iniciais começaram a ser aplicados apenas em 2015, mas é importante salientar a possibilidade de boas comparações acerca da percepção desses agentes. Aqui se destaca o fato de a análise, menos profunda no tempo, revelar mais fortemente o que pensam os jovens, uma vez que as opiniões contidas aqui estão livres dos impactos do curso.

A amostra aqui é mais equilibrada entre os anos, com a saída de 2014. Nesse instante será possível realizar comparações entre as seguintes questões fundamentais: utilização de meios de comunicação (feita também no bloco anterior), obtenção de título de eleitor, percepção sobre o voto, simpatia com os partidos po-

líticos (feita também no bloco anterior), aproximação com grêmios estudantis e grau de concordância com algumas sentenças (feita, em parte, no bloco anterior). Mais uma vez as análises serão realizadas anualmente e no final será apresentado um quadro resumo com alguns pontos relevantes.

QUADRO 3. Características dos jovens dos cursos de Iniciação Política – questionários iniciais

	2015	2016	2017
Total de jovens	424*	545	743
% de mulheres	59%	57%	58%
Média de idade total	16,8	16,8	16,8
% no ensino médio	87%	92%	88%

* Em 2015 o total de questionários finais e iniciais destoam porque eram passados separadamente. A partir de 2016, sem identificar o respondente, o aluno que respondia o formulário de entrada (frente), respondia emparelhadamente o formulário de saída (verso).

Em 2015, a média dos nove meios de comunicação apresentados fica em 42% para as meninas e 39% para os meninos. A TV se destaca com 92% entre elas e 87% entre eles, com as redes sociais e os sites atingindo índices próximos de 50% com as moças mais assíduas no segundo e os rapazes nas redes.

Em relação à obtenção do título de eleitor a pergunta estava associada à posse, ou intenção de possuir o documento com 16 ou 17 anos. A diferença de gênero aqui praticamente inexistente: 45% dos homens e 46% das mulheres indicaram o interesse ou a efetivação da ação relacionada ao documento. As médias estão muito acima daquelas registradas pela juventude brasileira, o que pode esconder a distância entre responder e efetivamente agir, ou revelar um perfil de cidadão que tem mais interesse que a média da sociedade por tal documento.

Sobre o voto, existe um pequeno desnível de gênero na percepção de que tal instrumento da democracia representativa está mais associado a um direito – e não a uma obrigação (a outra possibilidade dada para resposta à pergunta). Para 74% das mulheres trata-se de um direito, o que entre os homens atinge 68%.

Com relação aos partidos políticos, há um empate em 11% em relação à simpatia. Interessante nesse caso que a média desse indicador na saída do curso em 2015 era de 9% para as mulheres e 13% para os homens. Apesar de tal resultado, não é possível afirmar que as legendas afugentam moças e atraem rapazes.

Sobre os grêmios escolares, importante salientar o percentual de jovens que marcaram a opção associada ao fato de a escola possuir esse tipo de instrumento e o respondente estar diretamente envolvido com ele. No total a média desse in-

dicador é muito baixa: 5%. Entre as meninas esse índice atinge 6%, enquanto os meninos registram apenas 3,5%. Aqui há um indicativo de envolvimento maior da mulher nas ações políticas escolares, apesar de os baixos percentuais darem margens a uma percepção mais acentuada de problemas amostrais.

Por fim, as questões associadas ao grau de concordância com as sentenças apresentadas. Ao todo existiam seis frases que podiam ser comparadas anualmente. Em quatro delas o grau de concordância das mulheres supera o dos homens. A mais acentuada diferença está atrelada à percepção da educação política nas escolas: 79% entre eles e 83% entre elas. Já na direção inversa, com maior concordância masculina, a sentença atrelada à ideia de que “depredar o patrimônio privado é um gesto legítimo de manifestação” tem 20% de grau de concordância entre os meninos e 15% entre as meninas.

Em 2016, os questionários estão emparelhados, ou seja, quem respondeu o formulário de entrada o fez no mesmo documento de saída. Aqui é possível verificar que na entrada dos cursos, mais uma vez, as meninas se informam mais que os meninos: a média dos onze canais de informação entre elas é de 32% e entre eles de 29%. A distância é discreta, chamando a atenção a TV (87% contra 83% a favor delas) e a escola (43% contra 31% a favor delas). Nos sites, há empate em 53% e nas redes sociais 59% para as meninas e 52% para eles. O importante é, mais uma vez, notar que não existem grandes diferenças.

Em relação à obtenção do título de eleitor com menos de 18 anos, a declaração de que fez ou fará isso mais uma vez tem as mulheres como agente mais interessado: 53% contra 47% deles, mostrando novamente interesse maior que na sociedade em geral. Sobre o voto, mais uma vez a percepção das mulheres de que esse instrumento é um direito, e não uma obrigação. A percepção feminina supera o sentimento masculino: 72% contra 64%. Já sobre os partidos políticos, novo empate. Dessa vez em 9%, menos que em 2015. No que diz respeito aos grêmios escolares, mais uma vez o percentual de alunos diretamente envolvidos é baixo (8%), e mais uma vez as mulheres levam vantagem: 9% a elas e 7% a eles. Tal ponto reforça a participação feminina, mesmo que discretamente.

Por fim, sobre as seis sentenças, em três os graus femininos de concordância são maiores, destacando-se: “a educação política deve estar presente nas escolas” com 86% contra 81%. Com maior grau de aceitação entre eles, mais uma vez a sensação de que “depredar praças é gesto legítimo de manifestação” com 6% contra 5%.

Em 2017, a média de utilização dos canais de comunicação das meninas fica em 29%, com os meninos atingindo 30%. A variação em relação ao ano anterior é

mínima, mas o suficiente para eles aparecerem discretamente à frente. As meninas aderem fortemente à TV – 84% contra 80% dos meninos, que também têm aqui sua principal fonte – e os sites ficam com 57% para eles contra 51%, com as redes sociais atingindo marca empatada de 60% entre os gêneros.

Sobre a posse ou desejo de possuir o título de eleitor antes dos 18 anos, os meninos passam a registrar 55% de interesse contra 50% das meninas, pela primeira vez. Já na percepção do voto como um direito, e não como uma obrigação, as mulheres mantêm a liderança com 81%, enquanto os homens registram 77%. No que tange aos partidos políticos uma distinção incomum até aqui: 11% deles registram simpatia, contra 6% delas.

A análise dessas variáveis termina com a adesão aos grêmios estudantis, e mais uma vez os homens invertem um cenário que nos dois anos anteriores dava vantagem às mulheres: 7% deles se dizem envolvidos contra 5% delas. Mais uma vez, boa parte das vantagens é discreta e incapaz de sugerir que a percepção sobre política seja algo restrito ao universo masculino, como a cultura machista nacional sugere e os estudos comprovam.

Como última parte dessa análise, destacam-se os graus de concordância com as seis sentenças apresentadas. As mulheres, mais uma vez, apresentam maiores adesões a três frases, o mesmo ocorrendo nas outras três com os homens. Entre elas destaque para “os políticos são todos corruptos” com 58% contra 53% deles e a “educação política deve estar presente nas escolas”, com 90% contra 83% deles. Já no caso dos rapazes, a concordância mais acentuada em relação às moças fica para “a corrupção é o maior problema do país” com 82% contra 74% delas. Mais uma vez é importante frisar que não existem visões radicalmente diferentes quando a variável supostamente explicativa é o gênero.

No Quadro 4 é importante observar um resumo de alguns indicadores apresentados. Não existe grande diferença em qualquer ano analisado no que diz respeito ao interesse dos jovens pela busca por informações políticas. As distâncias são mínimas. Sobre os partidos políticos, 2017 demonstrou uma queda preocupante entre as mulheres, mas nos demais anos houve absoluto empate. O interesse pelo título de eleitor antes dos 18 anos mostra altos índices, restando voltar na questão já feita sobre um público diferenciado ou uma declaração que não condiz com a ação, pois o interesse dos jovens brasileiros por esse direito, aos 16 e 17 anos, está muito abaixo desses resultados colhidos. No que diz respeito à percepção do voto como direito, e não como uma obrigação, as mulheres se mostram discretamente à frente em todos os anos, assim como aderem mais à ideia de que a educação política deve estar presente nas escolas. Por fim, os grêmios escolares

têm baixa participação efetiva desses estudantes em termos percentuais, e o equilíbrio entre os gêneros é marcante, com vantagem inicial para as mulheres nos anos de 2015 e 2016 e reversão dessa tendência em 2017.

QUADRO 4. Resumo das percepções sobre política por gênero

	2015		2016		2017	
	M	H	M	H	M	H
% médio de utilização dos canais de informação	42%	39%	32%	29%	29%	30%
% de declaração de simpatia por algum partido	11%	11%	9%	9%	6%	11%
% de interesse pelo título com menos de 18 anos	46%	45%	53%	47%	50%	55%
% de concordância com o voto como direito	74%	68%	72%	64%	81%	77%
% de adesão atuante aos grêmios escolares	6%	3,5%	9%	7%	5%	7%
% de concordância com educação política na escola	83%	79%	86%	81%	90%	83%

CONCLUSÃO

■ No início desse texto alguns números foram apresentados. O Brasil tinha no início de 2018 aproximadamente 148 milhões de eleitores registrados na Justiça Eleitoral. Desse total, aproximadamente 52% eram mulheres e 48% homens. Entre os filiados aos 35 partidos políticos nacionais tínhamos mais de 15 milhões de brasileiros – mais de 10% do eleitorado nacional. Desse total, cerca de 40% eram mulheres. Tendo em vista as eleições proporcionais, é de pouco mais de 30%, desde 2012, o percentual de mulheres candidatas aos cargos de deputada federal, deputada estadual, deputada distrital e vereadora no país com base na “lei de cotas”. Por fim, o percentual de mulheres eleitas nesses pleitos sequer ultrapassa 15%. Falta, assim, um mínimo de representatividade feminina, e um dos pontos principais está atrelado ao exacerbado e descrito em trabalhos científicos, machismo do universo político, com destaque para críticas acentuadas ao ambiente partidário.

Com base em tais aspectos, esse artigo se concentrou em perceber se a variável gênero serviria, de alguma maneira, como explicação para o interesse de jovens estudantes das periferias de São Paulo sobre POLÍTICA. O material que subsidiou toda a análise exposta foram questionários aplicados entre 2013 e 2017 em estudantes de 16 a 18 anos. A pergunta norteadora era: será possível verificar padrões distintos de percepção sobre política entre as mulheres e os homens? A despeito do caráter de enquete do levantamento, sem qualquer rigor amostral capaz de representar de fato todo o universo dos jovens de uma determinada região,

rede escolar ou característica etária, a hipótese central estava associada ao fato de que não seria possível encontrar grandes diferenças.

Isso de fato se concretizou. E resta, a partir de agora, sugerir um adensamento nas pesquisas. Seja por meio da revisão de resultados obtidos em outros diversos estudos, seja buscando explorar alguns fenômenos aqui presentes. Assim, essa conclusão termina em ritmo de dupla provocação. A primeira positiva: seria essa geração de jovens arrefecedora das barreiras entre homens e mulheres em suas percepções e ações políticas? Poderíamos pensar que estamos diante do amadurecimento de cidadãs e cidadãos que não guardam entre si distâncias tão agudas em relação à lógica de nossa participação política formal? A segunda, no entanto, soa mais negativa: seria essa faixa etária, esse instante da vida, um momento de maior igualdade que, com o avançar dos anos, separaria homens e mulheres no que diz respeito aos seus devidos graus de envolvimento com a política? Nesse caso, em que instante a política absorveria com maior clareza os homens e deixaria as mulheres às margens desse processo? As respostas a tais provocações, muito provavelmente, não estão polarizadas desse modo, e devem estar entre uma e outra posição. As novas gerações parecem menos afeitas às diferenças de gênero, mas efetivamente ainda será necessária muita conscientização para que seja possível reduzir as barreiras do machismo no ambiente político. Não basta aguardar e esperar esses jovens envelhecerem e carregarem tais valores, a luta das mulheres no universo político terá que transcender o que seria um aparente curso natural.

HUMBERTO DANTAS, cientista social, mestre e doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo. Pesquisador da FGV-SP onde cursa o pós-doutorado centrado em estudos acerca da Educação Política. Faz uma década realiza cursos de Iniciação Política nas periferias de São Paulo com apoio total da Konrad Adenauer. Autor do livro “Educação Política – sugestões de ação a partir de nossa atuação” (Konrad Adenauer, 2017).

Campos baldios: extrativismo e violências interseccionais

PATRÍCIA MUÑOZ CABRERA

Roubaram-te a vida;
não mataram tua luta.
Para Bertha Cáceres,
In memoriam

RESUMO

■ Este artigo propõe uma reflexão sobre a ligação entre a indústria extrativa e a violência interseccional de gênero na América Latina. Essa abordagem justifica-se, em primeiro lugar, pela complexa heterogeneidade dos milhares de homens e mulheres afetados pela indústria extrativa na região. Em segundo lugar, devido à limitação teórico-política do enfoque de gênero para problematizar a rede de discriminações sistêmicas que definem a violência extrativista exercida nos corpos e territórios de mulheres indígenas e afrodescendentes. A discussão estrutura-se da seguinte maneira. O primeiro capítulo analisa a relação entre políticas públicas de igualdade e a indústria extrativa. O segundo capítulo reflete sobre o vínculo entre indústria extrativa, direitos humanos fundamentais das mulheres e violência interseccional. O terceiro capítulo conclui com algumas reflexões/pistas sobre o desenvolvimento e a justiça de gênero interseccional na indústria extrativa.

ABSTRACT

■ This article proposes a reflection on the link between extractive industry and intersectional gender violence in Latin America. This approach is justified, first of all, by the complex heterogeneity of the thousands of men and women affected by the extractive industry in the region. Secondly, due to the theoretical-political limitation of the gender approach to problematizing the network of systemic discriminations that define the extractive violence exercised in the bodies and

territories of indigenous and Afro-descendant women. The discussion is structured as follows. The first chapter analyzes the relationship between public equality policies and the extractive industry. The second chapter reflects on the link between extractive industry, women's fundamental human rights and intersectional violence. The third chapter concludes with some reflections / clues on the development and justice of intersectional gender in the extractive industry.

INTRODUÇÃO

■ A América Latina começou o terceiro milênio enredada num paradoxo histórico-político de importância. Por um lado, os chamados governos progressistas expandiram os marcos legislativos de proteção dos direitos humanos e de maior justiça social, inclusive a justiça de gênero. Não obstante, ao mesmo tempo, se intensificaram os processos de expansão de capital por meio da captação de fluxos de investimentos estrangeiros para o setor da indústria extrativa (mineração e agronegócio). Esse paradoxo acarretou um processo de reconfiguração macropolítica, visando acomodar as políticas públicas e os marcos legislativos às demandas dos mercados globais de commodities. Esse processo de acomodação institucional aguçou o paradigma já existente de desenvolvimento de curto prazo e exógeno, baseado na exploração insustentável dos recursos naturais para maximizar a exportação de matérias-primas. Ao mesmo tempo, gerou uma nova matriz de poder que concedeu às empresas transnacionais da indústria extrativa uma capacidade maior de influenciar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento territorial. Em consequência, a capacidade dos governos de projetar e aplicar políticas públicas de gênero genuinamente inclusivas e equitativas em toda a cadeia produtiva da indústria extrativa foi drasticamente reduzida. Por outro lado, esse desequilíbrio de poder reduziu a margem de manobra dos governos para fazer cumprir as leis consistentes com os compromissos internacionais no âmbito da proteção e defesa dos direitos humanos fundamentais, em particular o direito de ter uma vida livre de toda forma de violência, discriminação e espoliação. Cabe recordar que em sistemas de democracia cidadã participativa, políticas de igualdade e políticas de desenvolvimento territorial são processos que resultam de um marco estrutural de diálogo, consulta e negociação entre instituições do Estado (entre elas, os parlamentos) e grupos da sociedade civil organizada em torno de agendas de bem comum.

Uma abundante documentação empírica mostra que estamos diante de uma crise social e institucional sem precedentes (Acosta 2012, Gudynas 2012, Svampa

2015). Atualmente, o modelo de desenvolvimento extrativista, cujo principal vetor é maximizar a acumulação de capital pela exploração excessiva de recursos naturais, privilegia as elites nacionais e as holdings transnacionais, deixando para trás um rastro de violência e espoliação nos territórios de atividade extrativista. Por sua vez, as instituições do Estado viram-se diante de dificuldades sérias para fazer valer o Estado de direito, em particular no que diz respeito à proteção e à defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais, à aplicação do direito de consulta prévia e informada e a aplicação do princípio de *devida diligência* nos casos de violações dos direitos humanos fundamentais por parte de megaempresas extrativistas transnacionais, de seus sócios nacionais e de seus agentes locais (FOEI 2010).

RETROCESSO NA LUTA PELA JUSTIÇA SOCIAL: A IGUALDADE ELITISTA

■ A retórica de gênero promovido pelos governos dos países com forte atividade extrativista transnacional tende a realçar os impactos positivos dessa indústria para o crescimento das economias da região. Até agora, o discurso oficial não levou na devida conta o impacto da megaindústria de mineração nos direitos humanos fundamentais e, em particular, os altos níveis de violência contra as mulheres e os homens que lutam por seus direitos nos territórios afetados pela megaprojetos de mineração, hidrográficos e agrofloretais. Ao contrário, os governos parecem ter-se curvado à hegemonia dessa indústria, flexibilizando marcos legislativos e reestruturando os mercados de trabalho para facilitar contratos de trabalho que contradizem a política da OIT sobre trabalho digno.¹ O objetivo político (*policy outcome*) foi o de facilitar a entrada de novos fluxos financeiros para sustentar a economia nacional, sem considerar o impacto social, humano e ambiental dessa abertura.

No nível macropolítico, é importante notar que as macronarrativas que sustentam as políticas de gênero aplicadas ao setor da indústria extrativista na região não diferem substancialmente daqueles promovidas pelas instituições financeiras internacionais mencionadas acima. Em nível mundial, estas últimas promove-

1 Definido pela OIT (1999), o trabalho decente ou digno “busca expressar o que deveria ser, no mundo globalizado, um trabalho bom ou um emprego digno. O trabalho que dignifica e permite o desenvolvimento das capacidades próprias não é qualquer trabalho; não é decente o trabalho que se realiza sem respeitar os princípios e direitos trabalhistas fundamentais, nem o que não permite um salário justo e proporcional ao esforço realizado, sem discriminação de gênero ou de qualquer outro tipo, nem o que se realiza sem proteção social, nem aquele que exclui o diálogo social e o tripartismo”.

ram um paradigma de igualdade de gênero de caráter instrumental, a serviço da eficiência macroeconômica² e de um “jogo limpo” em mercados de trabalho altamente competitivos e segmentados com base nas condições de raça, gênero, classe social e heteronormatividade.³ Ambas as estratégias pedem para aumentar a participação das mulheres no trabalho, sem mencionar as condições dessa incorporação (por exemplo, condições precárias de trabalho em condições de extrema precariedade), nem as estratégias para combater o racismo estrutural e a segmentação social que caracterizam os mercados de trabalho em todo o mundo. Na verdade, pode-se argumentar que, ao adotar a ideia de gênero despolitizada e universalizante das instituições financeiras internacionais, os governos da região se afastaram de políticas e programas governamentais de reconhecimento e redistribuição. Governos como os de Brasil, Chile, Equador e Bolívia, os quais ampliaram há poucas décadas os direitos humanos fundamentais, incluindo os direitos ambientais e os direitos econômicos, sociais e culturais dos povos indígenas e afrodescendentes, foram-se curvando perante a hegemonia territorial e econômica das empresas transnacionais no continente. Esse processo de instrumentalização da igualdade de gênero fortaleceu discursos e práticas institucionais que apontam para um modelo de igualdade de duplo padrão, ou seja, defende-se com mais eficácia os direitos de certas mulheres e de certos homens e explora-se sem considerações éticas nem legais grupos ou setores de mulheres e homens definidos pelo sistema sócio-econômico-cultural dominante como descartáveis. Isso representa um retrocesso importante em termos de coerência das política de igualdade de gênero promovidas pela maioria dos governos da região, e se contrapõe à obrigação de cada Estado de projetar e aplicar modelos econômicos não

2 O paradigma de igualdade de gênero como instrumento para a eficiência econômica está muito bem descrito no documento do Banco Mundial “Gender Equality as Smart Economics: A World Bank Group Gender Action Plan” (BM 2007). Esquivel (2017) analisa a contradição entre eficiência econômica e equidade e igualdade de gênero nas políticas econômicas promovidas pelas instituições financeiras internacionais.

3 A diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI) utiliza o termo “fair play” quando conchama a lutar contra a discriminação das mulheres nos mercados de trabalho, com o objetivo de aumentar a participação das mulheres nesses mercados. Do ponto de vista da justiça de gênero, esse tipo de chamado é altamente problemático, pois se baseia em premissas falsas. Em primeiro lugar, supõe-se que todas as mulheres são igualmente discriminadas, ou que a discriminação que sofrem é de tipo universal e homogêneo; ou seja, elas são discriminadas somente por serem mulheres e o impacto é o mesmo para todas. Em segundo lugar, ignora-se que formas complexas e superpostas de discriminação (racial, heterossexista, de origem geográfica, social, cultural, entre outras) determinam assimetrias importantes de poder no interior dos mercados de trabalho e entre os próprios grupos de homens e mulheres que se supõe serem discriminados de maneira universal e não diferenciada.

discriminatórios, não violentos e baseados em um marco de direitos humanos individuais e coletivos (González 2015).

Essa ideia instrumentalista de igualdade de gênero continua prevalecendo no âmbito das políticas econômicas (comerciais e de investimento) adotadas por grande parte dos governos da região. Na área da megaindústria extrativista, ela levou à adoção de políticas de gênero contraditórias e de estilo elitista. Um caso concreto é o do Chile, país com muita atividade extrativista de mineração e onde existem políticas de igualdade de gênero que promovem o empoderamento de algumas mulheres nas grandes empresas de mineração. O objetivo é avançar na conquista da paridade de gênero, de modo a garantir uma maior presença de mulheres profissionais em altos cargos de tomada de decisão. Em si, essa política é coerente com o enfoque da igualdade com direitos, pois combate a discriminação contra as mulheres e o teto de vidro que as impede de galgar a postos de alta responsabilidade. Ao mesmo tempo, é uma política problemática por duas razões importantes. Em primeiro lugar, ela não inclui uma análise interseccional de gênero, o que permitiria considerar o fato de que, no Chile, o sistema de ensino está social e racialmente segmentado, razão pela qual nem todas as mulheres chilenas entram no mercado de trabalho em condições de igualdade e de tratamento. Por exemplo, as mulheres indígenas, camponesas e jovens de famílias de baixa renda (urbanas e rurais) têm muito poucas oportunidades de acesso aos níveis de educação exigidos pelos altos cargos decisórios na indústria de mineração. Em segundo lugar, não se levam em conta os sistemas de poder (por exemplo, o patriarcado heteronormativo e as ideologias raciais que inferiorizam a condição indígena) que produzem e reproduzem níveis de privilégio social e racial para algumas e de discriminação para outras. Em terceiro lugar, essas políticas de paridade de gênero não fazem a crítica do modelo de desenvolvimento extrativista que concede privilégios a algumas mulheres e homens, ao mesmo tempo em que explora outros e outras. Por último, tampouco se tomam medidas para combater as violações sistemáticas dos direitos humanos sofridas pelas mulheres dos setores populares, como as mulheres em pequenas mineadoras e as mulheres assalariadas (entre elas, migrantes) que trabalham nos setores de serviços para as megaminadoras no norte do Chile.

EXTRATIVISMO, DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIAS INTERSECCIONAIS

■ O fortalecimento do modelo extrativista acentuou os conflitos sociais e a violência interseccional contra homens e mulheres no continente: conflitos por água

e gás na Bolívia, conflitos pela extração de minerais no Equador, no Peru, em El Salvador, na Guatemala e na Argentina, conflitos pela extração de minérios e de recursos marinhos no Chile, conflitos por território e deslocamentos forçados em Honduras, no Brasil, entre outros. A atual tendência de investimentos estrangeiros, em particular o investimento chinês, indica que a lista continuará a aumentar (Dussel Peters 2012). Conforme demonstra a documentação empírica rigorosa, esses processos de liberalização contaram com o financiamento do Banco Mundial, entidade que durante décadas manteve seu apoio a processos de ajuste estrutural nos países da região, inclusive em períodos de conflito armado e ditaduras, como mostram numerosos relatórios de organizações defensoras dos direitos humanos.⁴

Outra área importante em que se percebe o impacto negativo da indústria extrativa é a dos direitos sexuais e reprodutivos. Trata-se de direitos que as mulheres identificaram como pilares fundamentais para garantir a soberania de seus corpos, entendida como o poder de decidir sobre seu corpo, sobre sua sexualidade, sobre o número de filhos e o momento para tê-los. As políticas de igualdade de gênero não consideraram necessariamente os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres nos territórios disputados pelas empresas da indústria extrativista. Um estudo da organização Amigos da Terra (2010) observa que, nas regiões de cordilheira e semidesérticas da Argentina e do Chile, mulheres, famílias e comunidades se abastecem da água que vem dos picos andinos para o cuidado reprodutivo (boa alimentação para suas famílias, asseio, higiene, prevenção de epidemias como o cólera) e para seus projetos produtivos. O excesso de exploração da água por megaprojetos de mineração nesses dois países teve sérias implicações para os direitos sexuais e reprodutivos, sociais, econômicos e culturais dessas mulheres, muitas das quais são membros de comunidades indígenas que já viviam em condições de exclusão social e discriminação racial. Testemunhos semelhantes de grupos de mulheres no norte do Chile denunciam o dano causado pela indústria extrativista do agronegócio, que causou estragos entre jovens trabalhadoras assalariadas em estado de gestação e aumentou o número de perdas de bebês e malformações congênitas (ANAMURI s/d).

Esses e outros casos acrescentam à dimensão comercial a dimensão da dignidade e da integridade humanas; desse modo, derrubam a narrativa oficial da bonança econômica do extrativismo.

4 Ver o informe da Campaña Jubileo 2013; Herbertson 2010, o informe do Ombudsman em Honduras sobre o caso das graves violações dos direitos dos povos indígenas e afrodescendentes causadas pela empresa Dinant no Baixo Aguán (CAO, 2013) e AFRONEH.

As experiências de mulheres que lutam contra a indústria extrativista demonstram que a riqueza gerada por essa indústria não é distribuída de maneira equitativa e está consolidando um modelo de desenvolvimento econômico elitista, depredador de ecossistemas e de alto risco para a saúde humana. Por outro lado, a incapacidade das instituições para resolver casos de violações dos direitos humanos aumentou o grau de impunidade institucional, o que contribuiu para tornar invisível a violência interseccional gerada pela indústria extrativa.

No plano teórico, a expansão extrativista está gerando economias de violência, que podem ser conceituadas em quatro categorias amplas: petroviolência, agroviolência, metalviolência e a hidrovioência.⁵ A petroviolência ocorre quando grandes companhias petrolíferas colocam em ação um sistema de patrulha, coesão, ameaças e agressões, seja para proteger territórios adquiridos ou para desocupar territórios disputados, com frequência ocupados por camponeses, povos indígenas e afrodescendentes. A segunda categoria se manifesta por formas de violência em territórios disputados pela indústria do agronegócio. A terceira forma de violência refere-se ao impacto da megamineração de metais, como demonstram os estragos causados pelo megaprojeto de mineração Merlin, na Guatemala, e a crise de saúde pública gerada pela indústria de megamineração em Antofagasta, norte do Chile (*Chicago Tribune* 2017).⁶ O quarto tipo de violência é gerada pelo modelo extrativista que se apodera de bacias hidrográficas, rios e oceanos para a megaexportação de minérios ou de pesca, como no caso da indústria do salmão no Chile (Zibecchi 2009). Como argumenta González (2015), referindo-se ao caso da Argentina, o modelo extrativista está perpetuando uma rede de violência sistêmica cuja base principal é a espoliação.

Trata-se de formas específicas de violência que não foram consideradas nas categorias de violência definidas nas políticas públicas, nem nos marcos legislativos dos países afetados por casos de violência extrativista e violações de direitos humanos por grandes conglomerados transnacionais nesse setor. Essa brecha

5 Para essa conceituação, a autora se inspirou em WRFM 2010; GRAIN 2010; Zalik 2004; e Ulloa 2016.

6 A cidade de Antofagasta, no norte do Chile, é um exemplo claro do paradoxo do desenvolvimento extrativista. Os trabalhadores das empresas de mineração transnacionais e subsidiárias podem chegar a ter uma renda per capita equivalente a quase o dobro da do país (US\$ 36.000 por ano *versus* US\$ 20.000). Ao mesmo tempo, a contaminação por resíduos de mineração levou sua população a ter três anos a menos de expectativa de vida do que a média nacional. Na região, a mortalidade por câncer de pulmão é o dobro da média nacional (34,7 casos/100.000 habitantes em comparação com 16,1 no resto do país). <http://www.chicagotribune.com/hoy/ct-hoy-8837221-cancer-y-contaminacion-la-otra-cara-de-la-mineria-en-chile-story.html>

entre a realidade da violência concreta e a falta de marcos legislativos existentes para seu devido tratamento e, sobretudo, para garantir o devido acesso à justiça das vítimas dessas violências, está alimentando um clima de impunidade institucional que se contrapõe aos compromissos assumidos pelos próprios governos, especialmente no marco da CEDAW e das recomendações da Conferência de Beijing.

No caso específico das recomendações de Beijing, os governos se comprometeram com o seguinte:

Parágrafo 165 (k) procurar assegurar que as políticas nacionais relacionadas com os acordos comerciais internacionais e regionais não tenham impacto adverso sobre as atividades econômicas novas e tradicionais das mulheres;

Parágrafo 165. l. garantir que todas as empresas, inclusive as corporações transnacionais, cumpram as leis e códigos nacionais, as normas de seguridade social, os acordos, instrumentos e convenções internacionais aplicáveis, inclusive os relativos ao meio ambiente, e outras leis pertinentes; (Documento de Beijing +5 – julho de 2000).

Cabe destacar que a violência interseccional sofrida pelas mulheres em sua luta pelo acesso e controle da terra, dos territórios e de recursos produtivos não é somente de ordem econômica, mas também geopolítica, pois implica lutas territoriais e negociações estratégicas para controlar espaços de ação e de agência política (*political agency*). Como assinala León, para as mulheres, ter acesso à terra é adquirir o poder de negociar em espaços públicos e privados. Em escala maior, significa contribuir para um modelo de desenvolvimento endógeno, gerado em condições dignas e equitativas, e sustentável, ou seja, que proteja o meio ambiente e os direitos da natureza, potencializando a reprodução da vida (León 2011).

Situando o debate no contexto da Guatemala, Maldonado e Roulet chamam a atenção para a contradição do modelo extrativista atual do agronegócio, cuja matriz de produção para exportação fez com que camponesas, em sua maioria, indígenas, fossem despojadas de suas terras e aceitassem empregos precários como trabalhadoras agrícolas em empresas agroexportadoras. Lá, essas trabalhadoras produzem alimentos de alta qualidade para os mercados europeus e americanos, garantindo o direito à segurança alimentar de mulheres e homens em outros países, enquanto elas e suas famílias se veem privadas do direito humano a uma alimentação de qualidade (WIDE 2011, pp. 42-51). No caso da Guatemala, o

paradoxo de gênero elitista no âmbito da indústria extrativista ganha ressonâncias estruturais se considerarmos que a Constituição guatemalteca define a “função social da propriedade” com base em exigências do bem comum e proíbe a “alienação”. e a “expropriação forçada da propriedade” em benefício de “latifúndios” (Rodríguez Baena 2008, citado em Wiener 2011).

A Guatemala não é um caso isolado. O caso do conflito por terra e território em Honduras representa um exemplo emblemático do impacto que, em nosso continente, está tendo a disseminação da hegemonia extrativista no desenvolvimento de certos países. O assassinato de Bertha Cáceres, líder do povo Lenca, mostra que ter acesso à terra é ter acesso ao poder, e lutar contra essa rede de poder mega-acumuladora pode custar a vida. Bertha Cáceres pagou com sua vida o direito de defender o território do povo Lenca contra a indústria extrativista e seu assassinato continua marcado pela impunidade institucional. Sua luta reposiciona aspectos geopolíticos relacionados à propriedade individual e coletiva da terra, e sua relação com a soberania dos corpos dos sujeitos de ambos os sexos que habitam os territórios da disputa extrativista. O assassinato de Bertha Cáceres é mais um exemplo do paradoxo da igualdade elitista de gênero que afeta a indústria extrativista, e o Estado que a promove não cumpre seu dever de garantir políticas de *devida diligência*, ou então criminaliza as lutas das mulheres e homens de povos indígenas, afrodescendentes e camponeses contra as violências intersetoriais geradas pela indústria extrativa.

3. DESENVOLVIMENTO SEM VIOLÊNCIA E SOBERANIA DOS CORPOS: DESAFIOS CONTINENTAIS

■ O maior desafio enfrentado pela América Latina é a aplicação de um modelo de desenvolvimento não discriminatório e não violento. Em termos de políticas públicas, um grande desafio é conciliar os ajustes estruturais que permitiram a mercantilização da natureza e sua abertura aos mercados extrativistas globais e determinar os limites entre o que é legal e o que é justo; entre direitos das empresas, deveres do Estado e direitos humanos integrais de homens e mulheres, sem nenhuma forma de discriminação.

Maristella Svampa e Enrique Viale usam o conceito de “mau desenvolvimento” para questionar o modelo reprodutor de injustiça social que o capitalismo extrativista implantou na Argentina. Segundo esses autores, esse modelo está perpetuando uma dinâmica de espoliação de bens naturais e territórios e, por consequência, violações de direitos individuais e coletivos. Essa matriz de

desenvolvimento produtivista está em oposição direta ao paradigma de desenvolvimento que mobilizou mulheres e homens de povos indígenas, camponeses e afrodescendentes em suas lutas contra a hegemonia extrativista. Esta luta por uma ideia de desenvolvimento com soberania foi resumida por Bertha Cáceres da seguinte forma:

É um modelo de desenvolvimento que inclui a soberania e a autonomia dos territórios, das florestas e dos rios, e também soberania e autonomia dos corpos e da sexualidade das mulheres (AWID 2015).

Sem dúvida, é no nível dos corpos e territórios que mulheres diversas se esforçam para alcançar condições de vida dignas e justas para elas, para suas famílias e para seu entorno social e ambiental. Para as mulheres camponesas, trabalhadoras agrícolas assalariadas, mulheres de povos indígenas e afrodescendentes, trabalhadoras migrantes nos mercados de exportação e na megamineração, serem despojadas de suas terras e expulsas de seu território, junto com sua família e comunidade ou povo, é um tipo de violência econômica que tem profundas ramificações sociais, culturais e políticas, e que viola seus direitos humanos fundamentais. A falta de medidas de proteção por parte do Estado e a não aplicação da legislação pertinente aos direitos humanos individuais e coletivos de mulheres constituem atos de impunidade perante os quais os governos não agiram com a *devida diligência* nem prontidão para cancelar o financiamento de todo projeto ou atividade econômica ou produtiva que estivesse direta ou indiretamente implicada em abusos de seus direitos humanos (Jubilee Campaign 2013, Human Rights Watch 2013).

No caso específico das mulheres, o direito à soberania de seus corpos constitui um direito fundamental e não se limita aos direitos sexuais e reprodutivos. Esse direito inclui o direito de ter uma vida livre de todos os tipos de violência, em particular, a violência gerada pela privação do seu direito individual e coletivo à terra e ao território. Da mesma forma, criminalizar sua voz legítima de protesto pela espoliação e deslocamento forçado e negar-lhes o direito à consulta prévia e informada constituem abusos de seus direitos humanos fundamentais. Para mulheres trabalhadoras, organizadas, ou como sujeitos de direitos individuais, o direito à consulta prévia e informada é um espaço-chave de negociação. Para os povos indígenas e afrodescendentes, esse direito é fundamental e faz parte de seus direitos como povos, em consonância com o art. 32. par. 2 da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. Como ressalta o rela-

tor especial da ONU para os povos indígenas, é imperativo um novo modelo de produção que respeite os direitos econômicos, sociais e culturais desses povos. As empresas têm a obrigação de respeitar esse direito e devem atuar com a “devida diligência” para evitar que suas operações violem os direitos humanos desses povos (ONU 2013, p. 16).

Do ponto de vista dos direitos humanos integrais, ignorar o impacto da violência econômica gerada, direta ou indiretamente, pela indústria extrativista e permitir políticas de igualdade elitista perante tamanha magnitude da espoliação e do abuso é desumanizar o desenvolvimento e as mulheres e homens que o tornam possível. Além disso, privilegiar o crescimento econômico em detrimento da vida boa de homens e mulheres e de nossos ecossistemas significa, na prática, uma visão de desenvolvimento que justifica e camufla os abusos de um modelo econômico reprodutor de violência injustiça social. Ou seja, nos termos de Bourdieu, trata-se de um tipo de violência simbólica exercida por agentes do poder hegemônico que priva homens e mulheres de seu direito de decidir, em liberdade de ação e pensamento, sobre o tipo de vida a que aspiram.

CONCLUSÃO

■ Perante a magnitude das violações dos direitos humanos geradas pela indústria extrativista, torna-se imperativo para os governos, as instituições financeiras internacionais e empresas transnacionais ativas no setor levar devidamente a sério o impacto de suas políticas e práticas sobre os direitos humanos fundamentais de homens e mulheres na região. Não é suficiente promover uma política de igualdade sem abordar o nível sistêmico de violência em relação a territórios, ecossistemas e corpos daqueles que ali lutam por seus direitos. Qualquer política de gênero cega à violência interseccional e sistêmica continuará sendo, no melhor dos casos, um magro paliativo político. Na pior das hipóteses, servirá de camuflagem para novas violações dos direitos humanos.

Em segundo lugar, é urgente que os governos da região a revisem o marco conceitual das políticas de igualdade de gênero que estão promovendo na indústria extrativista. Um dos aspectos fundamentais dessa redefinição é a relação inseparável entre o modelo de desenvolvimento que cada país precisa, o respeito pelos direitos humanos e a igualdade interseccional *de jure* e *de facto* que esse modelo deve promover e defender.

Em terceiro lugar, é urgente fortalecer o debate político e jurídico, especialmente a relação entre os direitos humanos e os deveres do Estado e das empresas

ativas no setor.⁷ Os governos devem incorporar as propostas de homens e mulheres organizados, em particular aquelas que propõem processos de construção conjunta de políticas a partir do contexto local e territorial. O princípio da co-participação proposto por redes de camponeses e redes de produtores/as da economia social e solidária, entre outros, oferecem a alternativa de uma mudança de paradigma, ou seja, um modelo de desenvolvimento não prejudicial e que integre as dimensões econômica e social em um marco de direitos e responsabilidades para uma boa vida compartilhada. O princípio da construção conjunta de políticas públicas pode ajudar a superar a armadilha do desenvolvimento paliativo, que promove o empoderamento econômico e político de alguns homens e mulheres, sem modificar a estrutura dos mercados, nem as assimetrias de poder que ali existem.

Por outro lado, os governos devem incorporar o conhecimento empírico gerado pelas mulheres nos contextos em que as empresas da indústria extrativista intervêm. Não se pode impor epistemologias, conceitos ou modelos de desenvolvimento que não correspondam a modelos endógenos, gerados a partir da cultura e da história de mulheres e homens organizados em grupos de defesa territorial. No caso específico da América Latina, os modelos de desenvolvimento hegemônico não respeitaram os conhecimentos teóricos e práticos acumulados que, transferidos de geração em geração por homens e mulheres camponeses, indígenas e afrodescendentes, contribuíram para a segurança e a soberania alimentar e a preservação dos ecossistemas. O desenvolvimento econômico não reside apenas na acumulação de capital, mas também na acumulação de conhecimento e na flexibilidade das instituições nas quais homens e mulheres assumidos como sujeitos de direitos negociam conflitos, examinam alternativas de bem comum e mobilizam recursos num marco de equidade distributiva (Ferrer, citado em Sanchís 2011, p.33).

Além disso, é necessário que as políticas governamentais não se limitem à discriminação de gênero. Como tentamos demonstrar neste artigo, um impedimento ao desenvolvimento com dignidade e justiça social na América Latina é o problema do racismo estrutural que afeta instituições, estruturas estatais e mercados. Não é por acaso que a maioria das vítimas da expansão extrativa é composta por mulheres e homens dos povos indígenas e afrodescendentes, junto com camponeses empobrecidos pelo açambarcamento desenfreado de terras e oceanos

7 Isso se poderia conseguir, por exemplo, promovendo debates tripartites que analisem aplicações possíveis das diretivas e do convênio 169 da OIT em conjunto com as recomendações da CEDAW e de Beijing+20.

por elites econômicas nacionais e transnacionais. Eles e elas foram historicamente desumanizados, discriminados e inferiorizados pelas mesmas instituições que estão promovendo a igualdade de gênero.

Nesse sentido, a incorporação do enfoque de gênero interseccional permitiria aos governos da região superar a debilidade teórica que fundamenta seu enfoque categórico de gênero e, ao mesmo tempo, construir metodologias de modelagem integrativa (macro-meso-micro) que deem conta do caráter interseccional da violência que a indústria extrativista está gerando. Esse tipo de modelagem complexa permitirá fortalecer o nível de coerência entre as políticas macroeconômicas e sociais e seu impacto direto nos direitos humanos. Ao mesmo tempo, permitirá desenvolver indicadores de impacto que possibilitem avaliar (quantitativa e qualitativamente) o impacto das intervenções da megaindústria da mineração sobre o direito de *todos e todas* à soberania de seu corpo e a um desenvolvimento sem violência, nem discriminação, nem espoliação.

Qualquer estratégia governamental que pretenda contribuir para um modelo de desenvolvimento sem violência e com justiça interseccional de gênero deve incluir esses princípios fundamentais.

PATRÍCIA MUÑOZ CABRERA · Doutora em Letras pela Universidade Livre de Bruxelas, possui mestrado em Letras/ Estudos de Gênero e Literatura Pós-Colonial pela Universidade de Louvain-la-Neuve, também na Bélgica, e bacharelado em Pedagogia e Educação Inglesa pela Universidad de Concepción, Chile.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neo-extractivismo: dos caras de la misma maldición. 25.07.2012. Disponible em: <www.cronicon.net>

AMIGOS DE LA TIERRA (FoEI). La minería y la violación de derechos humanos en Argentina. 2010. Disponible em: <http://www.foei.org/es/what-we-do/noticias/la-mineria-y-la-violacion-de-derechos-humanos-en-argentina?set_language=es>

BANCO MUNDIAL. Gender Equality as Smart Economics: A World Bank Group Gender Action Plan. BM 2007.

CAO Auditoría de la inversión de la IFC en la Corporación Dinant S.A. de C.V., Honduras. 2013. Disponible em: http://www.cao-ombudsman.org/cases/document-links/documents/DinantAuditCAORefC-I-R9-Y12-F161_ESP.pdf .

CHICAGO TRIBUNE. Cáncer y contaminación, la otra cara de la minería en Chile. <http://www.chicagotribune.com/hoy/ct-hoy-8837221-cancer-y-contaminacion-la-otra-cara-de-la-mineria-en-chile-story.html>

DUSSELS Peters, Enrique. *Chinese Foreign Direct investment in Latin America: does ownership matter?* Online paper number 33. Working Group on Development and the Environment in the Americas. 2012. Disponible em: <http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/DP33_DusselNov12.pdf>

ESQUIVEL, Valeria. Efficiency and gender equality in growth theory: simply add-ons?, *Canadian Journal of Development Studies/Revue Canadienne d'étude du développement* , 38:4, p. 547-552, 2017.

GONZÁLEZ, Alexa. Extractivist Agribusiness Model: Analysis of social resistances emerging in response to the extractivist agribusiness model: a case study of the Industrial Belt of Gran Rosario” *Independent Study Project Collection*, 2015.

GRAIN. Acaparamiento de tierras en Argentina: un manual de instrucciones para entregar el territorio.” *A Contrapelo*. 25 de janeiro de 2010. Disponible em: <www.grain.org/contrapelo>

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano”. *Nueva Sociedad* Nº. 237, janeiro-fevereiro de 2012, ISSN: 0251-3552, <www.nuso.org>.

JUBILEE DEBT CAMPAIGN (2012). El origen del terror: El respaldo de las instituciones financieras internacionales a los regímenes genocidas en Guatemala. Disponible em: <<http://old.jubileedebtcampaign.org.uk/REPORT373A3720Generating3720Terror37203728Dec372020123729+8013.twl>>

HUMAN RIGHTS WATCH. *Abuse-Free Development: How the World Bank Should Safeguard Against Human Rights Violations*, 2013. Disponible em:< <http://www.hrw.org/reports/2013/07/22/abuse-free-development-0>>

LEON, M. La desigualdad de género en la propiedad de la tierra en América Latina. *Du grain à moudre. Genre, développement rurale et alimentation*». C. Verschuur (coord.). *Actes des colloques genre et développement*. Berna: DDC-Commission nationale suisse pour l'UNESCO. Geneva: IHEID. 2011, p. 189-207.

MALDONADO, N. e Anaité Roulet. La geopolítica de la alimentación y del agua en Guatemala: Escasez en un país con abundancia y acciones concretas para paliar la situación desde las mujeres organizadas. Publicado en “Alternativas Económicas para la Justicia Social y de Género: Voces y Visiones desde América Latina”. WIDE 2011, p. 42-51.

ONU. Informe del Relator Especial sobre los derechos de los pueblos indígenas, James Anaya: Las industrias extractivas y los pueblos indígenas. 2013.

---. “Declaración y Plataforma de acción de Beijing”. 1995.

---. CEDAW- Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer, 1979.

ORGANIZACIÓN FRATERNAL NEGRA HONDUREÑA-OFRANEH. Masacre de indígenas Tolupanes y la ausencia de la aplicación del consentimiento previo libre e informado. 27 de agosto de 2013.

OIT- Organización Internacional del Trabajo, *Trabajo Decente*, OIT Ginebra: 1999.

WIENER, Elisa. La concentración de la propiedad de la tierra en América Latina: una aproximación a la problemática actual”. Land Coalition/ CIRAD/CISEPA, 2011.

WRM “Impactos del monocultivo del eucalipto sobre las mujeres indígenas y quilombolas en el estado de Espiritu Santo”. 2010. Disponible em: < http://wrm.org.uy/es/files/2013/02/Libro_Mujeres_Brasil.pdf>

ZALIK, Ana. “The Niger delta: “petro violence” and “partnership development””. *Review of African Political Economy*, Vol. 31, Issue 101, p. 401-424, Set. 2004.

Amefricanas: branqueamento, gênero e raça¹

BRUNA CRISTINA JAQUETTO PEREIRA

RESUMO

■ A ativista e intelectual brasileira Lélia Gonzalez apontou o branqueamento como uma marca central do racismo disfarçado ou por denegação, que prevalece nas sociedades latino-americanas. Como ideologia ou dinâmica social, o branqueamento mobiliza as hierarquias sociais de gênero e raça, e opera como um mecanismo de controle e disciplinamento do desejo e da forma como são vividas as relações afetivas e sexuais. No presente artigo, exploro algumas das dinâmicas sociais relacionadas ao branqueamento, que encontrei em minha pesquisa de doutorado sobre vivências afetivo-sexuais de mulheres negras.

ABSTRACT

■ Brazilian activist and intellectual Lélia Gonzalez pointed to bleaching as a hallmark of disguised racism or denial, which prevails in Latin American societies. As an ideology or social dynamic, bleaching mobilizes the social hierarchies of gender and race, and operates as a mechanism for controlling and disciplining desire and the way in which affective and sexual relationships are lived. In this article, I explore some of the social dynamics related to bleaching, which I found in my doctoral research on the affective-sexual experiences of black women.

1 O termo “Amefricanidade” – e, daí, “amefricanas” – foi cunhado por Lélia Gonzalez (1988a) como uma “referência etno-geográfica” (p. 77) que identifica populações africanas, indígenas e de seus/suas descendentes que vivem nas Américas e sua história comum de vivência da dominação racista – preservadas as diferenças entre sociedades.

■ Em julho de 1992, delegações de 32 países desembarcaram em Santo Domingo, República Dominicana, para participar do I Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas. Em contraponto ao Quinto Centenário, que se desdobrava em comemorações pela chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano, mais de 300 mulheres afro-descendentes se reuniram para denunciar sua inserção social subalterna e a violação sistemática de seus direitos. Naquela ocasião, buscaram reavivar e coordenar resistências a um modelo que se instalou a partir da colonização do “novo” continente. A escolha da data reforçava a oposição a uma narrativa hegemônica que procura ocultar ou minimizar fatos históricos e dinâmicas sociais tais como o holocausto das populações indígenas (Gargallo, 2012) ou a exploração e a tentativa de eliminação das populações negras (Nascimento, 1978).

O episódio constitui um marco na história recente da mobilização política das mulheres negras das regiões abrangidas, e teve como um de seus resultados o estabelecimento do 25 de julho como Dia da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha. De fato, a construção de discursos alternativos, capazes de reconhecer o racismo, o machismo e o capitalismo enquanto elementos estruturantes de desigualdades e violências, e de combatê-los, tem sido uma dimensão importante da luta de mulheres negras. Sua produção intelectual vale-se de linguagens e recursos simbólicos variados, que abrangem, a título de exemplo, a música (Werneck, 2007) e o imaginário das religiões afro-brasileiras (Pereira, 2016).

Diversos são também os temas abrangidos por essa produção. Neste artigo, concentro-me em um aspecto que a ativista e intelectual brasileira Lélia Gonzalez apontou como uma marca definidora do racismo latino-americano: o branqueamento. Central para a sociabilidade de diversos países latino-americanos, o branqueamento (ou embranquecimento), como ideologia ou dinâmica social, assenta-se fundamentalmente na mobilização conjunta e combinada de gênero e raça, a qual me volto a explorar. Com esse intuito, parto de formulações de Gonzalez para trazer um breve panorama sobre o branqueamento. A seguir, discuto alguns dos achados de minha pesquisa de doutorado sobre vivências afetivo-sexuais de mulheres negras, referentes ao branqueamento como prática, para sondar aspectos particulares da interseccionalidade entre gênero e raça no Brasil.

BRANQUEAMENTO: AMÉRICA LATINA RUMO À MODERNIDADE

■ Lélia Gonzalez, como muitos/as outros/as intelectuais dedicados/as ao estudo das relações raciais, atentou para diferentes características peculiares e expressões

próprias do racismo, nas diferentes regiões do globo nas quais ele participa da articulação da vida social. Para a autora, naqueles contextos em que a colonização foi promovida por sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, prevaleceria o racismo aberto e a intolerância à miscigenação, com uma fixação na ideia de pureza racial. Aí, o mecanismo de dominação favoreceria a segregação racial como solução mais pertinente – como foi, por exemplo, o caso da África do Sul (Gonzalez, 1988a; 1988b). Logo, predominaria nesses locais a visão de que o contato sexual e a afetividade interracial são impertinentes e mesmo vetados, e os/as «mestiços/as» são vistos/as como degenerados/as (Stepan, 2005).

Um modelo alternativo teria emergido nas sociedades ibéricas. Segundo Gonzalez, a presença judia e moura em Portugal e na Espanha desde um passado distante teria favorecido o desenvolvimento de violentos mecanismos de controle dessas populações, de fundo racial. A longa experiência de hierarquização teria garantido a estas futuras metrópoles um determinado conhecimento sobre a dominação racial, que teria sido transposto e aprimorado no período da empreitada colonial (Gonzalez, 1988a; 1988b).

As sociedades latino-americanas, a partir da colonização por Portugal e Espanha, teriam adotado o modelo de racismo disfarçado ou por denegação, em que predominariam “teorias” da miscigenação, assimilação e a ideia de uma “democracia racial”. Das metrópoles, herdamos “[...] as ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas” (Gonzalez, 1988a, p. 73), em que a manutenção da estratificação racial prescinde de segregação, uma vez que as hierarquias com base na raça constituem-se de forma que o grupo branco mantenha sua superioridade mesmo em contextos de interação com pessoas do grupo dominado. Para a autora, este modelo ancora-se primordialmente na ideologia do branqueamento.

Como Gonzalez, considero que a ideologia do branqueamento ocupa uma posição central no escopo das relações raciais tecidas no Brasil – assim como em diversos outros países da América Latina. Enquanto projeto, o branqueamento significou uma revisão da ideia da miscigenação como degenerescência, como produtora de indivíduos física e moralmente inferiores – encontrada, por exemplo, nos escritos do médico e antropólogo baiano Nina Rodrigues. A partir da abolição do sistema escravista, mas sobretudo a partir da década de 1930, o embranquecimento foi concebido pelas elites nacionais como uma via de acesso à modernidade. Os grandes contingentes de população não branca eram vistas como o grande entrave para o progresso nacional. A população negra, sobretudo de tonalidade mais escura, era vista como primitiva e pré-lógica, sinônimo de

doença, preguiça e criminalidade. Sobre a “mistura de raças” repousavam as melhores expectativas de forjar um futuro embranquecido – e quem sabe até branco –, sinônimo de desenvolvimento e prosperidade (D’Ávila, 2003; Stepan, 2005).

No entanto, o embranquecimento está longe de operar apenas no nível dos projetos ou conceitos. A ideologia do branqueamento compreende um conjunto de ideias, representações e valores que têm sido fundante para práticas cotidianas, para nossa organização social e sua reprodução, e também para os projetos de nação e noções de nacionalidade/povo que ganharam corpo por aqui. Nesse sentido, mantenho o uso do termo “ideologia”, definindo-o como um conjunto de ideias e representações hegemônicas que são produtivas, na medida em que participam da construção e da produção dos sujeitos, das identidades e das próprias relações sociais (Said, 1990; Hall, 1997). Com isso, enfatizo que essas propostas traduziram-se e traduzem-se em ações concretas – implementadas, por exemplo, enquanto políticas públicas no âmbito da educação e da saúde (D’Ávila, 2003), mas também em práticas cotidianas. Como parte de uma elaboração particular do racismo científico, ela de fato ocupou um lugar central nas ideias eugênicas apropriadas e implementadas pelas elites nacionais em países da América Latina – sobretudo em países com grandes contingentes de população não branca, como Brasil, Colômbia e Venezuela, com vistas a apagá-las (Nascimento, 1978).

De fato, Gonzalez descreveu a ideologia do branqueamento como um fenômeno que opera em múltiplas e sobrepostas camadas. Para a autora, no nível da cultura e da produção do conhecimento, esse “véu ideológico” (p. 70) apaga a extensão das contribuições indígenas e africanas à sociedade brasileira, muito maiores do que qualquer influência europeia. À adoção e perpetuação de modelos eurocêntricos, que propagam a crença na superioridade nas classificações e valores ocidentais brancos, conjuga-se a insistência na existência de uma “democracia racial”, que tem por intuito ocultar as próprias relações de dominação. Incorporada pelas pessoas negras, a ideologia do branqueamento produz a fragmentação da identidade racial e a negação da própria raça e cultura – ou a sua alienação (Gonzalez, 1988a). Um dos desdobramentos práticos dessa visão de mundo interiorizada é a atração por pessoas brancas, abrangendo, inclusive, a vontade expressa de embranquecer as famílias ou “limpar o sangue” (Gonzalez, 1988, p. 73).

De maneira esquemática, assim como Gonzalez, outros/as intelectuais dedicados a estudos sobre as relações raciais consideram que há 3 formas pelas quais o branqueamento poderia ocorrer: 1) pela união de uma pessoa negra com uma

pessoa de pele mais clara, de preferência branca, promovendo um embranquecimento intergeracional; 2) ao ascender socialmente, uma pessoa negra passaria a ter “status” de branca; 3) por aculturação, através da adoção de culturas eurocentradas e eurocêntrica e do cultivo de um *self* “branco”/europeu (Gonzalez, 1988a; D’Ávila, 2003; Domingues, 2002; Golash-Boza, 2010). Considero que os itens 2 e 3 problemáticos e passíveis de críticas, na medida em que são postos à prova, respectivamente, por estudos empíricos² e por abordagens alternativas sobre dinâmicas culturais³. Porém, neste texto, atenho-me à análise do primeiro item, ou seja, ao branqueamento enquanto embranquecimento intergeracional.

Como motor de um projeto de povo e de nação que depende da miscigenação progressiva em direção a um modelo corporal tomado como meta (D’Ávila, 2003), o branqueamento se assenta, por um lado, em uma ideia de desejo sexual maleável e, por outro, no direcionamento desse desejo de maneira a orientar a reprodução de corpos para um determinado sentido, mas não para outros. Por intercalar desejos racializados e projetos de reprodução, esta é uma questão de importância singular para compreender como gênero, raça e sexualidade se combinam em nossa sociedade.

Outros trabalhos dedicaram-se a compreender o agenciamento do desejo dentro de uma perspectiva histórica, ou como ele foi promovida pelas elites brancas⁴. Aqui, estou mais interessada em explorar como alguns dos mecanismos de controle e disciplinamento do desejo e das relações afetivas e sexuais (Miskolsci, 2013) funcionam na prática e como participam das vivências íntimas cotidianas dos indivíduos na sociedade brasileira atual. Meu foco recairá sobre vivências heterossexuais, tendo em vista a centralidade da questão da reprodução⁵. Com a finalidade exposta, recorro, para tanto, a relatos e observações que venho coletando nos últimos anos, de maneira formal e informal, para minha pesquisa de doutorado sobre vivências afetivo-sexuais de mulheres negras.

Cabe aqui explicitar que as interações mencionadas dizem respeito a *algumas* das dinâmicas afetivo-sexuais possíveis – aquelas que estão relacionadas ao branqueamento. Há outras, que com elas convivem de maneira contraditória e sobreposta, e que não serão abordadas aqui. Elas estão ancoradas primordialmente em

2 Ver, nesse sentido, Hasenbalg (1979); Golash-Boza (2010) e Figueiredo (2012).

3 Como, por exemplo, em Gilroy (2001).

4 Ver, por exemplo, Miskolsci (2013).

5 A centralidade da reprodução no projeto de nação e no branqueamento é um dos alicerces da violência homotransfóbica e da heteronormatividade na sociedade brasileira. Ver, nesse sentido, Miskolsci (2013).

processos de resistência e discursos anti-racistas, difundidos sobretudo por intelectuais negras que atuam como ativistas, acadêmicas, escritoras, compositoras, cantoras, entre outros, e que, me parece, vêm ganhando espaço na forma como a sociedade brasileira vive e interpreta os seus afetos e sua sexualidade. Tratarei do tema em outro lugar.

A “NEGONA” E O “NEGÃO”

■ Foi em um samba de Brasília que tive a oportunidade de encontrar um antigo colega de escola, Henrique. A conversa ia bem: anos e anos haviam se passado desde o nosso último encontro e tínhamos muito do que falar. Ele me contou em detalhes sua história de amor, e me mostrou até mesmo algumas fotos da mulher (como ele, branca) por quem era apaixonado e com quem se relacionava longamente, com algumas indas e vindas. O clima de camaradagem fez com que me sentisse à vontade para compartilhar algo de mim, inclusive meu interesse pelo que estudo de gênero, raça e racismo – o que pode resultar tensões pela quebra da “etiqueta racial brasileira”, ao desafiar a ideia de democracia racial.

Algumas horas depois de iniciada a nossa conversa, passou por nós uma mulher negra, de tez escura, chamada Antônia. Eu não a conheço pessoalmente, mas sempre a encontro em minhas circulações pela cidade. Inadvertidamente, sem qualquer sintonia com o assunto de que tratávamos – ao meu ver –, Henrique apontou para Antônia e soltou: “Tá vendo? Olha que maravilha! Para comer uma negona dessas, eu teria que tomar 27 viagras!”. Henrique não disse que Antônia era bonita, não considerou a possibilidade de se apaixonar perdidamente por ela, de viver com ela um grande amor, um namoro, um casamento. O lugar de “amor de sua vida”, a pessoa com quem constituía um relacionamento, estava assegurado a uma mulher branca. Esse lugar não parecia ameaçado pelo desejo pela “potente” e “fogososa” “negona”, que ele expressava de forma tão acintosa. Afinal, na sociedade racializada que busca o embranquecimento, os homens brancos encontram a possibilidade de estabelecer diferentes tipos de relação com mulheres de diferentes grupos raciais: as oficiais e estáveis são reservadas às mulheres brancas, vistas como seus pares naturais; às mulheres negras, é reservada a projeção de seus desejos sexuais, num misto de repulsa e atração.

Como chegam a esse entendimento? Inicialmente, talvez de maneira até um pouco inocente, eu achava que essas ideias eram constituídas e que circulavam em nível representacional, sobretudo por valores do âmbito da estética que privilegiavam a feminilidade branca e associam mulheres negras ao sexo. Porém, conversas

informais com homens brancos me ensinaram que o processo de disciplinamento pode ser bem mais explícito e violento: alguns deles me disseram que, em suas primeiras interações afetivas com mulheres negras, foram advertidos por outros homens brancos de que eles poderiam ter casos ou relações sexuais com elas, mas não deveriam namorá-las, muito menos se casar com elas. Na união com homens brancos, o lugar adequado para as mulheres negras parece ser o de amantes, ou para usar os termos de Gonzalez (1984), o regime de “concubinagem”: concubinato com sacanagem.

O ensino e a vigilância desse padrão duplo de relacionamentos emergiu novamente no relato de um amigo negro, Luciano. Ele me contou sobre um amigo branco de classe média, Pedro, com quem se encontra esporadicamente. Pedro sempre menciona sua preferência por mulheres negras, para sexo e/ou relacionamento. Porém, ele contou a Luciano que, ao sair com amigos brancos e ficar com mulheres negras, foi repreendido por seus pares: “Mas você tá ficando com aquela negona?”. Pedro vai para espaços de samba na cidade onde vive ou para outros ambientes com pessoas negras e fica com mulheres negras, mas nunca aparece em público com uma. Todas as suas namoradas foram brancas. E ele se sente à vontade para falar sobre isso com Luciano, que me diz, em tom de ironia, que é o consultor de “assuntos pretísticos” do amigo, já que Pedro jamais falaria destas questões com seus amigos brancos. Para Luciano, Pedro se sente à vontade para revelar o desejo “imoral”, sentimentos e experiências que poderiam desencadear reprovações em outros círculos sociais; não considera, porém, que o amigo pode se sentir desconfortável ou ofendido com suas revelações.

O terceiro caso aconteceu em meio a uma atividade feminista, quando Flávia, uma mulher branca e militante feminista, me perguntou o que eu estudava. Mediante a minha resposta – “gênero, raça e vivências afetivo-sexuais” –, ela começou a me falar do quanto gostava de um “negão”, que eles “são uma delícia”, que seu último marido era “um negão”, mas que eles não prestavam. Disse ainda que eles eram ótimos no cama, e não me poupou das insinuações sobre tamanhos da genitália que ela atribui aos homens negros. Seu relato exemplifica como os estereótipos raciais relacionados aos homens negros, assim como às mulheres negras, podem funcionar como um atrativo para pessoas brancas. No entanto, ao contrário do que acontece com elas, não há aqui tipos de relacionamento preferenciais. Se há riscos de se envolver com “negões que não prestam”, quando esta representação não veta o envolvimento, a ligação entre mulher branca e homem negro não se sujeita a um regime de diferenciação entre um modelo apropriado e outro não apropriado de vivência do desejo.

SUBLIME BRANQUITUDE: A PRIMEIRA OPÇÃO

■ De maneira distinta, intelectuais negros como Frantz Fanon (2008) e Joel Rufino dos Santos (1994) trataram da atração das pessoas negras por pessoas brancas – no caso de Rufino, dos homens negros por mulheres brancas. No contexto da Martinica, da França salpicada por africanos/as ou negros/as advindos/as das ex-colônias, ou do Brasil, ser objeto do *amor* de uma pessoa branca, sobretudo em público e em um relacionamento oficial e/ou estável, é muitas vezes uma experiência almejada, idealizada e buscada. Afinal, um/a parceiro/a branco/a é tomado/a como um passaporte para um status social, ponte para uma dignidade, que uma pessoa negra sozinha ou se relacionando com outra pessoa negra jamais poderia alcançar. A atenção e o afeto do par branco são vistos como a possibilidade mais próxima de experimentar, ainda que “de fora”, o caráter sublime da branquitude.

Um de meus objetivos é compreender de forma mais detalhada como a “mais-valia racial” (Gonzalez, 1979) representada pela branquitude funciona como um atrativo para as pessoas negras. Nos relatos que recupero a seguir, preocupações com o fenótipo da prole, a idealização do relacionamento com brancos/as e a diáde hipervigilância/disciplinamento do gosto estético foram alguns dos elementos que emergiram em minha pesquisa como motivadores para que as pessoas negras buscassem se relacionar com pessoas brancas.

A valorização de traços físicos associados à branquitude foi explicitamente mencionada como um dos elementos de atração das mulheres negras por homens brancos. Novamente, este não foi um “gosto” desenvolvido espontaneamente, mas a partir de referências sociais e também de intervenções diretas voltada a disciplinar preferências e desejos. Um exemplo pode ser encontrado no relato de Lúcia, uma das mulheres negras que entrevistei. Ela me contou como, na infância, em época de Copa do Mundo, colecionava figurinhas de jogadores de futebol que achava bonitos. Eles eram sempre africanos, de tez escura. Por algum motivo que parece difuso em suas lembranças, Lúcia se envergonhava da atração por esses homens, que escondia. Uma vez, uma amiga branca pegou o seu diário e expressou veementemente o seu desacordo com as preferências da entrevistada: “Esses homens são feios demais”. A repreensão confirmava a percepção de Lúcia de que seu desejo estava em desacordo com o que era tido socialmente como adequado. A amiga branca expressava um entendimento mais amplo de que apenas os homens brancos eram bonitos, e reforçava aos negros rótulos de feiura e desprezo.

Minhas entrevistas com mulheres negras indicam que não é incomum que, desde a infância, elas alimentem paixões platônicas, sobretudo quando se tratam de mulheres inseridas em contextos de classe média/alta, onde convivem quase exclusivamente com brancos/as. Em alguns casos, tão cedo quanto a idade de 5 ou 6 anos, percebem algum tipo de rejeição do objeto de seu desejo e compreendem que sua atração pelo menino branco é vista como inadequada, e que deve ser silenciada. Essa experiência pode estender-se durante toda a adolescência e, por vezes, até a fase adulta, de maneira que o relacionamento com um homem branco habita os seus sonhos e projetos frustrados de vivência de amor romântico por muitos e muitos anos. Se não chega necessariamente a impedir experiências com homens negros, essa dinâmica de interdição/desejo não deixa de atribuir um valor maior à experiência com os brancos, que são, para usar as palavras de uma de Lúcia, “a primeira opção”.

Quanto às preocupações com o fenótipo da prole, Fanon (2008) dissertou longamente sobre a vontade de ter um/a filho/a mais claro/a que habita o sonho de mulheres negras. Porém, uma de minhas entrevistadas, Dora, me indicou que essa aspiração também pode existir entre os homens negros. Ela me contou que seus filhos, também negros, expressavam a escolha por se relacionar com mulheres brancas, o que justificavam a partir de apreensões quanto ao fenótipo das possíveis futuras *filhas*: eles não queriam criar meninas que nascessem com o cabelo crespo, porque isso daria trabalho – “Tem que ficar fazendo trancinhas, depois alisando”. Essa observação é bastante curiosa. Em primeiro lugar, porque raramente são os pais que se encarregam dos cuidados cotidianos das crianças, tais como arrumar o cabelo. Em segundo lugar, porque revela um direcionamento das preferências afetivo-sexuais com base na estética e nas performances de gênero associadas a meninas negras, em uma sociedade racista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ Um dos ganhos da adoção do conceito de gênero pela produção feminista é a possibilidade de pensar a sua construção localizada (Connell, 2009), em combinação com outros eixos de articulação do poder (Collins, 2000). No caso da América Latina, a construção do gênero deu-se em conjunto com a elaboração de hierarquias raciais, o que demanda esforços sistemáticos para compreender como ambos se conjugam.

Com estas breves elaborações que teci anteriormente, quero fortalecer uma perspectiva que carrega em si um potencial de radicalidade para o feminismo

latino-americano, na medida em que evidencia fatores de exclusão, violência e desigualdade que atingem parte da população de mulheres da região. Em cada uma das dinâmicas notadas aqui, assim como em outras dinâmicas sociais, não se trata de entender a sobressalência de “gênero” ou de “raça”. A visão em que um ou outro eixo de articulação do poder predomina, a meu ver, é nociva na medida em que reforça homens e brancos/as no lugar da norma, relegando a mulheres e negros/as ao lugar de desviantes. Proponho, alternativamente, a adoção de uma concepção de gênero e de raça em que ambos sejam tomados como eixos de articulação do poder mutuamente constitutivos a todos os momentos, de maneira inseparável, em arranjos que podem ser (re)constituídos em cada cena ou instituição. Isso não significa que a sua separação não seja possível no nível analítico, sobretudo em situações e contextos em que aspectos de cada um estão mais ou menos visíveis. Porém, a perspectiva que adoto joga luz sobre outros aspectos, por considerar que ambos estão sempre ativos nos contextos sociais de que participam, e que interagem de forma complexa: ora se interpelam, ora se reforçam; aqui se potencializam, ali um se fortalece em detrimento do outro; às vezes um parece invisível, mas constitui a base para a operação do outro, e assim por diante.

A partir do prisma proposto, as análises desenvolvidas prestam-se à compreensão de questões que são centrais à vida e à inserção social das “amefricanas”. Além das considerações mencionadas, elas permitem vislumbrar resultados palpáveis de dinâmicas próprias do racismo patriarcal, e que têm implicações para a experiência e para a violência nos âmbitos sexual, familiar e doméstico; para a construção e vivência da subjetividade em contextos de subalternidade; para circulação de bens materiais e simbólicos. Permitem, portanto, garantir a visibilidade de alguns dos obstáculos duradouros à garantia de direitos, cidadania e equidade para as mulheres que habitam esta parte do globo e cujo gênero e status de humanidade são medidos pelo seu distanciamento em relação à branquidão.

BRUNA CRISTINA JAQUETTO PEREIRA · Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília. Bolsista Fulbright/Capes (doutorado-sanduiche, 2017/2018), junto ao Department of African American & African Diaspora Studies, Universidade da Califórnia, Berkeley. E-mail: brunacjpereira@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York; London: Routledge, 2000.
- CONNELL, Raewyn. *Gender in World Perspective*. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2009.
- D'ÁVILA, Jerry. *Diploma of Whiteness: Race and Social Policy in Brazil, 1917-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2003.
- DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-600, 2002.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].
- FIGUEIREDO, Ângela. *Classe média negra: trajetórias e perfis*. Salvador: Edufba, 2012.
- GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Medellín: Desde Abajo, 2012.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo; Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GOLASH-BOZA, Tanya. Does Whitening Happen? Distinguishing between Race and Color Labels in an African Descended Community in Peru, *Social Problems*, v. 57, n. 1, pp. 138-156, fevereiro de 2010.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade, *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93; pp. 69-82, jan.-jun. 1988a.
- _____. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, Chile, v. IX, p. 133-141, junho 1988b.
- _____. *Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Lingüísticos e Políticos da Exploração da Mulher*. 8o. Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburg, 1979.
- HALL, Stuart. The spectacle of the “other”. In: HALL, Stuart (org.). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London/Thousand Oaks, CA/New Delhi: Sage, pp. 225-239, 1997.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2013.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra: 1978.
- PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. *Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IESP, UERJ, Rio de Janeiro.

SANTOS, Joel Rufino. Vera, Clara dos Anjos, Iládio. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento; SANTOS, Joel Rufino. *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília-DF, Ministério da Cultura; Fundação Palmares, 1994.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STEPAN, Nancy. *"A hora da eugenia": raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

WERNECK, Jurema Pinto. *O samba segundo as Ialodês: mulheres negras e cultura midiática*. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro.

Participação política e políticas de gênero nos governos venezuelanos de esquerda

RITA BITAR DEEB

RESUMO

■ A partir de 1999, com a chegada de Hugo Chávez ao poder, um grande grupo de mulheres foi convocado e mobilizado sob a premissa de que são grupos sociais vulneráveis da sociedade venezuelana. O objetivo deste artigo é saber em que medida a participação feminina nos últimos 19 anos levou ao avanço de políticas e programas em favor das demandas de grupos constituídos de mulheres que promovem e reivindicam seus próprios direitos. Será analisado se, além das diferenças no terreno político partidário, os grupos de mulheres contribuíram para o avanço de algumas políticas e leis fundamentais que foram agendadas por algum tempo. Na primeira parte adapta-se o modelo analítico Weldon e Htun (2010), que propõe uma tipologia para a análise da política sexual ao contexto da Venezuela, e revisa que tipos de programas e políticas analisadas foram implementados e quais são os mecanismos ou processos através dos quais foram aprovados. Numa segunda parte, é retomada a evolução do processo chavista e seu entrelaçamento com grupos de mulheres analisar um estudo de caso de espaços políticos extra-institucionais constituídos para a articulação e promoção dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero.

ABSTRACT

■ From 1999, with the arrival of Hugo Chávez to power, a large group of women was summoned and mobilized under the premise that they are vulnerable

social groups of Venezuelan society. The objective of this article is to know to what extent the participation of women in the last 19 years has led to the advancement of policies and programs in favor of the demands of groups of women who promote and claim their own rights. It will be examined whether, in addition to the differences in political party terrain, women's groups have contributed to the advancement of some fundamental policies and laws that have been scheduled for some time. In the first part, the analytical model Weldon and Htun (2010), which proposes a typology for the analysis of sexual politics in the Venezuelan context, is reviewed, and it reviews what types of programs and policies analyzed have been implemented and what are the mechanisms or processes through of which were approved. In a second part, the evolution of the Chavista process and its intertwining with women's groups is taken up in a case study of extra-institutional political spaces constituted for the articulation and promotion of women's rights and gender equality.

INTRODUÇÃO

■ A partir de 1999, com a chegada ao poder de Hugo Chávez, muitas mulheres foram convocadas e mobilizadas sob a premissa de constituírem um grupo social vulnerável e marginalizado da sociedade venezuelana. Sua participação correspondeu a diferentes momentos e etapas do processo político conhecido como Chavismo ou Revolução Bolivariana. A participação feminina foi importante não apenas nos espaços formais e institucionais, mas também naqueles novos espaços extra-institucionais constituídos como parte de uma transformação do modelo político em que as demandas de diferentes setores seriam finalmente articuladas. Entre essas realizações estão a visibilidade de ambos os sexos ao longo do texto legal e a inclusão dos Artigos 21, 75, 76, 77, 78, 88 na Constituição (Constituição da República Bolivariana da Venezuela, 1999)¹. Nesse primeiro momento foi im-

1 1 Art. 21 "Todas as pessoas são iguais perante a lei; conseqüentemente: 1. Não será permitida a discriminação baseada em raça, sexo, credo, status social (...)".

Art. 76 "A maternidade e a paternidade estão totalmente protegidas, qualquer que seja o estado civil da mãe ou do pai. (...) O Estado garantirá assistência e proteção integral à maternidade, geralmente desde o momento da concepção, durante a gravidez, parto e puerpério, e garantirá serviços completos de planejamento familiar baseados em valores éticos e científicos. O pai e a mãe têm o dever compartilhado e inalienável de criar, formar, educar, manter e assistir seus filhos ou filhas e eles ou elas têm o dever de ajudá-los ou assisti-los quando não podem fazê-lo sozinhas ou sozinhos. A lei estabelecerá as medidas necessárias e adequadas para garantir a eficácia da pensão alimentícia." (cont.)

portante a articulação dos diferentes movimentos femininos de longa trajetória, cujas representantes mais importantes eram filiadas a diferentes partidos políticos e organizações sociais (para uma análise completa da participação desses grupos na Assembleia Constituinte, ver: (Jiménez, 2000)).

Duas décadas após o início desse processo com a aprovação da nova Constituição e o desempenho do chavismo como governo e força dominante na Venezuela, este artigo faz uma breve revisão da participação política das mulheres em termos qualitativos. O objetivo geral deste artigo é compreender em que medida a participação feminina contribuiu para o avanço de políticas e programas a favor das demandas dos grupos constituídos de mulheres que promovem e exigem direitos para as mulheres. Analisaremos se além das diferenças no terreno político partidário, os grupos de mulheres também contribuíram para o avanço de algumas políticas e leis fundamentais que estão na pauta há algum tempo. É o caso da lei da igualdade de oportunidades, da descriminalização do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, serão avaliados os tipos de transformações para os quais apontam as políticas e os programas implementados. E buscamos responder à pergunta: Esses programas e políticas contribuíram para a institucionalização de novos mecanismos de participação política que incluam e empoderem as mulheres sob um modelo favorável à igualdade de gênero?

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira parte, adaptarei o modelo analítico de Weldon e Htun (Htun & Weldon, 2010) ao contexto venezuelano. Eles propõem uma tipologia para análise das políticas sexuais a partir de uma perspectiva comparativa. O objetivo é revisar os tipos de programas e de

(cont.) Art. 77 “O casamento entre um homem e uma mulher é protegido, com base no livre consentimento e igualdade absoluta dos direitos e deveres dos cônjuges. As uniões estáveis entre um homem e uma mulher que preencham os requisitos estabelecidos na lei produzirão os mesmos efeitos que o casamento.”

Art. 78 “Crianças e adolescentes são sujeitos plenos de direito e serão protegidos pela legislação, órgãos e tribunais especializados, que deverão respeitar, garantir e desenvolver o conteúdo desta Constituição, a Convenção sobre os Direitos da Criança e outros tratados internacionais que a República tenha assinado e ratificado nessa matéria. O Estado, as famílias e a sociedade assegurarão, com absoluta prioridade, uma proteção integral, para a qual seus melhores interesses serão levados em conta nas decisões e ações que lhes dizem respeito. O Estado promoverá sua incorporação progressiva à cidadania ativa e criará um sistema de orientação nacional para a proteção integral de crianças e adolescentes”.

Art. 88 “O Estado garantirá a igualdade e a equidade entre homens e mulheres no exercício do direito ao trabalho. O Estado reconhecerá o trabalho doméstico como uma atividade econômica que cria valor agregado e produz riqueza e bem-estar social. As donas de casa têm direito à seguridade social de acordo com a lei.”

políticas que foram implementados e quais foram os mecanismos ou processos por meio dos quais foram aprovados. Através dessa revisão dos diferentes mecanismos pelos quais foram aprovadas as diversas iniciativas, poderemos notar se de fato trata-se da institucionalização de práticas participativas favoráveis a um modelo mais igualitário. Na segunda parte, retomarei a evolução do processo chavista e sua relação com grupos de mulheres para analisar um estudo de caso sobre espaços políticos extra-institucionais constituídos para a articulação e o avanço dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Considerando que esses novos espaços foram concebidos como espaços para a participação política direta das organizações de base e a transformação substancial do Estado, será possível concluir se foram eficazes a favor das demandas de algum desses grupos.

EM DIREÇÃO À TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO?

■ Desde a concepção do projeto chavista, novos atores e setores sociopolíticos foram incluídos em um novo marco institucional, sobretudo aqueles setores mais vulneráveis que, segundo o discurso dos grupos radicais de esquerda, tinham sido marginalizados até então na Venezuela pela ordem política estabelecida desde 1958 (Ciccariello-Maher e St. Andrews, 2013; Wilpert, 2007). Com a aprovação da Constituição de 1999, analistas e teóricos levantaram a ideia de uma nova reconfiguração dentro do sistema político e uma transformação do Estado venezuelano (Steve Ellner, 2014). Essa reconfiguração foi assumida no marco de um processo histórico cujo ponto de ruptura corresponde ao esgotamento do Pacto de Punto Fijo² (pacto de ponto fixo) e do sistema rentista do petróleo.

Até a década de 1990, a Venezuela foi considerada uma exceção democrática na América Latina (Steve Ellner, 2013; Ellner e Tinker Salas, 2005). No entanto, a crise do sistema, materializada durante os eventos do Caracazo em 1989 e as duas tentativas de golpe de Estado em 1992, bem como a realidade social refletida pelos indicadores de pobreza (Civit & España, 1989; España, 1989) geraram inúmeros questionamentos e debates com relação, principalmente, às contradições em termos da crise de representação, da consolidação da institucionalidade democrática e das capacidades do Estado (Alvarez Días, 1996; Kornblith, 1994, 1998; Salamanca, 1997).

2 Acordo sobre governabilidade entre os partidos políticos AD, Copei e URD, assinado em 1958, após a derrubada de Marcos Pérez Jiménez, que marcou a lógica/dinâmica política do país até 1998.

Uma vez que o projeto chavista se legitimou com a promessa de superar a crise política e de promover a inclusão dos setores e dos grupos mais excluídos do país – repensando novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade – foram criados novos mecanismos e espaços de participação política. A principal característica foi a criação de estruturas paralelas quase sempre financiadas pelo governo central por meio de diferentes fundos paralelos (para um relatório detalhado dos fundos paralelos, ver: <http://cronica.uno/gobierno-manejo-traves-fondos-paralelos-302-millardos-12-anos/>). A reorganização sociopolítica seguiu diversos critérios, dentre os quais, critérios territoriais, setoriais, multinível com relação à estrutura do Estado e produtivos. Muitos tomariam o lugar das antigas organizações já constituídas, especialmente dos grupos de interesse, como ONGs, associações de bairro, fundações e/ou movimentos sociais e direitos humanos.

Em termos de direitos para o estabelecimento de uma maior igualdade de gênero e participação feminina, a consolidação de Chávez e esses novos espaços no poder representaram uma nova janela para a promoção e o debate de políticas menos conservadoras e mais transformadoras, especialmente em favor das mulheres mais desfavorecidas. Sobretudo porque em muitos desses espaços, as que mais ganharam ânimo foram as mulheres dos setores populares, cujas realidades correspondem a estruturas de exclusão e não-reconhecimento social. O atraso na participação política das mulheres até 1999, assim como ocorreu no resto da América Latina, pode ser considerado paradoxal. Elizabeth Friedman (2000), que estuda em profundidade o papel das mulheres na consolidação democrática venezuelana de 1958 a 1998, resume-a muito bem em um dos capítulos de seu livro: O machismo é mais forte do que as ditaduras militares. A mobilização das mulheres aumenta e se torna decisiva diante dos regimes não democráticos ou militares, ocorridos na Venezuela entre 1948 e 1958. Os grupos de mulheres de diferentes tendências e grupos políticos articularam-se em favor da derrubada do então ditador Pérez-Jiménez. No entanto, no momento da transição democrática e do estabelecimento dos governos, os sucessivos governos democráticos, a mobilização das mulheres e suas demandas como grupo, passaram a estar subordinados às agendas partidárias (Friedman, 2000).

Os Conselhos Comunais: os primeiros espaços de participação política

■ Nesta seção, irei me referir apenas brevemente aos Conselhos Comunais (CCs) como a primeira tentativa chavista de reorganização político-territorial que

contou com alta participação de mulheres. Em quase todos os CCs constituídos em nível nacional, mais de 50% de seus integrantes eram mulheres (Machado, 2009). A partir de 2006, o Executivo promoveu a constituição de milhares de CCs em todo o território nacional. Eles foram concebidos como as células primárias da organização social e política para a consolidação de um novo modelo político socialista e seriam formas de autogoverno em nível local para a gestão de serviços comunitários (García-Guadilla, 2008). Houve muitas críticas a essas formas de autogoverno devido à cooptação do poder central e à falta de autonomia na sua constituição e operação (Boni, 2012; CENDES, 2015; correo orinoco, 2015; Livingstone, 2016; Machado, 2009). No entanto, o mais importante é que suas competências nunca ficaram claras em relação às formas de governo territorial consagradas na Constituição, como as prefeituras e os governos locais. As competências dos CCs frequentemente se sobrepunham àquelas formalmente designadas para outras instituições. Enquanto o financiamento das prefeituras e governadores correspondia ao financiamento constitucional, o dos CCs correspondia aos fundos especiais administrados a partir do governo central.

Em 2010, através da aprovação de um conjunto de leis orgânicas, foi criado o marco legal para a construção do Estado Comunal. Anteriormente, em dezembro de 2009, a Lei Orgânica dos Conselhos Comunais (República Bolivariana da Venezuela, 2009) havia sido aprovada, mas foi com a Lei Orgânica das Comunas que os Conselhos Comunais, as Comunas, foram definitivamente estabelecidos junto a “qualquer outra forma de Poder popular” como as estruturas fundamentais da organização social e político-territorial declarada “socialista” (República Bolivariana da Venezuela, 2010, Artes 4, 5 e 6o).

I. MODELO ANALÍTICO SOBRE A TIPOLOGIA DAS POLÍTICAS SEXUAIS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

■ O modelo analítico proposto por Htun e Weldon (2010) serve para organizar as políticas e os programas sociais de acordo com os problemas que pretendem resolver. Isso oferece uma ideia bastante clara não apenas sobre como são interpretadas e abordadas as condições das mulheres, mas também sobre os diferentes projetos que os diversos grupos promovem e buscam implementar a partir de uma perspectiva de gênero. As políticas sexuais cumprem, cada vez mais, uma função reivindicatória a partir do Estado em direção às mulheres, mas também de reorganização e transformação social que pode influenciar para além das relações de gênero ou das condições específicas das mulheres. Essas últimas são as mais

controversas e as que, de modo geral, encontram significativa resistência institucional e estrutural por parte dos setores dominantes.

Htun e Weldon apresentam um modelo analítico para comparar os avanços nos marcos jurídico-institucionais relativos aos direitos das mulheres. O modelo consiste em quebrar os diferentes tipos de políticas sexuais (ver tabela 1), concebidos dentro de uma agenda muito mais ampla em favor da igualdade de gênero. Em primeiro lugar, há diferenças entre as políticas que consideram o *status de gênero*, por um lado, e, por outro, aquelas que são específicas da desigualdade social e das diferentes *classes sociais das mulheres*. As políticas que consideram o status de gênero reproduzem práticas e valores que mantêm as mulheres em uma condição subordinada, o que as impede de participar de maneira igualitária e paritária na sociedade. Enquanto as políticas sexuais ligadas às classes sociais tentam compensar as desvantagens materiais das mulheres, consequentes da divisão do trabalho. As políticas sexuais definidas de acordo com o status de gênero supõem um benefício para todo o grupo de mulheres. Por outro lado, aquelas baseadas em classes, beneficiam certas mulheres de acordo com suas necessidades e as respectivas demandas.

Em segundo lugar, Htun e Weldon diferenciam as políticas sexuais que abrangem questões doutrinárias das que abrangem questões não doutrinárias. Essas políticas são definidas não apenas no campo religioso, mas devem ser determinadas de acordo com cada contexto e incluem códigos culturais tradicionais específicos. De modo geral, esse tipo de política sexual que influencia as doutrinas com o objetivo de promover transformações socioculturais gera conflitos entre o Estado e determinadas organizações e/ou grupos sociais relevantes na área das políticas de gênero. Esses conflitos geralmente estão localizados nas áreas de reprodução e planejamento familiar, embora isso possa variar. Assim, as políticas sexuais doutrinárias são precisamente manifestadas quando se tenta mudar uma cultura explicitamente dominante dentro de um dado contexto.

Table 1
Typology of sex equality policies

		Do these policies challenge religious doctrine or codified cultural traditions?	
		Yes "Doctrinal" policies	No "Non-doctrinal" policies
Do these policies empower women as a status group or address class inequalities?	Gender-status policies	Abortion legality Contraception legality Family Law	Gender quotas in politics Violence against women Constitutional equality
	Class-based policies	Abortion funding Contraception funding	Parental leave Federal funds for child care Workplace equality

Fonte: Htun and Weldon (2010: 209).

O modelo de Htun e Weldon permite identificar e classificar algumas reconfigurações do Estado e as relações com a sociedade. Este modelo apresenta certas premissas, que, muitas vezes, são presumidas como certas na análise, sobretudo quando se trata de sociedades pós-industriais em comparação com sociedades onde existe um modelo diferente com relação à igualdade de gênero e aos múltiplos aspectos ressaltados como fundamentais para a materialização de certas políticas a favor da igualdade de gênero, ressaltam a importância de organizações autônomas que fortaleçam os níveis democráticos. A ideia é que os grupos de base e outros movimentos sejam suficientemente capazes de influenciar a resolução das políticas públicas do Estado.

Análise da participação política das mulheres durante o Chavismo através da tipologia de Htun e Weldon

■ Se aplicarmos a tipologia proposta pelos autores mencionados ao período da Revolução Bolivariana, desde 1999 (ver tabela 2), pode-se observar claramente que não existem políticas voltadas para transformações doutrinárias ou dos códigos culturais tradicionalmente dominantes na sociedade venezuelana. Além disso, nessa tabela são mencionados, de maneira simplificada, os mecanismos pelos quais as diferentes políticas foram implementadas e os principais grupos envolvidos, que é outro aspecto relevante além do tipo de políticas em questão. De modo geral, as políticas aprovadas não correspondem a propostas feitas por iniciativas populares ou definidas por organizações de base para avançar e exigir seus próprios direitos com base na plena consciência de suas condições de vida. Pelo contrário, são políticas que foram ajustadas ao processo de consolidação institucional do processo revolucionário.

Em geral, a participação no processo constituinte de 1999, a reforma da lei orgânica sobre os direitos das mulheres a uma vida livre de violência (2007), a criação do Bando da Mulher (2001) e a discussão sobre a lei orgânica do trabalho (2012) foram propostas e debatidas por representantes de grupos de mulheres com conhecimento e experiência prévios sobre as agendas de direitos das mulheres. Da mesma forma, a reforma da lei sobre a violência contra as mulheres em 2014 para incluir o feminicídio foi uma iniciativa do Procurador Geral baseada nas estatísticas do Ministério Público. Os casos de homicídio que poderiam ser classificados como feminicídio aumentaram significativamente durante o seu mandato e, por isso, apresentou o pedido.

Essas políticas e leis não foram fruto de uma mobilização vinda de baixo, nem corresponderam a grupos sociais recém-criados e/ou a espaços políticos que se articularam com os níveis do Estado para promover seus próprios direitos. Já havia discussões sobre a lei da violência contra as mulheres e um acúmulo de conhecimentos técnicos; O mesmo ocorreu com a iniciativa de classificar o feminicídio como uma forma específica de violência baseada no gênero. O feminicídio foi introduzido como projeto pela Procuradora Geral da República, Luisa Ortega Díaz, em 2013. Os protagonistas dessas iniciativas não foram as organizações de base, muito menos as mulheres dos setores populares. Por fim, esse tipo de iniciativa correspondeu a políticas não-doutrinárias, baseadas em classes e no status de gênero, de acordo com a tipologia de Htun e Weldon, conforme indicado na tabela 2.

TABELA 2. Tipologia de Htun/Weldon aplicada ao contexto venezuelano

Políticas Doutrinárias	Políticas “Não-Doutrinárias”	Mecanismos e Atores envolvidos
Políticas “Status-gênero”		
N/A	Igualdade de Gênero na Constituição de 1999 (Art. 21, 75, 76, 77, 78, 88).	Assembleia Constituinte (articulação e demandas dos movimentos de mulheres foram discutidas e promovidas através de diferentes reuniões e documentos oficiais).
N/A	Retirada do Artigo 144 da Lei Orgânica do Sufrágio e Partidos Políticos de 1997.	Poder Executivo por decreto presidencial e endossado pela Comissão Eleitoral Permanente (CNE). Argumentou que o Art.144 era inconstitucional com relação ao Art. 21 da Constituição apesar das ações positivas em favor de grupos especiais que este último artigo estabelece. O Supremo Tribunal de Justiça (TSJ) declarou inadmissível o processo contra uma Resolução introduzida por representante dos movimentos de mulheres. Em 2004, por pressão do Instituto Nacional da Mulher também criado por decreto presidencial, o CNE produziu certos regulamentos internos para estabelecer uma paridade de 50/50 em eleições locais e regionais. No entanto, esta paridade nunca foi efetivada.
N/A	“Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência” (2006).	Reformulada em 2006 (lei anterior: 1998). A nova lei foi baseada em recomendações resultantes da articulação e do debate dos movimentos de mulheres. Estas recomendações foram baseadas em um trabalho acumulado cujo antecedente foi o CEDAW em 1974 e ratificado em 1994. A nova lei foi baseada nos esforços e trabalhos dos movimentos de mulheres envolvidos, desde que foi estabelecida como um mandato internacional na CEDAW em 1994.
N/A	Aprovação da criminalização do feminicídio como delito através da reforma da Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência” (2014)	Pedido feito diretamente pelo Procurador Geral da República à Assembleia Nacional e aprovado por decreto presidencial em 2014 pelo Presidente Nicolás Maduro.

Políticas “baseadas em Classe Social”		
N/A	LOTT (2012)	Aprovado por decreto presidencial. Alguns movimentos de mulheres afirmam que seus membros não foram convocados, enquanto “La Araña Feminista” (A Aranha feminista), representada pelo Prof. Carosio, indicou que a convocação foi feita por meio de anúncios públicos e através da mídia em geral. Carosio mencionou que 80% das demandas feitas pelo grupo de grupos feministas foram cumpridas e refletidas no novo documento. As realizações mais importantes estão relacionadas à licença paternidade e estabilidade no emprego durante e após a gravidez.
N/A	Ban Mulher (BanMujer 2001)	Criado pelo Decreto Presidencial N. 1243 para promover projetos sócio-produtivos em nível local com a participação de mulheres sem fonte de renda. Essa instituição é presidida por N. Castañeda, que foi importante ativista na década de 1970 e participou ativamente no processos de democratização junto com outras mulheres da esquerda. Ela teve papel importante nos movimentos de mulheres mais antigos do país.
N/A	Missão Mães do Bairro (Misión Madres del Barrio 2006)	Criado pelo Decreto Presidencial N. 4342. De acordo com o art. 88 da CRBV.
N/A	Projeto Mãe (Proyecto Madre 2006)	Coordenado pelo Ministério da Saúde, este programa tem o objetivo de promover direitos sexuais e proteger os direitos da família estabelecidos pela CR e sob a “Norma Oficial para a Atenção Integral em Saúde Sexual e Reprodutiva”.
N/A	“Lei de Proteção e Promoção do Aleitamento Materno” (2007)	Aprovada pela Assembleia Nacional, Projeto de Lei promovido pelo Comitê da Assembleia para a Família.
N/A	Missão Menino Jesus (Misión Niño Jesús 2009)	Promovida pelo Ministério das Comunas e Proteção Social para a proteção e atendimento integral de gestantes, em conformidade com os artigos 75 e 76 da CRBV .
N/A	Missão Filhos e Filhas da Venezuela (Misión Hijos e Hijas de Venezuela 2011)	Promovida pelo Ministério das Comunas e Proteção Social em conformidade com os artigos 75 e 76 da CRBV (proteção às famílias, pais e filhos. Inclui a proteção da gestação).

Fonte: Elaboração própria baseada em Htun and Weldon (2010).

Com relação às políticas doutrinárias, é curioso notar que durante essas duas décadas o único projeto de lei de iniciativa popular que foi introduzido corresponde a essa tipologia. A ONG Venezuela Igualitária foi encarregada de promover o debate e a articulação em nível nacional de todas as organizações, coletivos e indivíduos que eram a favor da reforma do código civil para legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O resultado foi a elaboração do projeto de lei, a coleta de aproximadamente 20 mil assinaturas e o respectivo encaminhamento para a Assembleia Nacional (Notícias 24, 2015). O projeto nunca foi debatido na Assembleia, embora tivesse o apoio de um determinado setor do partido do governo. A iniciativa fracassou e o argumento oficial foi que as assinaturas para o projeto deveriam ser colhidas novamente, uma vez que uma nova Assembleia havia sido eleita em 2015 (Franco, 2015, Piermattei, 2014).

Políticas do tipo “classe social” como principal mecanismo de participação política

■ Durante o período revolucionário, parte importante da participação política das mulheres como grupo se deu através de sua inclusão em políticas do tipo que se refere à classe social, para continuar com o modelo analítico proposto por Htun e Weldon. Essas políticas foram concebidas para as mulheres mais vulneráveis de acordo com as condições e necessidades materiais definidas pelos mesmos programas, uma vez que as mulheres que participam devem ser avaliadas para obter os respectivos benefícios. Em conformidade com os direitos reconhecidos pela Constituição de 1999, as trabalhadoras domésticas sem emprego formal (donas de casa) e a família como um grupo, filhos e filhas, são sujeitos que o Estado deve proteger. As mulheres incluídas nesses programas ocupam uma posição dentro da estrutura socioeconômica, geralmente com base em papéis tradicionais dentro de seus próprios contextos.

Na realidade, essas políticas e programas sociais implementados eram do tipo assistencialista e se fundamentavam nas missões sociais e nas grandes missões realizadas pelo governo. Quase todas se baseiam em alocações financeiras diretas e condicionadas, como por exemplo uma das mais importantes, a Missão Mães do Bairro (*Misión Madres del Barrio*), voltada às mulheres chefes de família ou às que cumprem o papel de principal provedora do lar. São beneficiárias as mães desempregadas, com dependentes ou que tenham filhos e filhas com alguma deficiência, que demonstrem estar em situação de extrema pobreza e sem possibilidade de gerar renda própria. Essas mães são beneficiárias porque são responsáveis pelo grupo familiar. As condições que devem cumprir representam obrigações para elas e benefícios para o restante dos envolvidos. Da mesma forma, as transferências de dinheiro condicionadas por parte do Estado cessam uma vez que as mães beneficiárias tenha condições de superar sua situação precária. Para isso, a Missão estabelece um programa pré-elaborado que consiste em profissionalização, educação política e constituição de uma unidade sócio-produtiva autossustentável. Essa unidade sócio-produtiva é coerente com a profissionalização em setores como o têxtil, setor de cuidados ou de atividades domésticas, porém, neste caso, domésticas profissionais.

As mulheres mais desfavorecidas são incorporadas através das diferentes Missões, ficando sujeitas a uma supervisão por parte do Estado e a uma indicação por parte do governo central, pois todas essas políticas dependem de um registro, aprovação e financiamento do Executivo. Essa “inclusão subordinada” foi exa-

minada em diversos estudos sobre a participação política das mulheres, embora, mais como foco na análise de seu grau de autonomia perante o Estado e sua capacidade de definir uma agenda baseada na defesa de direitos próprios (García Prince, 2008, 2012; Valdivieso e Magdalena, 2009).

O aspecto mais significativo é que todos esses programas e políticas foram promovidos a partir do nível central do Estado através de decretos presidenciais e com financiamento a partir de fundos sociais paralelos. Foram concebidos como parte fundamental para corrigir as deficiências do assim chamado Estado Burguês e para a consolidação de um Estado Socialista como já foi mencionado na primeira parte deste artigo. Nem os movimentos de mulheres, nem os grupos feministas ou as beneficiárias participaram de sua construção, embora fizessem parte de um conjunto de demandas reivindicatórias coletivas. Um condicionante implícito em todas essas iniciativas era a defesa do projeto político e do modelo político do chavismo. Conforme já foi mencionado, os processos de constituição de todos os grupos sociais e sobretudo de participação nos programas e políticas governamentais se deu em um contexto de polarização e de coesão social excludente.

II. ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EXTRA-INSTITUCIONAIS E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Ano de 2007: irreversibilidade da polarização política e dos espaços paralelos

■ O ano de 2007 corresponde à radicalização do processo revolucionário, com a convocação de um referendo para uma reforma constitucional abrangente e ambiciosa que buscou mudar mais de 70 artigos da Constituição de 1999. A estratégia de Chávez era endossar a reforma constitucional através da popularidade do líder e da defesa de seu projeto político. Esta foi a estratégia de todos os processos eleitorais populares, coloquialmente conhecidos como “o voto entubado”³.

A população rejeitou a reforma constitucional que propunha a institucionalização de um modelo político único chamado socialismo do século XXI em nível nacional. A partir dessa pretensão do governo central e do partido do governo, começa a surgir uma crescente polarização no país. A partir dessa data, a renda oriunda do petróleo aumentou significativamente, embora tenha caído em 2009

3 <http://www.elimpulso.com/noticias/nacionales/voto-entubado-debilita-el-principio-de-la-personalizacion-del-sufragio>

devido à crise financeira internacional, voltando a crescer e permanecendo em um patamar alto de 2010 a 2014. O governo tinha a capacidade de criar não apenas estruturas paralelas, mas também fundos de financiamento paralelos.

Além de a polarização política entre a população ter atingido um ponto de não retorno, o ano de 2007 foi marcado pela intensificação de um processo de institucionalidade paralela à estabelecida pela Constituição e pelo marco legal vigente. Novos espaços e práticas foram consolidados contando com os recursos diretos do Estado a partir do governo central. Apesar da rejeição da reforma constitucional, o presidente Chávez insistiu em promover e submeter a novas consultas alguns artigos e promoveu novos projetos para constituir o que foi chamado de Estado Comunal a partir do Executivo através de poderes especiais concedidos pela Assembleia Nacional.

À medida em que o projeto chavista se radicalizava, registravam-se e articulavam-se muitos espaços paralelos ao quadro institucional e às organizações de base constituídos e articulados entre si em favor de uma agenda comum, tais como aqueles classificados como ONGs. Alguns desses novos espaços foram os Conselhos Comunais. Os chamados coletivos também são promovidos e registrados através de iniciativas e financiamento governamentais com o objetivo de acompanhar os processos de constituição e consolidação das Comunas. Com relação à participação das mulheres nos Conselhos, ela tem sido muito significativa em termos quantitativos. Embora não existam números oficiais desagregados entre homens e mulheres, os especialistas afirmam que as mulheres representam mais de 50% de seus membros e suas atividades estão relacionadas às questões comunitárias (Machado 2008). Muitas dessas mulheres não têm empregos formais e, portanto, têm a facilidade e o tempo para lidar com os problemas da vizinhança. No entanto, ativistas de grupos feministas têm apontado para a sobrecarga dessas mulheres nos papéis que desempenham em funções reprodutivas como os trabalhos de cuidado, cozinhas populares, entre outras. Elas também observam que em alguns casos, as mulheres assumem funções comunitárias que também são invisibilizadas pela divisão social do trabalho, além de suas funções domésticas e trabalhistas (Carosio em uma entrevista em Caracas 2014, 2017). Brandler (2008), por sua vez, afirma que “mesmo quando o trabalho comunitário representa para muitas mulheres uma oportunidade de resolver alguns dos seus problemas materiais e práticos e sua relação com organizações de base ligadas ao estado ... facilita a obtenção de recursos e benefícios sociais, a realidade é que as necessidades das comunidades são tão grandes que não podem ser resolvidas com as doações que recebem”.

Durante um trabalho de campo, em 2014, em Caracas, três funcionárias ligadas ao Ministério da Mulher (MinMujer) e uma especialista em questões de desenvolvimento, todas ativistas em diferentes grupos feministas, observaram a respeito da participação das mulheres nos Conselhos Comunais, a ausência de progresso em termos de políticas em favor do gênero (“políticas de gênero”). Elas argumentam que, embora a participação das mulheres em termos descritivos seja significativa, em termos substanciais, de demandas por seus próprios direitos e de uma consciência de seu status como mulheres, é completamente ausente. Nem os pontos de encontro do Instituto Nacional da Mulher (INAMUJER)⁴ nem as missões conseguiram transformar qualitativamente a participação política das mulheres, que não foi capitalizada para realizar uma verdadeira transformação. Ainda mais, com o aumento da polarização, a participação política ocorreu exclusivamente dentro dos espaços constituídos em favor de uma ou outra força. Essa coesão de duas forças reduziu os espaços e o protagonismo de indivíduos ou grupos “despolarizados”. O mesmo ocorre com relação às políticas que foram além da dinâmica que reforçou a polarização política, como as políticas de gênero (veja o debate atual sobre a agenda parlamentar em favor dos direitos LGBTQ e os argumentos a favor e contra).

Rede de Coletivos A Aranha Feminista (Red de Colectivos La Araña Feminista)

■ A organização selecionada, além de ser entendida como estrutura organizacional, pretende explicar a constituição dos novos espaços políticos (a partir de 2007) para a participação e promoção de demandas sociais articuladas a partir da base ou do poder popular até os diferentes níveis estaduais.

Um aspecto importante a destacar para a seleção desse coletivo específico é que os principais objetivos estratégicos desses espaços são obrigatórios para toda a população, pois têm como objetivo configurar um novo modelo de relações entre os diferentes setores sociais e o Estado. Embora tenham sido estabelecidos e tenham seu escopo em nível local, eles são mecanismos e normas que têm consequências no nível nacional. No entanto, não são organizações que exerçam mecanismos que garantam seu caráter representativo ou legitimidade política perante o

4 O Instituto Nacional da Mulher foi criado em 1999 por disposição da Lei de Igualdade de Oportunidades para a Mulher, com o objetivo de defender e materializar os direitos da população feminina e incrementar sua participação nas missões, planos e programas sociais do Estado.

restante da população. Um segundo aspecto é que as demandas levantadas exigem transformações substantivas do marco jurídico nacional e dos aspectos constitutivos, tanto simbólicos⁵ quanto estruturais, do Estado venezuelano. Algumas das demandas, obviamente, só podem consistir em uma inclusão programática ou na implementação de políticas e iniciativas enquadradas em uma agenda governamental mais ampla.

A Rede A Aranha Feminista – RAF (La Red de Araña Feminista)

■ A rede foi estabelecida a partir de 2009, embora sua coordenação geral só tenha sido constituída a partir de 2011. É uma organização guarda-chuva em que diferentes grupos são articulados sob uma coordenação nacional e com um porta-voz nacional. Reconhece-se como “*uma rede de coletivos e individualidades feministas socialistas revolucionárias*”⁶. No que diz respeito à classificação da RAF, os seus porta-vozes afirmam através do seu site oficial que “a rede não é uma ONG, não é uma instituição, não é um meio de comunicação” (Araña Feminista, 2011). Por outro lado, Angeleri (2012) classificou a RAF dentro da categoria clássica de movimentos sociais, a fim de promover o feminismo socialista-revolucionário no âmbito das lutas contra as sociedades patriarcais e capitalistas (p.2). Em suma, a RAF pode ser definida como um espaço político que promove a discussão, o debate, o intercâmbio e as estratégias de ação entre seus participantes com o objetivo fundamental de avançar na consolidação do feminismo socialista em todo o território nacional, criado a partir do projeto político liderado por Chávez desde 1998.

A RAF se constitui ou auto define como um espaço que articula entre diferentes níveis e instituições sociais e políticos promovendo diversos espaços pú-

5 Para uma noção da dupla funcionalidade do Estado, tanto simbólica quanto formal, ver: (Migdal, 2001). Da mesma forma, o trabalho de Fernando Coronil apresenta, em sua análise do Estado venezuelano, um conjunto de elementos simbólicos que condicionam um determinado modelo social e político particular, especialmente porque são constituídos, determinados e entrelaçados a partir dos recursos do petróleo (Coronil, 2013).

6 De acordo com a análise de Angeleri (2012), o número de coletivos chega a mais de 40 grupos ou indivíduos. No entanto, é muito difícil determinar o número exato. Muitos desses grupos são instáveis ao longo do tempo. Alguns são constituídos apenas por uma pessoa e sua participação depende exclusivamente de sua presença ou ausência em algumas reuniões. Por outro lado, como as formas de organização chamadas “coletivos” não têm personalidade jurídica, é muito mais complicado estabelecer sua afinidade organizacional e de ação com a rede (Anais López concorda com esse ponto na entrevista 12.2014).

blicos para “ter força coletiva, maior influência nas comunidades, instituições e diversos contextos de luta” (Araña Feminista, 2011).

Assim como quase todos os grupos auto denominados “coletivos” na Venezuela, a rede e os coletivos que se agrupam sob sua coordenação, objetivam a promoção e a defesa do processo político iniciado sob a liderança de H. Chavez e continuado por N. Maduro. Do mesmo modo, apoiam a ideia de consolidar o socialismo e a construção do Estado Comunal, enquadrados dentro das estratégias elaboradas por todos os níveis centrais do governo e das principais instâncias de direção nacional. Isso ficou ratificado pela rede em uma publicação de circulação nacional durante o processo eleitoral presidencial em 2013:

“ao camarada Nicolás Maduro, à equipe político-militar do processo revolucionário, à direção coletiva da revolução e a todas as instâncias do poder popular, reiteramos nossa inquebrantável vontade de prosseguir acompanhando esta etapa de continuidade e aprofundamento do socialismo, nesta etapa de luta sem descanso contra o imperialismo, o capitalismo e o patriarcado” (L.A. Feminista, 2014).

O apoio público manifestado pela RAF dirige-se a todos os órgãos de direção nacional do governo, o que gerou, desde sua articulação, muitas críticas por parte de outros setores políticos e civis do país, sobretudo de organizações de mulheres e de ONGs antigas do país. A rede manifestou seu apoio incondicional à liderança de Chávez e Maduro não apenas nas conjunturas eleitorais, mas também no contexto dos conflitos institucionais e de elaboração de políticas públicas, argumentando que é no interior dessa luta que estão enquadradas as lutas emancipatórias de todas as mulheres venezuelanas, inclusive o reconhecimento das contradições que corroem sua própria agenda, refletidas, inclusive, no uso da linguagem⁷. Não surpreende que uma das características mais marcantes da rede seja sua permanente afinidade e estreita ligação com as atividades realizadas pelo Ministério Popular da Mulher e por todos os seus órgãos afiliados. Até mesmo a evolução interna das políticas e a liderança dessas instituições estatais têm sido muito influenciadas e tiveram a participação direta da Rede.

7 Um exemplo que se repete em diversas narrativas, pronunciamentos e declarações da RAF é o uso da linguagem considerada militar, que foi naturalizada na esfera pública durante as últimas décadas. Em todos os processos de consulta popular, criam-se grupos para a mobilização política em analogia a estratégias militares de combate como refletido em uma de suas publicações.

A coordenação⁸ da Aranha e os coletivos posicionam-se como representantes e promotores do feminismo popular, um feminismo claramente vinculado ao poder popular de base. Os coletivos feministas que se constituem dentro da estrutura do governo de Chávez defendem que eles diferem substancialmente de outros movimentos e organizações de mulheres porque sua luta é mais autêntica e consonante com a realidade que vivem nos setores mais pobres. Um aspecto comum a todas as entrevistas é que outras organizações historicamente feministas no país são constituídas a partir de um feminismo concebido por mulheres da classe média, acadêmicas, brancas, com uma posição social privilegiada na sociedade em relação à maioria das mulheres venezuelanas. A premissa é que o feminismo popular⁹ resgata os problemas e a realidade das mulheres da classe mais baixa, que são mais vulneráveis e historicamente excluídas.

Demandas no nível programático e integração de políticas

■ Uma demanda central da RAF desde sua criação é a descriminalização do aborto¹⁰. A rede realizou ações pontuais e participou de iniciativas coletivas importantes a favor do tema. Em 2010 e 2011, respectivamente, uma comissão da rede apresentou suas propostas sobre a reforma do código penal perante a Comissão da Família, da Mulher e da Juventude¹¹ da Assembleia Nacional (Orinoco, 2012; Sanchez, 2016; Silva, 2010). Antes disso, em 2009, aproximadamente 18 organizações e indivíduos haviam enviado à Ministra da Mulher um comunicado solicitando promover um debate nas diversas entidades do poder público. Além disso, como parte de outras iniciativas, a RAF articulou, através de diferentes mecanismos, a aprovação de um novo código penal não sexista. Na última reunião realizada em 2015, em Caracas, os grupos e indivíduos que compõem a rede expressaram sua preocupação com o adiamento permanente da descriminalização

8 A coordenação e a porta-voz da rede são escolhidas por consenso e são rotativas anualmente. Chama a atenção que todas as suas coordenadoras são mulheres. Mesmo tendo perfis diferentes, quase todas as coordenadoras mantêm vínculos com instituições e funcionários/as do Estado são reconhecidas pelo governo durante sua trajetória para diferentes iniciativas e projetos.

9 Para mais detalhes sobre o feminismo popular veja, entre outras, Cultura, 2013; Laprea, 2014.

10 Para mais informações sobre o debate e a situação do aborto na Venezuela ver: (R. A. Feminista, 2010; León, 2012)

11 Atualmente, essa comissão é chamada “Comissão da família” embora suas competências sejam as mesmas que as da anterior. É pertinente notar que os integrantes desta comissão são pessoas de ambas as forças políticas e que a presidência é rotativa entre ambas, oposição e governo. A partir de 2016, está constituída pelos partidos políticos de oposição.

da interrupção voluntária da gestação, como um direito humano das mulheres de alcançar a autonomia sobre seus corpos (Minci, 2015).

Por outro lado, a Rede transformou em uma das suas principais bandeiras a iniciativa através da qual é relatado o uso do “misoprostol”, um contraceptivo. Esta iniciativa é coordenada por um dos grupos criados dentro da rede e que integrou a coordenação em 2014, “Saias em Revolução” (Faldas en Revolución) (Figueroa, 2011). Consiste em uma linha telefônica gratuita e constitui uma das ações mais importantes realizadas em relação ao problema do aborto na Venezuela. Das aproximadamente 450 chamadas atendidas, 65% das mulheres concretizam um aborto. Da mesma forma, a Rede tem sido muito ativa na promoção dos programas educativos sobre o uso de métodos não terapêuticos de interrupção da gestação. Entre as atividades periódicas coordenadas pela RAF estão as campanhas de rua de conscientização sobre a autonomia do corpo e a reforma do código penal. Além disso, há muitos artigos, programas de mídia e material impresso que foi preparado e distribuído entre a população.

A Rede levanta a questão do aborto como um sério problema de saúde pública, que afeta, sobretudo, as mulheres das classes sociais mais pobres (Navarro, 2011, Rojas, 2015, Sanchez, 2016). Diversos estudos demonstram que a falta de acesso ao aborto e a alta taxa de gravidez precoce na Venezuela têm um impacto negativo sobre as mulheres mais pobres, aprofundando sua situação de pobreza e desigualdade social em relação ao resto da população. Em 2014, em resposta a essa situação, o CDH da ONU recomendou que o Estado venezuelano facilitasse o acesso à interrupção voluntária da gestação para mulheres em todo o país. Na ocasião, como argumento, foram apresentados os custos do Estado venezuelano em relação às taxas de mortalidade, gravidez na adolescência e ausência de uma política preventiva de educação sexual e reprodutiva.

Em um evento político realizado com o presidente Maduro, em março de 2015, as mulheres dos diferentes grupos expressaram aberta e publicamente em transmissão ao vivo de rádio e televisão que grande parte das mulheres presentes pertencentes aos diferentes grupos exigiam urgentemente a descriminalização do aborto, porque é uma realidade que prejudica especialmente as mulheres dos setores mais pobres. Tanto o Presidente quanto a defensoria expressaram sua disposição em abrir o debate público sobre a descriminalização do aborto (Correo del Orinoco, 17-3-15).

No entanto, apesar de todas as ações empreendidas e petições ao mais alto nível dos órgãos hierárquicos do Estado, a questão do aborto não foi introduzida, nem na agenda parlamentar, nem como uma questão programática dentro de

uma política social coerente e criada pelos órgãos do Estado. Nem mesmo a questão dos direitos sexuais e reprodutivos se tornou uma política de Estado coerente e significativa. Inclusive, chama a atenção sobremaneira que nenhuma entidade ligada ao Ministério da Mulher tenha considerado a demanda permanente das coordenadoras e porta-vozes da RAF.

RITA BITAR DEEB é cientista política e atualmente doutoranda do Instituto Otto-Suhr de Ciência Política (OSI) na Freie Universität Berlin / Alemanha. Ela possui um Mestrado em Políticas Públicas e Gestão (MPPM), Universidade de Pittsburgh, EUA, Graduate School Internacional e Assuntos Públicos (GSPIA). Em 2008/2009, ela realizou estudos em uma estadia acadêmica e de pesquisa concedida pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) associado ao Programa Internacional de Doutorado em Políticas Sociais Globais e Governança (GSPG) da Universidade de Kassel. Seus principais campos de interesse incluem a teoria da democracia, relações internacionais, governança global com foco especial em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Políticas da Mulher. ritabitar@zedat.fu-berlin.de

REFERÊNCIAS

ALVAREZ DI AZ, A. E. *El sistema político venezolano : crisis y transformaciones*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas, Instituto de Estudios Políticos, 1996.

ANGELERI, S. La Araña Feminista estableciendo los parámetros para el estudio de una experiencia de articulación feminista y socialista. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, 17(39), p. 225-234, 2012.

ARAÑA FEMINISTA. Sitio de internet de La Araña Feminista. . . y socialista, 2011. Retrieved from <http://encuentrofeminista.weebly.com/>

BONI, S. La influencia de las instituciones gubernamentales sobre la autonomía de los Consejos Comunales: un estudio en el Estado Sucre, Venezuela. *Cayapa Revista Venezolana de Economía Social*, 12(23), 2012.

CENDES. *Estudio sobre organizaciones de base y su relación con los Consejos Comunales*. Retrieved from Caracas, 2015.

CICCARIELLO-MAHER, G., & ST. ANDREWS, J. *We created Chávez : a people's history of the Venezuelan Revolution*. Durham: Duke University Press, 2013.

CIVIT, J. s., & ESPAN A, L. P. *Análisis socio-político a partir del estallido del 27 de febrero*. Caracas: Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales, Universidad Católica Andrés Bello, 1989.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999, 30 de Diciembre)*. *Gaceta Oficial de la República*, No. 36.860. [Extraordinaria], Marzo 24, 2000.

CORONIL, F. *El estado mágico : naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela* (1a edición Editorial Alfa. ed.). Caracas, Venezuela: Editorial Alfa, 2013.

CORREORINOCO. Gobierno entregó más de Bs. 6 millones a 16 consejos comunales de Maturín, 2015.

ELLNER, S. Las tensiones entre la base y la dirigencia en las filas del chavismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 14, p. 49-64, 2013.

ELLNER, S. *El fenómeno Chávez : sus orígenes y su impacto* (1. ed.). Caracas: Fondo Editorial Tropykos : Centro Nacional de Historia, 2014.

ELLNER, S., & Tinker Salas, M. The Venezuelan Exceptionalism Thesis: Separating Myth from Reality. *Latin American Perspectives*, 32(2), 2005.

ESPAN A, L. P. *Democracia y renta petrolera*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello : Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales, 1989.

FEMINISTA, L. A. Encartado Es Feminista, 2014. Retrieved from <http://encuentrofeminista.weebly.com/>

FEMINISTA, R. A. *Propuestas para la Reforma del Código Penal para la despenalización del aborto en Venezuela, 2010*.

FIGUEROA, J. “Aló, Aborto Información Segura, muy buenos días” | Salud | Venezuela | El Tiempo – El Periódico del Pueblo Oriental, 2011. Retrieved from <http://eltiempo.com.ve/venezuela/salud/alo-aborto-informacion-segura-muy-buenos-dias/36583>

FRANCO, Q. *Entrevista a Quiteria Franco Coordinadora General de Unión Afirmativa de Venezuela y de la Red LGBTI de Venezuela.* Interviewer: R. B. Deeb, 2015.

FRIEDMAN, E. J. *Unfinished transitions : women and the gendered development of democracy in Venezuela, 1936-1996.* University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2000.

GARCÍA PRINCE, E. Análisis de la participación política de las mujeres en Venezuela, 2008.

GARCÍA PRINCE, E. Participación Política de las Mujeres en Venezuela: Situación actual y Estrategias para su ampliación. *ILDIS*, 2012.

GARCÍA-GUADILLA, M. P. La praxis de los consejos comunales en Venezuela ¿Poder popular o instancia clientelar? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 14(1), p. 125-151, 2008.

HTUN, M., & WELDON, S. L. When Do Governments Promote Women's Rights? A Framework for the Comparative Analysis of Sex Equality Policy. *Perspectives on Politics*, 8(01), 207, 2010. doi:10.1017/S1537592709992787

JIME NEZ, M. *Mujeres protagonistas y el proceso constituyente en Venezuela* (1. ed.). Caracas: Embajada Británica : Fondo de las Naciones Unidas para las Mujeres : Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo : Editorial Nueva Sociedad, 2000.

KORNBLITH, M. La crisis del sistema político venezolano. *Nueva Sociedad*, Noviembre-Diciembre (134), p. 142- 157, 1994.

KORNBLITH, M. *Venezuela en los noventa : las crisis de la democracia.* Caracas: Iesa, 1998.

LEÓN, M. Temas centrales en el debate sobre el aborto en Venezuela y argumentos teóricos para su despenalización. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, 17(39), p. 165-174, 2012.

LIVINGSTONE, G. Consejos comunales en Venezuela: ¿Estado paralelo o democracia participativa? – BBC Mundo, 2016. Retrieved from http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/04/160405_venezuela_consejos_comunales_psuvs_partido_comunista_socialismo_mr

MACHADO, J. Participación Social y Consejos Comunales en Venezuela. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales.*, 5(1), p. 173-185, 2009.

MIGDAL, J. S. *State in society : studying how states and societies transform and constitute one another.* Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2001.

MINCI. *Declaración del Tercer Encuentro de Organizaciones de Mujeres y Feministas.* Caracas: MINCI, 2015. Retrieved from <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2015/10/NOTICIAS-DE-MUJERES-SEPTIEMBBRE-2015.pdf>

NAVARRO, I. C. O. y. E. J. Entrevista a Gioconda Mota: Para practicarse un aborto no hay que ser médico, hay que saber usar Internet, 2011.

NOTICIAS 24. Proyecto de Ley de Matrimonio Igualitario llegó a la AN con el apoyo de 21.000 firmas (+infografía), 2015. Retrieved from <http://www.noticias24.com/fotos/noticia/16986/proyecto-de-ley-de-matrimonio-igualitario-llego-al-debate-en-la-an-con-el-apoyo-de-21-000-venezolanos/>

ORINOCO, E. C. d. Colectivo Faldas en Revolución: El aborto debe analizarse desde una perspectiva de salud pública y de clase, 2012.

PIERMATTEI, G. *Entrevista hecha a Giovanni Piermattei Presidente de la ONG Venezuela Igualitaria/Interviewer: R. B. Deeb, 2014.*

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Ley Orgánica de los Consejos Comunales, 2009.

ROJAS, D. Día Internacional por la Despenalización del Aborto | Un tema tabú en Venezuela, 2015. Retrieved from <http://www.contrapunto.com/noticia/del-aborto-no-se-habla-en-venezuela-el-pais-con-el-mayor-indice-de-embarazo-adolescente-39604/>

SALAMANCA, L. *Crisis de la modernización y crisis de la democracia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas y el Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 1997.

SANCHEZ, M. De la letal combinación entre pobreza y embarazos no deseados | AVN [Press release], 2016. Retrieved from <http://www.avn.info.ve/contenido/letal-combinaci%C3%B3n-entre-pobreza-y-embarazos-no-deseados>

SILVA, J. En apoyo a las mujeres que luchan ante la AN por un nuevo Código Penal con perspectiva de género, 2010, 2010-11-03. Retrieved from <http://www.aporrea.org/ddhh/a111565.html>

VALDIVIESO, C. T. G., & MAGDALENA. Las mujeres venezolanas y el proceso bolivariano. Avances y contradicciones. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 15, p. 133-153, 2009.

WILPERT, G. *Changing Venezuela by taking power : the history and policies of the Chavez government*. London ; New York: Verso, 2007.

Guinada conservadora em políticas de gênero na América Latina: reflexões iniciais

PATRÍCIA DUARTE RANGEL

RESUMO

■ Este capítulo é escrito em forma de ensaio e tem como objetivo contribuir à discussão sobre gênero e democracia em perspectiva comparada. O objeto de estudo é a recente retração de políticas de igualdade de gênero, sendo a variável dependente o conservadorismo político em países latino-americanos, que argumentamos aqui ser incentivado pelos exemplos de destituição (e tentativas) de presidentes progressistas e sua substituição por governos substitutos. O ensaio não tem caráter analítico ou teórico. Trata-se, antes de qualquer coisa, de um exame de conjuntura preliminar, observando que os tempos recentes apresentam um contexto especialmente desafiador para a busca por equidade de gênero no continente, dada a persistência de profunda misoginia e de retomada de conservadorismo político. A autora busca compreender se os exemplos de uma guinada à direita no mundo, o crescimento do populismo de extrema direita em parlamentos europeus, e a deposição de presidentes democraticamente eleitos na América Latina estão de certa forma associados às reformas e retrocessos que afetam diretamente os direitos das mulheres no continente. Em outras palavras, convida a pensar sobre as relações entre a ascensão de governos de direita e a retração das possibilidades de igualdade de gênero.

ABSTRACT

■ This chapter is written as an essay and aims to contribute to the discussion of gender and democracy in a comparative perspective. The object of study is the

recent retraction of gender equality policies, the dependent variable being political conservatism in Latin American countries, which we are arguing here to be encouraged by the examples of dismissal (and attempts) of progressive presidents and their replacement by substitute governments. The text is not analytical or theoretical. It is, above all, a preliminary survey of the conjuncture, noting that recent times present a particularly challenging context for the search for gender equity in the continent, given the persistence of deep misogyny and a resumption of political conservatism. The author seeks to understand whether examples of a right-wing shift in the world, the rise of extreme right-wing populism in European parliaments, and the deposition of democratically elected presidents in Latin America are somewhat associated with reforms and setbacks that directly affect rights of women on the continent. In other words, it invites us to think about the relations between the rise of right-wing governments and the retraction of the possibilities of gender equality.

■ Após um período de relativo otimismo para os movimentos de mulheres latino-americanas, os últimos anos apresentam um contexto desafiador para a busca por equidade de gênero no continente: altos índices de feminicídio, baixos níveis de representação política, assassinatos de ativistas feministas (vide o caso da vereadora Marielle Franco), o fim do mandato de presidentas em vários países, e a destituição de uma delas: em 2016, a primeira presidenta da história do Brasil foi deposta por um impeachment cuja constitucionalidade é ainda questionada por especialistas e em um processo marcado por expressões de misoginia e retomada de conservadorismo político (Rangel 2017).

Nos últimos dois anos, surgiram outros exemplos de uma guinada conservadora mundo afora: a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos (que agora anuncia um ataque à já devastada Síria), o crescimento do populismo de extrema direita em parlamentos europeus, e a deposição de presidentes democraticamente eleitos na América Latina (Haiti, Honduras, Paraguai, Brasil), no que vem sendo chamado por alguns autores de “neogolpismo” (Hirst 2016, Milani 2016, Reis & Soares 2017, Cannon 2017, Soler 2015). O ocorrido vem estimulando reflexões sobre a relação entre universalidade e particularismo do conservadorismo político, que nos leva a situar o caso brasileiro como exemplo de um fenômeno mais amplo de rearticulação de tais ideologias (Bianchi 2017).

Embora constituam um fenômeno por si só relevante, a saída involuntária de mandatários nos interessa aqui uma vez que os substitutos funcionais trouxeram consigo (e chegaram ao poder com o apoio de) uma agenda de cunho passadista,

em geral avessa a reivindicações feministas. O governo que sucedeu a Rousseff, por exemplo, abriu portas para uma série de reformas que afetaram diretamente os direitos das mulheres. Uma das formas de se interpretar o fenômeno é como *backlash* à articulação feminista e ao *empoderamento* dos movimentos de mulheres (Biroli 2016). A supracitada execução sumária da vereadora do PSOL Marielle Franco, em março de 2018, associada aos mencionados retrocessos, reabriu um debate sobre perdas de direitos das mulheres e convida a refletir sobre as relações entre a ascensão de governos de direita e a retração das possibilidades de igualdade de gênero. Tal questão não é exclusiva à conjuntura brasileira, visto que características semelhantes podem ser observadas em outros países latino-americanos (tanto os que passaram recentemente por processos de impedimento presidencial, quanto os que foram expectadores desses episódios) e na União Europeia, onde começa a ganhar força a articulação de movimentos conservadores contra aquilo que chamam de “ideologia de gênero”.

O objetivo deste ensaio é contribuir à discussão sobre gênero e democracia com uma perspectiva comparada. O objeto de estudo é a retração de políticas de igualdade de gênero, sendo a variável dependente o conservadorismo político em países latino-americanos, que argumentamos aqui ser incentivado pelos exemplos de destituição (e tentativas) de presidentes progressistas e sua substituição por governos substitutos. Para tratar do assunto, abordaremos, em um primeiro momento, tais exemplos para, em um segundo momento, discutir brevemente os retrocessos posteriores no que tange as bandeiras de igualdade de gênero. Para tanto, resgataremos dados e reflexões de trabalhos anteriores sobre retrocessos para as mulheres na América Latina (Rangel 2017, 2018; Avelar e Rangel, 2017). A título de encerramento, apresentaremos algumas considerações finais.

CONJUNTURA: INTERRUPÇÕES DEMOCRÁTICAS NA AMÉRICA LATINA

■ Em 2016, o Brasil testemunhou o impedimento de Dilma Rousseff, em meio a escândalos de corrupção, nos quais a mandatária não estava envolvida. Segundo Monica Hirst (2016), a acusação de crime de responsabilidade feita contra ela foi inapropriada e teria sido facilmente refutada em um ambiente menos contaminado por polarização. As chamadas “pedaladas fiscais”, que estiveram no centro do processo, são práticas antigas no Brasil. Elas constituem manobras orçamentárias para “tirar de um bolso e colocar em outro” (Chomsky 2016) que nunca foram consideradas crimes e que haviam sido usadas mais de 100 vezes por Fernando

Henrique Cardoso e 60 vezes por Luiz Inácio Lula da Silva, além de ainda serem abertamente empregadas por 17 governadores federais (Biroli 2016). Para Chomsky (2016), na mesma linha, o impeachment teria sido uma solução para tirar o Partido dos Trabalhadores (PT) do poder sem a via eleitoral, já que seriam escassas as chances de outra força partidária vencer as eleições.

Fato é que as relações de Rousseff com o Parlamento – uma instituição majoritariamente masculina¹ – estiveram em franco processo de deterioração, que prejudicou sua capacidade de governar e, em última instância, de manter seu próprio cargo, do qual foi afastada definitivamente em agosto de 2016. A mandatária, como visto, não esteve sozinha no continente: nos últimos 15 anos, deposições de presidentes da república ocorreram também no Haiti, em Honduras, e no Paraguai, e tentativas malsucedidas foram realizadas na Venezuela, na Bolívia e no Equador. De forma geral, tais presidentes foram destituídos em processos cuja constitucionalidade e respeito ao estado democrático de direito foram questionados. Segundo Pérez-Liñán e Hecimovich (2016), entre 1978 e 2016, oito² foram os presidentes foram destituídos por meio de mecanismos como impeachment, declaração de incapacidade para governar ou renúncia, sem uma intervenção militar. Desde 1980, explicam os autores, golpes militares tornaram-se raros, e formas constitucionais de destituição presidencial aumentaram³.

Cientistas políticos vêm tratando de analisar esses casos que, em alguma medida, assemelham-se aos golpes militares do século XX e, ao mesmo tempo, são muito distintos. Enquanto as antigas formas de instabilidade resultavam em quebra democrática, o novo padrão atinge somente o presidente ou a presidenta (Pérez-Liñán e Hecimovich 2016). Em sua teoria unificada de instabilidade presidencial⁴, feita com base em um banco de dados com 19 países latino-ameri-

1 Somente 10.7% da Câmara dos Deputados e 14.8% do Senado são compostos por legisladoras, o que coloca o Brasil no 152º lugar em um ranking de 193 democracias organizado pela Inter-Parliamentary Union – IPU (dados de dezembro de 2017, <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm> acesso em 5 de janeiro de 2018).

2 Fernando Collor de Mello (Brasil, 1992), Carlos Andrés Pérez (Venezuela, 1993), Abdalá Bucaram (Equador, 1997), Raúl Cubas Grau (Paraguai, 1999), Lucio Gutiérrez (Equador, 2005), Fernando Lugo (Paraguai, 2012), Otto Pérez Molina (Guatemala, 2015) e Dilma Rousseff (Brasil, 2016).

3 Ainda segundo os autores, desde a democratização do Equador em 1978, a frequência de golpes militares caiu vertiginosamente na América Latina, e o risco de golpe em outras regiões do mundo também decresceu após 1980.

4 Segundo os autores, foi necessário desenvolver tal teoria, pois a literatura já examinou exaustivamente os determinantes institucionais, estruturais e econômicos dos golpes militares, porém há poucas explicações das causas de destituições constitucionais.

canos, Pérez-Liñán e Hecimovich (2016) explicam porque mandatários são destituídos via golpe militar ou via procedimentos legais. Para eles, enquanto alguns fatores causais motivam a oposição a destituir o presidente e explicam porque ele cai (recessão econômica, manifestações populares, e radicalização ideológica), outros fatores ampliam as capacidades dos grupos de oposição e explicam como o mandatário é destituído (difusão regional, apoio partidário, solidez da democracia).

Examinando as deposições (ou tentativas) de Jean-Bertrand Aristide in Haiti (2004), Manuel Zelaya em Honduras (2009), Fernando Lugo no Paraguai (2012) e Dilma Rousseff no Brasil (2016), bem como as tentativas contra Hugo Chávez na Venezuela (2002), Evo Morales na Bolívia (2008), e Rafael Correa no Equador (2010), encontramos algumas características comuns: a emergência de intensas crises políticas acompanhadas de mobilizações populares que levaram à deposição ou renúncia do governante; e a posterior ascensão de governos reformistas que estabelecem novos arranjos e abrem espaço para as elites tradicionais. Pérez-Liñán e Hecimovich (2016) concluem que existe uma ameaça ao mandato presidencial quando este é deparado com recessões econômicas, manifestações populares e elites radicais, sugerindo que a crise pode caminhar para golpes militares em contextos históricos propícios.

Por serem mudanças radicais de governo que, contudo, são levadas a cabo com uma aparência de normalidade institucional e respeito ao estado democrático de direito, esses processos têm sido interpretados como expressões de neogolpismo (Soler 2015), “golpes constitucionais” (Roitman 2013 apud Soler 2015) ou golpes inteligentes/“smart coups” (Cannon 2017). A característica principal seria a destituição do mandatário por atores dentro do próprio Estado – i.e., Parlamento ou Poder Judiciário (definição de golpe por Hirst 2016 com base em Norberto Bobbio), sem o uso da força física e sem instituir um regime autoritário. Na contemporaneidade, explicam Pérez-Liñán e Hecimovich (2016), o custo político de uma intervenção militar é alta e, portanto, são preferíveis estratégias alternativas como impeachments ou pressão popular.

Os dois autores se perguntam se as atuais formas de instabilidade presidencial equivalem ao antigo padrão regional de golpes militares, ou se são um novo fenômeno político, completamente distinto. Segundo eles, a literatura ainda não forneceu uma resposta final para a pergunta, mas novos estudos vêm apontando as semelhanças entre intervenções militares e destituições constitucionais (Kim & Bahry, Valenzuela apud Pérez-Liñán e Hecimovich 2016), sendo que há um

consenso implícito de que ambos os fenômenos possuem causas e motivações comuns. Isso vai ao encontro da explicação de Soler (2015) para golpe de estado: mudanças de governo violando a constituição do estado pelos próprios detentores do poder político. A partir dessa definição, a autora situa o impeachment de Rousseff e a destituição de outros presidentes latino-americanos como novos mecanismos de golpe, ou neogolpismo. Segundo Cannon, tratar-se-ia de uma estratégia para, em um contexto de hegemonia das esquerdas, substituir líderes políticos com legitimidade institucional e popular.

De forma geral, os mandatários recentemente destituídos priorizavam plataformas ou simbolizavam grupos que historicamente não representavam a classe política desses países. Por tal motivo, cientistas políticos como Carlos Milani e Monica Hirst alegam que as deposições presidenciais do século XXI são manifestações de um conflito de classe, no qual atores pró-neoliberalismo buscam evitar a continuidade de tímidas formas de bem-estar social ou de modelos desenvolvimentistas. Milani (2016) afirma que a crescente polarização social vai desde a “defesa de um modelo de crescimento neoliberal até a continuidade de um modesto modelo de bem-estar e desenvolvimento social para os mais pobres e historicamente marginalizados” (Milani 2016, p. 2).

Exemplos dessa luta de classes seriam reformas como a da previdência e as reformas trabalhistas no Brasil durante o governo Temer, bem como o congelamento de gastos sociais por 20 anos. A dimensão econômica tem estimulado interpretações dos processos de deposição na perspectiva do neoliberalismo (Bianchi 2017, Lima 2017), situando-os como formas de neutralizar resultados eleitorais e ressaltando a incompatibilidade entre capitalismo e democracia inclusiva. Ampliando o nível de análise, outros autores (Santana 2017) consideram elementos do capitalismo global e da geopolítica, associando as interrupções de mandatos presidenciais com a expansão das prerrogativas judiciais dos países centrais, sobretudo Estados Unidos, as alianças entre grupos de empresários, corporação, conglomerados oligárquicos e movimentos políticos conservadores, todos interagindo em economias periféricas e de passado colonial

Outros autores (Coutinho 2017, Arêas 2017, Rangel 2017 e 2018) *vêm buscando compreender como os governos substitutos contribuem para a retração dos direitos de grupos sociais* historicamente marginalizados (indígenas, população negra, mulheres, LGBTs, ribeirinhos e camponeses), examinando os interesses políticos de agroempresários, da mídia e de grupos evangélicos. Passaremos, na próxima seção, aos retrocessos no que tange os direitos das mulheres.

RETROCESSOS EM MATÉRIA DE IGUALDADE DE GÊNERO

■ Como visto na seção anterior, os processos de destituição presidencial ocorridos em países latino-americanos estabeleceram novas agendas e, no geral, frearam projetos políticos progressistas e a agenda pró-igualdade de gênero, não só nos países em que os impedimentos se deram, mas em outros Estados-Nacionais da região. Na maioria dos casos, como no brasileiro, foram realizadas reformas institucionais, algumas delas atacando diretamente os direitos das mulheres. Tal mudança ocorre concomitantemente à retração da representação das mulheres na política institucional, em especial nos mais altos cargos executivos. Como afirma Engler (2018), há até pouco tempo, a América Latina possuía um significativo número de mulheres ocupando a Presidência da República. Boa parte delas havia assumido mandato meio à “onda rosa”, ou virada à esquerda no continente, um fenômeno caracterizado pela ascensão democrática de governos progressistas na maioria dos países da região.

A “onda rosa” havia trazido como novidade a ascensão das “presidentas”: em 2014, a região ostentava um dos mais altos índices de mandatárias no mundo, com Dilma Rousseff (Brasil), Cristina Fernández (Argentina), Michelle Bachelet (Chile) e Laura Chinchilla (Costa Rica) na Presidência de seus países, e Portia Simpson (Jamaica) e Kamla Persad-Bissessar (Trinidade e Tobago) como primeiras ministras. Atualmente, além de não há mandatárias, o número de mulheres nos ministérios de diversos países tem decrescido.

Isto posto, Engler (2018) pergunta se a recente virada à direita na região implica em menor presença das mulheres em cargos políticos. Ela cita a pesquisa “The impact of presidentas on political activity”, de Catherine Reyes-Householder e Leslie Schwindt Bayer, que indicou a correlação entre presença de uma presidenta e a participação política de mulheres (participação em campanha, intenção de voto e presença em reuniões políticas), bem como o apoio de homens e mulheres à liderança feminina. Pergunta também, invertendo as partes da equação, se pode haver relação entre o fim dos mandatos das presidentas e da onda conservadora na América Latina. Como explica Dora Barrancos (apud Engler 2018) parece haver uma relação estreita entre ambos. O conservadorismo, que vinha sendo ofuscado sobretudo por medidas de redistribuição de renda, tem ascendido nesse contexto.

Engler (2018) considera o caso do Brasil como o mais sintomático, considerando o gabinete de Michel Temer, completamente composto por homens, e

o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (Psol), líder feminista e militante de direitos humanos, expondo o perigo de enfrentar questões feministas que questionam o *status quo*. Como afirma Senra (2017), ao contrário do que havia sido previsto pela mídia de massa, a ascensão de Michel Temer não resolveu a crise político-econômica. Quanto à igualdade de gênero, observar-se-ia misoginia se expressando nos retrocessos e decisões do governo. Como afirma Magalhães (2017), antes do impeachment de Rousseff, as mulheres lutavam por aborto legal, igualdade de remuneração, representação na política e em outras esferas sociais, pelo fim da violência de gênero. Após, o objetivo tornou-se unicamente evitar mais retrocessos. Por exemplo, evitar que a reforma trabalhista permitisse que mulheres grávidas e lactantes trabalhassem em ambientes insalubres e perigosos. Esses exemplos de mudanças repentinas, curiosamente, não podem ser considerados determinações anticonstitucionais, pois são levados a cabo se acordo com os ritos estabelecidos pela lei. É precisamente essa ambiguidade que caracteriza os golpes de estado do século XXI, segundo Juan Gabriel Tokatlian: o governo fornece continuidade institucional para encobrir práticas antidemocráticas.

Uma abordagem útil para entender a questão geral da misoginia, como citado na introdução desse ensaio, é a interpretação de Flavia Biroli (2016) sobre violência política. A autora examinou tanto o impeachment de Dilma Rousseff quanto os retrocessos relativos à igualdade de gênero no governo de Michel Temer. Para a autora, a escalada da violência específica contra as mulheres pode ser compreendida como uma reação à presença feminina na política e a mudanças nos papéis de gênero na última década. A principal hipótese é que o crescente acesso das mulheres ao Estado durante o governo do Partido dos Trabalhadores (e a disseminação dos feminismos), associado à eleição da primeira mulher presidenta, ativou uma reação conservadora contra a agenda feminista e de igualdade de gênero. Assim, parte do princípio que tal reação se manifestou na forma de violência política contra mulheres, especialmente contra as feministas.

Observando esses retrocessos, um grupo de ativistas, acadêmicos, funcionários públicos e cidadãos lançou uma iniciativa chamada Alerta Social, que consolidou em uma publicação 365 recuos ocorridos no primeiro ano de governo Temer. Com base nesta publicação, bem como no trabalho de Biroli (2016), mencionarei alguns retrocessos que considero especialmente preocupantes. Vale iniciar o exame pela extinção do Ministério da Mulher, Igualdade Racial

e Direitos Humanos, o mais emblemático colapso da igualdade de gênero, pois tratava-se de uma agência de políticas para mulheres – estrutura do estado designada a desenvolver políticas para corrigir a desigualdade de gênero e promover os direitos das mulheres (Scheidegger 2014). Esse tipo de agência desempenha um papel fundamental em todos os países democráticos e constitui uma importante ferramenta para o movimento de mulheres (Bohn, 2010). Sua existência é um sinal de que movimentos feministas têm espaço dentro do estado, assim como outros movimentos sociais.

A SPM, que tinha status ministerial, foi crucial para garantir, historicamente, direitos das mulheres. Seu desmantelamento, portanto, significou grande perda para a representação política das mulheres em termos descritivos, substantivos, extra-parlamentares (Celis, Kantola & Krooks 2008) e processuais. Após a dissolução da SPM, criou-se a Secretaria de Direitos Humanos, juntamente com o Ministério da Justiça, para sediar três secretarias: Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Ao passo que a SPM foi majoritariamente coordenada por mulheres feministas ou progressistas, a nova Secretaria da Mulher foi designada a Fátima Pelaes, franca opositora aos direitos sexuais e reprodutivos e à autonomia das mulheres sobre o próprio corpo (ela se opõe à interrupção da gravidez mesmo em caso de estupro) que defende fortes opiniões religiosas na política, a ponto de ter realizado culto evangélica na sede da Secretaria em março de 2017.

A SPM não foi a única mudança ministerial. Em maio de 2016, enquanto ainda presidente interino, Temer alterou a estrutura do Estado, fazendo uso de ordens executivas provisórias. Ele modificou a arquitetura da Presidência e dos ministérios, extinguiu vários órgãos e atribuições. Três meses depois, a Câmara dos Deputados aprovou a reforma administrativa, que extinguiu alguns ministérios. Finalmente, em outubro, ele encerrou a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, um importante ramo institucional para o movimento de mulheres de regiões agrárias do país (geralmente mais pobres e mais precárias).

Além disso, em Temer, até março de 2017, o orçamento do governo para igualdade de gênero atingiu o nível mais baixo em dez anos. Intercept Brazil argumenta que a redução de custos para a igualdade de gênero em 2017 foi de 40% (ver gráfico na imagem 1 a seguir) e uma pesquisa realizada pela Poder 360 com base em dados do Siafi – Sistema de Administração Financeira Federal Integrada (consultado pela ferramenta Siga Brasil do Senado Federal) mostrou que o orçamento para mulheres, igualdade racial e direitos humanos, todos juntos, foi reduzido em 35%.



O exemplo seguinte é provavelmente o segundo mais emblemático: o gabinete branco e masculino de Temer. Quando assumiu o poder como presidente interino, a ausência de mulheres entre os novos ministros foi considerada preocupante, por se tratar do primeiro governo sem nenhuma ministra desde Ernesto Geisel (1974-79) durante o regime militar. O gabinete não representou a diversidade da população e foi considerado uma afronta aos movimentos de mulheres e negros. Por isso, Temer recebeu críticas da comunidade internacional e da mídia. Em março de 2017, as Nações Unidas declararam que seu governo tinha um dos níveis mais baixos de representação feminina no Executivo do mundo. As mulheres são maioria do eleitorado (51.9%) e quase metade dos filiados a partidos políticos (44.3%), mas somente 13.4% dos vereadores, 11% dos prefeitos, 12.8% dos deputados estaduais e 7.4% dos governadores. No Parlamento,

há atualmente 55 mulheres entre 513 deputados federais (10.7%) e 12 entre 81 senadores (14.8%). Estes percentuais nos colocam no 152º lugar de um ranking composto por 193 parlamentos do mundo todo, e em último na América do Sul, segundo a União Interparlamentar (IPU). Na América Latina, só está acima de Haiti e Belize⁵.

Como observado por Birolì (2016), uma presença radicalmente reduzida de feministas no Estado abriu caminho para grupos que atuam contra os direitos das mulheres e das pessoas LGBT no Parlamento. Para Maxine Molineux (2018), são setores de direita que combatem o que denominam de “ideologia de gênero”. Apesar de não haver uma entidade coerente que se descreva como “ideologia de gênero”, o termo acaba funcionando como um guarda-chuva para o que os opositores às ideias feministas reprovam, ainda segundo a autora, como direitos LGBTI (principalmente o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo), a igualdade e a autonomia das mulheres (sobretudo autonomia sobre o próprio corpo).

Tais setores geralmente estão próximos a grupos religiosos reacionários que acreditam que os feminismos tentam apagar as “características naturais e biológicas” dos seres humanos. E têm conquistado espaço: na Costa Rica, um candidato evangélico que declarou uma cruzada contra a “ideologia de gênero” chegou ao segundo turno das eleições. No Paraguai, tem-se controlado a educação em temas de saúde reprodutiva, sexual ou de gênero. Tal decisão sequer foi feita por meio de lei, e sim por resolução do Ministério da Educação, cujo texto explicitamente proíbe materiais “da ideologia de gênero”, explica Guevara Rosas (2018).

Hoje em dia, segue Molineux (2018), a ofensiva latino-americana contra a autonomia das mulheres está entre as mais ferozes do mundo. Por exemplo, El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua possuem leis duríssimas contra o aborto, apesar de haver poucos indícios de que essa rigidez diminua a incidência do número de procedimentos. Pelo contrário: ao lançar a interrupção da gravidez na clandestinidade, torna-a ilegal e inseguro, aumentando a mortalidade materna e criando grande injustiças sociais (como no caso de gravidez resultante de estu-

5 A marginalização política é transpassada por um sistema histórico de exclusão de ordem racial e econômica. Mulheres negras, portanto, enfrentam o dobro das já grandes dificuldades impostas às mulheres brancas para se elegerem. Em 2014, do total de eleitos para o Congresso Nacional, somente 2% eram mulheres negras. Quanto à Legislatura anterior (2007-2010), o Relatório das Desigualdades Raciais 2007-2008 investigou a quantidade de parlamentares negros a partir da heteroclassificação, e considerou que as mulheres negras correspondiam a aproximadamente 0,6% dos deputados eleitos. Segundo o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, 50,7% dos brasileiros (homens e mulheres) consideram-se negros, em contraste com 20% de deputados e 18,5% de senadores negros eleitos em 2014.

pro de crianças ou a prisão de mulheres que sofrem aborto espontâneo e acusadas de realizá-lo propositalmente – exemplo de El Salvador).

Os que fazem campanha contra a chamada “ideologia de gênero” recorrem ao pensamento fundamentalista e buscam promover pânicos morais sobre os efeitos da autonomia das mulheres, argumentando que o resultado é a degeneração e a decadência moral (Molineux 2018). Para Guevara Rosas (2018), a contraofensiva de forças conservadoras vem sendo frequentemente apoiada, ou contando com a conivência dos Estados latino-americanos. Segundo ela, esse é um processo preocupante, considerando que essa narrativa começa a ter ressonância na população, que se volta contra políticas de igualdade de gênero e contra os direitos das mulheres.

Os retrocessos legislativos em temas de gênero estão cada vez mais evidentes em países como o Brasil, que conta com uma maioria religiosa e orgulhosa no Congresso nacional. Biroli (2016), observando a questão, aponta para um novo arranjo político, que representou um fechamento para mulheres e direitos sociais, e situa a Bancada Evangélica como ameaça considerável. Reis e Soares (2016) informam que o contingente evangélico teve seu maior contingente na legislatura atual (92 legisladores, entre deputados e senadores, segundo o levantamento que fizeram em 2016), enquanto a legislatura anterior tinha 81 (78 deputados e 3 senadores). A bancada apoiou ativamente o impeachment de Rousseff, liderada por um de seus integrantes, o deputado Eduardo Cunha, então presidente da Câmara.

Ainda segundo os autores, embora os legisladores conservadores católicos não façam parte da Bancada, eles votam de forma semelhante, o que significa que o número de legisladores religiosos é superior a 92. Como muitos projetos de lei que visam restringir os direitos das mulheres são apresentados por esses parlamentares, suas chances de sucesso / aprovação são enormes. Dentre as ameaças mais relevantes em proposições legislativas criadas pela aliança entre líderes religiosos de diferentes sistemas de crenças cristãs (católicos, espíritas e neopentecostais) está a discussão sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos. Embora mais de um milhão de mulheres sofram abortos inseguros a cada ano no país, a legislação permanece inalterada, proibindo o aborto na maioria dos casos (o aborto é permitido apenas em caso de estupro, risco de morte e quando a criança não sobreviveria após o nascimento – anencefalia, por exemplo). Dada a forte influência religiosa no processo legislativo, tem-se buscado retroagir a legislação: o Projeto de Lei nº 5069 propõe novos procedimentos para vítimas de abuso sexual, dificultando o acesso ao aborto legal; e a PEC nº 29 visa emendar o artigo 5º da Constituição,

para estabelecer o direito inviolável à vida “desde a concepção”, que significaria a proibição do aborto mesmo nas atuais circunstâncias permitidas.

Outro direito em jogo é a luta contra a violência de gênero, ainda estrutural e generalizada no Brasil – país que tem um dos índices mais altos de feminicídio do mundo. Com o apoio do governo, os legisladores tentam minar a Lei Maria da Penha, que disciplina a prevenção e a resposta à violência contra as mulheres. Um importante revés diz respeito à previdência. O Parlamento conseguiu aprovar rapidamente uma Reforma da Reforma, que reduziu direitos e benefícios trabalhistas. Sob o argumento de que colocaria fim às “distorções”, a reforma estabelece a mesma idade de aposentadoria para homens e mulheres, desconsiderando a dupla jornada de trabalho feminina decorrente da divisão sexual do trabalho. A antiga “distorção” havia sido uma medida destinada a compensar as mulheres pelas inúmeras injustiças sofridas durante a vida profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ As democracias do continente vêm sendo abaladas por uma série de interrupções de governos democráticos, e posteriores reformas que restringem direitos das mulheres e igualdade de gênero. Significaram ataques ao estado democrático de direito e grupos sociais historicamente marginalizados. O conservadorismo político, em franca ascensão, tem se mostrado um desafio para as plataformas de igualdade de gênero, por sua intensa luta contra o que costuma denominar de “ideologia de gênero”.

Não se limita ao continente latino-americano, mas também parte de um fenômeno mais amplo: o surgimento de forças de extrema direita também na Europa e nos EUA. Na Alemanha, em 2017, pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, um partido populista de direita ingressou no Parlamento: a AfD (Alternativ für Deutschland), partido ativo no combate ao que também chega de ideologia de gênero, ou seja, à implementação de obrigações nacionais e internacionais para o exercício dos direitos de toda a população, independente de ideologia ou opinião pessoal (Guevara Rosas 2018). Uma pesquisa do FASTER – Feminist Anti-StaTE Research, grupo da Universidade Livre de Berlim (investigação doutoral de Jenny Schulz) aponta os riscos do populismo de direita na Alemanha, Suíça e Áustria e descreve estratégias políticas que são muito semelhantes àquelas empregadas na América Latina, inclusive a adoção do termo pejorativo “ideologia de gênero” e o combate da plataforma de igualdade. É interessante notar as formas pelas quais o mesmo fenômeno (movimentação anti-

feminista e ascensão da direita) se manifesta em uma democracia consolidada (Alemanha) e em uma jovem democracia (Brasil). Certamente, encontram-se ali lições que os casos latino-americanos oferecem à Europa e que devem ser sistematizadas/ analisadas (Cannon 2018).

As destituições presidenciais na América Latina, como explica Soler (2015), tentam impedir ou eliminar um processo de mudança sociais ou redistribuição, ainda que singela. Ainda de acordo com Soler (2015), tais processos não teriam sido possíveis sem profunda desmobilização social. Observando o mesmo, Reis e Soares (2017) remontam ao pressuposto de Arendt de que a rejeição absoluta de todos os partidos políticos cria terreno fértil para o totalitarismo. Tais processos mostram, por fim, os perigos e recuos aos quais setores historicamente marginalizados são submetidas quando o Estado cai nas mãos de setores conservadores. Seus direitos são rapidamente revogados, especialmente de mulheres, indígenas, afrodescendentes, LGBT e a classe trabalhadora.

Nesse contexto, é necessário repensar o estado e suas possibilidades democráticas. Quanto menos presentes estiverem as mulheres na política institucional, menos possibilidades de igualdade de gênero haverá. A desmobilização política e o conservadorismo estão no centro dessas crises da democracia e de retração das políticas de igualdade de gênero. É, portanto, necessário fortalecer e articular a luta pelos direitos das mulheres, monitorar estrategicamente as políticas e recursos públicos em direção a uma agenda de igualdade de gênero e antirracista, bem como enfrentar plataformas fundamentalistas. Mulheres, afro-brasileiros, movimentos indígenas e LGBTs devem ocupar o estado para operar as ferramentas que podem garantir uma vida digna e justa.

Aparte, não se trata de uma questão de pontos de vista diferentes entre direita e esquerda, como explica Molineux (2018). O campo de batalha é, segundo ela, muito concreto: é o domínio dos direitos humanos. Portanto, a maneira de lidar com essa reação negativa é defender os direitos humanos que já estão garantidos na legislação nacional, ou fazer campanha para que eles sejam aprovados e respeitados e observados. Para a autora, quando por exemplo parlamentares evangélicos tentam aprovar leis para que os psicólogos “tratem” homossexuais, ou negam a contracepção e o aborto às mulheres, eles devem ser desafiados como violadores dos princípios dos direitos humanos.

Há, certamente, formas ativas de resistência. Como lembra Molyneux (2018) grandes manifestações contra a violência de gênero na América Latina com o “Nenhuma a Menos”, a Marcha das Mulheres e a campanha global Million Women Rise marcam uma nova fase nos feminismos, em que as jovens enfren-

tam os limites das várias mudanças sociais e legais das últimas décadas. E segue: tais protestos são significativos como expressões de uma nova solidariedade que coletiviza as experiências negativas que as mulheres muitas vezes sofrem sozinhas e em silêncio: uma vez que são identificadas como problemas sociais, tais questões requerem atenção e ação.

PATRÍCIA DUARTE RANGEL · Doutora em ciência política pela UnB com missão de estudos na Universidad Nacional de General Sarmiento (Argentina), possui mestrado em ciência política pelo IESP/UERJ e graduação em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Bolsista de pós-doutorado da FAPESP, realiza sua pesquisa no Departamento de Sociologia da FFLCH/USP e no grupo “50 Anos de Feminismo”, com período de estágio no Lateinamerika Institut (LAI), Freie Universität Berlin.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALERTA SOCIAL. *Um golpe por dia*. http://alertasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/05/UM-GOLPE-POR-DIA_365-DIREITOS-PERDIDOS.pdf, 2016. Acesso em 13/09/2017.
- ARÊAS, C. The Emergence of Evangelical Neo-Conservative Discourse in Brazil (1986-2016): Reconfiguring the Intersections of Politics, Religion and Media. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- AVELAR, L; RANGEL, P. As presidentas: trajetórias, contexto e mandatos. In Blay, E.; AVELAR, L.; RANGEL, P. (Eds.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. Volume II – Justiça de Gênero e Políticas Públicas, mimeo, 2017.
- BIANCHI, B. The Brazilian Coup under the Perspective of Neoliberalism. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- BIROLI, F. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. *Revista Direito e Praxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 557-7 589.
- BOHN, S. Feminismo Estatal sob a Presidência Lula: o Caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista Debates*, vol. 4, pp. 81-106, jul.-dez. 2010.
- CANNON, B. Ementa do Simpósio Temático “Learning from Latin America: From the particular to the universal in research and education”. Symposium at the International Congress of Americanists, Salamanca, Espanha, a acontecer em julho de 2018.
- _____. Coups, “Smart Coups” and Elections: Right Power Strategies in a Context of Left Hegemony. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- CELIS, K., KANTOLA, J. & KROOK, M. Rethinking Women’s Substantive Representation, Representation. *Journal of Representative Democracy*, 44 (2), p. 99-110, 2008.
- DEMOCRACY NOW. Noam Chomsky: Brazil’s President Dilma Rousseff Impeached by a Gang of Thieves, 2016. https://www.democracynow.org/2016/5/17/noam_chomsky_brazils_president_dilma_rousseff. Acesso em 12/09/2017.
- COUTINHO, A. Land and Extinction: Remarks on Indigenous Peoples, Latifundiários and the State in Brazil – 1988-2017. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- ENGLER, V. La actualidad de las mujeres en la política latino-americana. De la «marea rosa» al giro a la derecha, 2018. <http://nuso.org/articulo/la-actualidad-de-las-mujeres-en-la-politica-latinoamericana/>. Acesso em 12/04/2018.
- GUEVARA ROSAS, E. (2018). Las luchas feministas y la reacción conservadora – Entrevista a Erika Guevara Rosas. <http://nuso.org/articulo/las-luchas-feministas-y-la-reaccion-conservadora/> Acesso em 10/04/2018.
- HIRST, M. La crisis política de Brasil afecta a toda la región. *Jornal La Nación*, 05/04/2016.
- LIMA, P. On Dead Ends and Pyrrhic Victories: the 2016’ Coup in Brazilian Right’s Recent History. Conferência “The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.

- MAGALHÃES, L. Especial um ano de golpe. Mulheres e o golpe, um ano depois, 2017. <http://www.mundoemtranse.com.br/index.php/2017/08/31/mulheres-e-o-golpe-um-ano-depois/>. Acesso em 10/09/2017.
- MILANI, C. The 2016 coup d'état in Brazil: why going international is a key strategy for domestic actors. *Observatoire Politique de l'Amérique latine et des Caraïbes – SciencesPo- Note d'analyse n°5* em Maio de 2016.
- MOLINEUX, M. Entre las luchas feministas y las respuestas conservadoras – Entrevista a Maxine Molyneux. *Nueva Sociedad*, 2018. <http://nuso.org/articulo/luchas-feministas-molyneux/>. Acesso em 10/04/2018.
- PÉREZ-LIÑÁN, A. e HECIMOVICH, J. Explaining military coups and impeachments in Latin America, *Democratization*, 2016. DOI: 10.1080/13510347.2016.1251905
- RANGEL, P. Das Gespenst des “Neo-Putschismus”. *Brasilicum Ausgabe* 248 (März 2018). ISSN 2199-7594
- _____. The Brazilian Coup d'État: a Putsch against Women, by Patricia Rangel. Conferência “The Brazilian Coup d'État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- REIS, G.; SOARES, G. O Fascismo no Brasil: o Ovo da Serpente Chocou. *Desenvolvimento em debate*, v.5, n.1, p. 51-71, 2017.
- SANTANA, C. The Geopolitics of Brazilian Coup d'État and its Consequences. Conferência “The Brazilian Coup d'État and the Right-Wing Tide”; Berlim, setembro de 2017.
- SCHEIDEGGER, C. Women's Policy Agencies and Institutional Architecture in Comparison: Building Blocks for Equal Gender Relations. Dissertation, University of St. Gallen, Switzerland. Bamberg: Difo-Druck, 2014.
- SCHULZ, J. Populist radical-right parties in parliament and their impact on gender-related policies and discourses in Europe. PhD Research Proposal. Freie Universität Berlin, 2016.
- SENRA, A. A democracia e os homens de preto, 2017. <http://www.mundoemtranse.com.br/index.php/2017/08/31/a-democracia-e-os-homens-de-preto/>. Acesso 10/09/2017.
- SOLER, L. Golpes de estado en el siglo XXI. Un ejercicio comparado Haiti (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). *Cadernos Prolam/USP* 14 (26), p. 77-89, 2015.

Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*

Para assinar ou adquirir os *Cadernos Adenauer*, acesse: www.kas.de/brasil

- Reforma política (n. 4, 2017)
- Megacidades (n. 3, 2017)
- Poder Legislativo sob múltiplos olhares (n. 2, 2017)
- Política e Poder Judiciário (n. 1, 2017)
- Repensando a política externa brasileira: em busca de novos consensos (n. 4, 2016)
- Política local e Eleições 2016 (n. 3, 2016)
- Mudanças climáticas: o desafio do século (n. 2, 2016)
- Educação política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios (n. 1, 2016)
- O global e o local (n. 4, 2015)
- Internet e sociedade (n. 3, 2015)
- Cidades resilientes (n. 2, 2015)
- Juventudes no Brasil (n. 1, 2015)
- Cibersegurança (n. 4, 2014)
- Eficiência energética (n. 3, 2014)
- Governança e sustentabilidade nas cidades (n. 2, 2014)
- Justiça Eleitoral (n. 1, 2014)
- Relações Brasil-Alemanha / Deutsch-Brasilianische Beziehungen (caderno especial, 2013)
- Novas perspectivas de gênero no século XXI (n. 3, 2013)
- Candidatos, Partidos e Coligações nas Eleições Municipais de 2012 (n. 2, 2013)
- Perspectivas para o futuro da União Europeia (n. 1, 2013)
- Democracia Virtual (n. 3, 2012)
- Potências emergentes e desafios globais (n. 2, 2012)
- Economia verde (n. 1, 2012)
- Caminhos para a sustentabilidade (edição especial, 2012)
- Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos (n. 4, 2011)
- Ética pública e controle da corrupção (n. 3, 2011)
- O Congresso e o presidencialismo de coalizão (n. 2, 2011)
- Infraestrutura e desenvolvimento (n. 1, 2011)
- O Brasil no contexto político regional (n. 4, 2010)
- Educação política: reflexões e práticas democráticas (n. 3, 2010)
- Informalidade laboral na América Latina (n. 2, 2010)
- Reforma do Estado brasileiro: perspectivas e desafios (n. 1, 2010)
- Amazônia e desenvolvimento sustentável (n. 4, 2009)
- Sair da crise: Economia Social de Mercado e justiça social (n. 3, 2009)
- O mundo 20 anos após a queda do Muro (n. 2, 2009)
- Migração e políticas sociais (n.1, 2009)
- Segurança pública (n. 4, 2008)
- Governança global (n. 3, 2008)
- Política local e as eleições de 2008 (n. 2, 2008)

20 anos da Constituição Cidadã
(n. 1, 2008)

A mídia entre regulamentação
e concentração (n. 4, 2007)

Partidos políticos:
quatro continentes (n. 3, 2007)

Geração futuro (n. 2, 2007)

União Europeia e Mercosul:
dois momentos especiais da integração
regional (n. 1, 2007)

Promessas e esperanças: Eleições na
América Latina 2006 (n. 4, 2006)

Brasil: o que resta fazer? (n. 3, 2006)

Educação e pobreza na
América Latina (n. 2, 2006)

China por toda parte (n. 1, 2006)

Energia: da crise aos conflitos?
(n. 4, 2005)

Desarmamento, segurança pública
e cultura da paz (n. 3, 2005)

Reforma política: agora vai? (n. 2, 2005)

Reformas na Onu (n. 1, 2005)

Liberdade Religiosa em questão
(n. 4, 2004)

Revolução no Campo (n. 3, 2004)

Neopopulismo na América Latina
(n. 2, 2004)

Avanços nas Prefeituras: novos
caminhos da democracia (n. 1, 2004)

Mundo virtual (n. 6, 2003)

Os intelectuais e a política na América
Latina (n. 5, 2003)

Experiências asiáticas:
modelo para o Brasil? (n. 4, 2003)

Segurança cidadã e polícia na
democracia (n. 3, 2003)

Reformas das políticas econômicas:
experiências e alternativas (n. 2, 2003)

Eleições e partidos (n. 1, 2003)

O Terceiro Poder em crise:
impasses e saídas (n. 6, 2002)

O Nordeste à procura da
sustentabilidade (n. 5, 2002)

Dilemas da Dívida (n. 4, 2002)

Ano eleitoral: tempo para balanço
(n. 3, 2002)

Sindicalismo e relações trabalhistas
(n. 2, 2002)

Bioética (n. 1, 2002)

As caras da juventude (n. 6, 2001)

Segurança e soberania (n. 5, 2001)

Amazônia: avança o Brasil? (n. 4, 2001)

Burocracia e Reforma do Estado
(n. 3, 2001)

União Europeia: transtornos e alcance
da integração regional (n. 2, 2001)

A violência do cotidiano (n. 1, 2001)

Os custos da corrupção (n. 10, 2000)

Fé, vida e participação (n. 9, 2000)

Biotecnologia em discussão (n. 8, 2000)

Política externa na América do Sul
(n. 7, 2000)

Universidade: panorama e perspectivas
(n. 6, 2000)

A Rússia no início da era Putin
(n. 5, 2000)

Os municípios e as eleições de 2000
(n. 4, 2000)

Acesso à justiça e cidadania (n. 3, 2000)

O Brasil no cenário internacional
(n. 2, 2000)

Pobreza e política social (n. 1, 2000)

Este livro foi composto por
Claudia Mendes em Adobe Garamond c.11/14 e
impresso pela Stamppa em papel pólen 80g/m²
para a Fundação Konrad Adenauer
em maio de 2018.